

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

PAULA AP. DO NASCIMENTO VIEIRA

**A TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM ESTUDO
DAS EXPERIÊNCIAS DE VIDA RETRATADAS SOB O OLHAR DOS SUJEITOS SOCIAIS**

**JUIZ DE FORA
2015**

PAULA AP. DO NASCIMENTO VIEIRA

**A TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM ESTUDO
DAS EXPERIÊNCIAS DE VIDA RETRATADAS SOB O OLHAR DOS SUJEITOS SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Carina Berta Moljo.

JUIZ DE FORA
2015

*A minha família tão querida e amada,
a eterna Vó Regina, pela sua simplicidade e história de vida
e a Manuella que vem para nos ensinar novas formas de amar.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a princípio a Deus, que tem guiado meus passos, me dado coragem e sabedoria na realização dos meus sonhos.

À Professora Carina, pelo seu empenho, dedicação, apoio e incentivo em cada orientação. Pessoa amável, carinhosa, com uma grande inteligência, professora de fibra que acreditou desde o início na minha capacidade de realizar este trabalho. Fica aqui professora meu profundo e sincero agradecimento!

Aos professores Dr. Paulo Lourenço Domingues Junior e Dr. Rodrigo Souza Filho, que brilhantemente iluminaram meu caminho na banca de qualificação. E a professora Dra. Leila Baumgratz Delgado, por compor a banca de defesa.

Aos meus pais, Luiz e Zilá, pessoas guerreiras, dedicadas à família, trabalhadores, não medem esforços para apoiar todas as minhas decisões pessoais e profissionais. Obrigada pela amizade, carinho, amor e por acreditarem e me incentivarem na busca incessante deste título.

Aos meus irmãos, Walmor e Luizinho, homens de garra, caráter, personalidade e de grandes corações, são minhas melhores companhias, a melhor parte de mim, obrigada por compreenderem meu silêncio, cansaço e minhas ausências.

Aos meus tios (as) tão amados (as) que me motivaram nos momentos de desânimo e, em especial, a Tia Fatinha sempre tão presente na minha vida.

Às minhas amigas de vida Aninha, Juliana, Flávia, Gil, Naty, Marcella (minha cunhada). E também agradeço a Amanda, amiga que a profissão me deu para a vida toda; com vocês por perto tudo se tornou mais fácil!

Aos meus colegas do mestrado, a todos os colegas e profissionais do CRAS de Lima Duarte, que contribuíram de maneira fundamental para a realização deste trabalho. E acima de tudo agradeço a todos aos nossos pesquisados, os sujeitos sociais que nos permitiram realizar este estudo compartilhando suas histórias, seus anseios e suas experiências de vida, sem a participação deles esta dissertação não seria possível de ser elaborada.

*“O correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem”*

Guimarães Rosa

RESUMO

Este trabalho se dedica a analisar a trajetória das famílias assistidas pela política de assistência social, buscando conhecer o universo desses sujeitos sociais e neste processo verificar as implicações dessa política na vida desses usuários.

Nesta perspectiva, ao refletir sobre a situação dos usuários da política de assistência social, devemos considerar as situações sociais vividas por estes sujeitos que demandam por tal política, situação está têm a raiz na estrutural e histórica desigualdade de classe e suas determinações, que se expressam pela ausência e precariedade de um conjunto de direitos como emprego, saúde, educação, moradia, transporte, distribuição de renda, entre outras formas de expressão da questão social.

Com efeito, a assistência social como política social pública de acesso aos direitos de cidadania deve proporcionar condições objetivas para que os seus usuários rompam com o estigma de ser uma população desorganizada, despolitizada e disponível a manobras eleitorais, como frequentemente e tradicionalmente são tratados estes sujeitos sociais.

Para tanto, realizamos um estudo acerca das categorias que nos ajudaram a compreender o nosso objeto e uma pesquisa de campo que nos permitiu analisar a trajetória de 8 (oito) famílias que estão na extrema pobreza e que são assistidas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Lima Duarte (MG).

Com a pesquisa, observamos que o acesso dos usuários a política de assistência pautava-se e ainda hoje se pauta pela qualidade de “destituído”, pela situação de pobreza e pela negação da condição de sujeito de direitos. Várias denominações foram incorporadas à população que acessa a esses serviços, tendo como principais adjetivos aqueles que desvalorizam e subalternizam os usuários e os retiram da condição de cidadão.

Os resultados evidenciaram ainda a importância de se conhecer os assistidos pelas políticas sociais, para que se possa entender efetivamente que os usuários destas políticas são cidadãos e sujeitos de direitos, e para tanto, precisam participar da gestão pública, ter voz, vez e um tratamento cuidadoso para com suas necessidades sociais.

Palavras-chave: Assistência Social, trajetórias, sujeitos sociais.

ABSTRACT

This work is dedicated to analyzing the trajectory of the families assisted by the social welfare policy, seeking to know the universe of these social subjects and in the process see the implications of this policy in the lives of users.

In this perspective, reflecting on the situation of users of social assistance policy, we must consider the social situations experienced by those subjects that demand for such a policy, situation is to have roots in structural and historical class inequality and its determinations, which are expressed the lack and precariousness of a set of rights such as employment, health, education, housing, transportation, income distribution, among other forms of expression of the social question.

Indeed, the social assistance as a public social policy of access to citizenship rights should provide objective conditions for its members break with the stigma of being a disorganized population, depoliticized and available to political maneuvers, how often and are traditionally treated these guys social.

Therefore, we conducted a study on the categories that have helped us understand our object and a field of research that allowed us to analyze the trajectory of eight (8) families who are in extreme poverty and are assisted by the Social Assistance Reference Center (CRAS) in the municipality of Lima Duarte (MG).

Through research, we found that users' access to care policy was ruled up and today is guided by quality "removed" by poverty and the denial of rights to subject condition. Various denominations were incorporated into the population that access to these services, the main adjectives those who devalue and subalternizam users and remove the citizen condition.

The results also showed the importance of knowing those assisted by social policies, so that we can actually understand that users of these policies are citizens and subjects of rights, and for that, they need to participate in public management, have a voice, and a treatment time careful with their social needs.

Keywords: Social assistance, trajectories, social subjects.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1) CAPÍTULO - QUESTÃO SOCIAL, PAUPERISMO E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ELEMENTOS QUE CARACTERIZAM A VIDA DOS USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	18
1.1. A complexa “anatomia” da questão social e o pauperismo: em debate a Lei Geral da Acumulação capitalista.....	20
1.2. A formação sócio-histórica do Brasil, o surgimento da classe operária e o fundamento da superexploração da força de trabalho: algumas considerações.....	34
2) CAPÍTULO – REPENSANDO O BRASIL: A CONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS – EM DESTAQUE A ASSISTÊNCIA SOCIAL E A AÇÃO DOS SUJEITOS NO CENÁRIO DAS LUTAS CONTEMPORÂNEAS.....	63
2.1. O Brasil de 1964 a 1985: Uma análise da autocracia burguesa ao processo constituinte, em debate a assistência social e as lutas dos sujeitos sociais.....	64
2.2. O Brasil de 1985 a 2002: a constituição cidadã, a política de assistência social e a ação dos sujeitos sociais.....	82
2.2.1. Breve análise dos anos de 1985 a 2002: A conformação das políticas sociais com destaque a política de assistência social.....	82
2.2.2. As lutas dos sujeitos sociais: Um período de retrocessos ou conquistas?.....	96
2.3. O Brasil a partir dos anos 2002: O lugar da assistência social nos governos do PT e a luta dos sujeitos.....	100
2.3.1. A política econômica dos Governos do PT e os rebatimentos nas políticas sociais: A contradição do discurso em prol da reafirmação do neoliberalismo.....	100

2.3.2 As lutas sociais frente a uma dualidade: Renovação ou cooptação?.....	106
2.3.3. A política de assistência social no quadro geral das políticas sociais no governo PT: Continuidades e avanços.....	109
2.3.3.1. O reordenamento institucional da política de assistência social no Governo do PT: Algumas problematizações.....	114
2.3.3.2. Família: das determinações legais a sua configuração real.....	119
3) CAPÍTULO – A TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A PESQUISA DE CAMPO.....	124
3.1. Histórico do local onde se gesta a política de assistência social: Conhecendo o território em que vivem os sujeitos pesquisados.....	128
3.1.1. A Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP).....	130
3.1.2. Os indicadores sociais e a política municipal de assistência social.....	131
3.2. Perfil das famílias selecionadas para a pesquisa.....	138
3.3. As trajetórias das famílias na política de assistência social	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	195
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	205
ANEXOS.....	214

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado analisa a trajetória das famílias assistidas pela política de assistência social, na cidade de Lima Duarte (MG). O foco de investigação e questão é conhecer o universo desses sujeitos sociais, e neste processo verificar as implicações da política de assistência social ao longo de suas vidas.

A escolha do local da pesquisa, o município de Lima Duarte (MG), justifica-se por ser a minha cidade de origem e também por ter sido o local em que mais tempo exerci a profissão de assistente social. E ainda, se trata de um município considerado “modelo” pelos demais municípios da região, visto que está em processo avançado de implementação da política de assistência social nos moldes exigidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Cabe apontar que a importância desta pesquisa perpassa pela possibilidade de conhecer as trajetórias das famílias, a partir do estudo da trajetória de cada um de seus membros, o que sem dúvida, permite conhecer melhor o mundo dos envolvidos, quem são, o que pensam, as suas experiências. E, no aspecto acadêmico, esta pesquisa busca colaborar com a produção de conhecimentos sobre a temática, ao auxiliar na análise da política de assistência social e os debates sobre a mesma, já que o objetivo é efetuar uma pesquisa original do objeto delimitado.

O estudo em questão constitui uma modalidade de pesquisa que nos permite compreender a visão dos sujeitos sociais, diante suas próprias experiências e vivências, dos serviços oferecidos pela assistência social. A intenção é verificar, dentre as famílias selecionadas, quantas gerações estão sendo assistidas, os tipos de demandas apresentadas, quais as mudanças que aconteceram na assistência social e como elas repercutiram na vida das famílias, além das tensões enfrentadas neste processo.

Desta forma, pretendemos colaborar com o conhecimento dos sujeitos que conformam o público alvo da política de assistência social, público este que os Assistentes Sociais trabalham diretamente. Este estudo se faz necessário, visto que, o Serviço Social teve os olhos mais voltados para o “Estado e menos para a sociedade; mais para as políticas sociais e menos para os sujeitos com quem trabalha: o modo e condições de vida, a cultura, as condições de vida dos indivíduos sociais são pouco estudadas e conhecidas” (IAMAMOTO, 2007, p. 75).

Assim, ao pensar a condição dos sujeitos que compõem a classe subalterna é pertinente indagar quem são esses sujeitos, que recorrem à assistência social para suprir algumas de suas necessidades, nesta sociedade tão contraditória, injusta e desigual? Vale ressaltar que são

necessidades que, histórica e socialmente produzidas, não se esgotam a meros artifícios materiais, mas diz respeito também ao campo da espiritualidade dos indivíduos (Idem).

É fato que as estruturas perversas do capitalismo globalizado e financeiro geram enormes sofrimentos a esta população. Sofrimentos que se alojam e mergulham na opressão, na exploração e na violação de sua força de trabalho, mas que paradoxalmente impulsionam as lutas por seus direitos e pela cidadania.

Logo, precisamos desde já, reconhecer que as necessidades dos sujeitos assistidos pela política de assistência social são produtos do processo excludente da sociedade capitalista no seu movimento constante pela extração da mais valia e pela destituição dos direitos sociais.

No entanto, longe de identificar a política de assistência social como um mecanismo de superação do capitalismo, como também as demais políticas sociais, a luta das classes tem que ser no sentido de tencionar a estrutura do sistema a atender as demandas sociais da classe trabalhadora e pressionar o Estado a atender prioritariamente os interesses dos trabalhadores.

Este debate é necessário para evitar as armadilhas do discurso idealizado pelo pensamento liberal, que impõe ao campo das políticas sociais o mecanismo de gerenciar a pobreza¹, via manutenção das desigualdades sociais. Tal pensamento entende que as

desigualdades sociais sempre existiram e existirão, o que se pode fazer é minimizar as manifestações extremas da pauperização, por meio de uma melhor distribuição dos produtos do trabalho desde que mantida intocada a distribuição dos meios de produzir e, portanto, as bases sociais em que se erige a sociedade de classes (IAMAMOTO, 2007, p. 25).

Deste modo é preciso destacar que a desigualdade que preside o processo de desenvolvimento do Brasil tem sido uma de suas características históricas, em que o moderno se edifica por meio do arcaico (OLIVEIRA, 2003). A herança histórica do país, atualizando as marcas persistentes e transformando-as no contexto da globalização, confere um ritmo histórico peculiar ao processo de mudanças, em que tanto o novo como o velho se modificam. “Essa coexistência de temporalidades históricas desiguais faz com que a questão social presente, hoje, tanto marcas do passado quanto do presente, radicalizando-a” (IAMAMOTO, 2007, p. 37).

¹ Sobre a definição de pobreza, concordamos com Yazbek (2012, p. 289) que aborda a pobreza como uma das manifestações da questão social, e dessa forma como expressão direta das relações vigentes na sociedade, localizando a questão no âmbito de relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria.

Portanto, é necessário que o trabalho profissional (do assistente social) tome, com urgência, “um banho de realidade brasileira” (Idem), para tanto, este trabalho pretende colaborar procurando dar voz ao segmento dos usuários. Esperamos romper com a lógica instituída de conceitos dados como acabados no campo interventivo ou teórico e buscar o conhecimento através da realidade de quem a vive.

Na pesquisa de campo foram entrevistados 14 (catorze) sujeitos que compunham um total de 8 (oito) famílias, as entrevistas foram realizadas durante os meses de outubro a dezembro de 2014. Para a seleção das famílias, a priori, foi disponibilizado pelo gestor municipal do Programa Bolsa Família uma listagem, proveniente do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com a localização territorial das famílias em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda percapita de até R\$77,00².

Consequente, após investigar os locais de maior concentração destas famílias no território, a pesquisa de campo contou com a colaboração da assistente social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e responsável pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) do município de Lima Duarte, a qual contribuiu com o processo de seleção das famílias que participariam das entrevistas.

Além do fator renda – critério de beneficiamento do Programa Bolsa Família (PBF), foi levado em consideração o fato das famílias estarem sendo assistidas pelos serviços do PAIF e/ou participando dos programas e projetos no âmbito do CRAS³ (ANEXO 3). Procuramos diferentes perfis familiares, para obter uma heterogeneidade e com faixas etárias diversificadas.

A pesquisa realizada com as famílias assistidas pela política de assistência social buscou, por meio do contato e da análise das narrativas, atentarmos para o que nos dizem coletivamente os sujeitos que nessa política vão buscar atendimento. É preciso trazê-los para a cena política, reconhecer as suas potencialidades para poderem disputar outro projeto societário.

Dessa forma, a parte empírica deste trabalho é formada pela fala desses sujeitos. A metodologia adotada para realização da coleta deste material foi fundamentada em técnicas referendadas pelos pesquisadores que trabalham com trajetórias sociais.

² Esta denominação é dada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

³ Neste trabalho deteremos nossas análises ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). No entanto, sabemos da existência do equipamento público Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que é referente a Proteção Social Especial no âmbito do SUAS, mas nosso foco de atenção é na Proteção Social Básica e aos serviços decorrente do CRAS, por ser a área de interesse da pesquisa.

Esta modalidade de pesquisa contribui com o entendimento de que “a vida dos indivíduos não é restrita a apenas um campo, porém é uma mescla de várias esferas sociais (trabalho, religião, política, espaço urbano, dentre outros)” (DOMINGUES JUNIOR, 2010, p. 77).

As trajetórias podem ser consideradas como parte de uma história de vida, um determinado percurso, todavia, “esta trajetória não é, pois, linear, mas um processo de mudanças de relações” (FALEIROS, 1999, p. 74). Assim, como já apontamos, na pesquisa foi importante conhecer a trajetória de cada sujeito, pois esta traz imbricado processo de construção, ou não, de poderes que se entrecruzam configurando mudanças de relações. “Esse processo de mudanças de relações implica rupturas que se manifestam em desavenças, revoltas, resistências, deslocamentos e continuidades que se manifestam como acomodações, integrações, tradições, repetições”. A trajetória dos dominados tem a marca da “exclusão social”, visto que no decorrer de suas vidas, foram de certa forma, privados de seus patrimônios culturais, e também, materiais (Idem, p. 74).

Com efeito, o estudo das trajetórias das famílias assistidas pela política de assistência social como um todo é importante, pois “consideramos que analisar as trajetórias individuais (...) é insuficiente para explicar a avaliação que os atores fazem da sua vida, os melhores e piores momentos, as fases de mudança e de inflexão” (DOMINGUES JUNIOR, 2010, p. 79).

Por meio dessa análise, pretendemos contribuir para o campo de estudo dos serviços, programas, projetos e benefícios desenvolvidos pela política de assistência social, visto que os mesmos “possuem várias lacunas e fragilidades” (Idem, p. 82).

Concordamos com Domingues Junior (2010) quando se refere que,

pelo estudo das trajetórias sociais, entendemos que podemos compreender melhor as consequências dos programas sociais para o indivíduo (beneficiário) e sua família. A análise das trajetórias sociais pode auxiliar, inclusive, para mostrar problemas de eficiência e funcionamento dos programas sociais, algo muito importante para o estudo, à análise e mesmo à ação no campo das políticas sociais (Idem, p. 83).

Neste sentido, nossa intenção foi levantar diferentes características, em uma ordem cronológica, de cada indivíduo e também de suas famílias, observando as relações geracionais apresentadas, isto por meio de entrevistas de longa duração, relacionadas ao acesso e permanência dos indivíduos na assistência social. No entanto, ressaltamos que trabalhar com esta metodologia exige disciplina, organização e atenção, pois em se tratando de entrevistas de longa duração é

importante atentarmos aos detalhes e lapsos temporais, já que os entrevistados ao recuperar suas experiências de vida, se perdem cronologicamente em suas próprias histórias.

Por entrevistas entendemos ser uma técnica adequada para a revelação de “informações sobre assuntos complexos”, e também, para “obtenção de informações sobre o que a pessoa sabe, crê ou espera, sente ou deseja, pretende fazer, faz ou fez, bem como a respeito de suas explicações ou razões para qualquer coisa precedente” (SELLTIZ, 1965, p. 273). As entrevistas colaboraram para conhecermos os protagonistas que são os usuários da política de assistência social, sujeitos marcados por um conjunto de carências, muitas vezes “desqualificados pelas condições em que vivem e trabalham, enfrentando cotidianamente o confisco de seus direitos mais elementares, buscam, na prestação de serviços sociais públicos, alternativas para sobreviver” (YAZBEK, 2007, p. 83).

A partir da nossa proposta de estudo, em que abarca tanto a construção do referencial teórico como a pesquisa de campo, esperamos contribuir com reflexões de grande importância para os assistentes sociais que estão na linha de frente da política de assistência social, e ainda, contribuir com todos os demais profissionais que trabalham, militam ou se interessam pelo assunto aqui apresentado. Além de ser ferramenta para a propagação de conhecimento e para subsidiar novas pesquisas na área.

Ressaltamos que a intenção é colaborar com as produções sobre os usuários dessa política, visto que

a categoria, no seu conjunto, dispõe de uma possibilidade privilegiada de aproximação à vida cotidiana das classes subalternas. Mas essa possibilidade pouco tem se revertido em provocações para a pesquisa que resulte na elucidação da metamorfose e diferenças entre os vários segmentos das classes trabalhadoras e de suas formas particulares de subalternidade, de organização e de lutas (IAMAMOTO, 2008, p. 241).

O presente trabalho se estrutura em três capítulos, sendo o primeiro dedicado a apresentar uma discussão sobre a condição de vida da classe trabalhadora e os elementos que definem sua qualidade de classe explorada no contexto da sociedade capitalista. Isto se faz necessário para compreendermos a relação de dominação e subalternização dos grupos na história brasileira. Logo, por meio desse debate, conhecemos os sujeitos, foco de nosso estudo, dentro das relações de desenvolvimento e expansão da sociedade erguida pelo capital, isto, enquanto classes subalternas, subjogadas pelo processo de pauperização, o qual assola suas vidas cotidianamente.

Ao resgatar a formação sócio-histórica do Brasil o intuito é desvelar o controle da classe dominante sobre a classe subalterna. Visto que esta última classe foi historicamente excluída das decisões do Estado, bem como esteve à margem aos interesses privados dos chefes políticos, sofrendo a repressão aos seus movimentos, esse tipo de ação se tornou a forma de intervenção habitualmente praticada pela classe dominante.

Além disso, vamos retomar as origens das políticas sociais, destacando as ações designadas de assistência social, este debate é necessário para não ser desconsiderada a historicidade e as condições objetivas em que elas surgiram no país. Entender este processo iluminará nosso caminho na compreensão destas políticas na vida dos sujeitos pesquisados.

No segundo capítulo abordamos sobre as configurações da política de assistência social no Brasil e a luta dos sujeitos sociais, tendo como referência a década de 1964 até 1985, 1985 a 2002 e anos a partir de 2002⁴. É preciso pensar a política social, principalmente a de assistência social, enquanto mecanismo de desenvolvimento do capital, que está agindo na reprodução da força de trabalho. E como a organização da classe trabalhadora, os movimentos sociais, atuam no sentido de garantirem a qualidade de vida desta classe, via política social, já que elas são resultados da luta de classe pelo reconhecimento das necessidades dos trabalhadores.

Neste cenário, precisamos também compreender como os movimentos sociais produzem um novo sujeito, um sujeito coletivo, um sujeito diferente do moderno que é um sujeito individualista e racional, necessitamos adentrar no “cotidiano popular”, no intuito de desvendar os novos lugares para o exercício da política (SADER, 1988).

Por fim, no último capítulo procuramos tecer uma reflexão acerca das trajetórias sociais dos usuários da política de assistência social, privilegiando o contexto particular das famílias assistidas pelo CRAS do município de Lima Duarte. Neste capítulo, apresentamos um breve histórico do local onde se gesta a referida política, uma vez que as condições econômicas, sociais e políticas do território influenciam diretamente no modo de ser, viver e sobreviver dos sujeitos que ali habitam. Apresentamos também os critérios de escolha e o perfil das famílias para a realização da pesquisa. E finalizando, enfatizamos sobre as trajetórias sociais das famílias na política de assistência social, isto, a partir da voz dos sujeitos pesquisados e do olhar dos mesmos sobre suas próprias experiências.

⁴ Esta divisão temporal tem caráter didático afim de compreender as políticas sociais, e em especial a assistência social, nos períodos destacados. Isso se fez necessário pensando na metodologia da pesquisa, em que a configuração da assistência social se refletirá diretamente na vida dos sujeitos sociais que recorrem a ela em busca do suprimento de suas necessidades sociais básicas, e ainda para entendermos os tipos de respostas da assistência a estas demandas.

A motivação em investigar o tema iniciou na graduação em Serviço Social pela UFJF, na atividade de Monitoria da disciplina “Trabalho e Serviço Social”, que trouxe a possibilidade de uma aproximação teórica com o assunto apresentado nesse estudo. Com o Trabalho de Conclusão de Curso, houve um aprofundamento ao pesquisar sobre a implementação do SUAS nos municípios de Lima Duarte e Simão Pereira.

Posteriormente, na especialização em Políticas Públicas e Gestão Social, organizada pelo Departamento de Ciências Sociais da UFJF, foi possível realizar um estudo sobre o padrão de cidadania no Brasil, desenvolvendo um olhar atento e compreensivo acerca desta realidade social bem como configurando perspectivas renovadas de intervenção às ações das políticas públicas para as famílias. Neste sentido, percebe-se a importância de aprofundar o conhecimento das relações sociais vivenciadas pelas famílias na atualidade.

Em relação ao exercício profissional, ao trabalhar como assistente social na Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), supervisora do CRAS, ambos no município de Lima Duarte e como coordenadora e assistente social do CRAS do município de Pedro Teixeira (MG), o trabalho com as famílias, consideradas pela PNAS (2004) em situação de “vulnerabilidade social”, tornou-se fonte de aprendizado e curiosidade, devido aos diversos formatos que elas assumem na atualidade. Devido também, às grandes transformações sociais, especialmente as demográficas que atingem diretamente o arranjo familiar, dentre as quais se incluem a maior longevidade humana; e ainda, no aspecto financeiro, as mulheres tomando frente do orçamento familiar; esse quadro tem acarretando mudanças no âmbito familiar. E, por fim, devido as diversas expressões da questão social que estão atravessando cotidianamente a vida dessas famílias, esses elementos trazem graves reflexos nos direitos e deveres de seus membros.

As razões que me levaram a construir essa proposta de estudo que aqui apresento, são frutos de várias inquietações tecidas durante a minha trajetória acadêmica e profissional. A pesquisa sobre a trajetória das famílias assistidas pela política de assistência social trazem desafios emanados dos processos sociais contemporâneos, demandam a importância da reflexão crítica, sobretudo, para o Assistente Social, que cada vez mais é chamado para atuar neste campo. Questões importantes devem ser pensadas e refletidas, pois, por meio da análise da realidade social, da formulação de políticas dirigidas às famílias é possível atuar na garantia e ampliação dos direitos e da justiça social.

Como já apontado, o interesse pela política de assistência social começou através da minha vida acadêmica e da inserção profissional neste espaço, como coordenadora e assistente social dos

CRAS's de dois municípios de pequeno porte. Este interesse se intensificou no Mestrado de Serviço Social/UFJF, e para isso, foi relevante a minha inserção no grupo de pesquisa “Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social em Juiz de Fora: Uma análise a partir dos assistentes sociais e usuários do SUAS” – financiada pelo CNPq e pela UFJF, sobre a coordenação da professora Carina Berta Moljo, que conta com a participação de outros alunos do mestrado em Serviço Social, alunas de iniciação científica e de treinamento profissional do curso de graduação em Serviço Social. Compor este grupo me proporcionou uma reflexão mais crítica sobre as questões relativas ao objeto da pesquisa desta dissertação, além de ser um espaço acadêmico importante para outras descobertas e para nos aproximar de novos conhecimentos. Logo, a participação no grupo foi importante para as construções teóricas e das categorias que permeiam este trabalho.

Enfim, este estudo é resultado de algumas indagações que possuo perante o trato com os usuários da política de assistência social. O interesse em analisar as trajetórias familiares surgiu devido à escassez de produção científica que dá voz e espaço aos sujeitos assistidos pela assistência social, visto que são indivíduos “a quem foi negada a dimensão de sujeito, porque não podem construir a própria vida como desejam” (YAZBEK, 2007, p. 158).

A realização desta dissertação é a materialização de um desejo de dar continuidade aos estudos e realizar pesquisas, pois é por meio deste processo que se alcança as mais importantes conquistas intelectuais. A experiência de conhecer uma realidade e se debruçar sobre um objeto, conferiram crescimentos e desafios, como pesquisadora, já que o universo desta exige disciplina, dedicação e organização.

A proposta de estudar as trajetórias dos assistidos pela assistência social oferece instrumentos importantes para pensar a política, reflexão que traz à tona elementos como o seu alcance, sua funcionalidade e seus impactos. Portanto, esta análise pode ainda se reverter em melhorias para a política de assistência social, visto que coloca em pauta sua efetividade a partir do olhar de seus usuários.

CAPÍTULO I - QUESTÃO SOCIAL, PAUPERISMO E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ELEMENTOS QUE CARACTERIZAM A VIDA DOS USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

“Que nunca se diga: isso é natural, para que nada passe por imutável...”.

Bertold Brecht

O objetivo deste capítulo é oferecer uma discussão acerca da situação de vida da classe trabalhadora e os elementos que definem sua condição de classe explorada no contexto da sociedade capitalista.

Para isso, inicialmente, será abordado uma reflexão sobre as determinações da Lei Geral da Acumulação Capitalista em que colabora com o entendimento do pauperismo e desmitifica a “anatomia” da questão social, nos termos de Netto (2001). Este debate em linhas gerais, propõe uma ponderação sobre a lógica de organização dessa sociedade que privilegia o lucro do capital em detrimento da miséria da classe trabalhadora. E por causa deste lucro e da intensa valorização do capital, milhares de pessoas ficam impossibilitadas de proverem seus meios de vida.

Neste sentido, este debate se faz necessário para compreendermos a situação de vida dos usuários da política de assistência social, no intuito de desvendar o universo desses sujeitos sociais e apreender a complexidade das expressões da questão social que assolam suas vidas.

Deste modo, vamos fazer algumas considerações sobre o modo de produção capitalista que tem como fundamento a exploração da força de trabalho, a produção de mais-valia e a tendência à intensificação da exploração. Estes elementos solidificam a lei do valor, a valorização do capital e a sua reprodução ampliada.

Em linhas gerais, o sistema capitalista em sua essência, baseia-se no trabalho assalariado, o trabalhador vende sua força de trabalho para o capitalista (burguês), que por sua vez o explora garantindo o acúmulo e o lucro por meio da extração da mais-valia, sendo a causa das desigualdades sociais.

O capitalista acumula riqueza em detrimento do aumento da pobreza dos trabalhadores. Esta contradição leva a classe trabalhadora às malhas do pauperismo, contribuindo assim, para o não atendimento de suas necessidades básicas de subsistência que garantem a reprodução da força de trabalho. Estas condições induzem os trabalhadores a se organizarem e lutarem por melhores

condições de vida, de trabalho e de existência, tornando visíveis as expressões da questão social. Logo, podemos compreender que o surgimento da questão social está diretamente vinculado ao desenvolvimento das forças produtivas intensificadas no capitalismo.

A questão social revela-se nas lutas sociais⁵, partidárias ou sindicais, que as classes sociais vêm travando ao longo da formação socioeconômica capitalista do Brasil. Muitas vezes, o aparelho estatal, a Igreja e o mercado aproveitam dessas lutas para harmonizar os conflitos e as contradições decorrentes das relações sociais de produção, retardando seu reconhecimento ou legitimidade e dispensando um tratamento que tem visado apenas garantir os interesses das classes dominantes.

Somente a luta de classe, a resistência e força dos trabalhadores, impõem limites à exploração capitalista. Do ponto de vista desta classe, as contradições do modo de produção capitalista e a sua contradição fundamental capital x trabalho, só serão superadas pela revolução, com a tomada do poder de Estado pelos trabalhadores e seus aliados, num longo processo para a construção “de uma ordem social que vá além dos limites do comando do capital” (NETTO, 2001, p. 49), com a derrota definitiva do capitalismo e o fim da sociedade dividida em classes.

Tendo por base autores que procuram conhecer a realidade pela perspectiva crítica, buscamos com este capítulo, captar os elementos que conformam a cultura brasileira e que caracterizam e explicam a situação da classe subalterna. Classe que com a vida fragmentada, desprovida de sua própria condição social, submetida à exploração e a opressão, deve ser superada historicamente, à medida que deixa de sê-la para entrar em disputa no setor da hegemonia com a classe dominante (GRAMSCI, 2002).

A viagem começa na sociedade colonial e chega à sociedade contemporânea, o que nos permite de imediato compreender que tal processo não pode ser entendido fora das condições sócio-históricas da formação social brasileira, a qual dará bases para aproximarmos do conhecimento da realidade de vida das famílias objeto da presente pesquisa.

Neste sentido, procuramos entender as trajetórias históricas, políticas, econômicas e sociais que o país atravessou ao longo dos tempos, isto é importante para contextualizar o chão em que se gesta a pesquisa proposta nesta dissertação. Visto que, não podemos deixar de destacar que as formações, social e política da sociedade brasileira não foram favorecedoras de espaços de lutas por conquistas de direito e cidadania. Ao contrário, a instituição dos direitos, no Brasil, surgiu com uma lógica invertida, a de concessões e de benesses. Simultaneamente a este contexto abordamos

⁵ Concordamos com Duriguetto (2008) quando afirma que as lutas sociais são os desdobramentos sócio-político, no campo da sociedade civil, das contradições do desenvolvimento capitalista que se materializam na chamada questão social.

também sobre a formação da classe operária no Brasil, suas possibilidades e limites dentro do cenário descrito.

Para complementar esta análise, vamos expor sobre a superexploração da força de trabalho que caracteriza, inclusive, a situação dos usuários da política de assistência social, já que agrava a situação social vivida por estes sujeitos, diante a violação da força de trabalho.

Haverá superexploração do trabalho sempre que os índices salariais do conjunto dos trabalhadores, representativos dos preços da força de trabalho, tiverem queda em face do múltiplo constituído pelos de qualificação e intensidade do trabalho, que representam o valor desta. Haverá ainda superexploração quando, em situação de relativo desenvolvimento tecnológico, os preços da força de trabalho forem insuficientes para atender as necessidades básicas de consumo do trabalhador, que vive em situação de pobreza estrutural, não reproduzindo plenamente sua força de trabalho (MARTINS, 2013, p. 37).

A categoria superexploração contribui com o entendimento da condição dos usuários da política de assistência social. Tendo como base o caso brasileiro, os sujeitos ao ingressarem no mercado de trabalho (informal e/ou formal), tem sua força de trabalho violada, não conseguindo se manter e atender as suas necessidades sociais básicas e de sua família. Com isso, observamos que o processo de pauperização no país está vinculado a própria dinâmica do trabalho, visto que o salário destes trabalhadores não viabiliza a reprodução de sua força de trabalho, agravando as condições de pobreza, o que faz com que estes sujeitos busquem e, em uma perspectiva mais ampla, se tornam dependentes da política de assistência social.

1.1. A complexa “anatomia”⁶ da questão social e o pauperismo: Em debate a Lei Geral da Acumulação Capitalista

Ao abordar sobre as expressões da questão social na sociedade regida sobre o modo de produção capitalista, exige-se enfrentar uma temática complexa e ampla. Para tanto, neste item abordamos o assunto, no intuito de caracterizar o processo de pauperização, sendo esse um momento central e fundante da acumulação capitalista.

⁶ Termo usado por José Paulo Netto, para maiores esclarecimentos ver: NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. In: Temporalis/Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3. Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

A partir do entendimento que somente com conhecimento rigoroso do processo de acumulação e produção capitalista pode-se apreender a dinâmica da questão social, esta evidência contribui para desvelar a relação do particular com a totalidade, “suas conexões explicitadas e seu significado esclarecido para além de sua imediatez fenomênica” (SOUZA FILHO, 2003, p.123), e ainda, evita problemas com análises que oculta o movimento concreto do objeto.

Neste sentido, como destaca Netto (2001),

A análise marxiana da “lei geral da acumulação capitalista”, contida no vigésimo terceiro capítulo do livro publicado em 1867, revela a anatomia da “questão social”, sua complexidade, seu caráter de corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios (Idem, p. 45).

Por este motivo, desde a crítica da economia política, desenvolvida por Marx, sabe-se que as expressões da questão social como o desemprego e a pauperização, não são estranhos e nem novos para um modo de produção que se baseia na exploração do trabalho e na apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Esta situação deixa aos trabalhadores a possibilidade apenas da venda de sua força de trabalho, como meio de obter sua reprodução física e espiritual (MARANHÃO, 2009).

Para esta análise é importante aprofundar o entendimento sobre a mais-valia, visto que ela é a lei econômica fundamental do capitalismo, ou seja, a produção do máximo de mais-valia é o objetivo supremo do Modo de Produção Capitalista. Além disso, compreender o processo de pauperização exige entender as leis gerais sobre as quais se assentam o regime de acumulação capitalista, que levam ao aumento do capital e aumenta também a massa de pobres trabalhadores, a saber: trabalhadores assalariados, cuja força de trabalho se metamorfoseia em crescente força de exploração a benefício do crescente capital (SOTO, 2003).

A pobreza do trabalhador se constitui em consequência e condição necessária da existência do regime, e é justamente essa condição de necessidade que funda a base essencial da riqueza. Deste modo, esta situação é determinante e fundamental, visto que a miséria é condição de existência da sociedade capitalista, ou seja, esta sociedade só existe porque se cimenta a miséria (Idem).

Em relação a teoria da mais-valia, formulada por Marx (2012), ela revelou o segredo da exploração capitalista. Esta teoria mostra à classe trabalhadora as verdadeiras causas das suas privações e das expressões da questão social que atingem suas vidas. De maneira geral, mostra que

a opressão da referida classe não resulta do acaso, do arbítrio dos capitalistas particulares, mas de todo o sistema, e sobretudo, da própria natureza das relações de produção capitalista.

Deste modo, podemos afirmar que a maior riqueza produzida na sociedade capitalista não gera a sua maior distribuição, mas sim a sua acumulação. Quanto maior a riqueza socialmente produzida, maior a acumulação dela por uma parcela pequena de pessoas, ou que dela se apropriam por meio da exploração da mais valia. E também, maior a pauperização da maioria, já que pouco lhe resta em relação à riqueza por eles produzida.

Na base da teoria da mais-valia, Marx (2012) revelou a causa das contradições antagônicas entre os trabalhadores e a burguesia, mostrou a inevitabilidade da luta de classes na sociedade burguesa, cujo crescimento conduz objetivamente à derrota revolucionária do capitalismo.

Portanto, na essência do capitalismo está a mais valia que se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada ou intensificação do mesmo processo de trabalho (MARX, 2012).

A transformação de dinheiro em capital tem de ser explicada à base das leis imanentes da troca de mercadorias, e, desse modo, a troca de equivalentes serve de ponto de partida. Nosso possuidor de dinheiro, que, no momento, prefigura o capitalista, tem de comprar a mercadoria pelo seu valor, vendê-la pelo seu valor e, apesar disso, colher, no final do processo, mais valor do que lançou (Idem, p. 196).

Segundo Marx (2012) no processo de produção da mercadoria, ao capitalista interessa a produção de valores-de-uso somente por serem, e enquanto forem, substrato material e possuir valor-de-troca. A partir daí tem-se dois objetivos: primeiro quer produzir um valor-de-uso, que tenha um valor-de-troca, uma mercadoria. O outro objetivo quer produzir uma mercadoria de valor superior que o valor do conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, ou seja, produzir uma mercadoria mais valorizada que a despesa de capital inicial gasto com os meios de produção e a força de trabalho.

Comparando o processo de produzir valor com o de produzir mais valia, veremos que o segundo só difere do primeiro por se prolongar além de certo ponto. O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais valia (valor excedente) (Idem, p. 220).

Observamos que é o processo de produção capitalista que viabiliza a mais valia ou mais valor, o processo de valorização começa quando cessa o trabalho necessário para a sobrevivência do trabalhador, e neste momento que inicia o mais valor.

Com efeito, a consequência do fato do capitalista fazer o trabalhador trabalhar para ele sem o pagamento durante uma parte do dia, constitui a mais valia. Para o trabalhador o dia de trabalho se divide no tempo de trabalho necessário, o trabalhador produz para a realização de suas necessidades, ou o valor deste; por essa parte do trabalho, ele recebe o equivalente na forma de salário (Idem).

A segunda parte do tempo de trabalho, o trabalhador é explorado, momento da produção da mais valia, isto é, ele não recebe qualquer equivalente ao trabalho realizado neste espaço de tempo. Vale destacar que a mais valia é a materialização do trabalho não pago.

Em suma, a lei da produção capitalista é apresentada por Marx da seguinte maneira: a relação entre capital, acumulação e salários é somente a relação entre o trabalho gratuito, tempo de trabalho excedente, que se transforma em capital e o trabalho adicional necessário, tempo de trabalho necessário, para pôr em movimento esse capital suplementar. Vale ressaltar que isso se trata apenas, nos termos de Marx, da relação entre trabalho não pago e trabalho pago da mesma população trabalhadora.

O processo de exploração não é uma vinculação ao baixo atendimento das necessidades do trabalhador, esta relacionada ao tempo socialmente necessário da produção, dito de outro modo, a exploração se efetiva com o trabalho não pago, com o sobretrabalho, ou seja, com a mais valia ou ainda, com o trabalho realizado e não remunerado, o que caracteriza o trabalho excedente.

Conforme Marx (2012) explicita,

o capital transforma-se, além disso, numa relação coercitiva, que força a classe trabalhadora a trabalhar mais do que exige o círculo limitado das próprias necessidades. E, como produtor da laboriosidade alheia, sugador de trabalho excedente e explorador da força de trabalho, o capital ultrapassa em energia, em descomedimento e em eficácia todos os sistemas de produção anteriores fundamentados sobre o trabalho compulsório direto (Idem, p. 356).

A partir do exposto, verificamos que essa voracidade do capital por força de trabalho e mais valia produz um quadro contraditório em que, o mecanismo do próprio processo de acumulação “aumenta, juntamente com o capital, a quantidade dos ‘pobres laboriosos’, isto é, dos assalariados, que transformam sua força de trabalho em força de valorização crescente do capital que está sempre se expandindo” (MARX, 1985, p. 716).

Como assinalamos, o processo de acumulação de capital apresenta duas consequências, por um lado um enorme crescimento da riqueza, e por outro lado um enorme crescimento da pobreza.

Esse processo de concentração da riqueza e contraditoriamente concentração da pobreza é verificável desde o início do capitalismo. Assim, ao tratar da Lei Geral da Acumulação Capitalista desvenda o fenômeno originário do pauperismo.

Se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população (Idem, p. 733).

Cabe salientar que, fundamentalmente, o Exército Industrial de Reserva (EIR) é importante por propiciar material humano em situações variáveis de expansão do próprio capital e por ser uma forma de regulamentação salarial.

Segundo Marx (1985), o EIR ao oferecer material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital provoca, sobretudo, a condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas.

Em relação ao movimento dos salários, este deve ser investigado dentro da dinâmica da acumulação. Marx (1985) expõe dois resultados principais que mostram o efeito da acumulação sobre os salários. O primeiro refere-se a relação entre acumulação e salários, concluindo que estes últimos são regulados pelo EIR e o segundo diz respeito a natureza cíclica da formação desse mesmo exército.

O EIR interfere no salário, que está diretamente vinculado à relação de oferta e procura da força de trabalho no mercado. Isto é, esse exército tem uma função econômica e política, e nesse caso quem sai em vantagem, são aqueles que compram a força de trabalho, que obedece à lógica da oferta e procura, quanto maior a oferta de mão de obra menor o seu preço ou salário. E finalmente, o EIR tem uma importância ideológica, que em contexto de desemprego, os trabalhadores empregados sofrem a ameaça de serem substituídos por outro trabalhador que aceitará trabalhar em condições piores. Por meio dessa ameaça, ao temer o desemprego, a classe trabalhadora acaba aceitando perdas salariais e de direitos trabalhistas.

Em síntese, a Lei Geral da Acumulação Capitalista refere que,

quanto maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, tanto mais precária, portanto, sua condição de existência, a saber, a venda da própria força para aumentar a riqueza alheia ou a expansão do capital (MARX, 1985, p. 748).

Este fenômeno cria o pauperismo, que “constitui o asilo dos inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva” (Idem, p. 747). A consequência mais clara da Lei Geral da Acumulação Capitalista e do pauperismo é a questão social que pode ser entendida como o conjunto dos processos de desigualdade, pobreza, miséria, exclusão causados pela contradição capital x trabalho, e as diversas formas de resistência e luta que os trabalhadores opõem ao capitalismo. Visto que não existe capitalismo sem acumulação, a questão social é insuprimível nos marcos da sociedade capitalista (IAMAMOTO, 2007).

Ainda dentro deste processo, com o desenvolvimento desse modo de produção e com a incorporação de maquinarias e técnicas modernas na produção das mercadorias, ocorreu uma ampliação na parte constante do capital e uma diminuição do capital variável, por meio do descarte de grande parte da força de trabalho empregada. Com o surgimento da grande indústria, então, o capitalista intensifica a procura por tecnologias poupadoras de trabalho humano, com o intuito de realizar a subsunção real do trabalho ao capital, diminuindo o tempo de produção de uma mercadoria e a rotação do capital, e consequentemente, ampliando seus lucros.

A partir deste processo, o capital cria uma verdadeira superpopulação relativa de trabalhadores, reunindo-a em torno do centro urbano e fazendo dele um inesgotável reservatório de força de trabalho. Isto é, uma população que se torna necessária à acumulação do capital na medida em que é desnecessária a produção. Implica dizer que,

com a expansão da superpopulação relativa, cria-se assim tanto uma população proletarizada, sempre pronta a atender aos anseios do capital por trabalho, como também, uma massa de desocupados duradouros e miseráveis que estão totalmente espoliados dos mais básicos meios de subsistência (MARANHÃO, 2009, p. 105).

Neste aspecto, o processo de acumulação capitalista produz uma população supérflua e subsidiária às necessidades do capital. Para Marx (1985, p. 743), todo trabalhador desempregado ou parcialmente empregado faz parte deste grupo e há três formas como essa superpopulação pode se apresentar, sendo ela flutuante, latente ou estagnada.

De maneira geral na superpopulação flutuante os trabalhadores ora são repelidos, ora são atraídos e aumenta o número dos empregados, embora em proporção que decresce com o aumento

da escala da produção. A latente são trabalhadores que podem migrar para a zona industrial, já a estagnada são os que têm atividade, mas com ocupação totalmente irregular (Idem). E por fim, o mais profundo sedimento da superpopulação relativa, o pauperismo, estando inclusos aqui os aptos para trabalhar, em condições cada vez mais precárias e executando atividades degradantes, neste caso podemos enquadrar os sujeitos assistidos pela política de assistência social.

Segundo Yamamoto (2008, p.158), a “lei geral da acumulação se expressa, na órbita capitalista, às avessas: no fato de que parcela da população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de seu emprego para os fins de valorização do capital”, isto é, acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se nestes termos, a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista.

Portanto, para entender o processo de pauperização deve-se ter em mente que ele só pode ser explicado na sociedade capitalista em relação à contradição de classes. Para compreender as expressões da questão social e as formas de resistências é necessário conhecer as determinações imposta historicamente pelas contradições próprias do modo de produção capitalistas e as lutas de classes. Tais determinações constituem a realidade concreta na qual os sujeitos históricos se movem.

A dinâmica societária da ordem do capital não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui como sua estrutura, já que a cada novo estágio de seu desenvolvimento ela coloca em pauta expressões sócio humanas, diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser. O problema consiste em determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração (NETTO, 2001).

Ao problematizar a Lei Geral da Acumulação Capitalista em sua forma contemporânea, Netto (2001) afirma que precisamos considerar a complexa totalidade dos sistemas de mediações em que ela se realiza,

sistemas nos quais, mesmo dado o caráter universal e mundializado daquela “lei geral”, objetivam-se particularidades culturais, geopolíticas e nacionais que, igualmente, requerem determinação concreta. Se a “lei geral” opera independente de fronteiras políticas e culturais, seus resultantes societários trazem a marca da história que a concretiza. Isto significa que o desafio teórico acima salientado envolve, ainda, a pesquisa das diferencialidades histórico-culturais (que entrelaçam elementos de relações de classe, geracionais, de gênero e de etnia constituídos em formações sociais específicas) que se cruzam e tencionam na efetividade social. Em poucas palavras: a caracterização da “questão social”, em suas manifestações já

conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais (Idem, p. 48-49).

Com base na obra de Marx (1985), compreendemos a questão social como a expressão mais desenvolvida de um tipo de exploração diferenciada “que se efetiva num marco de contradições e antagonismos que a tornam, pela primeira vez na história registrada, suprimível sem a supressão das condições nas quais se cria exponencialmente a riqueza social” (Idem, p. 46), uma vez que a produção da riqueza é coletiva, mas sua apropriação é privada.

Ao tratar da conceituação das expressões do pauperismo como questão social, Mota (2012) assinala que essa conceituação

teve origem na própria burguesia, que assim o fez ao reconhecer novas características nesta pobreza: além da condição de sobrança, estes indivíduos pobres e sem meios de produção poderiam se organizar enquanto classe, exigindo reformas, melhores condições de trabalho, ganhos econômicos e, no limite, a supressão do capitalismo, obrigando as classes dominantes a adotarem medidas de enfrentamento e superação da questão social (Idem, p. 27).

A expressão questão social surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história de uma Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. Neste cenário, o pauperismo “constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial – concorrencial e não por acaso engendrou uma copiosa documentação” (NETTO, 2001, p. 42).

Assim, verificamos que a questão social teve seus desdobramentos ao longo dos séculos e inclusive na cena contemporânea, na qual continua sendo gerada pelas relações sociais, políticas, culturais e econômicas, e principalmente, é determinada pela relação “capital/trabalho – a exploração” (Idem, p. 45).

Sendo ocasionada por grandes transformações econômicas, sociais e políticas, desencadeada pelo processo de industrialização na Europa, com a “tomada de consciência” por parte da classe trabalhadora de sua condição de exploração, em que o desenvolvimento econômico crescia na mesma proporção que o pauperismo (Idem). Já a partir da segunda metade do século XIX é apropriada pelo campo conservador para indicar um conjunto de desigualdades, desemprego, fome, violência, doenças que seriam próprias a qualquer sociedade.

Yazbek (2008) comunga com a compreensão de Netto e Iamamoto no que diz respeito à análise da questão social. A autora reitera que,

a questão social se expressa pelo conjunto de desigualdades sociais engendradas pelas relações sociais constitutivas do capitalismo contemporâneo. Sua gênese pode ser situada na segunda metade do século XIX quando os trabalhadores reagem à exploração de seu trabalho. Como sabemos, no início da Revolução Industrial, especialmente na Inglaterra, mas também na França vai ocorrer uma pauperização massiva desses primeiros trabalhadores das concentrações industriais. A expressão questão social surge então, na Europa Ocidental na terceira década do século XIX (1830) para dar conta de um fenômeno que resultava dos primórdios da industrialização: tratava-se do fenômeno do pauperismo (Idem, p. 76).

Ao tratar a questão social como categoria central na interpretação da divisão da riqueza social, verifica-se que ela está evidenciada devido à divisão da sociedade em classes, em que a apropriação da riqueza socialmente produzida é realizada de modo desigual por estas classes. Como assinalamos a contradição capital e trabalho, que é inerente e não eliminável na sociedade burguesa, fundamenta a existência da questão social, ou seja, é uma categoria definida no âmbito do modo capitalista de produção.

Em conformidade com esse debate, Iamamoto (2001) refere-se que sua premissa de análise sobre a questão social é que ela é

indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe, acerca de concepções e propostas para a condução das políticas econômicas e sociais (Idem, p. 10).

Mota (2012) salienta que em termos categoriais, à produção e reprodução material e social da sociedade capitalista, tem como mediação essencial o trabalho humano enquanto ato fundante da sociabilidade, cujas formas se modificam historicamente. Processo este marcado pela desigualdade social e que determina a existência das classes sociais, das ações práticas de dominação e resistência, e sobretudo, das táticas coercitivas e de lutas que interferem nas relações sociais no capitalismo.

A questão social requer no seu enfrentamento, “a prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento à responsabilidade do Estado (...), condensando um processo histórico de lutas pela democratização (...)” (IAMAMOTO, 2001, p. 10). Visto que a cada dia o acesso aos direitos é restrito e a questão social se multiplica em diversas bases e expressões.

Neste contexto, as manifestações da questão social tem se transformado em problema de violência, caos (IANNI, 2004). O trato da questão social se contemporaneiza, recuperando a noção de classes perigosas, não mais laboriosas, exposta a repressão e à extinção, como afirma Iamamoto (2001). A autora aponta que as formas de intervenção na questão social na contemporaneidade perpassam por programas assistenciais focalizados na pobreza ou expressões de violência reforçadas pelo braço coercitivo do Estado aos considerados subalternos.

A questão social na contemporaneidade decorre de fatos que atribuem novas mediações históricas à sua produção. Iamamoto (2001) destaca os aspectos centrais nesta análise.

O primeiro aspecto a ser destacado refere-se a ampliação das desigualdades distribuídas territorialmente, isto é, a maior concentração de renda e em consequência o aumento da pobreza (Idem). Assim, verificamos que a acentuada desigualdade social e o grande contingente populacional em situação de pobreza fizeram, e ainda fazem parte do cenário brasileiro ao longo de sua história.

As desigualdades sociais são reconhecidas e necessitam da intervenção do Estado na regulação pública das condições de vida e trabalho dos trabalhadores. Nesse cenário e com o desenvolvimento da industrialização e urbanização, são institucionalizados na área Estatal mecanismos complementares ao campo familiar, religioso e comunitário de proteção social, formas de proteção vigente, conformando o surgimento da Política Social nas sociedades industrializadas.

O segundo aspecto refere-se às transformações nas relações de trabalho e a expansão capitalista com decorrência do avanço tecnológico, visto que há mudanças na esfera da produção em que o padrão fordista-taylorista tende a ceder liderança a “especialização flexível” (PIORE E SABEL apud IAMAMOTO, 2001, p.19).

Outro aspecto considerando a conjuntura analisada é o reordenamento nos papéis do Estado e sociedade civil, orientado pela ideologia neoliberal (IAMAMOTO, 2001). O Estado restringiu sua atuação, apenas à função de regulador das relações sociais, concentrando esforços no desenvolvimento e ampliação dos projetos econômicos que eram considerados prioridades.

Nesse sentido, o tratamento dado a questão social e as estratégias de seu enfrentamento, como por exemplo, as políticas sociais, passam a ser atribuídas a parcelas da sociedade civil e da iniciativa privada.

A resultante é um amplo processo de privatização da coisa pública: um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional e nacional, renunciando a dimensões importantes da soberania da

nação, em nome dos interesses do grande capital financeiro e de honrar os compromissos morais com as dívidas interna e externa (Idem, p. 20).

O Estado reduz a intervenção frente às refrações da questão social, isto ocorre mediante a restrição dos gastos na área social e em decorrência de sua crise fiscal. Netto (2012) complementa ao afirmar que em decorrência das exigências do grande capital, o projeto restaurador se resume no tríptico mote da flexibilização, desregulamentação e da privatização.

Tais processos afetam não só a economia e a política, mas sobretudo, as formas de sociabilidade. O mercado tornou-se o regulador da vida social, ou seja, uma matriz estruturadora, que tem uma lógica produtivista que “erige a competitividade, a rentabilidade, a eficácia e eficiência em critérios para referenciar as análises sobre a vida em sociedade” (IAMAMOTO, 2001, p. 21). Esse é o último aspecto que a autora atribui as novas interferências à questão social contemporânea, que como os demais, tem rebatimentos graves na vida dos sujeitos sociais.

Conforme aponta Iamamoto (2008) a transferência de riqueza entre as classes sociais e entre os países, tem como determinante o aumento do desemprego, da precariedade do trabalho, das exigências de conter os salários, da “flexibilidade” das condições de trabalho, além do desmonte dos sistemas de proteção social.

Neste quadro a autora ressalta ainda que o capital internacionalizado produz a concentração de riqueza, de um lado, e em outro, a polarização da pobreza e da miséria, potenciando a lei geral da acumulação capitalista, em que se sustenta a questão social.

Para tanto, a redução do trabalho protegido em prol do processo de financeirização e mundialização da economia, que impulsiona a acumulação, tem no seu verso a expansão do trabalho precário, temporário, subcontratado, com a perda de direitos e ampliação da rotatividade da mão-de-obra (IAMAMOTO, 2008).

Esse processo provoca a polarização da classe trabalhadora. Por um lado, um grupo central, proporcionalmente restrito, de trabalhadores regulares, com cobertura de seguros e direitos de pensão, dotados de uma força de trabalho de maior especialização e salários relativamente mais elevados. Por outro lado, um amplo grupo periférico, formado de um contingente de trabalhadores temporários e/ou de tempo parcial, dotados de habilidades facilmente encontráveis no mercado, sujeitos aos ciclos instáveis da produção e dos mercados. A ampliação de trabalhadores temporários expressa o aumento da subcontratação de pequenas empresas, que agem como escudo protetor das grandes corporações, enquanto transferem os custos das flutuações dos mercados à internalização da produção (Idem, p.119).

Estas mudanças encontra-se na base da precariedade do trabalho e da falta deste, que leva à ociosidade forçada de grande parte dos trabalhadores aptos a exercerem a atividade, mas expulsos do mercado, engrossando a superpopulação relativa para as necessidades do capital.

Decorrente deste processo de finaceirização e das modalidades de extração da mais valia, os resultados são desastrosos, visto o agravamento da exploração e da desigualdade social, o crescimento de segmentos da população excluídos dos mercados, uma vez que não conseguem transformar suas necessidades sociais em demandas monetárias. As opções que restam a este segmento são a “violência e a solidariedade” (Idem, p. 123).

Ao aprofundar o debate sobre a “forma” que a questão social assume atualmente, Iamamoto (2009) afirma que,

a hipótese é que na raiz da “questão social” na atualidade, encontra-se as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo – das instituições e mercados financeiros e empresas multinacionais, enquanto forças que capturam o Estado, as empresas nacionais e o conjunto das classes e grupos sociais, que passam a assumir os ônus das chamadas “exigências dos mercados”. Existe uma estreita relação entre a responsabilidade dos governos, nos campos monetário e financeiro, e a liberdade dada aos movimentos do capital transnacional para atuar, no país sem regulamentações e controles, transferindo lucros e salários oriundos da produção para se valorizarem na esfera financeira. Esse processo redimensiona a “questão social” na cena contemporânea, radicalizando as suas múltiplas manifestações (Idem, p. 31).

O processo de finaceirização do capital, em consonância com papel do Estado que não deixa de ser essencial como regulador, beneficia o empresariado e os investidores, o que vai em direção oposta as necessidades da maior parcela da sociedade. Este fato aprofunda a desigualdade de toda espécie e “torna paradoxalmente invisível o trabalho vivo que cria a riqueza e os sujeitos que o realizam” (Idem, p. 31).

Em outras palavras a questão social hoje apresenta particularidades históricas, cuja mediação fundamental para sua compreensão é o capital financeiro, que é a forma mais fetichizada do capital, onde a mediação da produção desaparece. Pensar a questão social hoje supõe analisar dois elementos que a atualizam: o mercado financeiro e a dívida pública, que foi o principal instrumento para alimentar este capital. O grande sujeito, o capital financeiro, subordina o Estado, e é ele quem subordina a política do Estado, assim, temos um Estado cada vez mais forte para o capital e fraco para o trabalho. As consequências desta subordinação são visíveis: retirada de

direitos sociais já conquistados, flexibilização das relações de trabalho, aumento da pobreza e da barbárie (IAMAMOTO, 2008).

O predomínio do capital fetiche conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da questão social na área das finanças. Nessa perspectiva, a *questão social* é mais do que as expressões de pobreza, miséria e “exclusão”. Condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetiche. A subordinação da sociabilidade humana às coisas – ao capital-dinheiro e ao capital mercadoria -, retrata, na contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz, como barbárie social (Idem, p. 125).

Ao tratar da questão social frente ao Estado burguês no capitalismo monopolista, Netto (2005, p. 36) refere-se que o Estado em face da questão social concomitantemente corta e recupera o ideário liberal, explica que “corta-o, intervindo através de políticas sociais, recupera-o, debitando a continuidade das suas sequelas aos indivíduos por elas afetados”.

A lógica é que o Estado implementa medidas públicas para amenizar as refrações da questão social, por meio de políticas sociais, no entanto, a continuidade de seus efeitos é transferida para o espaço da responsabilidade dos sujeitos individuais que as experimentam. Assim, as políticas sociais decorrem, muitas vezes, da capacidade de mobilização e organização dos trabalhadores, e é utilizada como antecipação estratégica para conter o movimento (Idem).

Observa-se que aos poucos, os trabalhadores vão se organizando como classe, em sindicatos e partidos proletários, como movimento operário, com suas lutas, mobilizando, reivindicando e alcançando melhores condições de trabalho e proteção social. Por meio de sua ação organizada, os trabalhadores e suas famílias ascendem à esfera pública, colocando suas reivindicações e evidenciando que a pobreza por ele vivida é resultante da forma de estruturação da sociedade capitalista.

Deste modo é por meio da política social que o Estado procura “administrar as expressões da ‘questão social’ de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mais operantes” (Idem, p. 30).

O Estado intervém de forma fragmentada e parcializada, pois se fosse de outro modo, tomar a questão social como configuradora de uma totalidade é remetê-la à relação capital/trabalho,

o que se contrapõe aos alicerces da ordem estabelecida e coloca em risco os fundamentos da burguesia (Idem).

De maneira geral, a questão social hoje está identificada com as feições da mundialização, que se conformam nas últimas décadas e ganham contornos evidentes em torno da financeirização do capital, como salientamos anteriormente. Esta última exige inovações no trato das formas institucionais e nas relações de produção devido a maior flexibilização no modo de acumulação capitalista. Ianni (2004, p. 120) constata que “a mesma fábrica do progresso fábrica a questão social”.

O autor apoiado em uma análise da história da sociedade brasileira, faz uma síntese sobre a questão social no Brasil, ao referir que

(...) em perspectiva histórica ampla, a sociedade em movimento apresenta-se como uma vasta fábrica das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social. A prosperidade da economia e o fortalecimento do aparelho estatal parecem em descompasso com o desenvolvimento social. Isto é, a situação social de amplos contingentes de trabalhadores fabrica-se precisamente com os negócios, a reprodução do capital. As dificuldades agudas da fome e desnutrição, a falta de habitação condigna e as precárias condições gerais de saúde são produtos e condições dos mesmos processos estruturais que criam a ilusão de que a economia brasileira é moderna (Idem, p. 107).

Enfim, as influências históricas, políticas e culturais que se apresentam na questão social, na medida em que não tem relação direta com os desdobramentos de problemas sociais que a ordem burguesa herdou, ou com traços invariáveis da sociedade humana, tem relação estreita com a sociedade burguesa erguida sob o comando do capital (NETTO, 2001).

É nesta perspectiva de análise que é possível verificar a questão social em sua essência e estrutura, que atualmente continua sendo expressão concreta da mesma questão social eclodida na Europa Ocidental no século XIX, caracterizada por contradições e antagonismos entre as classes e destas com o Estado.

Cabe destacar que as formas de intervenção social sobre as manifestações da questão social que apontam a diminuição da pobreza, sem alterar em absoluto a acumulação capitalista, não passam de ações paliativas, pontuais e emergenciais, mesmo que necessário no contexto capitalista, para amenizar a pobreza, sem impactar nos fundamentos que a gera.

Por meio deste item, procuramos situar à existência dos fenômenos descritos na dinâmica do modo de produção capitalista, que acentua as contradições e desigualdades inerentes a este modo de produção. E ainda que desde sua gênese até os tempos contemporâneos tem como objetivo a

garantia do lucro capitalista e a diminuição dos homens a mera mercadoria. Além disso, refletimos sobre os efeitos do agravamento da questão social, que hoje mais do que nunca, é complexa, adquire dimensões amplas, profundas e impactam diretamente o modo de ser e viver da classe trabalhadora.

Esse contexto exige estudos cada vez mais incisivos objetivando trazer a cena, a realidade social dos usuários da política de assistência social. Portanto, enalteçamos a necessidade da apreensão da relação questão social e a lei geral da acumulação capitalista, no interstício do capitalismo e de toda a exploração que o sistema exerce sobre a classe trabalhadora, buscando compreender a situação dos sujeitos que são frequentemente subjugados pela sua própria condição de subalternização.

Segundo o CFESS (2011) abrir espaço na sociedade capitalista para as necessidades do trabalho, a história já ensinou que exige luta. E nessa luta é fundamental discutir como esses sujeitos estarão presentes e serão ouvidos, assim, trazê-los para a cena política, reconhecer suas potencialidades para disputar um projeto societário revolucionário é o que fica como desafio. No entanto, o caminho que estão seguindo na luta pelo reconhecimento dos seus direitos sociais e da sua cidadania é o que será discutido ao longo dos próximos capítulos.

1.2. A formação socio-histórica do Brasil, o surgimento da classe operária e o fundamento da superexploração da força de trabalho: Algumas considerações

Para refletir sobre o Brasil contemporâneo e apreender os elementos que caracterizam a vida da classe subalterna, é necessário antes conhecer a formação sócio-histórica do país para poder entender as relações sociais desenvolvidas, e ainda, resgatar o papel desempenhado pelo país no processo de consolidação do capitalismo em âmbito global. Para tanto, deve-se notar que a colonização foi um importante motor de acumulação de capital nos países centrais e deixou resquícios de relações sociais até hoje vista “a olho nu” no país.

Seguindo o trajeto histórico do Brasil, identificam-se movimentos sociais ocorridos no Império e na República, destacando a “Independência”, em 1822, como processo de emancipação política. Apesar da ausência de uma “consciência de classe”, consideramos que a independência e os movimentos sociais que se seguiram não se constituíram apenas e, tão somente, pela vontade e para responder às necessidades das elites senhoriais e imperiais, até porque não se tratavam de

relações harmônicas. Havia sim, uma subalternidade da massa em relação às elites senhoriais, mas também, havia uma dominação da metrópole sobre a colônia, o que relativizava o peso da autonomia política do país.

Retomando as análises de Prado Júnior (1965) para compreender o Brasil contemporâneo, é preciso ir longe, ou seja, captar o movimento do período colonial é imprescindível para a interpretação dos problemas que atingem o país nos dias atuais.

O passado (...) aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir. Observando o Brasil de hoje, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas; que não “tomou forma” (Idem, p.7).

O Brasil contemporâneo possui um histórico que remonta há séculos anteriores. O fato das transformações da sociedade brasileira seguirem um ritmo relativamente gradual faz com que o presente traga ainda marcas do passado, servindo como uma espécie de molde para determinar as relações sociais (Idem).

Prado Júnior (1965) assinala ainda sobre as características fundamentais da estrutura econômica e social do Brasil. Ao tratar do terreno econômico exemplifica a questão do trabalho livre, que até os dias de hoje não se organizou inteiramente em todo o país, há um processo de ajustamento em pleno vigor, mas que conserva traços vivos do regime escravista que o precedeu. Além disso, ressalta o caráter da economia e em sua percepção “não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional” (Idem, p.7).

No período em questão, de acumulação originária, os ciclos da economia do país foram ditados pelas demandas impostas pelo mercantilismo. O sentido da colonização era de realizar um excedente, lucro, que protegido pelo monopólio do Pacto Colonial, se transformasse em fundo de acumulação para alimentar a expansão capitalista dos centros metropolitanos.

Cabe salientar que ao recuperar a essência da formação sócio-histórica, verifica-se que os processos de expansão marítima que chegaram ao território tinham este objetivo fundamental, e neste caminho, o Brasil se constituiu como fornecedor de ricas matérias primas.

No aspecto social, as relações sociais conservam traços marcantes do passado colonial, em particular as de classe, porém, se no âmbito material da vida as disparidades são evidentes, no estatuto moral das classes sociais existentes esta herança é também sensível (Idem). Isto se deve como afirma Marx (2011), ao fato de que

os homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história (Idem, p. 25).

Ou melhor, para Marx (2011) os homens fazem sua própria história, mas não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado.

A tese de Prado Júnior (1965) é a de que o Brasil contemporâneo se define pelo seu período colonial, que se balanceia e se encerra com o século XVIII, mas as transformações que se operam sucederam no decorrer do decênio anterior a este e no atual. Considera que, naquele passado se constituíram os fundamentos da nacionalidade: povoou-se um território semideserto, organizou-se nele uma vida humana divergente da nativa, isto é, dos indígenas, como também dos portugueses, embora em menor escala, visto que foram eles que empreenderam a ocupação do território. Ou seja, o passado colonial está presente no Brasil de hoje, mesmo que em parte esse passado já esteja modificado.

Desse modo, o autor entende que os germes da organização social não são novos, mas, apesar disso, o Brasil padece dos mesmos males encontrados no século passado, sem que muita transformação tenha acontecido para remover tais problemas.

Prado Júnior (1965) compara ainda a colonização do país com a das outras colônias americanas, e deixa claro que no Brasil procurou obter os produtos tropicais inexistentes na Europa, o que determinou a escolha apenas de certos produtos agrícolas aqui conseguidos, construindo fases de desenvolvimento e decadência dos mesmos, inclusive das diferentes regiões brasileiras. Ou melhor, é consistente em afirmar que a economia do país não estava dirigida para as necessidades do mercado interno, mas para as exigências do mercado europeu. Este aspecto determinou o tipo de exploração do solo e de organização da produção que foi a grande propriedade monocultura e escravocrata, assim como as pequenas proporções da economia de subsistência que se destinavam ao consumo dos colonos.

Com base na análise de Florestan Fernandes, retomada por Ianni (2004), sobre a nova interpretação do Brasil, esta nos traz elementos para pensar a formação sócio-histórica do país.

Segundo Ianni (2004, p. 324), esta nova interpretação está “construída com base na pesquisa sobre a colonização, a escravatura e a revolução burguesa”. Neste sentido, salientamos que a colonização e a escravatura compõe uma perspectiva particularmente fecunda para o conhecimento da história social brasileira, isto, por todo período colonial e entrando no século XIX.

Ao tratar da revolução burguesa, o autor refere-se que ela permite desvendar a maior parte da história social do país, desde fins do século XIX, vindo até o presente. Aponta que a história brasileira não se esgota nestas categorias e entende que envolvem outros temas. Porém, esses momentos são excepcionais em se tratando de termos históricos e lógicos, visto que permite descortinar dimensões fundamentais da formação social do país, pois trata-se de “uma história na qual se revelam as condições sob as quais se forma o povo brasileiro” (Idem, p. 325).

Em linhas gerais, sobre a colonização no país:

o modo pelo qual o colonizador português e o jesuíta organizaram a sociedade, a economia, a política e a cultura do Brasil Colônia parece ter instituído um padrão muito característico do modo pelo qual os grupos e classes dominantes, anos e séculos depois, lidam com a maioria do povo. Subsiste na cultura política dominante o espírito da colonização, do conquistador que submete e explora o povo (Idem, p. 326).

A escravatura nasce da colonização, deste modo, a pesquisa e a reinterpretação da escravatura abarcam um longo período da história da formação do povo brasileiro. O escravismo tratou-se de um regime de trabalho que implica na incorporação “forçada e predatória de populações indígenas e africanas, sacrificando modos de vida e trabalho, culturas, línguas, religiões, visões de mundo” (Idem, p. 326).

Esses acontecimentos históricos compõem também a formação da questão social brasileira, visto que está intimamente ligada à questão da desigualdade e injustiça estruturais de longa duração. Nesta perspectiva, Yazbek (2012) afirma que a experiência colonial e a escravidão prolongada colocaram historicamente, para a classe trabalhadora, a responsabilidade e o compromisso por sua própria sobrevivência. Dessa maneira, até fins do século XIX, ganharam corpo obras sociais e filantrópicas, ações religiosas e redes de solidariedade, entre outros, que deram lugar as práticas sociais ligadas à sobrevivência sem o recurso ao “mercado”.

Frente a este quadro é importante refletir sobre a situação dos trabalhadores no período do fim da escravidão, visto que diante as impossibilidades de trabalho, sem meios de sobrevivência, muitos dos então ex-escravos acabam retornando as fazendas, enquanto outra parte se aglomera em

regiões próximas aos centros urbanos na esperança de possibilidades de trabalho. Vale apontar que nas regiões mais desenvolvidas os imigrantes assumiram as melhores oportunidades de trabalho, deixando para os demais as piores atividades com baixa remuneração, o que extinguiu as possibilidades de emprego para grande parte dos ex-escravos.

A classe trabalhadora é produto das contradições geradas pelo capitalismo, da expropriação da força de trabalho do trabalhador, da exploração de classe, da violência física e moral imprimida pelos patrões, para produzir lucros e acumular riquezas. De acordo com Mattos (2009) em uma sociedade como a brasileira, caracterizada por quase quatro séculos de escravidão, não seria aceitável pensar o surgimento de uma classe trabalhadora assalariada sem levar em consideração as lutas de classes que se desenvolveram entre trabalhadores escravos e seus senhores, principalmente no período final da vigência da escravidão, quando a luta pela liberdade envolve contingentes cada vez mais significativos de pessoas.

Ao fim do período assinalado, verificou-se o crescimento de um contingente de desempregados, que contribuíram para o rebaixamento dos salários, formando um estoque de pessoas livres e libertas, e, além disso, novamente excluídos da dinâmica da economia brasileira.

Tratava-se ainda de uma sociedade que mantinha profundo traço da formação colonial e imperial anteriores, composta de uma massa de miseráveis marginalizados do processo político, que trouxeram para o país, o germe da fermentação política. Aos poucos, essa parcela da população mesclava-se com a migração europeia, atraída pelo desejo de conquistar e explorar as terras brasileiras.

Muitos imigrantes já acumulavam experiência da luta operária europeia, contribuindo como fermento da construção da “consciência para si” do nascente proletariado brasileiro. Foi desse grau de organização que o Estado e a sociedade passaram a temer, impelindo a tomada de posição frente à questão social, ainda que para enquadrá-la.

Neste contexto, estes homens livres comungavam de uma situação em comum, ou seja, do fato de não participarem da estrutura produtiva, já que ela não absorvia a mão de obra disponível. Essa situação configurou a grande oferta de mão de obra, condição determinante do processo de pauperização dos trabalhadores brasileiros. A pobreza se agrava, dentre outras causas, pela rejeição da força de trabalho cada vez mais efetivada pelo capital. Desse modo, desde já podemos apontar que,

a existência de trabalhadores livres à disposição do capital industrial deveu-se à imigração em massa, que supriu as necessidades do núcleo produtivo e do segmento urbano do complexo exportador e, ainda, “depositou” nas cidades um

contingente de força de trabalho redundante (em relação às necessidades da economia cafeeira) (MELLO, 1998, p.101).

Ao analisar a consolidação e expansão do capitalismo brasileiro, percebe-se que o Estado teve e tem um papel fundamental na organização da economia. A formação da sociedade capitalista no Brasil ocorreu de forma específica e fora dos padrões clássicos. A evolução do capitalismo no país foi profundamente afetada pelo período colonial e pelas articulações estabelecidas com o centro europeu, já que o sistema colonial impedia o surgimento de uma economia interna e a produção estava articulada às necessidades da acumulação dos grandes centros.

Desta forma, retomando o sentido da colonização no Brasil e a adoção do sistema escravagista, podemos ressaltar que esses fatos representaram um entrave para o pleno desenvolvimento de formas capitalistas de produção. A economia brasileira sempre foi profundamente dependente do trabalho compulsório e este se manteve instituído em nosso país até o fim do século XIX, que já estava abolido o Pacto Colonial.

O entendimento de que o Brasil é um país com vocação agrária exprimia-se a partir dos interesses das oligarquias rurais que, no início do século XX, criticavam a industrialização por considerar que a ascensão econômica da burguesia industrial significaria uma ameaça aos interesses e aos domínios das oligarquias de origem rural. A agro-exportação garantia o poder da oligarquia cafeeira, que cada vez mais adquiria traços coronelistas e burgueses.

A economia nacional cresceu dando origem ao desenvolvimento urbano verificou-se a partir disso, que o desenvolvimento rural promove o desenvolvimento urbano e, conseqüentemente, o da classe trabalhadora. Todavia, o segundo ocorre subordinado ao primeiro, à oligarquia agroexportadora mantém o poder econômico e político.

O desenvolvimento de uma indústria de bens de consumo, desde o início do século XX, dependeu de recursos e capital acumulados com a exportação do café e da existência da mão de obra assalariada decorrente, principalmente, dos imigrantes europeus. A cultura do café no Oeste paulista teve conseqüências relevantes para o país, provocou a decadência do trabalho escravo e a introdução do trabalho livre, contribuiu para dinamizar outras atividades econômicas como, a criação das primeiras ferrovias e o sistema bancário, para o processo de urbanização, pois era nas áreas urbanas que se realizavam a comercialização do café e o financiamento da produção (MELLO, 1998).

No Brasil, as formas modernas de produção e organização social características do desenvolvimento capitalista se combinaram com estruturas arcaicas presentes na sociedade,

heranças do período colonial. A relação entre economia nacional com a expansão do capitalismo mundial se deu segundo os moldes do capitalismo periférico e dependente.

Um aspecto importante no período que vai de meados do século XIX até os anos de 1930 é marcado predominantemente pelo liberalismo e sustentado pela concepção do trabalho como mercadoria e sua regulação pelo livre mercado. Santos (1987) afirma que,

a utopia de organizar a sociedade de acordo com os indicadores do “mercado”, estimulada pelo início da produção mercantil generalizada do século XVIII, e que só será viabilizada pela revolução industrial que ocupa a primeira metade do século XIX, não almejava a constituição de uma sociedade na qual todos, por igual, dispusessem da mesma quantidade de bens e serviços disponíveis, mas, ironicamente, que a cada qual fosse destinada magnitude de bens e serviços de acordo com suas capacidades (Idem, p. 15).

A partir desse contexto, o autor enfatiza a questão de uma “utopia meritocrática”, que é fundada na crença de que a questão da igualdade é restrita a possibilidade de que todos os indivíduos, cidadãos, tenham acesso aos instrumentos para enfrentar a competitividade do mercado. Neste sentido, observamos que as necessidades sociais, a pobreza, as mazelas sociais eram consideradas uma marca pessoal e não uma disfunção do modelo de organização do modo de produção em voga. Verificamos ainda que as ações eram baseadas no modelo meritocrático, inspirado nos moldes do seguro privado, porém, diferente dele pela intervenção estatal, a qual reconhece e legitima algumas demandas em busca da lealdade dos beneficiados.

Couto (2010) aponta que nesse período o governo investiu na formulação de legislações sociais que desenharam uma política baseada na proposta de um Estado social autoritário, que almejava sua legitimação em medidas de cunho regulatório e assistencialista. Estas características direcionam a configuração de um sistema de proteção social “conservador ou meritocrático-particularista”, com marcas corporativas e clientelistas para com a obtenção de privilégios e na concessão de benefícios.

Segundo Yamamoto (2006), a República Velha (1889-1930) sob hegemonia dos setores burgueses vinculados a agro-exportação, não assumiu o controle e a reprodução da força de trabalho urbana, pois este problema não se constituiu em elemento essencial de sua dominação. E ainda, até aquele momento, o movimento operário por si só não foi capaz de forçar a ampliação de seu reconhecimento. Este período é importante, pois, segundo Mattos (2009) é o momento-chave para a formação não só do movimento operário, mas também da própria classe trabalhadora e a constituição de uma classe trabalhadora no Brasil de então era um processo complicado.

Não obstante, o movimento em questão tenta implantar algumas medidas parciais, mas são violentamente combatidos pelo empresariado. Estas medidas visavam mais à ampliação de sua base de apoio e à atenuação do conflito social, sem implicação de um projeto amplo de canalização das reivindicações operárias, de controle de sua organização e de potencialização da acumulação. Portanto,

desde as primeiras décadas da República Velha a luta operária travou-se no sentido de conquistar os direitos fundamentais do trabalho. Nos congressos operários e sindicais e nas inúmeras manifestações grevistas tornaram-se constantes as reivindicações visando a melhoria salarial, redução na jornada de trabalho, regulamentação do trabalho da mulher e do menor, férias, estabilidade, etc (ANTUNES, 1990, p.63).

Iamamoto (2006) ao tratar dos movimentos desencadeados pelo proletariado aponta que a resposta principal e mais evidente do Estado na Primeira República, diante da sua incapacidade de propor e implementar políticas sociais eficazes, foi a repressão policial. Assim, visto a exclusão dos trabalhadores das decisões do Estado, bem como o resguardo aos interesses privados dos chefes políticos, a repressão aos movimentos sociais dos trabalhadores tornou-se a forma de intervenção habitualmente praticada pela classe dominante.

Logo, com a expansão da classe operária configurou-se um novo cenário nas cidades, tanto em relação ao crescimento demográfico quanto ao aumento da pobreza. Observou-se que o rompimento com o modelo agrário-exportador para a passagem ao urbano-industrial desencadeou o surgimento da questão social como responsabilidade do Estado, visto que, até então, essa vinha sendo tratada como caso de polícia ou por meio das benesses das instituições filantrópicas.

Nestes termos e pensando a configuração do proletariado, Antunes (1990) afirma que neste período,

a “origem do rural” do proletariado e sua ação guiada pelo “ideal de ascensão social” seriam fatores explicativos de sua “fraqueza e atraso”. Oriundo da “passividade do mundo rural”, teria sido o proletariado inconsciente presa fácil do “populismo” e do “paternalismo”, constituindo-se, não poucas vezes, em “massa de manobra” de grupos sociais e políticos alheios aos interesses populares. Ou ainda, como em outra interpretação, ao migrar do campo rumo à cidade, os trabalhadores inseriam-se num processo produtivo onde predominavam as “manufaturas” e mesmo as “oficinas artesanais”, que objetivamente tolhiam as possibilidades concretas de desenvolvimento e avanço da consciência operária (Idem, p.11).

O autor ao assumir a ótica de Lukács, compreende o fato de que “proletariado não nasce, portanto, com uma consciência de classe verdadeira, captadora da realidade e superadora da

imediatidade, mas com uma consciência do seu momento, permeada pela ideologia burguesa” (Idem, p. 21). Neste sentido, a consciência proletária vai da falsa consciência, vinculada a ideologia dominante e limitada pela imediatez, até o máximo de consciência que seria a percepção da totalidade concreta e sua possibilidade de superação revolucionária. Já que o proletariado se torna a única classe capaz de destruir a sociedade burguesa e iniciar a transição para uma sociedade sem classes.

Para tanto, a postura de Antunes (1990) revela a distância do movimento da consciência operária em trânsito pela imediatez (falsa consciência) para a proposição de um projeto de uma nova sociedade (verdadeira consciência), numa trajetória dialética que seja admitido avanços e recuos em conjunturas determinadas.

A partir desta perspectiva é necessário entender que se explicou a inconsistência operária pela “origem rural” do proletariado e pelo “ideal de ascensão social”, mas segundo o autor, nem sempre se penetrou na análise das complexas relações sociais. E mais ainda, não se procurou apreender a atuação concreta da classe operária num contexto historicamente determinado, o que se privilegiou foi o estudo da “consciência empírica”, “psicológica”, negligenciando-se o estudo da verdadeira forma de ser desta classe.

Cabe destacar que o processo de formação da classe operária no Brasil, na especialidade da via colonial⁷, teve configuração distinta daquela vivenciada pela classe operária dos países clássicos, em que o trabalho artesanal, e posteriormente, o manufactureiro antecedeu o trabalho da grande indústria, quando então, após este período de transição, configurou-se o proletariado industrial. Neste sentido, diverso é o processo de formação da classe operária no Brasil, cuja composição deu-se dentro de um contexto em que prevalecia a grande indústria (Idem).

Segundo Antunes (1990),

é forçoso aqui ressaltar, o fato desta classe ter nascido dentro de um mundo já fabril, onde, como se disse, predominava a grande indústria, e, conseqüentemente, não ter percorrido as formas clássicas de produção anteriores, dadas pelo artesanato e manufatura, não permite desconsiderar que essa indústria teve um nascimento hipertardio, já num momento avançado das guerras imperialistas, e numa posição subordinada e dependente dos países capitalistas hegemônicos. Avançando um pouco mais, o que se ressalta na busca da particularidade da nossa classe operária é que, apesar de ter seu nascimento dentro de um mundo onde a mecanização e a

⁷ Segundo Antunes (1990) a designação *via colonial* supera a *via prussiana*, exatamente por mostrar-se como uma forma concreta e específica – um particular que se opõe como mediação entre o universal e o singular – de constituição do capitalismo pleno no Brasil. Capitalismo, vale lembrar, que, dentro dos contornos dados pela via colonial, tem seu processo de industrialização constituindo hipertardia e retardatariamente, evidentemente subordinado ao capitalismo na sua fase monopolista.

divisão do trabalho apresentavam-se de forma plena, esta industrialização teve um processo lento, retardatário, conciliador e pagando alto tributo às formas de produção dadas pelo latifúndio agro-exportador, seguindo as características de uma industrialização debilitada pela predominância do contexto agrarista (Idem, p. 57-58).

A classe operária reflete a contradição que caracterizou o processo de industrialização do país. Logo, apesar de, no seu surgimento não ter percorrido as formas de produção anteriores, ela não pode se desenvolver, pois fora limitada por uma industrialização que “pagou alto preço ao latifúndio para poder desenvolver-se, ao mesmo tempo em que se encontrava nas condições de uma industrialização subordinada” (Idem, p.58).

De maneira geral, entende-se que no caminho objetivado pela via colonial, a classe operária mesmo encontrando as condições concretas para o seu desenvolvimento dada pela grande indústria, teve por outro lado, uma restrição estrutural dada à herança do latifúndio e da economia agrário-exportadora. Ao nascer nas condições objetivamente favoráveis ao seu desenvolvimento, a classe operária brasileira apresentou um processo de formação diferente do proletariado europeu e sua incompletude verificou-se pela sua incapacidade em transitar do “em si” ao “para si”.

Sobre as relações políticas da época que caracterizavam a estrutura de poder, estas eram permeadas por relações de troca de favores. Schwartz (1992) ao explicar esse tipo de relação, ressalta que a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três tipos de população, sendo eles os latifundiários, o escravo e o “homem livre”, que na verdade era dependente.

O autor aponta que a relação dos dois primeiros é clara, mais para a análise o que interessa é a multidão do terceiro tipo. Assim, o homem livre não é nem proprietário nem proletário, e seu acesso a vida e a bens materiais depende do favor de um outrem. “O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm” (Idem, p. 3).

Conforme Oliveira (2009, p. 121) “a formação social brasileira é perpassada por relações que privilegiam o favor, o clientelismo, o paternalismo e a privatização do público”. O Estado se comporta regulando as condições da economia, atuando de uma forma mínima na questão social⁸, o que possibilita que esse tipo de relação descrita se perpetue e se apresente nos mais diversos contextos da história do Brasil.

⁸ Somente após os anos 1930, que a pobreza começou a ser tratada como expressão da questão social, ou seja, como decorrência da tomada de consciência por parte da sociedade de que havia a existência de populações, ao mesmo tempo, agentes e vítimas da Revolução Industrial.

Como já salientado anteriormente, com a industrialização, começou a constituição da classe operária brasileira, representando certo avanço para a cidadania. Todavia, na área da assistência social, as ações permaneciam aos cuidados de entidades filantrópicas, isentando o Estado dessa responsabilidade. Esta desresponsabilização estatal se deu também na garantia da educação primária, assim como nas regulações na área do trabalho. Na área rural, o caráter assistencialista exercido nas relações com o povo permaneceu sob a administração dos coronéis, o que legitimava a condição de favor, caridade, benesse no trato das expressões da questão social.

No que diz respeito à revolução burguesa, pode-se afirmar que no país, ela inaugurou uma nova época na história nacional e é embasada na hipótese de que houve uma revolução burguesa no país, ainda que peculiar e pautada no entendimento da formação, do desenvolvimento, das lutas de classes e das perspectivas do povo brasileiro. Esta revolução,

desenvolveu-se de forma lenta e contraditória, sempre pelo alto, excluindo ou limitando bastante as conquistas democráticas que possam representar a presença do trabalhador da cidade e do campo nos diferentes círculos em que se organiza o poder. É um processo social abrangente, de larga duração histórica, alongando-se por décadas, com frequentes surtos de contra-revolução (IANNI, 2004, p. 332).

Neste contexto, no Brasil o que ocorreu foi um processo de recomposição das estruturas de poder entre a oligarquia e a burguesia emergente, através da conciliação dos interesses dessas duas classes. Esta condição permitiu a associação entre o modelo burguês de dominação e os procedimentos autocráticos e conservadores da oligarquia, o que tornou o Estado brasileiro em uma instituição avessa à participação democrática da população.

Para Antunes (1990), a Revolução de 1930 marcou um momento significativo no processo de modernização e expansão das relações de produção capitalista. A transição que caracteriza este período não foi, na verdade, revolucionária, pois 1930 marcou um momento de rearranjo do bloco de poder, rearranjo este feito pelo alto, excluindo qualquer participação efetiva das classes subalternas e tendo um componente conciliador bastante nítido. Deste modo,

se a revolução de 1930 marcou o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância de uma estrutura produtiva industrial, é necessário lembrar que este trânsito seguiu a forma lenta, conciliadora, hipertardia, conciliando o velho com o novo, “pelo alto”, na conformidade da via colonial (Idem, p. 56).

Contudo, enfatiza-se que a burguesia brasileira não cumpriu com todos os requisitos de uma revolução burguesa, isto porque a transformação que estava em voga era apenas na economia, já que no âmbito político era preciso manter os laços de dependência e subserviência para com as nações capitalistas centrais. O Estado possuía um poder absoluto e centralizador, em que os interesses privados eram predominantes ao ponto de justificar o uso do público estatal para satisfação de interesses de grupos dominantes ou individuais, arraigando a cultura patrimonialista⁹ no país. Souza Filho e Oliveira (2012), ao tratarem da lógica patrimonialista, afirmam que:

esse amálgama é consolidado na República Velha, através da organização política descentralizada e da ausência de participação das classes subalternas na estrutura de poder, para viabilizar o projeto nacional da economia agroexportadora capitalista, conduzindo pelas oligarquias agrárias, sob hegemonia da oligarquia cafeeira paulista (Idem, p. 47).

Para Antunes (1990) ao contrário da explicação privilegiadora do “atraso” da classe operária, dada a sua “origem rural”, ao “alto grau de mobilidade social”, a sua “fraqueza e passividade”, o verdadeiro entendimento da atuação da classe operária no pós-30 está vinculado também à nova forma adquirida pelo Estado varguista.

No governo Vargas, sustentado de questões herdadas do passado, mas que propunha trazer a modernidade para o país. Modernidade da revolução industrial inglesa, da classe operária fabril, do trabalho nas fábricas, das máquinas e equipamentos de produção e de novas formas de investimento econômico que representaram a derrubada da lavoura agrária, base de sustentação da economia até então. Modernidade ainda no plano das ideias com inovação no mundo da cultura e da política.

Costuma-se dizer que foi a partir de 1930 que ingressamos na “modernidade”, mas me parece mais preciso dizer que o movimento liderado por Getúlio Vargas contribuiu para consolidar definitivamente a transição do Brasil para o Capitalismo. Depois da Abolição e da Proclamação da República, o Brasil, já era

⁹ Qualquer estudo que perpassa a discussão sobre o Estado patrimonial precisa considerar, como ponto de partida, as análises de Weber. Assim, no amplo quadro da dominação tradicional, tem uma de suas manifestações designada de dominação patrimonial, popularmente conhecido como patrimonialismo. Este encontra suas raízes no patriarcalismo que Weber considera como o “tipo mais puro” (WEBER, 2003, p.131) da dominação tradicional. De acordo com Weber (2003) na estrutura puramente patriarcal de administração os servidores são recrutados em completa dependência pessoal do senhor, seja sob a forma puramente patrimonial (escravos, servos, eunucos) ou extrapatrimonial, de camadas não totalmente desprovidas de direitos, como os favoritos e plebeus.

uma sociedade capitalista, com um Estado burguês; mas é depois de 1930 que se dá efetivamente a consolidação e generalização das relações capitalistas em nosso País, inclusive com a expansão daquilo que Marx considerava o “modo de produção especificamente capitalista”, ou seja, a indústria (COUTINHO, 2008, p. 112).

Como as demais mudanças anteriores, essas também foram permeadas por crises, problemas econômicos, políticos e sociais, não obstante, depararam com novos sujeitos e condições objetivas para fazerem da questão social o centro de preocupações do Estado e da sociedade.

Na década de 1930 se consolidou um importante traço histórico da nação. Os fatos que ocorreram nos anos decorrentes a essa década desenharam um novo dinamismo da economia nacional e foram responsáveis por dar amplitude aos espaços de participação e de incentivo de uma cultura nacional, mesmo que vinculada a pequenas parcelas da sociedade.

Paoli (1982), ao reinterpretar a história das condições de vida e das práticas sociais e políticas dos trabalhadores urbanos, contribuiu com elementos que auxiliam na produção do conhecimento sobre esta classe. Deste modo, a autora aponta que em 1930, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, está longe de ser inaugurada uma classe social em sua existência política. Este fato inaugura o Estado como referência obrigatória da luta de classe, ou melhor, este movimento realoca os atores e define previamente o alcance dos seus efeitos.

A partir desta reflexão, observou-se que do ponto de vista da experiência da classe operária em constituição, esta redefinição foi determinante e não apenas pelas características do Estado Getulista, como paternalismo, tutela, juntamente com o perfil autoritário. Na medida em que o Estado, apesar de sua proteção, não tomou todo o espaço social, não passou a ser o único sujeito da história, desta forma, não edificou uma identidade societária e não extinguiu os conflitos. É viável outra vez contar esta história de outra maneira, “e aí é decisivo olhar o que acontecia nos espaços produtivos e nas fábricas que compunham um processo de industrialização em expansão, aumentando gradativamente seu contingente operário” (Idem, p. 28).

No entanto, para sobreviver à crise, muitas fábricas, sem colocar em cheque o suprimento de força de trabalho adequado a seus métodos de exploração, ou seja, sem despedir funcionários; diminuíram salários, reduziram o tempo de trabalho pela metade e despediram os trabalhadores considerados supérfluos. A reação dos trabalhadores, apesar do contexto descrito e da ameaça ao desemprego, foi a de fazer intermitentes paralizações (Idem, p. 29).

Neste cenário, para Mello (1998, p. 27) deve-se pensar “até as últimas consequências, a História latino-americana como formação e desenvolvimento de um certo capitalismo”. E

contribuiu com a tarefa “de repensar a história latino-americana como formação e desenvolvimento do modo de produção capitalista”. O autor não deixou de sublinhar que as diferentes etapas da economia brasileira (economia colonial, economia mercantil-escravista nacional, economia exportadora capitalista) só podem ser entendidas à luz do desenvolvimento do capitalismo. E “ao mesmo tempo, a História brasileira e latino-americana é a História de um determinado capitalismo, do capitalismo tardio”. Afirma ainda que “enfim, reversamente, a História do capitalismo é também a nossa História” (Idem, p.182).

Em relação à industrialização do Brasil, somente em 1933, ela iniciou o seu processo de expansão e ainda de forma restringida e subordinada (ANTUNES, 1990). Acrescentou-se a isto que a luta de classes no país, apesar da sua evidência, estava longe de atingir o grau verificado nos países corporativistas, especialmente a Itália. Tudo isso levou a não incorporar a denominação de Estado corporativista para o Brasil dos anos de 1930.

Em geral, por meio destas análises é possível verificar que na América Latina, com destaque para a particularidade brasileira, devido a estrutura da dependência¹⁰, as demandas sociais para contribuir com a reprodução da força de trabalho são exponenciais e os recursos do Estado para acolher estas demandas são poucos (SOUZA FILHO, 2014).

Ao verificar o processo de constituição da economia mundial que compõe as economias nacionais ao mercado global, percebeu-se que as relações de produção são desiguais, visto que o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre “à custa” do subdesenvolvimento de outras. O mercado é controlado por parte das nações centrais, as quais já tinham suas relações capitalísticas maduras, isso levou à transferência do excedente gerado nos países dependentes para os países dominantes, tanto na forma de lucros quanto na de juros, acarretando a perda de controle dos dependentes sobre seus recursos. Cabe apontar ainda, que a geração desse excedente não se dá, nos países periféricos, por causa da criação de níveis avançados de tecnologia, mas por meio da superexploração da força de trabalho (AMARAL e CARCANHOLO, 2012).

Neste sentido, para Marini (2011) o que aparece claramente é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não procuram retificar o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas - o que implicou um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho -, mas equilibram a perda de renda gerada pelo comércio internacional por

¹⁰ De acordo com Ruy Mauro Marini, a dependência deve ser “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2011, p. 134-135).

meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador. A ideia defendida pelo autor é de que a dinâmica da dependência provocou constituição da superexploração da força de trabalho como um elemento que estrutura o processo de produção e reprodução nos países considerados periféricos.

Desta forma, segundo Marini (2011) a América Latina, desenvolvendo sua economia mercantil em função do mercado mundial é levada a reproduzir as relações de produção que se encontravam na origem da constituição desse mercado e determinava seu caráter e expansão. No entanto, esse processo estava marcado pela seguinte contradição,

chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana (Idem, p.155).

O capitalismo como um sistema mundial desigual, monopólico e com grande hierarquia e que produz e reproduz padrões nacionais diferentes de acumulação, opera criando centros mundiais da acumulação de capital e outros locais dependentes, que transferem valor a estes grandes centros, o que intensifica esta polarização (Idem).

Segundo Martins (2013, p.17) enquanto o centro tende, à medida que se desenvolve o modo de produção capitalista e sai estrutura tecnológica industrial, a “gravitar para a mais-valia relativa, os países dependentes fundamentam seus padrões de acumulação e superexploração”.

A superexploração é uma forma particular de exploração e esta particularidade consiste em que é uma exploração na qual o valor da força de trabalho é violado. De acordo com Osorio (2013) essa categoria representa um tema central da exploração nas economias dependentes, já que este processo tem rebatimentos nas modalidades como o capital se reproduz, em suas derivações na condição subordinada dessas economias na acumulação em escala do sistema mundial.

Visando fundamentar a superexploração, Osorio (2013) afirma que a dependência é uma forma particular de reprodução do capital, com base na superexploração, forma que reproduz a subordinação dessas economias aos centros imperialistas. “Somente a partir de uma perspectiva do conjunto do processo de reprodução do capital e das relações estabelecidas nesta unidade a superexploração alcança seu significado essencial” (Idem, p.66).

No intuito de identificar as principais formas de superexploração, Amaral e Carcanholo (2012) indicam que elas possibilitam a continuidade do processo de acumulação capitalista na periferia, sendo estas formas: a) intensificação do trabalho; b) prolongamento da jornada de

trabalho; c) diminuição do salário, através da apropriação, por parte do capitalista, de parcela do fundo de consumo do trabalhador; d) aumento do valor da força de trabalho sem que seja pago o montante necessário para tal.

A partir desses apontamentos verificou-se que a superexploração, decorrente da transferência de parte da mais valia produzido nos países periféricos para os centrais é duplamente perverso no que diz respeito ao desenvolvimento das políticas sociais. Pois, de um lado, como partes do excedente produzido pelos países periféricos são transferidos para os países centrais, existe a necessidade de o capital compensar esta perda. Não obstante, outra parte é retirada do fundo público constituído pelo Estado. Assim, havendo há necessidade do Estado prover esta demanda do capital, “seja para compensar a transferência de valor, seja para subsidiar o processo de industrialização no quadro tardio da expansão das relações capitalistas dos países periféricos” (SOUZA FILHO, 2014, p. 4).

De outra perspectiva, a dinâmica da violação da força de trabalho agrava as condições de sobrevivência da classe trabalhadora, o que torna pernicioso as expressões da questão social, o que acarreta em ampliação das necessidades sociais para a reprodução social dos trabalhadores (Idem). Tomando como referência essa análise é possível entender os aspectos principais que fundamentam a precarização das políticas sociais nos países periféricos e, sobretudo, na realidade brasileira.

Consoante, torna-se importante refletirmos ainda que brevemente, sobre a configuração da política social emanada neste período. Isto para além da configuração autoritária do Estado, pensando, sobretudo, a condição do movimento operário, a estrutura da luta de classe, a fim de compreender a história em que se insere a classe subalterna.

Nestes termos, o que se percebe no Estado varguista, oposto ao período republicano, é que a “questão social” ganhou uma dimensão significativa, não só politicamente, mas também porque a composição de um parque industrial exigiu toda uma regulamentação ao mundo do trabalho, até então demasiadamente incipiente e restrita a algumas categorias de relevo para o desempenho da economia agro-exportadora. Para Yazbek (2012),

ao reconhecer a legitimidade da questão social, no âmbito das relações entre capital e trabalho, o governo Vargas busca enquadrá-la juridicamente, visando desmobilização da classe operária e a regulação das tensões entre as classes sociais mediante a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o salário mínimo, a valorização da saúde do trabalhador e outras medidas de cunho controlador e paternalista (Idem, p. 296).

Neste cenário as políticas sociais tornaram-se funcionais ao projeto de modernização conservadora, condicionada a política econômica, sendo uma ferramenta para amenizar os conflitos sociais, focos de desigualdade e velar a superexploração da força de trabalho, isto para garantir a legitimidade da ordem social, enfraquecendo os espaços de resistência contra o poder instituído.

Todavia, se no plano da política sindical a atuação estatal teve uma dimensão controladora, no plano da legislação regulamentadora do trabalho a ótica nos parece diferente. “Esta inegavelmente correspondeu – ao contrário do decanto ‘mito da outorga’ – uma luta da classe operária, especialmente desde a segunda década do século XX, visando à constituição dos direitos fundamentais do trabalho” (ANTUNES, 1990, p.74).

E ainda, há que se reconhecer que o Estado brasileiro já na década de 1930, apropriou-se de algumas características do Estado corporativista e este fato pode ser percebido na Constituição de 1934 e na Carta promulgada em 1937 (Idem).

No início da década de 1930 eclodiram as manifestações grevistas e, segundo Antunes (1990) foram, em alguns momentos, relativamente intensas. É fato que ocorreram momentos de ascensão e declínio no movimento, sendo que em um primeiro momento as greves foram uma resposta às situações desfavoráveis, consequência de uma depressão econômica proveniente da crise de 1929.

Se é verdade que o Governo varguista teve sempre uma proposta controladora do movimento operário autônomo, é certo também que a conjuntura política sofreu alterações ao longo desses anos, motivadas pela ausência, por parte das frações das classes subalternas. Essa ausência de hegemonia, a nível do bloco de poder, permitiu em alguns momentos uma presença maior da classe operária, manifesta, por exemplo no movimento grevistas e no avanço político verificado quando da criação da Aliança Nacional Libertadora (Idem, p. 120).

Outro ponto importante é que o estudo das manifestações grevistas nos anos 1930/1935 apontou que, em sua quase totalidade, elas foram econômicas, voltadas para a necessidade de recuperação dos índices salariais. Assim, das greves que ocorreram naquele período, eram extremamente raras as paralisações que não contassem com isso como a principal temática (Idem).

Ainda sobre o movimento grevista, podemos assegurar que as greves não expressavam a atuação de uma classe com seu máximo de consciência possível, ou melhor, com a sua consciência verdadeira. Resta entender se a atuação da classe operária “pautou-se nos limites de uma consciência contingente, falsa, para usar uma expressão lukacsiana, isto é, sem conseguir efetivamente romper com a condição de classe subordinada ao capital” (Idem, p.133).

De modo geral, esse movimento desencadeado no período, quando analisado em seu conjunto, não conseguiu ir além de manifestações parciais, defensivas, que eclodiram em situações econômicas desfavoráveis, vivia-se uma crise econômica de certa profundidade. E ainda sendo favorecidas pelas alterações políticas havidas em 1930, época em que se modificou a composição das forças dominantes no bloco do poder e que, caracterizou-se pela crise de hegemonia das frações dominantes (Idem).

Diante disso e pensando a América Latina como um todo, verificamos que as condições em que se formou a classe trabalhadora “sobrante” são diferentes das condições em que se formou o exército industrial de reserva descrito por Marx, o qual é fruto do próprio desenvolvimento industrial e tem grande funcionalidade para a acumulação capitalista. No caso da economia latino-americana, a massa de trabalhadores “sobrantes” é resultado ainda de seu passado colonial, em que as características são marcadas pela baixa capacidade organizativa e, por conseguinte, pelo baixo poder de pressão sobre o capital, dadas pelas condições desiguais existentes nesta economia, expressa pela abundância de trabalhadores frente a uma carência relativa de capital para absorvê-los.

Cabe apontar que a dinâmica da dependência no Brasil, solidificada na superexploração da força de trabalho, se efetiva por meio da vinculação entre o processo de industrialização, que foi o responsável pelo estabelecimento das relações capitalistas no país, e as funções desempenhadas pelo setor agrícola e terciário. Destaca-se que o fundamento para isso foi a desvalorização do valor da força de trabalho das atividades rurais e do setor terciário, o que configurou a violação da força de trabalho nos referidos setores (SOUZA FILHO, 2014).

Nesta conjuntura surgiu no país um sistema distinto de atuação na área social. Na concepção de Santos (1987) o governo passou da esfera da acumulação, característica do período *laissez-fairiano*¹¹, para a esfera da equidade o que permitiu gerar o conceito de “cidadania regulada”.

¹¹ Segundo Santos (1987, p. 65) “pode-se considerar que a hegemonia ideológica do *laissez-faire* teve vida curta no Brasil, restrita à área urbana, entre 1888 e 1931, no que concerne à economia, e vulnerada a partir de 1923 no que diz respeito às relações sociais”. O período *laissez-fairiano*, teve por característica a ausência de planejamento social e do Estado enquanto esfera de regulação social. As relações sociais eram mediadas pela polícia, por organismos da iniciativa privada ou mesmo pelo mercado. O Estado atendia aos agravos sociais emergenciais de forma pontual e fragmentada. No tocante às políticas sociais, somente as políticas relativas ao trabalho e à previdência mereceram alguma atenção, não havendo, portanto, perspectivas para distribuição de renda aos extratos sociais não abrangidos pela legislação trabalhista.

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em códigos de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações *reconhecidas e definidas* em lei (Idem, p. 68).

A questão para Santos (1987), portanto, não são os valores e as normas internalizadas que permitem o (não) reconhecimento do status de igualdade substancial entre os indivíduos de uma comunidade política para a formação da cidadania. Mas o traço da cidadania regulada, que se desenvolveu no Brasil, estava intimamente relacionado com a ocupação do indivíduo, a qual tinha que ser reconhecida e definida pela lei. Nesse sentido, a extensão da cidadania estava fundamentada na regulamentação das profissões e ocupações mais do que nos valores e no reconhecimento do indivíduo enquanto membro de uma comunidade.

Através desta relação estabelecida por Santos (1987), o desenvolvimento da cidadania a partir desse momento, estava relacionado à ocupação e a aquilo que o Estado reconheceu como cidadão. O autor chama de “engenharia institucional” o processo pelo qual o Estado desenvolveu a cidadania regulada e disseminou-a pela cultura cívica do país. Por meio desta relação estabelecida entre cidadania e ocupação, o Estado formou dezenas de pré-cidadãos que por não terem sua ocupação regularizada não seriam reconhecidos pela lei.

A implicação imediata deste ponto é clara: seriam pré-cidadãos todos os trabalhadores da área rural, que fazem parte ativa do processo produtivo e, não obstante, desempenham ocupações difusas, para efeito legal, assim como seriam pré-cidadãos os trabalhadores urbanos em igual condição, isto é, cujas ocupações não tenham sido reguladas por lei (Idem, p. 68).

Vale destacar que este corte de inclusão dos trabalhadores rurais ao sistema de proteção social que estava sendo formado, se deu ainda numa realidade em que a maioria dos trabalhadores estavam vinculados ao trabalho rural e, portanto, ficando desprotegidos de qualquer benefício estatal. As medidas regulatórias criaram um clima que favoreceu o descolamento da base produtiva, incentivando a vinda dos trabalhadores rurais para os centros urbanos, a procura de melhores condições de vida (COUTO, 2010).

Porém, a falta de regulamentação das atividades rurais foi explicada como uma estratégia para viabilizar a acumulação urbana, uma acumulação com bases frágeis. Visto que, entre outras coisas, neste momento “o capitalismo industrial valeu-se da periferia para rebaixar o custo de

reprodução tanto da força de trabalho quanto dos elementos componentes do capital constante” (MELLO, 1998, p.177). Tal fato permitiu a superexploração da força de trabalho, e ainda, consentiu a acumulação urbana por meio de

uma exploração que conta com um grande exército industrial de reserva (dispensas facilitadas, rotatividade da mão-de-obra), o que permite uma margem ampla de manobra para tentar a industrialização nestas bases débeis e precárias no que se refere a equipamentos, maquinário e organização fabril, fazendo a industrialização depender das formas combinadas de exploração da força de trabalho (PAOLI, 1982, p. 32).

Ou seja, via redução dos salários, precarização do trabalho, polivalência do trabalhador, entre outras. Com estas especificações é preciso atentar ao movimento das políticas sociais, já que elas são financiadas com recursos do Estado que viabilizou uma acumulação de capital com base frágil. E, por outro lado este mesmo Estado tem que atender a segmentos da classe trabalhadora, vide cidadania regulada, em que a maioria da população ficou a margem desta política. A estrutura da política social estava voltada para atender apenas determinadas categorias de trabalhadores da área urbana.

Cabe ressaltar que a configuração descrita das políticas sociais no Brasil, tendo em vista a incorporação seletiva e segmentada da classe subalterna aos bens produzidos pela nação, se encaixou ao desenvolvimento da acumulação de capital designado de dependente. Devido a estrutura do país e por não possuir recurso para desenvolver políticas sociais que abrangesse toda a população e com princípio de uma política pública de cunho universal (SOUZA FILHO, 2014).

Como observamos o processo de industrialização, que na América Latina, inclusive na particularidade do Brasil, foi considerada retardatária, o Estado precisou injetar recurso no desenvolvimento dos parques industriais a fim de propiciar a acumulação.

Nestas circunstâncias, o que se exige do **Estado** é bem claro: garantir forte proteção contra as importações concorrentes, impedir o fortalecimento do poder de barganha dos trabalhadores, que poderia surgir com um sindicalismo independente, e realizar investimentos em infra-estrutura, assegurando economias externas baratas ao capital industrial. Quer dizer, um tipo de ação político-econômica inteiramente solidário a um esquema privado de acumulação que repousava em bases técnicas ainda estreitas (MELLO, 1998, p.114).

Por este motivo o Estado não poderia despender recursos para a área social, à medida que ele já estava direcionado para as bases de financiamento da acumulação. Concomitantemente, isso

se concretizou também devido ao fato da classe operária ter uma estrutura frágil, estar em processo de formação, o que tornou viável cooptar a luta, por meio da cooptação de suas lideranças, para poder reverter a orientação dada.

Nesta perspectiva verificou-se as condições objetivas de realização das políticas sociais, isto ao pensar a estruturação do Estado e, também, a base econômica, verificando os direcionamentos dados aos recursos públicos no financiamento da acumulação, inviabilizando a estruturação de uma política social numa perspectiva de totalidade social¹².

Este processo é visto, sobretudo, quando verificamos os elementos que definiram a cidadania, que neste contexto, seriam a sindicalização, que cada vez mais era cooptada pelo Estado; a Carteira de Trabalho, se tornou a certidão de nascimento cívica do trabalhador; e a regulamentação das profissões, que segregou os trabalhadores regulamentados dos não regulamentados, “os direitos dos cidadãos são decorrência dos direitos das profissões e as profissões só existem via regulamentação estatal” (SANTOS, 1987, p. 69). Fundamentou-se, uma relação em que o Estado definiu quem eram os cidadãos, via o reconhecimento legal das profissões.

No período assinalado, constatou-se que havia pessoas que não se integravam no sistema de proteção social, diante disso, buscavam proteção na assistência social, que era praticada pela Igreja, pelos coronéis e pelas instituições filantrópicas - base material da categoria denominada por Fleury (1994) de “Cidadania Invertida”¹³. Esta foi uma expressão da ação assistencial, destinadas aos demais segmentos da população, conformando como uma estratégia de clientelismo do poder central.

Com a implementação da ditadura de Vargas, o Estado ampliou as medidas de proteção ao trabalhador e interviu também no movimento sindical, através da legislação que objetivou o controle das organizações dos trabalhadores.

¹² Mesmo não sendo o objeto central a discussão da origem da Política Social no Brasil, este breve percurso descrito fez-se necessário visto que a Assistência Social, que será debatida com mais afinco no próximo capítulo, será inserida num quadro mais amplo de política social que surgiu no Brasil. Assim, contextualizou-se esta problemática no intuito de compreender não só a Formação sócio-histórica do país, mas também as condições objetivas de constituição das Políticas Sociais e suas repercussões na vida dos sujeitos sociais.

¹³ Cidadania invertida: quando o indivíduo entra em relação com o Estado no momento em que se reconhece como não cidadão. Tem como atributos jurídicos e institucionais, respectivamente, a ausência de relação formalizada de direito ao benefício, o que se reflete na instabilidade das políticas assistenciais, além de uma base que reproduz um modelo de voluntariado das organizações de caridade, mesmo quando exercidas em instituições estatais (FLEURY, 1994).

O Estado Novo elevou-se como uma instância radicalmente inovadora, visto que atuou com minúcias na vida social e regulando as relações de produção e reprodução da sociedade brasileira. Este Estado passou a ser o detentor do sentido do movimento da sociedade e os grupos e classes sociais, apesar de sua dinâmica própria, passaram a ser apenas objeto de intervenção estatal. Isto é, “sujeitos vazios, formas que se movimentam a partir da impulsão do Estado” (PAOLI, 1982, p. 54).

Para Paoli (1982), os estudos da época apontaram que nesse período a sociedade se configurava apenas pelo poder do Estado. Com isso, o Estado não criava nada além de sua própria dominação, ou melhor, os órgãos do poder fazem e refazem os empecilhos para a movimentação dos sujeitos, reprimindo sua expressão, proibindo seus espaços de lutas, isolando sua comunicação, impedindo qualquer ação de sua prática coletiva.

Neste momento, deu-se uma profunda mudança na composição da classe operária, devido ao seu crescimento, a ampla maioria dos trabalhadores era de origem rural, fruto da migração do campo para a cidade. Assim, se consolidam várias garantias sociais como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), salário mínimo, aposentadoria, estabilidade para operário, entre outras, isso levou um grande apoio dos trabalhadores a Vargas. Segundo Yazbek (2012) em 1945 o Brasil voltou ao regime democrático, mas conservou características do populismo do período de Getúlio Vargas.

Em suma, qualquer análise sobre o Brasil pós 1930 deve levar em consideração o peso dos 15 anos do primeiro governo Vargas. Segundo Mattos (2009), a importância da figura de Getúlio Vargas; a ideia da necessidade de superação do atraso econômico e social do país pelo desenvolvimento industrial, o autoritarismo com sua crítica feroz às instituições democráticas de relacionamento político (como por exemplo, os partidos, a independência entre os poderes e as eleições), são algumas heranças que este governo deixou na história brasileira. Porém, a mais importante entre elas foi a proposta de convivência harmônica entre trabalhadores e empresários, arbitrada por um Estado que foi ao mesmo tempo regulador e protetor, aparecendo como inventor da legislação social.

Estes anos foram marcados por conflitos políticos e com conjunturas distintas. Mas para a compreensão deste momento é importante retomar alguns elementos que conduziram a uma linha de continuidade entre a chamada “Revolução de 1930” e o período do “Estado Novo” (1937-1945) (Idem).

Para Mattos (2009) o primeiro elemento refere-se ao processo de centralização político-administrativa, que foi iniciado no governo provisório (1930-1934) e abalado, mas não bloqueado, pela Revolução de 1932 e pela Constituinte de 1934. Este processo levou, explicitamente, o Estado brasileiro a uma conformação autoritária e a ditadura do Estado Novo veio completar uma trajetória já em curso.

O segundo elemento dessa linha de continuidade é a política econômica direcionada para o desenvolvimento da nação, em que foram privilegiados setores antes relegados a um segundo plano, inclusive, o setor industrial. Contudo, sem que fosse deixada de lado a prática de valorização do polo agrícola-exportador da economia.

E por fim, o terceiro ponto de continuidade relaciona-se com os trabalhadores e seus sindicatos. Diz respeito a política social, identificada por um conjunto de leis, que são conhecidas como “leis trabalhistas”. Mattos (2009) verificou ainda que a legislação social é formada por quatro eixos básicos de leis, sendo o primeiro eixo a legislação previdenciária, que generalizou as primeiras experiências dos anos de 1920 com as Caixas de aposentadorias e pensões, posteriormente foram chamadas de institutos, que com subsídios do Estado, dos patrões e trabalhadores, garantiriam o mínimo de seguridade social, isto é, aposentadorias, pensões, indenizações e assistência médica.

O segundo refere-se as leis trabalhistas propriamente ditas, que regulavam jornadas e condições de trabalho, férias, descansos semanais remunerados, pisos salariais, etc. O terceiro diz respeito a legislação sindical, que instituiu o modelo do sindicato único por categoria e região, a estrutura vertical por categorias e a tutela do Ministério do Trabalho sobre as entidades sindicais, com poder de fiscalização das atividades e de intervenção nas direções. E por fim, as leis que instituíram a Justiça do trabalho, encarregada de mediar os conflitos de natureza trabalhista.

No que concerne aos trabalhadores que não estavam inseridos no mercado formal de trabalho, a intervenção estatal se fez presente através da assistência prestada pela Legião Brasileira de Assistência (LBA)¹⁴, primeira grande instituição nacional de assistência social, criada em 1942, que é organizada em sequência ao engajamento do país na Segunda Guerra Mundial, “para atender às famílias dos expedicionários brasileiros” (YAZBEK, 2012, p. 298).

Na visão de Iamamoto (2006, p. 250-251) o objetivo da LBA era o de “prover as necessidades das famílias cujos chefes hajam sido mobilizados, e ainda, prestar decidido concurso ao governo em tudo que se relaciona ao esforço de guerra”, assume também a função de mediar a

¹⁴ Cabe destacar que a LBA foi uma instituição extremamente assistencialista, sendo extinta em 1995, no Governo de Fernando Henrique Cardoso.

relação entre o público e o privado. Porém, haja vista o seu tratamento moral, expressos em seus objetivos básicos, verificamos a lógica conservadora da assistência social expressou através dos programas da LBA, como um conjunto de práticas que funcionavam como um mecanismo político através do qual o Estado pretendia dar conta daqueles considerados “excluídos”.

Para Yazbek (2012), a LBA foi caracterizada por ações paternalistas e de prestação de auxílios emergenciais e paliativos à miséria, que objetivava interferir junto aos segmentos mais pobres da sociedade, mobilizando a sociedade civil e o trabalho feminino.

Desse modo, as primeiras formas de intervenção estatal em matéria de assistência social são focadas no âmbito estritamente da moral. Observamos nesse período, que as intervenções estatais eram articuladas às instituições privadas que utilizavam a LBA como intermediadora dessas articulações. Os programas sociais eram feitos de forma assistencialista e tinham cunho extremamente seletivo, por outro lado, com a expansão do desenvolvimento da industrialização no Brasil, o atendimento de parte das manifestações da questão social passou a ser considerado necessário ao progresso do país, tornando-as reconhecidas pelo Estado.

Ainda em 1942 surgiu o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com o dever de organizar e administrar as escolas de aprendizagem para industriários. Sendo um grande empreendimento de qualificação da força de trabalho, em especial a jovem, para o mercado de trabalho e para ajustar psicossocialmente ao estágio de desenvolvimento capitalista.

Desta maneira, surgiu o SENAI como instrumento de atuação coletiva do empresariado, “sob o comando de sua fração dominante, que é também sua principal beneficiária no processo de adequação da Força de Trabalho coletiva às necessidades da produção. Este instrumento era diretamente subordinado à racionalidade econômica e empresarial capitalista” (IAMAMOTO, 2006, p. 255-256).

Em 1946 é oficializado o Serviço Social da Indústria (SESI), com atribuição de “estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar do trabalhador na indústria” (Idem, p. 268). Nestes termos, Iamamoto (2006) salienta que o SESI, gerido também pela corporação empresarial, defendia os salários dos operários, por meio da melhoria das condições de habitação, nutrição e higiene, assistência em relação aos problemas domésticos e a realização de pesquisas que visava a valorização do homem e os incentivos à atividade de produção.

No mesmo ano, criou-se a Fundação Leão XIII, com o objetivo de atuar na educação popular dos favelados do Rio de Janeiro. Em 1951 foi criada a Fundação da Casa Popular, para

melhorar as condições de habitação das classes trabalhadoras. Ainda neste ano, foi instituído o abono familiar para as famílias com rendimentos inferiores.

As instituições referidas e as medidas de Política Social assumidas pelo governo brasileiro, no período de 1930 a 1954, foram muito importantes para a proteção do trabalhador. Entre essas medidas podem ser citadas a instituição do salário mínimo, a jornada de 8 horas de trabalho, as férias remuneradas, a estabilidade no emprego, a indenização por dispensa sem justa causa, a convenção coletiva de trabalho, a proteção ao trabalho da mulher e do menor, a assistência à saúde, à maternidade, à infância e uma série de outros serviços assistenciais e educacionais.

Em relação a assistência social, percebemos que apesar de desenvolvida pelas organizações da sociedade civil, era praticada a partir da intervenção do Governo, visto que era ele quem organizava, financiava e coordenava todas as ações que se aproximavam da área.

O governo conseguiu ainda instituir uma política de compromisso e conciliação entre os dominantes e os trabalhadores, cooptando e atrelando a classe subalterna à política do governo, sem oferecer maiores oportunidades de participação. Sobre esse período, Iamamoto (2006) expõe que,

o Estado assume paulatinamente uma organização corporativa, canalizando para sua órbita os interesses divergentes que emergem das contradições entre as diferentes frações dominantes e as reivindicações dos setores populares, para, em nome da harmonia social e desenvolvimento, da colaboração entre as classes, repolitizá-las e discipliná-las, no sentido de ser transformar num poderoso instrumento de expansão e acumulação capitalista. A política social formulada pelo novo regime – que tomará forma através de legislação sindical e trabalhista – será sem dúvida um elemento central do processo (Idem, p. 151).

Para tanto, o Estado assumiu determinada configuração sempre de acordo com os interesses dos dominantes e as políticas sociais, que ganharam novos formatos e organizações. Porém, tanto o Estado como as políticas sociais mantiveram os traços que marcaram a formação sócio-histórica brasileira, isto é, ações embasadas por práticas patrimonialistas, baseadas na relação pessoal, pela mediação do favor em que o destinatário das ações passa a dever fidelidade ao seu doador.

O modelo de proteção social então adotado refletia uma política governamental corporativista e personalista, em que predominavam interesses particularistas dos dirigentes. A assistência social continuou sendo configurada com ações meramente assistencialista e tuteladoras, sendo considerada apenas como uma exclusividade de gestos de caridade e benemerência dos governantes.

No governo de Juscelino Kubitschek (JK) – 1956/1961, foi colocado em ação o Plano de Metas, que “forçará a aceleração da acumulação capitalística, com seu programa de avançar ‘cinquenta anos em cinco’” (OLIVEIRA, 2003, p. 71). O Plano tinha como principal objetivo o desenvolvimento econômico do Brasil, visto que se pautava em um conjunto de medidas que atingiria o desenvolvimento econômico de vários setores, priorizando a dinamização do processo de industrialização do país.

O desenvolvimentismo econômico que o Brasil viveu durante o mandato de JK priorizou o investimento nos setores de transportes e energia, na indústria de base (bens de consumos duráveis e não duráveis), na substituição de importações, destacando a ascensão da indústria automobilística e na Educação. Para JK o país diminuiria a desigualdade social gerando riquezas, isto por meio do desenvolvimento da industrialização, que conseqüentemente fortaleceria a economia (Idem).

As evidências da década de 1950 no Brasil se caracterizaram pelo investimento estatal em políticas desenvolvimentistas e a busca do crescimento econômico. Neste sentido, a intervenção planejada do Estado nos processos voltados ao desenvolvimento social e econômico estimulou a criação e a expansão de novas empresas estatais.

A ideologia desenvolvimentista parte do entendimento de que o atraso dos países do Terceiro Mundo era consequência de seu precário sistema industrial e das insuficiências tecnológicas. Nesse contexto, as instituições sociais direcionavam seus programas para uma política de integração participativa dos mais pobres no processo de desenvolvimento nacional, e a pobreza era tratada como “resultado de um insuficiente desenvolvimento econômico, do estágio ainda não suficientemente desenvolvido do país e, portanto, como fenômeno não estrutural” (YAZBEK, 2012, p. 299).

Com efeito, o auge do desenvolvimentismo ocorreu nos anos 1950-1960. Nesses anos, o modelo desenvolvimentista aprofundou-se com a implementação do capital financeiro no Brasil. O desembarque das multinacionais durante o governo JK, que então investiram nos setores de bens de consumo duráveis, e o início da construção do setor de bens de capital e da indústria de base com vultosos aportes estatais no governo Vargas, são constitutivos dessa fase do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Segundo Santos (1987) no período assinalado, as taxas de crescimento econômico, de urbanização e de inflação somente intensificaram as disputas cujo formato já se esboçaram após a derrocada do Estado Novo. Cabe apontar que o crescimento industrial introduziu alterações entre os benefícios previdenciários, destinados a variadas categorias profissionais, reforçando o poder

burocrático das distintas oligarquias sindicais, o que conduziu de um lado, suas posições de reivindicação crescente, na esfera da acumulação, “e de reacionarismo e corrupção, na esfera distributiva compensatória” (Idem, p. 73). Concomitantemente, os novos grupos sociais urbanos, juntamente com os velhos grupos sociais rurais, começaram a articular movimentos reivindicatórios, independente do seu reconhecimento como cidadão, via regulamentação profissional. O que apontaram os limites da cidadania regulada, vigente até o momento.

Vale ressaltar que foi muito pobre a resposta do poder público a esse cenário, visto que permanecia a mesma expansão da cidadania, via regulamentação das profissões, e a partir daí, o mesmo comportamento ora conciliatório, ora repressivo, no que se refere aos salários. A acumulação se dava dentro do mesmo leito institucional criado por Vargas e a distribuição compensatória seguiu, igualmente, o mesmo padrão (Idem). Portanto, as políticas sociais ainda eram vistas como paliativas, mantendo um sistema de proteção social extremamente excludente.

Cabe apontar ainda que a década de 1950 é a consolidação da política social, e também o início do seu declínio, visto que é o momento de intensificação da industrialização brasileira e com isso muitas tensões na estrutura econômica e social começaram a surgir. O dinamismo social, que a industrialização proporcionou nessa década, marcou a reconstituição de um movimento sindical e popular que passariam a exigir reformas estruturais democratizantes.

Em relação à responsabilidade que a política econômica assumiu, cabe destacar que ela fez com que a política social passasse a um segundo plano, tendo como medida significativa à instituição e a regulamentação da Lei Orgânica da Previdência Social, em 1960. Na concepção de Santos (1987) a principal inovação consistiu na uniformização dos beneficiários e serviços prestados pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Ressalta que, a lei garantia o mesmo regime de benefícios, “independente da Consolidação das Leis do Trabalho – o que quer dizer, a todas as pessoas ocupando posições no processo de acumulação, reconhecidas e reguladas pelo poder estatal” (Idem, p. 30).

O autor afirma que segundo esta Lei Orgânica, ficaram desassistidos de qualquer atenção pública os trabalhadores rurais, e na área urbana as empregadas domésticas e os profissionais autônomos, muito embora já constituam parcela considerável da população economicamente ativa, prestando serviços indiretos ao esforço da acumulação.

Portanto, mesmo com a criação da nova lei, a meta de unificação do sistema não foi atingida, não abrangeu toda a classe trabalhadora, além de não romper totalmente com a lógica dos IAPs, de segregação por categorias profissionais, mantendo ativos alguns destes institutos. O

padrão de cidadania regulada se estendeu até esse momento, quando surgiram movimentos que tentaram romper com esse conceito, mas que foram desestruturados pelo Golpe Militar de 1964¹⁵.

Cabe lembrar ainda que a entrada em cena de João Goulart (1961-1964) abriu a possibilidade de um posicionamento em favor das classes subalternas, que tinha representantes de peso em espaços significativos na arena governamental. Entretanto, seu governo foi atravessado pela agudização da crise imanente ao momento de transição à fase monopólica do capitalismo.

No período houve uma crise dos padrões de acumulação do capital, que foi marcada pela internacionalização da economia e pelo fortalecimento do setor privado e do capital internacional. Nos termos de Netto (2007),

a dinâmica endógena do capitalismo no Brasil, alcançando-se a um padrão diferencial de acumulação, punha na ordem do dia a redefinição de esquemas de acumulação (e, logo, fontes alternativas de financiamento) e a iminência de uma crise. Se esta não aparecia como tal aos olhos dos estratos industriais burgueses, a questão da acumulação mostrava-se óbvia (Idem, p. 20).

O autor afirma que é uma crise da forma da dominação burguesa, gestada fundamentalmente pela contradição entre as demandas da dinâmica do desenvolvimento da industrialização pesada e a modalidade de intervenção, articulação e representação das classes e camadas sociais no sistema de poder político.

O padrão de acumulação proposto pelas primeiras entravam em contradição com as requisições democráticas, nacionais e populares que a segunda permitiu emergir. Contudo, apontando que o “alargamento e o aprofundamento desta contradição, precipitados pelas lutas e tensões sociais no período, erodiam consistentemente o lastro hegemônico da dominação burguesa” (Idem, p. 26).

As lutas pelas “Reformas de Base” marcaram toda uma geração e é concomitante com fim da etapa do capitalismo competitivo e início da hegemonia do capitalismo monopolista, que passou a exigir controles mais fortes e substantivos por parte da burguesia. Neste período, registrou-se também um processo de mobilização, na sociedade brasileira, face ao agravamento das injustiças sociais resultantes da má distribuição de renda, impulsionando o crescimento da participação política dos trabalhadores urbanos que denunciaram as precárias condições de trabalho e sobrevivência, seguidos dos trabalhadores rurais em face do aumento dos conflitos.

¹⁵ Sobre o golpe militar, vamos nos ater com mais detalhes no próximo capítulo.

Esse processo de luta dos trabalhadores da cidade e do campo representou seu posicionamento contrário face ao projeto democrático-liberal restritivo, caracterizado pela fragilidade das instituições públicas, pela debilidade da democracia representativa e participativa, bem como pelo não acesso aos Direitos Humanos e pela precariedade das condições de trabalho.

A emersão de amplas camadas trabalhadoras, urbanas e rurais, no cenário político, galvanizando segmentos pequeno-burgueses (com especial destaque para as camadas intelectuais) e sensibilizando parcelas da Igreja católica e das Forças Armadas, era um *fato novo* na vida do país. Do nosso ponto de vista, esta emersão não colocava em xeque, *imediatamente*, a *ordem capitalista*: colocava em questão a modalidade específica que, em termos econômicos-sociais e políticos, o desenvolvimento capitalista tomara no país. Vale dizer: a ampla mobilização de setores democráticos e populares, que encontrava ressonância em várias instâncias do aparelho estatal, não concretizava um quadro pré-revolucionário. Não fora o golpe, é bastante provável que seus desdobramentos originassem um reordenamento político-social capaz de engendrar uma situação pré-revolucionária; no entanto, o contexto de precipitação social ocorrente entre 1961 e 1964 não a tipificava (NETTO, 2007, p. 22).

Assim, os trabalhadores em luta ganharam maior expressão no cenário político. Além da força política demonstrada pelo movimento operário e pelas organizações dos trabalhadores rurais, sobretudo as Ligas Camponesas (MATTOS, 2009). Esses movimentos sociais apresentaram-se fortalecidos ao tencionar as propostas de reformas de base do governo, convergiram para a tentativa de modernizar o capitalismo e amenizar as desigualdades sociais, e ainda, colocou em pauta a questão do peleguismo¹⁶.

Com isso, se encerrou um ciclo da história do Brasil, em que foi possível compreender a formação sócio-histórica, as condições objetivas de constituição das políticas sociais, o seu desenvolvimento, das ações designadas de assistência social, e ainda, a formação do movimento operário. Este último, mesmo com uma luta residual, com muitos obstáculos e cooptações, não estava esquecido “de sua própria história, na medida mesma em que essa história era a própria história de seu impedimento em constituir-se como ação e sujeito coletivo amplo” (PAOLI, 1982, p. 53)¹⁷.

¹⁶ O peleguismo nasceu no Brasil durante o Estado Novo (1930-1945) como parte da política nacionalista de Getúlio Vargas. O termo deriva de "pelega", o líder sindical que mediava entre os interesses do estado e as reivindicações dos operários.

¹⁷ Para fins didáticos, encerramos este capítulo no início da autocracia burguesa, para que o segundo capítulo possa dar sequência ao assunto, com ênfase no surgimento e desenvolvimento da política de assistência

CAPÍTULO II – REPENSANDO O BRASIL: A CONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS – EM DESTAQUE A ASSISTÊNCIA SOCIAL E A AÇÃO DOS SUJEITOS NO CENÁRIO DAS LUTAS CONTEMPORÂNEAS

A fundamentação e os argumentos abordados na primeira parte desta dissertação são a base para estruturar o debate que aqui se pretende sustentar. As categorias analisadas a luz do marxismo e de autores que comungam com esta teoria social; as considerações sobre o processo de pauperização que aflige a vida da classe subalterna; a história da formação sócio-histórica do Brasil; a organização da classe operária, da superpopulação relativa; são pressupostos principais que possibilitam conhecer o objeto de estudo.

Ao tratar dos fundamentos da Política Social, Behring (2000) destaca que é reconhecido que a existência de políticas sociais, é um fenômeno associado à constituição da sociedade burguesa, ou seja, do modo de produzir e reproduzir-se. Evidentemente que não desde os seus primórdios, mas quando se tem um reconhecimento da questão social intrínseco às relações sociais nesse modo de produção, no mesmo momento em que os trabalhadores assumem um papel político e até revolucionário.

Sabe-se que as políticas sociais ora são vistas como mecanismo de manutenção da força de trabalho, ora como conquista dos trabalhadores, ora como arranjo do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos dos cidadãos. Assim, ela conta com todos estes elementos contraditórios, que são necessários para a manutenção da ordem e das próprias políticas sociais.

Cabe lembrar que a busca da classe dos trabalhadores por lutas sociais, a socialização da riqueza e uma nova ordem societária, garantiram algumas conquistas importantes na dimensão dos direitos políticos, tais como: o direito de voto, de organização e a formação de sindicatos e partidos, de livre expressão e manifestação e de ampliação dos direitos sociais. Desta forma, a generalização dos direitos políticos é resultado da luta da classe trabalhadora e, se não conseguiram instituir uma nova ordem social, contribuíram significativamente para ampliar os direitos sociais, para tencionar, questionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo. No entanto, destacamos que estes ganhos históricos dos trabalhadores durante muito tempo valeram, sobretudo, para os que estavam inseridos no mercado formal de trabalho, para os que trabalhavam no chamado mercado informal e os trabalhadores rurais, os direitos conquistados foram negados.

social dos períodos subsequentes, procurando aproximarmos da luta dos sujeitos sociais, a fim de atender nosso objeto de estudo.

Neste sentido, no presente capítulo apresentamos a conformação da assistência social enquanto política pública no Brasil, além do processo de reconhecimento e luta da classe dos trabalhadores. Concomitantemente, ainda que de forma breve, apontamos a configuração do Estado nos processos descritos para compreendermos a estrutura das políticas e a sua intencionalidade nos diferentes períodos históricos.

Desta forma, por meio de um recorte temporal, para fins didáticos, iniciamos este capítulo situando nossas análises sobre a configuração do Estado, das políticas sociais, principalmente a Assistência Social e a luta dos sujeitos, pensando esses elementos no período de 1964 a 1985. Consequente, discutimos os anos de 1985 a 2002 e, por fim, a reflexão a partir de 2002, esta análise é de suma importância, visto que converge com as ponderações finais deste trabalho ao apontar as trajetórias sociais das famílias assistidas pela política de assistência social.

Além disso, salientamos que os acontecimentos destes períodos são interligados, desta maneira, em cada subitem procuramos recuperar rapidamente elementos importantes do que já havia sido tratado, a fim de compor uma linha de raciocínio que colabore com as análises, e também para que tais elementos não se percam dentro de cada recorte temporal e temático do presente capítulo.

2.1. O Brasil de 1964 a 1985: Uma análise da autocracia burguesa ao processo constituinte, em debate a assistência social e as lutas dos sujeitos sociais

Para pensar a realidade brasileira nos anos de 1964 a 1985 é importante considerar, a priori, a direção dada pelos governos do país, já que a condição de vida da população também está diretamente ligada a execução de um governo justo, democrático e em benefício do povo. Cabe destacar desde já que no referido período não foi possível ser executado esse tipo de governo, visto que a coalisão cívico militar tomou o poder e a repressão associado a um forte autoritarismo foram às formas de tratamento para com a sociedade civil.

Devemos lembrar que o Brasil, como apontado anteriormente ao recuperar a formação sócio-histórica, era um país refratário à participação popular e a organização de movimentos sociais, e o período que antecedeu a ditadura foi caracterizado por manifestações populares em prol da sustentação para as reformas necessárias à melhoria da qualidade da vida da população (COUTO, 2010).

O Estado brasileiro, pouco antes de 1964, problematizava a continuidade do padrão de desenvolvimento dependente e associado que se engendra em meados da década de 1950. O Estado que se estrutura pós o golpe expressa o rearranjo político das forças socioeconômicas a que interessam a continuidade daquele padrão, aprofundadas a heteronomia e a exclusão (NETTO, 2007).

Concretiza-se o pacto “contra-revolucionário” exatamente para assegurar o esquema de acumulação que garante a prossecução desse padrão, readequando-o as novas condições internas e externas. Deste modo, o Estado erguido no pós-1964 tem por funcionalidade garantir a

reprodução do desenvolvimento dependente e associado, assumindo, quando intervém diretamente na economia, o papel de repassador de renda para os monopólios, e politicamente mediando os conflitos setoriais e intersetoriais em benefício estratégico das corporações transnacionais na medida em que o capital nativo ou está coordenado com elas ou com elas não pode competir (Idem, p. 27-28).

O impacto do golpe militar sobre os sindicatos foi violentíssimo, e mais alguns anos seriam precisos para que houvessem uma retomada das mobilizações de trabalhadores e das jornadas grevistas. Porém, entre o golpe e o surgimento do novo sindicalismo, os sindicatos não deixaram de vivenciar tensões e conflitos, nem os trabalhadores de criar formas de resistência à exploração e à ditadura (MATTOS, 2009).

A funcionalidade do golpe de abril de 1964 estava sintonizada à solução da polêmica que atravessava o governo Goulart. Ou seja, decidiu-se pela opção econômica subordinada aos interesses imperialistas (expressão do caráter eminentemente antinacional) e pela efetiva repressão política que subsidiava as condições de exploração daqueles interesses (caráter antidemocrático), utilizando-se de mecanismos que controlassem a manifestação popular. Desta forma, Netto (2007) caracterizou o direcionamento político e econômico da autocracia burguesa¹⁸ como síntese de sua afinidade ao projeto de modernização conservadora¹⁹.

¹⁸ Segundo Netto (2007), autocracia burguesa é o governo estabelecido pelos militares entre 1964 e 1985 por meio de um golpe de Estado.

¹⁹ Netto (2007) chama este projeto de “modernização conservadora”, justamente por prever a “modernização” industrial do país, ao mesmo tempo em que mantém a sociedade sob as bases do antigo conservantismo burguês. Ou seja, modernização para os capitalistas e manutenção da ordem vigente para os trabalhadores.

Couto (2010) afirma que o clima no país nestes anos poderia ser traduzido pela visualização de “dois Brasis”. O primeiro, caracterizado pela repressão, tortura, aviltamento de pessoas e instituições, cerceamento aos meios de comunicação, censura, entre outros, que os órgãos oficiais do governo reproduziam. O segundo procurava cooptar a população, na sua maioria pobre, “vivendo o arrocho salarial, a inflação, as precárias condições de vida, para a legitimação das medidas governamentais” (Idem, p. 120).

De forma geral, desde a sua ascensão ao poder, os militares adotaram um modelo econômico que privilegiou a entrada do grande capital no Brasil, unindo o planejamento estatal ao capitalismo estrangeiro, formando um pacto com a autocracia burguesa (Idem). A fim de travestir o Golpe com uma aparência democrática, uma das medidas postas pelos militares foi a promoção de algumas medidas de caráter pseudo-universalizante. Isto como a unificação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP's), que ocorreu em 1966 em complementação à uniformização dos benefícios e serviços, “promovia-se a unificação político-administrativa de todas as agências estatais incumbidas de prover serviços de proteção social” (SANTOS, 1987, p. 32).

Na verdade, essa unificação estava inserida no processo de modernização da máquina estatal, sendo uma estratégia de controle da massa popular e desmobilização da classe trabalhadora. Os benefícios foram uniformizados para uma camada da população trabalhadora, mas o acesso aos serviços ainda estava vinculado à contribuição previdenciária. Com a unificação do sistema previdenciário, até então separados nos IAP's, no Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), retirou-se a presença dos trabalhadores de sua gestão e criou-se o Fundo de Garantia por Tempo de Trabalho (FGTS), que liquidou com a estabilidade no trabalho. Ressalta-se que esses fatos reafirmaram a vinculação da política social à política de acumulação (Idem).

Neste momento entrou em evidência a restrita regulação do trabalho no país, a qual sempre colaborou para manter baixo o valor da força de trabalho, condição que reforçou uma relação entre capital e trabalho baseada na superexploração, e no contexto do regime militar com a reforma trabalhista essa superexploração do trabalho se intensificou. Para Santos (2012) foram dois os expedientes fundamentais para entender as particularidades da modalidade de exploração do trabalho, neste período: a instituição do FGTS e a repressão político-institucional ao movimento sindical.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego do governo federal, o FGTS constituiu-se em um pecúlio disponibilizado quando da aposentadoria ou morte do trabalhador, e representou uma garantia para a indenização do tempo de serviço, nos casos de demissão imotivada.

O fundo substituiu a estabilidade do trabalho e aumentou a já elevada rotatividade nas ocupações. Isso já que o valor gasto com um empregado, com a sua estabilidade, era maior com o passar do tempo, pela dificuldade de demitir e pelos direitos adquiridos durante o trabalho. Já com os fundamentos do FGTS, quando lançou mão da rotatividade, o empregador pode manter sempre a baixo o patamar salarial de seus empregados, que são despedidos a baixo custo. Por esta razão é que tivemos no caso brasileiro a precariedade e flexibilidade²⁰ no processo de trabalho ao contrário da estabilidade dos países centrais (SANTOS, 2012).

Quanto ao sindicalismo, também ao contrário do que ocorreu nos países centrais, a ausência de democracia, no caso brasileiro, inviabilizou o seu reconhecimento como interlocutor das relações capital/trabalho. Aqui esse agente fundamental das conquistas trabalhistas nos países centrais, não teve possibilidades de organização autônoma durante boa parte de sua existência nos períodos de democracia, em decorrência do corporativismo que estruturou a legislação trabalhista, desde os anos 1930. Nas palavras de Santos (2012),

no período da ditadura militar o sindicalismo, como todo e qualquer movimento social, foi duramente reprimido e decretado ilegal, o que, por sua vez, facilitou o aumento da exploração do trabalho e da extração dos elevados percentuais de mais-valia que responderam pelo chamado “milagre econômico” (Idem, p. 437).

Como particularidade da questão social no nosso país há uma perversa associação, de um lado a superexploração do trabalho, que entre outras características, está o fato do valor ser mantido abaixo dos padrões vigentes em outros países, para que o Brasil continuasse atrativo aos investimentos produtivos. E de outro lado, uma “passivização das lutas sociais que historicamente foram mantidas sob controle do Estado e das classes dominantes” (Idem, p. 437).

Sobre a luta dos trabalhadores, destaca-se que,

nos primeiros anos da ditadura militar, a legislação autoritária criaria diversos mecanismos para diminuir o poder de luta dos trabalhadores, desmobilizando a ação sindical e ampliando a exploração da classe. Entre as chamadas “leis do arrocho” estavam: a proibição do direito de greve; o controle dos índices de reajuste salarial (unificados em torno de um único percentual anual relativo à média da inflação divulgada para dois anos anteriores); o fim da estabilidade aos

²⁰ Santos (2012) designa como flexibilidade/precariedade do trabalho a inexpressividade e, em vários casos, ausência de regulação do trabalho; alta rotatividade nos postos de trabalho; subemprego; informalidade. Para a autora isso tudo está presente no Brasil ao longo da formação de seu mercado de trabalho (desde o final da escravidão), acentuando-se com a regulação do trabalho estabelecida por Vargas a partir dos anos 1930 e, especialmente, no momento da ditadura militar.

dez anos de serviço (trocada pelo FGTS) e o desmonte do sistema previdenciário baseado nos IAPs, substituídos pelo INPS (MATTOS, 2009, p. 106).

Segundo Couto (2010), os atos arbitrários e os movimentos censurados em 1968 foram criando um posicionamento por parte da sociedade civil, que se uniram para delatar os atos do regime militar. Estas manifestações ocorreram das mais diversas formas, inclusive com movimentos nas ruas contando com o apoio da massa popular. O ano de 1968 foi marcado por contestações sociais, políticas e culturais em vários lugares do mundo, observou-se à eclosão de um vasto movimento estudantil e a retomada do movimento dos trabalhadores de Osasco e Contagem (MATTOS, 2009).

Portanto, diversas foram as manifestações para denunciar a repressão do período militar, que por um lado demonstraram a força da organização popular, de outro lado, reafirmaram a política autoritária, da censura e repressão.

A oposição então existente dentro das estruturas estatais, como por exemplo, o congresso e o judiciário, inviabilizava a legitimação do governo. Fica claro que nestes espaços incorram o dissenso, ainda que desprovidos de meios que objetivamente poderiam rechaçar as decisões do Estado, inviabilizavam, atrasavam o curso das projeções modernizadoras. Netto (2007) assinala que o nó de impasses foi resolvido quando sancionou o Ato Institucional nº 5 (AI- 5) em que “abre-se o genuíno momento da autocracia burguesa”.

O que fora até então, uma ditadura reacionária, que conservava um discurso coalhado de alusões à democracia e uma prática política no bojo da qual ainda cabiam algumas mediações de corte democrático-parlamentar, converte-se num regime político de nítidas características fascistas. No bloco sociopolítico dominante, conquista preeminência indiscutível o componente mais reacionário do pacto contra-revolucionário, aquele que corporifica os interesses do grande capital monopolista imperialista e nativo. O processo de concentração e centralização capitalista, com a desobstrução do campo realizada pelo PAEG e, em muito menor medida, pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED, do governo Costa e Silva), acelera-se velozmente – é que a estrutura do Estado, então, é inteiramente redimensionada e refuncionalizada para servir e induzir à concentração e à centralização. Se, entre 1964 e 1968, a ditadura assumiu o Estado, ela agora cria as suas estruturas estatais. Com efeito, é nesse momento do ciclo autocrático burguês que a ditadura ajusta estruturalmente o Estado de que antes se apossara para funcionalidade econômica e política do projeto “modernizador”. Esta adequação integra o aparato dos monopólios ao aparato estatal. [...] A repressão à oposição e ao dissenso, mesmo prosseguindo em linha seletiva, torna-se sistemática e se converte, operacionalizada de forma policial-militar (com reconhecido aporte de meios empresariais e a assessoria, inicialmente, de personalidades afetas a organismos estrangeiros), em prática organizada e planejada oficialmente: o

terrorismo de estado é a contraface política da “racionalização”, da “modernização conservadora” conduzida ao clímax na economia e visível na consolidação do “modelo” (Idem, p. 38-40).

Sob este aspecto o governo conseguiu dar sequência ao desenvolvimento econômico a que se propunha. Como visto o regime instaurado pelos militares teve como programa econômico, que consta no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), a reestruturação do equilíbrio monetário, ou seja, a contenção da inflação, como recriação do clima à retomada dos investimentos públicos e privados (OLIVEIRA, 2003). O primeiro resultado da execução do PAEG foi uma forte recessão.

Foi somente quando começou a praticar-se uma política seletiva de combate à inflação, que se retomou a expansão do sistema: o termo seletiva não deve ser confundido com outra quase lei de seletividade derivada de prioridades sociais. A política seletiva implantada distingue, antes, seletividade de classes sociais e privilegia as necessidades da produção. Assim, abandonou-se a perspectiva de contenção de crédito, a de contenção dos gastos governamentais, e a perspectiva global de contenção da demanda; a política implantada, seletiva nesse sentido, passou a ser contrária à anterior: aumento dos créditos, aumentos dos gastos governamentais, estímulo à demanda (Idem, p. 94).

A política de combate à inflação pretendeu transferir às classes de rendas baixas o ônus do referido combate, a pretensão era que as alterações no custo de reprodução da força de trabalho não se transmitam à produção, ao mesmo tempo “que deixa galopar livremente a inflação que é adequada à realização da acumulação, através do instituto da correção monetária, a prática, já iniciada em períodos anteriores, de fuga aos limites estritos da lei da usura”. A circulação desse excedente compatibilizou os altos preços dos produtos industrializados com a realização da acumulação, propiciada por um mercado de rendas altas, concentrado na burguesia e nas classes medias altas (Idem, p. 95).

As políticas sociais nesse período tiveram como destaque a questão dos menores de idade infratores, que foi regulamentado durante o governo militar. Em 1965 criou-se o Sistema Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor e/ou Fundações Estaduais (FUNABEM/FEBEMS) para dar conta do crescimento de crianças e adolescentes nas ruas, envolvidos em atos infracionais. A política social foi marcada por forte tecnocracia e autoritarismo, excluindo a maior parte da população das decisões governamentais, o que demonstrou uma clara inversão, visto que ao invés de direitos de cidadania, o que se teve foi meras concessões.

Yazbek (2012) afirma que com a expansão do capitalismo, ocorreram mudanças, no que se refere à modernização do sistema de proteção social, que se estabeleceu nas décadas de 1960 e

1970. Tratou-se de um processo de modernização conservadora, que combinou assistência à pobreza com repressão, visto que essas mudanças não significaram uma ruptura com os padrões meritocráticos que prevaleceram até o momento. No entanto, no período em tela, por exemplo, o INPS incorporou novos segurados, expandiu a assistência médica previdenciária e criou em 1974 a Renda Mensal Vitalícia (RMV) para idosos e inválidos com baixa renda.

Ainda nesse período foi criado o Ministério de Previdência e Assistência Social, que incorporou a LBA, em seguida ocorreu à extensão da cobertura previdenciária aos trabalhadores rurais (1971), as empregadas domésticas (1972) e aos trabalhadores autônomos (1973). Criou-se, ainda, o Banco Nacional de Habitação (BNH), que apesar de ter sido uma forte reivindicação da classe trabalhadora, atendeu somente a uma parcela da população, que além de dispor de recursos para o financiamento apoiava o governo militar.

Vale apontar que durante a ditadura militar, a mesma dualidade das décadas passadas se repetiu, visto que há um grande progresso na institucionalização da política social, de que foram exemplos à criação do Sistema Nacional de Previdência Social e o BNH. Porém, essas estruturas foram usadas para legitimar o regime militar, como mecanismos de controle, ao eliminar qualquer participação, além disso, se deu a continuidade ao modelo desigual e fragmentado de atendimento à população. Mattos (2009) analisa que,

a partir de 1970, o governo esforçou-se por revalorizar os sindicatos, mas apenas como órgão integrados ao sistema oficial de previdência e assistência social. Como balcões de serviços, os sindicatos poderiam servir melhor também para veicular as “conquistas” do regime militar. Os trabalhadores, porém, não se calaram. De forma muitas vezes clandestina, organizaram-se nos locais de trabalho e protestaram, em movimentos por empresa, mantendo acesa, apesar de todos os limites, a possibilidade da ação sindical (Idem, p. 102).

De acordo com Sader (1988) ao examinar as ideias formuladas sobre as práticas e as condições de existência dos trabalhadores, verificou uma significativa diferença de 1970 e as do final da mesma década. No início dos anos 1970 a classe trabalhadora foi vista completamente subjugada pela lógica do capital e pela dominação de um Estado onipotente.

Já ao final desses anos diversos estudos passaram a mencionar à irrupção de movimentos operários e populares que surgiam com a marca da autonomia e da contestação à ordem estabelecida. Segundo o autor se tratava do “novo sindicalismo”, que se almejou independente do Estado e dos partidos, referindo-se aos “novos movimentos de bairro”, que se formaram em um processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores, como no passado. O

que emergia era o nascimento de uma “nova sociabilidade”, em associações comunitárias em que a solidariedade e a autoajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva. Observa-se que “eram os ‘novos movimentos sociais’, que politizavam os espaços antes silenciados na esfera privada de onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio espaço e requeriam novas categorias para sua inteligibilidade” (Idem, p.36).

Sader (1988) assinala que este fato o colocou diante da emergência de uma nova configuração das classes populares no cenário público. Isto é, não somente em comparação com os padrões do início da década, mas também, com os de períodos históricos anteriores, no final dos anos 1970 emergiu uma nova configuração de classe.

Pelos lugares onde se constituíam como sujeitos coletivos; pela sua linguagem, seus temas e valores; pelas características das ações sociais em que se moviam, anunciava-se o aparecimento de um novo tipo de expressão dos trabalhadores, que poderiam ser contrastado com o libertário das primeiras décadas do século, ou com o populista, após 1945 (Idem, p.37).

Com a ampla expansão industrial, faltavam operários qualificados e havia o interesse das indústrias em manter aqueles que garantiam sua produção. Nesse caso, quando os operários ficavam descontentes, e dado a quase inviabilidade da resistência sindical, era frequente que os trabalhadores qualificados tomassem a iniciativa de buscarem empregos em outras empresas.

No que se refere aos trabalhadores assalariados, mas sem especialização, eles formaram a massa continuamente submetida ao desemprego, muitas vezes trabalhando sem carteira assinada e recebendo menos de um salário mínimo. Logo, a falta de segurança e estabilidade fazem parte do cotidiano desta classe, em que surgem continuamente tanto a revolta como a subserviência (Idem).

Entre os anos 1968-1974, ocorreu o chamado “milagre econômico” brasileiro, o período caracterizou-se pelo fato da economia brasileira ter sido favorecida por vários fatores e circunstâncias, dentre eles: um clima favorável aos investimentos econômicos; estabilidade sócio-política, embora sob a égide de um governo autoritário; uma mão-de-obra relativamente barata e disciplinada; e uma conjuntura internacional com disponibilidade de capitais e créditos²¹.

²¹ Todavia, desde já é importante ressaltar que essa fase de crescimento econômico foi interrompida quando a crise do choque do petróleo, em 1973, descortinou a realidade do “milagre econômico” brasileiro, apresentando as contradições deste modelo econômico, como o endividamento e o esgotamento do Estado na manutenção do ritmo do crescimento. Portanto, os anos 1970 marcam a gênese da crise do Estado desenvolvimentista brasileiro que culmina, na década seguinte, na crítica do esgotamento desta política econômica.

Para tanto é necessário tratarmos brevemente das transformações capitalistas mundiais a partir desses anos, para compreendermos posteriormente, o contexto do sistema de proteção social, das políticas sociais e o reordenamento do Estado no Brasil.

Do final da Segunda Guerra Mundial até os anos 1970, muitos países passaram por uma época histórica marcada pelo crescimento produtivo e industrial acelerado. Esse momento foi denominado de “trinta anos gloriosos” ou “anos dourados” (Netto e Braz, 2007). O período em tela combinou por cerca de trinta anos taxas elevadas de lucro com determinado padrão de proteção social, aumento de empregos e salários, nesta ocasião, o capitalismo se expandiu junto com presença interventora do Estado.

Na década de 1970, nos países centrais, ocorreu uma série de fatores que impulsionaram crises e acarretaram na modificação do padrão de proteção social.

Com efeito, a profundidade da crise que, na transição da década de sessenta à setenta, pôs fim aos “anos dourados” levou o capital monopolista a um conjunto articulado de respostas que transformou largamente a cena mundial: mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais ocorreram e estão ocorrendo num ritmo extremamente veloz e seus impactos sobre os Estados e nações mostram-se surpreendentes para muitos cientistas sociais (NETTO E BRAZ, 2007, p. 211).

Essas respostas foram às saídas encontradas por segmentos do grande capital²² que tiveram a perspectiva de reduzir custos sociais, postos de trabalho e restringir os direitos sociais e trabalhistas. Behring e Boschetti (2007) referem que esta crise foi de superprodução, e um dos principais fatores de agravamento foi o problema do desemprego, pela introdução no sistema produtivo de tecnologias avançadas, como a maquinaria, que substituiu a mão de obra humana. Havery (1989) ao analisar este processo, refere-se que a redução do emprego regular acarreta no crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, o que acentuou ainda mais a sua precarização.

A reestruturação produtiva do capital impulsionou um complexo de inovações organizacionais, tecnológicas nas grandes empresas e na sociedade em geral. Netto e Braz (2007, p.251) explicam que neste período, deslocou o padrão de acumulação consolidado nos “anos dourados”, assim, “esgotou-se a modalidade de acumulação denominada rígida, própria do

²² A consideração se refere ao grande capital, pois segundo Netto e Braz, “As crises não interessam a nenhum dos sujeitos sociais em presença na sociedade burguesa (...). É evidente que seus impactos atingem muito diferentemente as classes sociais (...). No entanto, também são penalizados segmentos do capital, especialmente os pequenos e médios capitalistas (...)” (2007, p. 163).

toylerismo/fordismo, e começou a se instaurar aquela que vai caracterizar a terceira fase do estágio imperialista, a acumulação flexível”.

Harvey (1989) esclarece que a acumulação flexível,

(...) se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (Idem, p. 140).

A luta de classe e as derrotas das forças políticas do trabalho impulsionaram a condução da reestruturação política do capital, nas mais diversas instâncias da vida social. Essa reestruturação colaborou com a constituição do Estado neoliberal, marcado pela adesão a políticas de liberalização e desregulamentação financeira. Ao fim desses anos, o capitalismo financeirizado, flexível e neoliberal, adotou medidas restritivas aos direitos sociais, os quais haviam sido assegurados na conformação do Estado de bem estar social nos países capitalistas desenvolvidos.

Contudo, em relação a luta de classe, destaca que reorganizou-se a ofensiva do trabalho questionando o sistema de compromisso e a regulação entre o capital e o trabalho, mediado pelo Estado, erguido com o padrão de acumulação fordista/taylorista e que se sustentava através da exploração do trabalho (ALMEIDA E ALENCAR, 2001).

Almeida e Alencar (2001) designam que a resistência dos trabalhadores colocava em questão o controle social da produção, questionando ao mesmo tempo o modo de produção capitalista, a expressão histórica do capitalismo instituída no padrão fordista/taylorista de produção, assim como na direção social-democrata do movimento operário. As formas de resistências expressavam-se no chão da fábrica, mediante o absenteísmo, a fuga do trabalho, as operações para reduzir o tempo e o ritmo de trabalho, formação dos conselhos, greves, entre outras formas de protesto.

Logo, confirmou-se que na base da crise do capital, que minavam as possibilidades de continuação do ciclo de acumulação capitalista e a dominação do capital, situavam-se dois elementos que foram determinantes. O primeiro era a crise estrutural do capital, que se expressou na crise de produtividade e/ou perda de lucratividade, na taxa decrescente do lucro, na hipertrofia do

capital financeiro e no amplo desemprego, e o segundo a luta de classe, fragilizando a dominação de classe (Idem).

A resposta para essa situação veio através das tentativas de reorganização do capital do ponto de vista econômico e político, qualificada como uma ofensiva brutal do capital contra os trabalhadores (Idem).

Tais medidas passaram a ser redirecionadas e atingiram o sistema de proteção social, o qual acarretou modificação nas políticas sociais. Essas políticas foram deslocadas da esfera estatal para a sociedade civil por meio de ações de privatização, seleção dos mais necessitados e focalização dos serviços nos segmentos mais vulneráveis.

De acordo com Netto (2012),

o que se seguiu é conhecido (trata-se do que se denominou “a reestruturação do capital”) (...): a conjunção “globalização”/ “neoliberalismo” veio para demonstrar aos desavisados que o capital não tem nenhum “compromisso social” – o seu esforço para romper com qualquer regulação política tem sido coroado de êxito. Erodio-se o fundamento do Welfare State em vários países e a resultante macroscópica-social saltou à vista: o capitalismo [assumiu as formas] “globalizado”, “transnacional”, “pós-fordista” (...) (Idem, p. 207).

Neste momento a lógica do capital era de retirar os ganhos sociais visando recompor os níveis da produtividade em queda. Devido a este procedimento do capital, a crise impulsionou o fim dos espaços à negociação e das medidas distributivas de caráter universal. Deste modo,

a crise econômica dos anos 1970, o “choque do petróleo”, e as reestruturações do processo de acumulação do capital globalizado, entre os quais se destacam as inovações tecnológicas e informacionais, que alteraram as relações de trabalho, gerando desemprego, como resultado da eliminação de postos de trabalho, são implementadas ao longo das décadas subsequentes. O aumento da inflação, a redução do crescimento econômico, a elevada intervenção do Estado na vida econômica caracterizam esse período (YAZBEK, 2010, p. 7).

Por fim, a crise dos anos 1970 foi uma crise em que o capital para tornar-se hegemônico, procurou reorganizar-se não só na esfera produtiva, mas também na ideológica e política. O que acarretou mudanças no ciclo produtivo, nas formas de produção e gestão do trabalho, ocasionou importantes transformações sociais, no sistema de proteção social, nas políticas sociais e exigiu uma nova reorganização do Estado.

Neste quadro da crise do capital, Santos (2012) afirma que em se tratando das modalidades de exploração do trabalho, quase sempre os estudiosos chamam a atenção para a sua “flexibilização/precarização” enquanto um fenômeno associado ao estágio da acumulação flexível do capital e sua crise mais recente, a qual pontuamos anteriormente.

Para a autora, pensando o caso brasileiro é preciso mediatizar essa análise, visto que a “flexibilização/precariedade” do trabalho no país não pode ser creditada à crise recente do capitalismo. Embora esteja mais visivelmente presente no atual contexto da acumulação flexível, essas características fazem parte da “modalidade imperante” de exploração do trabalho no Brasil há muito tempo. Isto é, ao contrário do que ocorreu nos países centrais, em que o padrão de proteção social consolidava a estabilidade dos empregos, como condição para as altas taxas de lucro do período fordista, a “flexibilidade/precariedade” foi construída como fundamento estruturante dos postos de trabalho antes e durante o período fordista do capitalismo brasileiro.

A partir das características desta década²³, ganharam terreno as teses da liberdade de mercado e da redução do papel do Estado na área econômica e social. Segundo Vieira (1997),

a política social brasileira compõe-se e recompõe, conservando em sua execução o caráter fragmentado, setorial e emergencial, sempre sustentada pela imperiosa necessidade de dar legitimidade aos governos que buscam bases sociais para manter-se e aceitam seletivamente as reivindicações e até as pressões da sociedade (Idem, p. 68).

A política social no Brasil percorreu três períodos, o primeiro chamado de “controle da política” iniciado na era Vargas até os anos 1960; o segundo abrangeu o período da ditadura militar em 1964 até a Constituição de 1988 e é denominado de “política de controle”. Já o terceiro, começou na aprovação da Constituição configurando uma “política social sem direitos sociais²⁴” (Idem, p. 68).

Em meados da década de 1970, o Regime Militar começou a apresentar seu esgotamento. A ideia do supercrescimento da economia, o qual foi chamado “milagre brasileiro”, foi a única variável que legitimava o Estado, porém ele havia de se esgotar, dado a fragilidade do sistema. Isto porque inflava o crescimento econômico com empréstimos de bancos estrangeiros, privilegiando a modernização que atendessem as demandas do grande capital imperialista. Posteriormente, quando

²³ A década de 1970, conforme visto, foi marcada pela crise econômica, com altos índices de inflação, crescimento do desemprego em todo o mundo e da desigualdade social, aumento da dívida interna e externa.

²⁴ Este período da Política Social será problematizado nos itens seguintes.

esgotou o “milagre”, o tensionamento do Estado e da sociedade estava no limite, somam-se a este clima, as forças democráticas de resistência, ainda que residuais, e o descontentamento da população que contribuíram para deflagrar a crise do regime, o que abriu espaço para a ascensão dos movimentos operário e popular e de outros movimentos e organizações políticas que promoveram o fortalecimento da sociedade civil organizada (NETTO, 2007).

Conforme Mattos (2009) a reivindicação do movimento operário de reajuste salarial, a priori puramente econômica, adquiriu uma dimensão política inegável no contexto da ditadura, isso devido ao modelo de desenvolvimento econômico dos governos autoritários terem como base o arrocho salarial. E o rápido crescimento econômico era o argumento usado nos discursos dos militares para explicar a ditadura. Neste contexto, as greves e reivindicações dos trabalhadores traziam a público a perversidade do modelo econômico concentrador de renda, que começava a falir.

Assim, os segmentos da burguesia insatisfeitos com a ditadura, aglutinaram uma frente de oposição que, com a reinserção dos movimentos populares, na cena política, “por meio da mobilização dos operários métalo-mecânicos do cinturão industrial de São Paulo (ABC Paulista)” (NETTO, 2007. p. 149), ganharam profundidade e qualidade. Os movimentos sociais passaram a ocupar a cena pública, que foi reprimida por um longo período, reivindicando direitos, a começar pelo direito a reivindicar seus direitos (SADER, 1988) e colocaram na agenda de reivindicações mudanças políticas e sociais.

Deste modo, observou-se um avanço organizativo da sociedade civil, principalmente dos movimentos sociais na luta pela redemocratização e pela retomada do Estado democrático de direito (YAZBEK, 2012). A emergência dos movimentos sociais apresentou-se como um dos determinantes que marcou, certamente, a transição desta história política. Os movimentos sociais que entraram em cena criaram condições para o exercício da democracia na sociedade brasileira, no entanto, esta mobilização não se estendeu a totalidade da classe trabalhadora.

Segundo Sader (1988) os sujeitos que conformavam os movimentos sociais, apresentavam-se como “novos sujeitos” sociais e históricos, que possuíam novos padrões de ação coletiva e rechaçavam a política constituída tradicionalmente, refletindo sobre as questões que faziam parte do cotidiano e inventando novas formas de fazer política.

Os movimentos sociais nos anos 1970 e 1980 coexistiram com ditadura autoritária que buscavam neutralizar a ameaça comunista que afligiam o mundo após a Segunda Guerra Mundial. Especificamente no Brasil, o movimento teve como base a ação de trabalhadores ligados ao

movimento operário e ao novo Sindicalismo Urbano, como também a participação da Igreja Católica com suas pastorais e as Comunidades Eclesiais de Base, que tiveram grande importância para a construção desse movimento (Idem).

Esses sujeitos políticos passavam a valorizar as suas lutas e a se reconhecerem nelas. As conquistas, mesmo que com pequenas lutas, traziam uma reflexão crítica ao trabalhador, pois ele sente que a conquista também era dele, em conjunto com outros trabalhadores. Essas lutas faziam com que, começasse a emergir na sociedade brasileira, um novo sujeito coletivo com visibilidade pública (Idem).

Em suma, como inferimos o cenário político brasileiro só começou a se modificar no final dos anos 1970, tramite o reordenamento político e institucional, tendo como protagonistas os movimentos sociais e os sindicatos dos trabalhadores. Em relação a assistência social, o que se percebe a partir dessas afirmações é que até os anos de 1980, ela se configurou com ações paliativas, pontuais e fragmentadas, sendo uma ação direcionada a atendimentos emergenciais e de cunho assistencialista.

Conforme aponta Sposati (2007, p. 436) a assistência social parece ser abordada com pouca crítica, ou mais conforto, quando é explicada no âmbito das velhas práticas patrimoniais. Como se configurou nesse período, estas praticas parecem ser intrínsecas às damas, especialmente as primeiras - esposas de governantes eleitos em sociedades marcadas pelo “sexismo ou pela hierarquia dominação/subordinação entre os gêneros masculino e feminino”. Fica confortável, ainda, a ponderação sobre a assistência social quando colocada no campo da filantropia de patrões, ação da Igreja ou leigos, empresários ou benfeitores. “Nas duas situações ela parece perfeitamente harmoniosa e própria à relação onde o doador tutela ou subordina aquele que recebe a doação”.

Neste sentido, observamos que a assistência social é tratada como uma ação individual e pela sua relação tradicional ao âmbito da iniciativa privada e filantrópica, ou à tecnocracia burocrática pública, há muito por identificar, resignificar as persistentes ações conservadoras presentes nos aparatos de gestão pública (Idem). Assim, essas ações se caracterizaram pela benemerência, restritas ao âmbito privado dos necessitados com mínima ou quase nula interferência estatal.

Como afirma Oliveira (2005) por muito tempo a assistência social foi o lugar da não política, da cultura do favor, de ações caritativas, voluntaristas de cunho solidário e assistencialista. O próprio trato do Estado era voltado para uma política caracterizada como fragmentada, pontual e

paliativa, identificada como intervenção para os pobres, tendo esses como seu público-alvo através de ações marginais e secundárias.

Logo, o que marcou as ações de assistência social é proveniente da cultura tuteladora que não favoreceu o protagonismo dos sujeitos sociais, sob uma cultura autoritária que culpa o pobre por sua pobreza. Assim, pela ausência de parâmetros públicos, a assistência foi fundamentada em concepções e práticas assistencialistas, clientelistas e “primeiro damistas” e patrimonialistas (YAZBEK, 2004).

É importante destacar que a cultura tuteladora, identificada por Oliveira (2005) como “cultura do atraso”, não está presente única e exclusivamente na assistência social, mas perpassa de forma peculiar toda a construção histórica da formação do país, tendo em vista que a existência de relações pessoais e de favor é transversal à sociedade brasileira, assim como explica Iamamoto (2007),

busca-se assim contrarrestar uma das marcas da história política brasileira, que se construiu ao revés do imaginário igualitário da modernidade. História Política assentada na “ideologia do favor, como a nossa mediação quase universal”, que foi terreno fértil para a privatização do Estado e de entidades da sociedade civil segundo interesses particulares de grupos poderosos e influentes, em detrimento do cultivo do espírito público. Uma sociedade hierarquizada que repõe no dia-a-dia e de forma ampliada privilégios, violências e discriminações de renda, poder, de raça, de gênero, entre outras, ampliando o fosso das desigualdades no marco diversificado das manifestações da questão social (Idem, p. 145).

No que diz respeito sobre o ciclo de industrialização do país (1930-1980), não se pode negar que trouxe taxas inéditas de expansão, no entanto, após esse período instalou-se uma perda de ritmo das atividades produtivas, desestruturação do mercado de trabalho e a privatização do Estado, com a descentralização das ações e terceirização de bens e serviços públicos. Conclui-se, portanto, que o crescimento econômico não deu lugar, automaticamente, à construção de uma sociedade justa, democrática e menos desigual.

Na denominada década perdida de 1980, em função da crise da ditadura, do agravamento das expressões da questão social, como o aumento da pobreza e da luta pela democratização do Brasil, Estado e sociedade, intensificou-se as discussões sobre as políticas sociais de caráter público. É necessário salientar que, embora seja um período intenso de desigualdades sociais, também é marcado dialeticamente por conquistas democráticas sem precedentes na história política brasileira.

A busca da implementação de políticas de direito foi um desafio para os movimentos, e todas as demais instâncias de representação da população, que lutam pelo reconhecimento dos direitos da classe trabalhadora e ainda pelo protagonismo da classe subalternizada. O fim da década de 1980, no Brasil, foi marcada pela busca da democracia, pela organização e pela mobilização de diversos segmentos da sociedade civil e pela luta por direitos sociais, políticos e civis contra governos ditadores.

Logo, o formato das políticas sociais mostrou a compreensão de como os direitos eram tratados, visto que objetivavam uma política controladora para manter a população sob tutela dos mecanismos técnicos e burocráticos do governo, o direito era entendido como concessão a quem o governo entendia ser merecedor (COUTO, 2010).

A ampliação dos setores “não merecedores”, aliada a fatores de ordem estruturais e conjunturais no âmbito das economias mundiais, levou ao descontentamento com o modelo de gestão governamental, onde vários movimentos da sociedade civil se reorganizaram pleiteando democracia. Esse processo é tratado na literatura especializada como de “abertura política”, que timidamente foi iniciada no governo Geisel (1974) e se efetivou com o processo da Constituinte Nacional (Idem, p.133).

Ainda neste momento, observou-se que as políticas sociais no país tiveram formulações mais impactantes na vida dos trabalhadores e ganharam mais impulso, após o processo de transição política desenvolvido em uma conjuntura de agravamento das expressões da questão social – como assinalado, e escassez de recursos. Não obstante, as políticas sociais no país sempre tiveram um caráter assistencialista, paternalista e clientelista, com o qual o Estado, por meio de medidas paliativas e fragmentadas, interviu nas manifestações da questão social, preocupado, inicialmente, em manter a ordem social.

Como aludimos às políticas sociais de 1964 a 1985 eram políticas de controle, seletivas, fragmentadas, excludentes e setorializadas, daí a necessidade de questionar esse padrão histórico das políticas sociais e propor a democratização dos processos decisórios na definição de prioridades, na elaboração, execução e gestão dessas políticas. Desta forma, a elaboração e a conquista de tais políticas passaram ainda por processos de pressões e negociações entre as forças políticas vigentes e uma relativa transparência das articulações. Nessa dinâmica, travou-se a partir de 1985, com a Assembleia Constituinte, uma luta na sociedade em torno da definição de novos procedimentos e de regras políticas que regulassem as relações do Estado com a sociedade civil, objetivando criar um novo posicionamento democrático.

Em relação a classe operária, Paoli, Sader e Telles (1983) referem-se que o pós-1978 representou uma ruptura no campo da produção acadêmica sobre o tema. Pois nesta produção, os trabalhadores urbanos, mesmo continuando a ser, de todos os modos, priorizados; são sujeitos sociais que expressam em diversas dimensões, com seus modos de vida, estratégias de sobrevivência caracterizáveis, definindo-se a cada momento em seu local de moradia, de trabalho, cultura e lazer, de religiosidade, de saber.

Segundo os autores, são sujeitos de práticas diversas que recobrem os variados aspectos de sua experiência, que se estabelece na luta contra as opressões específicas, que não se reduzem a um único local dado pelo Estado fundador de uma dominação de classe unívoca e homogênea. E ainda que produzem, desta maneira, a imagem de sujeitos múltiplos, que não se submetem e subalternizam a uma única figura, para ganhar uma visibilidade que confira significado político às suas práticas. Ou melhor, uma classe trabalhadora que configura um sujeito que recebe o estatuto sobre as suas práticas, como dotadas de sentido, peso político e significado histórico na dinâmica da sociedade (Idem).

Cabe ainda destacar que ao fim da década de 1970, com o crescimento das evidências de crise do modelo econômico da ditadura e a multiplicação das dissidências dentro do próprio bloco no poder, os governos militares começaram uma transição lenta e gradual para o retorno dos civis ao poder. O objetivo de controlar o processo pelo alto ficava evidente na forma das medidas “liberalizantes”, como o fim do AI-5 (1978), anistia política, e a reorganização partidária (MATTOS, 2009).

Este projeto de transição “pelo alto” enfrentaria uma tensão contrária com o crescimento da ação organizada dos trabalhadores, por meio dos movimentos sociais, que iniciaram os abalos em 1978, com greves do ABC; desdobraram-se na criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 (Idem).

Segundo Mattos (2009), a união dos trabalhadores em torno dos movimentos assinalava um acúmulo de experiências de resistência nas fábricas, um descontentamento com a política salarial da ditadura e um nível de representatividade do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que negociou os acordos para a volta ao trabalho e foi porta-voz dos operários nas empresas. O autor ressalta também que essa representatividade derivava de uma atuação dos dirigentes mais próximas dos interesses das bases, divulgada um ano antes pela campanha iniciada pelo sindicato contra os índices inflacionários do início da década pelo grupo econômico da ditadura comandado pelo ministro Antônio Delfim Netto.

Neste contexto, com a campanha de 1977, Luís Inácio Lula da Silva – Lula, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, tornou-se nacionalmente conhecido e passou a ser indicado como a liderança mais importante do grupo dos sindicalistas que se identificava como “autêntico”. Para esse grupo, o “novo sindicalismo” dependeria da ruptura sindical, que vinculava os sindicatos ao Estado e impedia a mobilização consciente dos trabalhadores (Idem).

Mattos (2009) assinala que posterior a um ciclo de crescimento do número de greves do movimento operário, no início de 1980 se observou uma contenção das ações grevistas. Como assinalamos anteriormente, essa conjuntura estava marcada pelo desemprego, por uma crise econômica e com o governo e os empresários já preparados para enfrentá-las, através de um posicionamento rigoroso e firme nas negociações e do acionamento dos mecanismos repressivos da legislação sindical. Não obstante, a partir de 1983 esse movimento dos trabalhadores voltou a crescer.

Para explicar a onda de greves da década de 1980, é preciso recorrer, também, a outros fatores, como o novo estágio de organização alcançado pelo movimento, cujo índice mais importante foi o surgimento das centrais sindicais. O sindicalismo “autêntico”, simbolizado por Lula e o ABC, já havia gerado, em aliança com outros setores sociais, em 1980, o Partido dos trabalhadores (PT). Desde 1979, porém, grandes esforços foram feitos para aglutinar o sindicalismo combativo em torno de uma central. Esses esforços darão origem à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Reunindo, quando de sua criação em 1983, os sindicatos identificados com as propostas do “novo sindicalismo” e as oposições sindicais que lutavam para afastar os pelegos dos sindicatos – tendo como melhor exemplo a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo – a CUT esteve por trás de boa parte das ações de retomada das mobilizações sindicais do período (Idem, p. 122-123).

Desse modo, a década de 1980 marcou um país com grandes desigualdades sociais, visto as dificuldades geradas pela concentração de renda e por uma política econômica restrita em que apenas pequenos grupos eram beneficiados da riqueza nacional. Em paralelo, esta década foi de grande efervescência dos movimentos populares e de participação da sociedade, a organização se deu por meio de diversas instituições, como sindicatos, organizações não governamentais (ONG's), a fim de participarem do movimento pré-constituente, e também, para denunciar o não cumprimento das ações por parte do governo (COUTO, 2010).

Com a reabertura política, a participação popular passou a ser mais abrangente e a responsabilidade política passou a ser dividida entre Estado e Sociedade. Os avanços mais significativos nas políticas sociais foram na área da saúde, educação e habitação.

Nesta perspectiva, esses fatores apontados foram o motor que fez lançar a construção de uma nova Constituição Federal (1988), que afirmou os direitos conquistados, e sobretudo, resultados da participação popular. A partir deste item, foi possível conhecer as tensões que se passaram no Estado brasileiro, o seu formato e estrutura, o modelo de políticas sociais e das ações designadas de assistência social ao longo destes anos. Este debate é de grande valia, visto que os rebatimentos desses modelos e suas configurações, tiveram impactos explícitos na sociedade brasileira, principalmente, na qualidade de vida e nas formas de sobrevivência dos sujeitos sociais que os vivenciaram.

2.2. O Brasil de 1985 a 2002: A Constituição Cidadã, a política de assistência social e a ação dos sujeitos sociais

2.2.1. Breve análise dos anos de 1985 a 2002: A conformação das políticas sociais com destaque a política de assistência social

Esta seção aborda sobre a situação do Brasil durante os anos de 1985 a 2002, refletindo os direcionamentos dados pelos governos e o rebatimento sobre as políticas sociais, com destaque para a de assistência social.

Conforme assinala Yazbek (2010), o padrão de desenvolvimento do sistema de proteção social brasileiro, como dos países latino-americanos, foi bem diferente daquele observado nos países europeus, pois as peculiaridades da sociedade brasileira, de sua formação sócio-histórica (como tratado no primeiro capítulo) e de suas dificuldades em adiar permanentemente a modernidade democrática, pesaram fortemente nesse processo. Neste sentido, o acesso a bens e serviços sociais caracterizou-se por ser desigual, heterogêneo e fragmentado.

A década de 1980 consagrou um novo patamar na relação Estado e sociedade. Estes anos foram marcados pela mudança dos governos militares à constituição da democracia, e com base nestes princípios, em 1985, aconteceu a primeira eleição para presidente da República Federativa do Brasil após o governo ditatorial (COUTO, 2010).

O Brasil que em 1985 apresentava uma nova face no que se refere ao processo de reorganização política, orientado sob a égide da democracia, também ampliou sua herança para com a face da desigualdade social. Expandiu-se o estoque de pobreza,

resultante dos períodos anteriores, mas especialmente dos governos militares, que, com suas orientações econômicas de desenvolvimento, produziram um país com uma péssima distribuição de renda e aumentaram a parcela da população demandatária das políticas sociais (Idem, p. 141).

No final desses anos, o quadro que se apresentava era de uma sociedade civil heterogênea, complexa, mas com significativas mobilizações e organizações de setores progressistas, cujas lutas contribuíram para a inclusão, no texto constitucional, de direitos que jamais haviam sido conquistados, como o direito a Seguridade Social, pública, universal, direito de todos e dever do Estado, integrada pela saúde, assistência social e previdência.

A Constituição de 1988 representou uma oportunidade de promover avanços significativos no sistema de proteção social. Dentre os avanços, estão os princípios universalistas dos direitos sociais, visando a uma maior igualdade, via políticas sociais de Estado²⁵. Além disso, colocou nova base para o atual sistema com o reconhecimento de direitos sociais das classes subalternizadas em nossa sociedade. Tratava-se de uma profunda inflexão, trazendo a ampliação do campo da proteção social e dos direitos sociais (YAZBEK, 2010).

Vale lembrar que no país, historicamente, este sistema e o atendimento das demandas se restringiram ao lugar ocupacional do trabalhador, o que determinou quem era incluído no sistema. Criou-se um sistema dual, uma vez que grande parte da população - trabalhadores autônomos e desempregados - não obtinham acesso aos serviços e benefícios no sistema de proteção público, estas camadas ficavam à mercê das ações de caráter filantrópico.

A noção de Seguridade supõe que os cidadãos tenham acesso a um conjunto de direitos e seguranças que cubram, reduzam ou previnam situações de risco e de vulnerabilidades sociais. Assim sendo, a Seguridade brasileira emerge como um sistema de cobertura de diferentes contingências sociais que podem alcançar a população em seu ciclo de vida, sua trajetória laboral e em situações de renda insuficiente (YAZBEK, 2010, p. 16).

As inovações trazidas pela Constituição pareciam apontar na direção de um novo sistema de proteção, mas a indicação favorável foi à adesão a políticas de corte neoliberal, com a regressão das políticas redistributivas de natureza pública e menor responsabilidade do Estado. Além disso, a política de caráter neoliberal induziu as privatizações, privilegiando o capital financeiro e retração das responsabilidades do Estado e apostando em sua redução.

²⁵ De acordo com Figueiras e Gonçalves (2007, p. 141), política social de Estado é “aquela que está associada aos direitos sociais inscritos, definidos e garantidos na Constituição do país, que se tornam direitos de cidadania”.

As mudanças capitalistas e a reestruturação produtiva no Brasil foram consagradas sob a era neoliberal, em que se constituiu a forma de acumulação capitalista baseada na redução das ações do Estado e na precarização do trabalho. Apenas nos anos 1990 foi possível verificar no país, a adoção de formas mais expressivas das estratégias de reconfiguração dos setores produtivos, industriais e do setor de serviços; a tendência a desregulação e flexibilização nas relações de produção e de trabalho. É nessa década que, de acordo com Figueiras e Gonçalves (2007, p. 154) “o neoliberalismo se impõe e consegue tornar-se hegemônico em âmbito mundial”.

O ajuste neoliberal da crise preconizou a defesa do mercado livre, como pressuposto da liberdade civil e política; a desregulamentação da economia e da administração; a configuração do “Estado mínimo” para o social e “o Estado máximo para o capital” (NETTO, 2012, p. 214), subordinado às prerrogativas do mercado; e, finalmente, a oposição e crítica ao sistema de seguridade social, permitindo alguma intervenção apenas em face ao pauperismo.

Souza Filho et al (2012) assinalam que no marco do capitalismo monopolista, as políticas sociais, a partir de seu intuito de garantir a reprodução da força de trabalho, agiram sobre algumas expressões da questão social, como modo de constituir consenso social, por meio do atendimento das necessidades da classe trabalhadora. Todavia, estas políticas estão relacionadas às políticas econômicas, como tática de intervenção do Estado, objetivando a lógica de maximização dos lucros pelo controle dos mercados, de acordo com a lógica do estágio monopolista. Os autores destacam ainda que a forma e o conteúdo das políticas econômicas e sociais dependeram das lutas sociais concretas.

Neste contexto, verifica-se ainda que,

o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir neles seus interesses e suas reivindicações imediatos. E que este processo é todo ele tencionando, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dimanar em toda escala societária (NETTO, 2005, p. 29).

Se por um lado o Estado interventor e a política social são funcionais ao capital, de outro lado, atendem as necessidades da classe trabalhadora. Esta situação contraditória resulta no limite e possibilidade da ação política frente ao Estado, no aspecto geral, e a política social, em uma perspectiva de reformas no campo estatal (SOUZA FILHO et al, 2012).

Neste sentido, no início da década de 1990 o sistema de proteção social brasileiro, encontrava-se permeado por dois projetos em disputa: o projeto da universalização dos direitos, das

políticas públicas democratizadas, da melhoria da qualidade dos serviços prestados, propostas afins aos princípios garantidos na Constituição Federal de 1988. Esse projeto deveria responder à necessidade de resgate da dívida social via Seguridade Social, além de reforçar a importância da efetivação das políticas públicas, para que possam caminhar na contramão dos processos ideológicos, políticos e econômicos de “exclusão social”.

O segundo é o projeto neoliberal, que de acordo com Mota (2012, p. 33) “se traduziu na generalizada privatização do Estado com a venda de empresas estatais, a mercantilização de serviços públicos e a redução dos benefícios da seguridade social (...)”. Nesta perspectiva, a proteção social está subordinada à política do ajuste fiscal e é voltada aos interesses do mercado, assim, este projeto atua na direção contrária dos anseios democráticos, progressista e da efetivação dos direitos sociais.

Conforme aponta Pereira (2001), o que tem sido efetivado é

(...) a substituição de um perfil histórico de proteção social, que tinha como pilares o pleno emprego, as *políticas sociais universais* e a *extensão dos direitos sociais*, por um outro (...), caracterizado, ironicamente, pela *plena ocupação com desemprego e insegurança social* crescente (Idem, p. 52).

Souza Filho et al (2012) ressaltam o limite e a possibilidade da intervenção junto à política social, que se refere à sua relação com a política econômica. Uma política econômica que avigora as desigualdades e acentua as mazelas sociais, determina a falta de possibilidade de efetivação de uma política social que atenda os interesses das classes subalternas. Portanto,

uma política social voltada para o atendimento das necessidades das classes subalternas exige uma política econômica que privilegia as demandas pela universalidade e aprofundamento de direitos, se se pretende que seu desenvolvimento obtenha êxitos no enfrentamento das desigualdades sociais. De outra forma, a política social enfrentará entraves estruturais vinculados à política econômica, não viabilizando a expansão de direitos sociais, independentemente de sua configuração institucional (Idem, p.15).

Para tanto, é preciso entender o tipo de relação que a política social, especificamente a de assistência social, estabelece com a política econômica implementada, para ser possível analisar sua efetividade enquanto uma política social com diretrizes para a ampliação dos direitos de cidadania construídos a partir da Constituição Cidadã.

Couto (2010), retomando o processo de efervescência da Constituição Federal de 1988 e os debates críticos em torno das conquistas da carta magna, refere-se que o Brasil se tornou adepto do

acordo firmado com os organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), através das orientações contidas no Consenso de Washington²⁶.

Entre as orientações indicadas pelo consenso, inspiradas no receituário neoliberal, se destacou a desestruturação do sistema de proteção social vinculado às estruturas estatais e a orientação para que o mesmo passe a ser gerido pelo setor privado. Neste sentido, esta orientação contradiz os princípios dos direitos assegurados pela carta magna e pelas leis infraconstitucionais, todavia, “essa linha teórica coaduna-se com a herança oligárquica, patrimonialista e autoritária dos governos de compreensão do papel do Estado brasileiro” (COUTO, 2010, p. 145).

Neste momento é possível observar no Brasil a posição política e econômica dos governantes que abriram espaço para o avanço do receituário neoliberal, implementando políticas que impulsionaram a reestruturação capitalista.

A reestruturação produtiva do capital e a formação do Estado neoliberal tiveram como uma grave manifestação à experiência da precarização do trabalho, que se caracterizou pela intensificação da exploração da força de trabalho, pelo desmonte de trabalhos coletivos e de resistência ao sindicalismo. O que acarretou o crescimento acentuado do desemprego em massa.

Podemos inferir que a associação subalterna da burguesia brasileira ao grande capital transnacional incorporou, além das recomendações de ajustes econômicos dos organismos financeiros internacionais, que assinalavam à necessidade de (contra) reformas de cunho neoliberal, os ajustes sociais, ou seja, corte de gastos e distanciamento do Estado, inaugurando novas formas e instrumentos de dominação da classe trabalhadora, “substituindo os mecanismos coercitivos por persuasivos, após os grandes embates políticos dos anos 1990”, na incorporação das necessidades sociais dos trabalhadores (MOTA, 2008).

A partir dos anos de 1990 e, de forma mais consistente, de 1994, o governo brasileiro (governo Collor de Mello e FHC, respectivamente) assume como orientação para as políticas econômicas e sociais os ditames neoliberais fundados na lógica proposta pelo Consenso de Washington (estabilização monetária, abertura

²⁶ De acordo com Paula (2005, p. 113) a origem do Consenso de Washington está nas críticas acadêmicas das políticas de substituição de importações, que foram realizadas nas décadas de 1960 e 1970 e também no argumento de que a abertura econômica levaria a taxas de crescimento superiores, crença que depois viria a ser questionada. Já as recomendações desse consenso tem sua origem nas reformas realizadas a partir dos anos 1980: experiências do Reino Unido e de outros países que seguiram a orientação para o mercado geraram um conjunto de medidas para a implementação das reformas. Na reunião realizada em Washington, o economista John Williamson fez uma síntese delas, apresentando um receituário de 10 medidas: o ajuste estrutural do déficit público, a redução do tamanho do Estado, a privatização das estatais, a abertura ao comércio internacional, o fim das restrições ao capital externo, a abertura financeira às instituições internacionais, a desregulamentação da economia, a reestruturação do sistema previdenciário, o investimento em infra-estrutura básica e a fiscalização dos gastos públicos.

comercial e privatização) e nos preceitos de um “social-liberalismo” que não se distingue concretamente das experiências neoliberais de redução do Estado na área social. (SOUZA FILHO et al, 2012, p. 16).

É importante atentarmos ao período saliente, já que a era Fernando Collor de Mello (1990-1992) marcou a história da democracia política do Brasil. No país, as primeiras medidas de caráter neoliberal deram início neste governo, que “contribuiu para danificar o arcabouço institucional nacional-desenvolvimentista e para reorientar em um sentido anti-estatal e internacionalizante a sociedade brasileira” (SALLUM JR., 1999, p. 27).

Este momento é marcado pela implementação de um programa de redução progressiva das tarifas de importação, bem como um programa de desregulamentação das atividades econômicas e de privatização de empresas estatais. Tratava-se de uma intervenção que objetivou a superação da crise de hegemonia instaurada em 1983, uma “crise fiscal” que tinha um caráter essencialmente político.

Ainda que as medidas restritivas do governo Collor já estivessem causando insatisfação de sua base popular, foram as denúncias de corrupção nos altos escalões de sua administração que, pouco tempo após sua posse, acarretaram a Collor um processo de *impeachment*. Este fato retirou completamente seu poder enquanto presidente da nação, e contou com a participação popular e com o abandono das forças conservadoras que tinham se aliado ao projeto inicial de seu governo (COUTO, 2010).

Após este acontecimento, assumiu o vice-presidente Itamar Franco (1992-1994), que deu seguimento ao projeto econômico instituído pelo presidente deposto, assim, procurou conter o déficit público e a inflação. O mecanismo utilizado para atender tal objetivo foi o planejamento do Plano Real²⁷, sob coordenação do então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso - FHC (Idem).

Em relação a área social, sob a administração de Itamar Franco, em 1993, foi sancionada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), isto após alguns vetos da legislação. A aprovação foi fruto do movimento de parte da sociedade civil, organismo de classe e da ação do Ministério Público. Mesmo com a execução de outros programas sociais, as características dos mesmos

²⁷ Segundo Pontes (2010) o Plano Real foi um plano de estabilização da moeda, que, em essência, objetivava derrubar as taxas de inflação, que haviam resistido a todos os anteriores planos. Criou uma nova moeda, o Real, que conseguiu imediatamente depois de sua implantação, baixar a inflação de 48% para 8%, em um mês.

seguiam a lógica instituída dos governos que o antecederam, visto que as ações tinham caráter clientelista e assistencialista, com intervenções reduzidas ou inexistentes no sentido de assegurar as conquistas sociais da Constituição de 1988.

Para Couto (2010) a herança mais importante do governo de Itamar foi o Plano Real, que possibilitou a eleição de FHC para a Presidência do Brasil, mantendo-se neste cargo por dois mandatos eleitorais (1995-2002). Vale lembrar que com FHC eleito, é dada a largada da sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, as estratégias de ajustamento do Banco Mundial e a viabilidade política necessária a todas as medidas já estipuladas pelo Consenso de Washington, em que o Plano Real já havia sido posto em prática, tendo como representante o ex-ministro da Administração e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira²⁸.

Portanto, na época em que FHC ocupava o cargo de Ministro da Fazenda, a estratégia neoliberal começou a ser implantada, nos anos 1990 (abertura comercial e privatizações) e tomou fôlego para o próximo governo. Segundo Sallum Jr. (1999), tudo favorecia para que o novo sistema de poder almejasse um status hegemônico e ideológico: o sucesso do Plano Real, a eleição de FHC no primeiro turno em conjunto com a vitória de aliados políticos para o governo de quase todos os estados e a escolha de um Congresso Nacional em que a coalizão partidária vitoriosa tinha folgada maioria.

Somado a isso, já no governo de FHC, ele seguiu as orientações do projeto político e econômico neoliberal, em que foram tomadas várias medidas. A tendência do governo foi ainda de retirar os eventuais obstáculos à acumulação ampliada do capital, mesmo que isso significasse mais concentração de riqueza e “exclusão”, o que, certamente, provocou grandes crises.

Todavia, as medidas e ajustes neoliberais de superação da crise econômica do capital (...) tem se mostrado ineficientes na recuperação do desempenho econômico, não havendo elevações significativas nas taxas de investimentos e nem

²⁸ Segundo Paula (2005), Luiz Carlos Bresser-Pereira foi o protagonista da implementação da nova administração pública no Brasil. Professor e pesquisador na Escola de Administração de Empresa da Fundação Getúlio Vargas desde 1959, Bresser-Pereira vem estudando temas da esfera de confluência da economia e da teoria social. Realizou, entre 1970 e 1990, análises sobre a tecnoburocracia, a inflação e o desenvolvimento econômico brasileiro. De acordo com a autora, a reforma dos anos 1990 se singulariza justamente pela inclusão dessa dimensão no seu debate, mas a forma como os atores políticos abordam tal dimensão não é unívoca. Analisando o processo de reforma é possível identificar duas vertentes: a gerencial, que se alinha ao movimento internacional de reforma do Estado e utiliza como referenciais as experiências do Reino Unido e dos Estados Unidos; e a societal que herdou as ideias e propostas dos movimentos contra a ditadura e pela redemocratização no Brasil nas décadas de 1970 e 1980. As propostas da vertente gerencial foram concebidas e implementadas durante o governo de FHC (1994-2002), com a participação ativa de Bresser-Pereira. A vertente se tornou hegemônica quando a aliança social-liberal alcançou o poder e implementou a administração pública gerencial.

a retomada do crescimento econômico. Esse quadro gera a instabilidade no mundo do trabalho e torna mais vulnerável a situação da classe trabalhadora diante de uma nova conjuntura de exclusão social, [*ou melhor, do acirramento das expressões da questão social*] (ALMEIDA E ALENCAR, 2001, p. 24). [*grifos nossos*]

Para contribuir com o debate, Laurell (1995) afirma que em relação ao campo do bem-estar social, os neoliberais sustentam que este campo compete ao setor privado, sendo suas formas materializadas pela família, comunidade e os serviços sociais privados. A ação do Estado deve ser com o objetivo de assegurar um mínimo para aliviar a pobreza e realizar serviços que o âmbito privado não podem ou não querem produzir, além daqueles que são de apropriação da coletividade.

Este tipo de Estado sugeriu uma política de beneficência pública ou assistencialista com forte imposição do governo sobre os programas a fim de evitar que se gerem “direitos”. No mais, para a participação nos programas, deve-se comprovar a situação de indigência. Por meio dessa análise verificou-se que “o neoliberalismo opõe-se radicalmente à universalidade, igualdade e gratuidade dos serviços sociais” (Idem, p.163).

A condição política para o êxito deste projeto que viabilizou a expansão da acumulação de capital é a derrota ou, ao menos, o enfraquecimento da classe trabalhadora e das suas organizações reivindicatórias e partidárias. Para tanto, é necessário destruir as instituições de bem-estar social, visto que elas formam uma das bases da ação coletiva e solidária que minimiza a força desagregadora da competição entre os indivíduos no mercado de trabalho. A essa necessidade política soma-se a finalidade econômica de aniquilar as instituições públicas, para estender os investimentos privados a todas as atividades econômicas rentáveis (Idem).

Logo, Laurell (1995) avalia que o processo de empobrecimento provocado pelas medidas econômicas impostas pelo ajuste neoliberal, juntamente aos ataques aos direitos sociais, tem provocado convulsões sociais e resistência política organizada. Frente a esta situação muitos governos latino-americanos modificaram seu discurso, negando, sobretudo, que o seu projeto tenha inspiração neoliberal.

As políticas sociais do período em tela vêm sendo subsidiadas por uma exigência do capital, de caráter neoliberal, que intensificou a subordinação dos direitos sociais a defesa do ajuste fiscal. Essas políticas surgem como uma das principais medidas adotadas pelo Estado capitalista para o enfrentamento da queda da taxa de lucro²⁹, que foi desencadeada desde os anos 1970 e se

²⁹ Na medida em que o capitalista procura aumentar seus lucros, a taxa de lucro tende a cair. Isto ocorre devido ao rápido incremento de novas tecnologias no processo produtivo, a mais-valia aumenta em um ritmo menor. Assim, com o aumento da produtividade, reduz o tempo de trabalho socialmente necessário e a mais-valia aumenta em menor proporção. De acordo com Marx (1980, p. 245), “a queda da taxa de lucro expressa

estende até os dias atuais. De modo geral, “a política social desencadeada pelo governo de FHC seguiu os passos neoliberais de reestruturações social-democratas, num país que não constituiu um padrão de intervenção do Estado na área social do porte de tais experiências” (SOUZA FILHO et al, 2012, p. 16).

O certo é que a conquista e a prática de direitos está centrada e enraizada nas lutas travadas por sujeitos, que enfrentaram e ainda enfrentam interesses e forças sociais distintas. Esta tensão é necessária, pois o interesse da classe dominante não prioriza o bem estar da classe subalterna, que a partir da constituição cidadã, em termos legais e constitucionais, tem proteção garantida.

Neste contexto marcado por profundas transformações, determinações e oscilações conjunturais, conferem necessidades de mudanças, tanto no âmbito político e econômico do sistema de proteção, quanto ideológico. Pois, desde o início dos anos 1990, vêm sendo difundidas ideias e adotando medidas com vistas a adequar a proteção social e as políticas sociais aos interesses capitalistas que estão em constante disputa.

Como apontamos, as políticas sociais influenciadas pelo ajuste neoliberal, assumem alterações institucionais, como a desresponsabilização estatal pelos sistemas de proteção social, seletividade e focalização na alocação dos recursos públicos, privatização dos bens e serviços com a individualização da responsabilidade dos riscos (PASTORINI E GALIZIA, 2007). Nas palavras de Vianna (1998),

(...) o modelo brasileiro de proteção social vem se tornando, na prática, cada vez mais “americano”. Pois, ainda que formalmente universais e imaginadas como indutoras de cidadania, as provisões públicas se resumem a parques benéficos para os pobres, enquanto ao mercado cabe a oferta de proteção àqueles cuja situação permite a obtenção de planos ou seguros privados (Idem, p. 138).

Na verdade, as políticas sociais têm-se mostrado focalizadas, seletivas e compensatórias, e assim, vêm desenvolvendo estratégias fragmentadas da pobreza e se colocando em um movimento

portanto a proporção decrescente da própria mais-valia com o capital global adiantado, e por isso não depende da distribuição, qualquer que ela seja, da mais-valia entre diversas categorias”. Destaca-se que a tendência da queda da taxa de lucro decorre diretamente da tendência ao aumento da composição orgânica do capital (do capital constante crescer mais que o capital variável), do predomínio da extração da mais-valia relativa (pelo incremento das inovações tecnológicas) e do processo de acumulação de capital. Este fenômeno não representa prejuízo ao capitalista é apenas a queda da taxa de lucro, esta é a tendência, no entanto, tem movimentos de contratendência, pois o capitalista não fica satisfeito com pouco lucro. Este é o fundamento da crise estrutural do capital e é inerente a dinâmica do Modo de Produção Capitalista (MPC).

contrário à universalização de direitos conquistados. Deste modo, Draibe (2002) analisa a situação social do país ao acenar que,

o Brasil trouxe para o novo século as duas principais marcas da situação social que experimentou praticamente durante toda a segunda metade do século XX: uma das mais desiguais estruturas sociais dos países de médio e alto desenvolvimento econômico e um sistema de proteção social incompleto, frágil, incapaz de afetar positiva e significativamente os indicadores de desigualdade e exclusão social (Idem, p. 1).

Com isso, o primeiro governo do presidente FHC (1994-1997) representou, para os trabalhadores brasileiro, o que Netto (1999) qualificou como um desastre. Um governo se avalia pela direção social que produz às suas macropolíticas, pelo número de pessoas que ela abrange, pelas alternativas que instaura para solucionar os problemas, “FHC, desde os seus primeiros dias no Planalto, presidiu um governo direcionado contra os interesses e as aspirações da massa dos trabalhadores brasileiros” (NETTO, 1999, p. 75), indo em aberta contradição com o passado democrático e com as promessas de campanha do então presidente.

No entanto, para Netto (1999) é importante apontar que o quadro de um país injusto e de uma sociedade em que a barbárie é um elemento característico da vida social, não se construiu no primeiro governo FHC. Segundo o autor isto,

resulta de um processo de formação histórica de largo curso, no interior do qual as camadas mais ativas das classes dominantes, mediante instrumentos de repressão aberta e/ou mecanismos mais refinados de controle, revelaram-se capazes de erguer um sempre renovado sistema de privilégios e uma metódica exclusão das classes e camadas subalternas dos avanços sociais (Idem, p. 76).

Frente a este contexto, ressalta-se que FHC no cargo de presidente (1995-2002), deu efetividade ao projeto do grande capital. A base parlamentar do seu governo, articulada as velhas e novas oligarquias, assegurou a inviabilização do projeto social contido na Constituição de 1988, com o pretexto da “modernização do país”. O projeto do grande capital focou-se na reforma do Estado³⁰, enquadrada no direcionamento neoliberal, que só poderia ser realizada contra o espírito da Constituição vigente.

Ao editar a Medida Provisória de número 813-95 no seu primeiro dia de governo FHC extinguiu as seguintes instituições: o antigo Ministério do Bem-Estar Social (MBES), o Conselho

³⁰ Behering (2003) trata de uma “Contra-Reforma” do Estado.

Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), a Legião da Brasileira de Assistência (LBA) e o Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA).

Netto (1999) refere-se que o alvo principal do projeto direcionado nesse governo foi o conjunto dos direitos sociais. Assim, os direitos sociais foram elemento de mutilação, redução e eliminação em todas as ações em que o grande capital cominou associado com a ideologia neoliberal. Este governo somente repetiu a receita: a governabilidade do país, de acordo com o grupo de FHC, dependia principalmente da flexibilização desses direitos.

O projeto defendido por FHC embarga a execução de uma política social capaz de efetivamente restringir a voracidade do capital. Todavia, o projeto desse governo não exclui a política social, mas a coloca numa ótica diversa daquela que está contida na Constituição de 1988, pois ela se apresenta subordinada à orientação macroeconômica que, por sua vez, é estabelecida de acordo com o grande capital. Tal projeto tem marcas constitutivas voltadas especialmente para ferir a Seguridade Social, já que nela está a força das políticas sociais para os trabalhadores, como ressaltamos anteriormente. Estas marcas se condensam em duas orientações, sendo a privatização e a mercantilização, que segundo Netto (1999), ambas sinalizam explicitamente a desresponsabilização do Estado em face da sociedade.

De modo geral, foi um governo que feriu desde os serviços públicos, as empresas estatais, até a legislação trabalhista e a chamada Constituição Federal de 1988. Ao manter um governo fundamentalmente voltado para o pagamento das dívidas externa e interna, com um modelo econômico que favoreceu apenas uma pequena elite (grandes bancos, capitalistas especuladores, empresas multinacionais, grupos privados compradores de estatais, países ricos credores) e que contabilizou uma série de perdas para a maioria da classe trabalhadora. FHC não só não cumpriu o que prometeu durante a sua campanha, como saúde, educação, emprego, agricultura e segurança, como conseguiu destruir, ou ao menos atingir de forma considerável, a construção de uma história republicana brasileira ao longo de 60 anos.

Cabe informar que com o apoio do Congresso, FHC conseguiu aprovar muitas mudanças no texto da constituição de 1988 para garantir as condições de implementação do seu plano econômico. No que restaria de público-estatal na área da assistência social, merece destaque a criação, em 1995, do Programa Comunidade Solidária (PCS), sob a presidência da esposa do Presidente da República. O programa tinha como objetivo a tarefa de estabelecer a forma de atuação na área social do governo. Conforme Couto (2010) os esforços governamentais nessa área foram

ínfimos, a ponto de o Relatório do Tribunal de Contas da União ter denunciado o descaso do governo FHC com as políticas sociais.

Na concepção de Netto (1999) o projeto de FHC reduz o protagonismo do Estado a uma espécie de “pronto-socorro social”, em que o enfrentamento da questão social é marcado pela focalização das ações, proveniente da natureza de uma intervenção basicamente emergencial, o modelo dessa política é paradigmaticamente oferecido pelo PCS.

Neste período foi explícito a retomada da matriz da caridade, solidariedade, como sinônimo do voluntarismo e de transferência da responsabilidade dos programas sociais para a órbita da iniciativa privada, procurando afastar o Estado de sua responsabilidade central, que esta prevista na Constituição de 1988. E revela a fragilidade do sistema de proteção social, visto que do ponto de vista institucional, os programas sociais referendaram ações pontuais, focalizadas e seletivas. No que se refere aos direitos assegurados pela Constituição, o governo desconstruiu as conquistas constitucionais.

Couto (2010) após fazer uma avaliação do governo FHC, aponta que não houve progressos no campo da assistência social. Além de não terem sido implementados os mecanismos garantidos pela LOAS, ocorreu redução no número de atendimentos nos serviços. Os compromissos assumidos por esse governo em nível internacional encaminham um projeto pouco permeável ao controle social e à construção de uma esfera pública, em que o campo dos direitos é consequência da luta política estabelecida publicamente. Ao contrário, levando em consideração as ações desse governo ressurgem dificuldades na implementação de uma cultura pública que almeja assegurar os direitos de cidadania.

No campo da política de assistência social as ações foram reduzidas a práticas residuais, clientelistas e com base caritativa, como o PCS. Vale salientar que,

embora a realidade tenha apontado as enormes dificuldades em submeter a lógica assistencial ao novo conceito vinculado ao direito, é possível afirmar que, com todas as limitações que o texto legal contém, como instrumento ele recoloca, junto a Constituição de 1988, a possibilidade de suspeição da forma tradicional e assistencialista com que os governos e a elite nacional têm tratado os problemas oriundos da questão social (Idem, p.182).

A autora prossegue ao garantir que incorporar a legislação à vida da população pobre brasileira é essencialmente um dos caminhos, ainda que insuficiente, para incidir na criação de uma cultura que considere a política de assistência social pelo viés da cidadania.

Como observamos nos seus dois mandatos FHC privatizou as empresas estatais que garantiam lucro e divisas ao país. Manteve a política de abertura econômica, a desregulamentação financeira e os altos pagamentos da dívida externa e interna, além de financiar as empresas e bancos privados em crise. O impacto de todas essas medidas, política e econômica, para a classe trabalhadora foi o aumento do desemprego com índices alarmantes, o aumento da informalidade no trabalho, a desmobilização dos movimentos sociais pela criminalização, entre outras.

Enfim, os problemas enfrentados durante as crises que perpassaram os governos de FHC reavivaram antigas questões que marcaram a experiência democrática do Brasil. Ao final do mandato de FHC, a conjuntura encontrava-se ainda mais devastadora para a classe trabalhadora, do que ao final dos governos Collor e Itamar. Além de políticas que desregulamentavam os direitos sociais, este governo também é marcado por uma forte repressão aos movimentos sociais e sindicais (GONÇALVES E FERREIRA, 2013).

A concepção e o desenho de política que orientaram a ação social do primeiro mandato do governo Fernando Henrique teve, em boa medida, continuidade também no segundo. Ao final de seus dois mandatos ficou claro que as mudanças processadas ocorreram de forma linear e incremental, e a agenda governamental era restrita as ações segmentadas que não caracterizavam a construção de uma política de Estado no âmbito da política de assistência social. Cabe lembrar que em 1998, o Governo Federal definiu a Política Nacional de Assistência Social, enquanto uma demanda da 2ª Conferência Nacional de Assistência Social.

Em 1999, conforme observa Boschetti (2003), a principal novidade do segundo governo de FHC foi a inclusão, no Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), criado pela Lei nº 9.533/97 e executado pelo Ministério da Educação (MEC) a partir de 1998. Cabe informar que este programa foi financiado pelo fundo apenas nos anos de 1999 e 2000. Em 2001 a Medida Provisória nº 2.140, transformada em Lei, deu uma nova forma ao programa, e passou a denomina-lo de Programa Nacional de Renda Mínima, vinculado diretamente à Educação, direcionando R\$15,00 por criança entre 6 a 14 anos em famílias com renda per capita abaixo de meio salário mínimo, até o limite de R\$45,00 por família. O programa também ficou conhecido como “bolsa-escola”, a partir de 2001, ele passou a ser financiado pelo Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza.

Nos anos 2000 observam-se algumas mudanças no âmbito dos programas, visto que a Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas) passou a coordenar o Projeto Alvorada, que consistiu em eleger municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Deste modo,

duas parecem ser as principais características dos novos programas sociais: a primeira destinada a crianças e/ou adolescentes de baixa renda que vivenciavam situações de “vulnerabilidade e risco social”. E a segunda é que esses programas inauguraram, nas palavras de Boschetti (2003, p.92), a “era das bolsas individualizadas”, segmentadas por faixa etária, focalizadas em situação de risco social e vinculadas a contrapartida de seus beneficiários.

O governo FHC apresentou vários limites no que tange à condução da política de assistência social, entre eles, podem-se levantar: a não superação de problemas históricos no campo da assistência social como fragmentação, descoordenação, ausência de direitos e recursos e, principalmente, incapacidade de superação das condições de pobreza. Além disso, a reintrodução do princípio da filantropia como organizador das ações, reintroduziu o vínculo paternalista historicamente construído no Brasil.

Desta maneira, os mecanismos reguladores do mercado e as organizações privadas foram os maiores responsáveis pelas respostas às sequelas da questão social, que acompanhada da transformação de suas manifestações, voltaram a ser naturalizada e a se constituir como “objeto de programas assistenciais focalizados de ‘combate à pobreza’ ou em expressões da violência dos pobres, cuja resposta é a segurança e a repressão oficiais”, (IAMAMOTO, 2001, p. 17) atualizando a articulação entre a assistência focalizada e a repressão.

Retomou-se não apenas a ideia da naturalização da questão social, através de uma ótica de análise dos “problemas sociais” como problemas do indivíduo, mas também a fragmentação, despolitização, refilantropização e mercantilização, mediante a redução da ação do Estado e a privatização das políticas sociais em geral. Em nome da eficácia e eficiência, configurou-se um reordenamento das políticas sociais e a sua subordinação às políticas econômicas.

É essa despolitização que ao lado da destituição do caráter público dos direitos dos pobres e excluídos em nossa sociedade está na base do atual sucateamento dos serviços públicos, da desqualificação das políticas sociais, da destituição de direitos trabalhistas e sociais e da privatização e refilantropização na abordagem da questão social (YAZBEK, 2001, p. 36).

Neste sentido, a assistência social continuou pactuada com um passado repleto de relações que ainda dificultam ou mesmo impedem a nova estrutura desta política enquanto proteção social e vem sofrendo os impactos da conjuntura neoliberal.

Contudo, ainda é necessário conhecer as lutas sociais, visto que no Brasil, o debate sobre as políticas sociais na perspectiva de sua democratização tem origem no quadro político dos anos de

1980, quando emergem com vigor as lutas contra a ditadura militar e os esforços pela construção democrática do Estado e da sociedade civil (RAICHELIS, 2000). No entanto, o período seguinte, como veremos, foi refratário aos movimentos sociais e marcado por grande desmobilização das lutas sociais.

2.2.2. As lutas dos sujeitos sociais: Um período de retrocessos ou conquistas?

Entre os anos de 1985 a 2002 muitas mudanças aconteceram, inclusive na cena política, como destacamos o fim do regime militar e a ascensão de setores da oposição ao período militar a cargos no governo que alteraram a composição política do país, o que tencionou a reconstrução de sua institucionalidade.

Raichelis (2000) explica que essa dinâmica relacionou-se à crise brasileira dos anos 1980, quando se percebeu a interpenetração de duas dinâmicas societárias. Um elemento político vinculado à crise do autoritarismo e à transição negociada "pelo alto" que marcou a democratização do país, e determinantes econômico-sociais derivados dos processos de reorganização mundial do capitalismo, conforme indicamos.

A autora refere-se que no quadro de redefinições das relações entre Estado e sociedade civil, um amplo e heterogêneo conjunto de forças sociais foram protagonistas dos debates e das propostas para fazerem frente à crise social, que resultaram no processo constituinte. Diante da crise do Estado autoritário, do agravamento da questão social e da luta pela democratização do Estado e da sociedade, intensificou-se a necessidade de conhecer o movimento e a luta dos sujeitos sociais, por políticas sociais que atendem suas necessidades sociais básicas.

Segundo Paoli (1991), a sociedade brasileira entra na década de 1990 com dificuldades inéditas em sua história. Estas dificuldades foram inéditas por atingirem um debate sobre os padrões éticos exercidos tanto na política como no cotidiano, já que existia um clima visível de descrença e desesperança no que se refere a visibilidade da sociedade inventar seu presente e futuro.

Este clima tem a ver com muitas referências, que vão desde a conduta da juventude à violência e falta de segurança nas ruas, além disso, passa também pelo descrédito na política representativa à desmoralização das instituições públicas (Idem).

Em relação às mudanças na área das políticas sociais e seus impactos nos movimentos sociais, Duriguetto (2008) ressalta que a concepção, elaboração e implementação das políticas sob o ideário neoliberal vão na contracorrente de uma característica universalizante, como já discutido no item anterior. As características dessas políticas são: a primeira é a focalização, pois são políticas consideradas mais eficientes e adequadas por terem como alvo as famílias e os indivíduos mais pobres dos mais pobres. E ainda contribui para a desmobilização dos trabalhadores, já que despolitiza o acesso aos direitos e à política social e não é necessária nenhuma reivindicação dos trabalhadores para serem assistidos pela política social focalizada, apenas ser e manter-se pobre.

Outra característica é a transferência dos serviços e políticas sociais para a sociedade civil e sua mercantilização.

A privatização tem introduzido uma dualidade discriminatória: serviços melhores para quem pode pagar e de pior qualidade para quem demanda o acesso gratuito. Isso vem provocando um padrão de cidadania segmentado, definido pelos usuários das políticas focalizadas e das ações sociais do chamado “terceiro setor” (Idem, p. 59).

De acordo com Carvalho (2008) em meio ao desmonte do Estado ajustador, na área social, tem sido viável lutar por políticas sociais mais amplas, dirigidas por direitos de cidadania, com potencial de incluir nos serviços públicos sociais pessoas que demandam por esta atenção. “Em verdade, é a instauração da contraditoriedade na cena pública brasileira, repercutindo na reorganização do Estado Contemporâneo” (Idem, p. 25). A autora finaliza sua análise sobre a luta por direitos salientando que,

são lutas que se (re) colocam, permanentemente, reatualizando-se nos formatos e nas estratégias, para fazerem valer a lógica do Estado democrático, no enfrentamento com a lógica do Estado ajustador, na perspectiva da viabilização de direitos através de políticas públicas. No Brasil, as políticas sociais constituem um espaço privilegiado de atuação política no (re) desenho do Estado, estabelecendo o vínculo necessário entre conflitos / demandas por direitos e busca de alternativas de emancipação. Sob esse prisma, os movimentos sociais pela definição e implementação de políticas públicas, com suas múltiplas expressões, articulando novas e tradicionais estratégias, constituem-se vias abertas, no confronto com a lógica do capital mundializado (Idem, p. 25).

Neste cenário, as Organizações Não Governamentais (ONG's) e outras entidades do terceiro setor³¹ ampliam seus espaços de atuação na sociedade e muitos movimentos sociais desmobilizaram-se. Novas políticas públicas passaram a pautar questões da cidadania e da participação, no entanto, as políticas neoliberais ganharam maior ênfase, conforme verificamos.

Nestes anos vale lembrar que a crise internacional do capitalismo globalizado já havia se espalhado pelo mundo e atingiu o Brasil nos anos 1990, em consequência, o desemprego, as reformas, as reestruturações no mercado de trabalho, a flexibilização dos contratos, entre outros, passaram a ser a tônica do novo cenário. Os sindicatos dos trabalhadores se enfraqueceram e passaram a lutar contra as políticas de exclusão social do governo; muda-se a pauta das reivindicações dos trabalhadores: a luta é para manter o emprego e não por melhores salários ou condições de trabalho, como nos anos anteriores (COHN, 2000).

Mattos (2009) assinala que os anos de 1990 não permitem um balanço positivo do sindicalismo no Brasil. Ressalta que a escala grevista dos anos de 1980 foi interrompida logo no início da nova década. E traz os seguintes dados para apreciarmos esta situação: “Foram 557 greves em 1992, 653 no ano seguinte, 1.034 em 1994, 1.056 em 1995 e, no ano mais agitado da década sob este aspecto, em 1996, foram 1.258, que se reduziram, em 1997, a 630”. Mesmo nos anos em que o número de greves foi alto, a distância em relação ao período de maior mobilização é grande, também pelo fato de que o número de trabalhadores envolvidos nas greves e do número de jornadas perdidas apresentarem uma queda significativa (Idem, p. 126).

As mudanças sociais oriundas da globalização da economia a partir da década de 1990 anularam importantes conquistas da classe subalterna brasileira em sua árdua luta pela conquista de direitos. Desta maneira, “a reversão dos estragos dos anos 1990, que foram econômicos, políticos, sociais e culturais, portanto, é possível, mas vai exigir muita coragem e vontade política dos novos dirigentes do país, e muita mobilização popular, para além do voto” (BEHRING, 2003, p. 287).

Cohn (2000) destaca que o enfraquecimento dos movimentos sociais ocorreu em grande parte pela falta de compreensão da dimensão política do trabalho realizado dentro dos movimentos sociais. No lugar do movimento social combativo, de luta que se opunha ao Estado, deu-se lugar à fragmentação dos “novos” movimentos, que desconsideram a coletividade e visavam interesses específicos.

³¹ Para Montanõ e Duriguetto (2011, p. 307) o que é denominado de “terceiro setor”, numa perspectiva crítica e de totalidade, refere-se a um fenômeno real, ao mesmo tempo inserido e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de resposta à “questão social”, seguindo os valores da solidariedade local, do voluntariado, as autorresponsabilização e individualização da ajuda.

Os movimentos sociais populares urbanos se desarticularam, a luta social no campo recrudescceu e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), criado nos anos de 1980, tornou-se o agente do principal conflito social no país. Os movimentos de resistência às reformas na Constituição de 1988 foram tímidos e não conseguiram alterar o quadro de correlação de forças (Idem).

A novidade na década de 1990 passou a ser uma maior centralidade das ONG's no cenário das demandas sociais, que por sua vez ganharam proeminência sobre as instituições oficiais no que tange a gerência de recursos públicos (Idem). Neste contexto o sindicato dos trabalhadores e os movimentos sociais populares perderam sua força mobilizadora, uma vez que as políticas exigiam interlocução com as organizações institucionalizadas.

No início dos anos 2000, os movimentos sociais e a participação popular se reconfiguram, principalmente, em face da globalização. Neste momento, as ONG's se apresentavam como novas formas de resistência eram grupos de cidadãos que se organizavam na defesa de direitos, com estatuto jurídico de entidades privadas sem fins lucrativos. Nos termos de Carvalho (2008),

inegavelmente, lutar por direitos no Brasil é contrapor-se a toda uma “cultura de carência”, do clientelismo, do patrimonialismo, da dependência que marca a vida brasileira. E mais, é contrapor-se ao padrões neoliberais das configurações capitalistas contemporâneas, que reeditam a “cultura da benesse”, do favor, envolvendo-a no humanitário discurso da “solidariedade”, da “compaixão”, do “dar de si” a um outro que está abaixo, aquém, que é incapaz de prover suas necessidades; enfim, o carente, destituído de cidadania (Idem, p. 19).

A conquista dos direitos é resultado de lutas sociais empreendidas por movimentos populares e organizações sociais que reivindicaram direitos e espaços de participação social. O conflito social deixa de ser simplesmente reprimido e passa a ser reconhecido. No entanto, o que se percebeu durante este período é uma retração das lutas dos sujeitos sociais, e a consolidação de um projeto vinculado ao “terceiro setor”, um desdobramento da proposta neoliberal, que se expressou como uma dupla via: transferência de responsabilidade governamental para ONGs e mercantilização do atendimento às necessidades sociais.

Com base nesta análise, vamos percorrer o cenário brasileiro a partir dos anos de 2002 para compreendermos os direcionamentos dados pelos governos do PT, tanto em relação a sua política econômica, quando no que refere à política de assistência social. Este estudo colabora com compreensão sobre as lutas sociais desencadeadas, e também auxilia para aproximarmos da

configuração da classe subalterna, em que na sua conformação estão os sujeitos assistidos pela política de assistência social.

2.3. O Brasil a partir dos anos 2002: O lugar da assistência social nos Governos do PT e a luta dos sujeitos

Nesta seção, problematizaremos brevemente sobre a política econômica adotada pelo governo do PT, visto que entendê-la é necessário para analisar na totalidade a configuração das políticas sociais vigentes. Este debate é importante, pois interfere no tipo de políticas sociais desenvolvidas e são elas que irão atender a classe subalterna, que depende do alcance desses tipos de políticas para a satisfação de suas necessidades sociais básicas. Discutiremos ainda sobre as lutas dos sujeitos sociais, os movimentos, as manifestações e o resultado de tal movimentação. Consequentemente observaremos se os governos atuaram cooptando e/ou legitimando as pautas reivindicativas dos trabalhadores, num período que, a priori, a expectativa era de ascensão social dos pobres, visto que a administração do país estava nas mãos de um Partido que prometeu durante muitos anos combater as desigualdades sociais que assolavam a vida dos brasileiros, trata-se da “era Luiz Inácio Lula da Silva”. Após estas análises apresentaremos o processo de conformação e o novo ordenamento da Política de Assistência Social no Brasil, ressaltando os direcionamentos dados pelos governos do PT.

2.3.1. A política econômica dos Governos do PT e os rebatimentos nas políticas sociais: A contradição do discurso em prol da reafirmação do neoliberalismo

Neste item o debate é em torno da política econômica dos governos do PT (2003 -2010), desde já salientamos que essa política foi restritiva, como consequência direta da continuidade do pagamento da dívida, perpetuando a dependência econômica do Brasil e reduzindo a margem de manobra política e social do governo, impedindo importantes mudanças de interesse da maioria da população. Não obstante, o direcionamento da política econômica afetou diretamente o desenvolvimento de políticas sociais universais e adotou uma política de assistência social, apesar

dos seus avanços, nos parâmetros assistencialista e clientelista, configurando uma continuidade do modelo vigente.

O Partido dos Trabalhadores (PT), valendo-se da trajetória junto à classe trabalhadora e apoiado pelo segmento mais vulnerável da população, representado por Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), chegou à presidência do país, em 2003. A ascensão de um partido considerado de esquerda ou progressista no governo do Brasil representava um compromisso de mudança no que se refere à estrutura de políticas econômicas e sociais, até então adotadas.

No plano de governo do presidente Lula estava assegurado os compromissos sociais assumidos pelo PT na campanha eleitoral, isto com base na inserção desse partido na história brasileira³². Além do compromisso de mudança, que firmou diante da sociedade, nas eleições que obtiveram a aprovação popular, a “eleição de Lula significava, para todos aqueles que votaram nele, uma possibilidade de ruptura com o neoliberalismo e uma esperança de expansão dos direitos sociais” (SOUZA FILHO et al, 2012, p. 18).

Os sentimentos de mudança e transformação tomavam conta das expectativas populares com Lula na direção do governo brasileiro, no entanto, o que se observou durante seus mandatos foi uma continuidade do Governo de FHC, com a permanência do mesmo “modelo econômico, da mesma política macroeconômica e, não surpreendentemente, da mesma política social” (FIGUEIRAS E GONÇALVES, 2007, p. 95).

De fato, Lula foi eleito com o objetivo de modificar o Brasil, de enfrentar as causas da desigualdade social que atingia a maioria da população brasileira, de realizar políticas que colocassem novamente o país no caminho do desenvolvimento, de promover políticas de geração de trabalho e renda. Porém isto não ocorreu, como verificamos, o que se observou foi um governo de esquerda com um programa econômico neoliberal, em continuidade à política econômica do governo FHC.

Ao cotejar os governos de FHC e do Lula é possível identificar marcas comuns ao percurso da política econômica adotada para a implementação das políticas públicas. Cabe informar que as políticas sociais são as mais atingidas do eixo fiscal da política econômica neoliberal, visto que são submetidas aos programas de ajuste estrutural negociadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), tendo seus recursos de sustentação cortados, como assinalado anteriormente.

³² Para aprofundar sobre o tema conferir: MATTOS, M.B. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Enquanto oposição, o PT defendia que as políticas desenvolvidas no governo FHC eram desastrosas para o país, já que elas se voltam para o ajuste fiscal, com intuito de controlar a inflação, capital externo e manutenção de altos juros, favorecimento ao capital estrangeiro, que se tornava um obstáculo ao crescimento econômico e gerava desemprego.

A política macroeconômica seguiu o mesmo objetivo de controlar a inflação, aumentar os juros e elevar o superávit primário, a custa do contingenciamento dos recursos públicos, principalmente para o social. A ideia de que o crescimento econômico é a solução para a “dívida social” também foi incorporada por este governo. Nas palavras de Figueiras e Gonçalves (2007),

o governo Lula manteve a mesma política econômica do segundo governo Cardoso – metas de inflação, ajuste fiscal permanente e câmbio flutuante. Com o agravante de que Lula aumentou os superávits fiscais primários para mais de 4,25% do PIB (4,3% em 2003, 4,6% em 2004, 4,8% em 2005 e 4,3% em 2006) – tendo por referência a série do PIB anterior à mudança recente de metodologia do seu cálculo (Idem, p. 101).

Neste período, não foi realizado nenhuma ação para que houvesse de fato uma política de desconcentração da propriedade com a finalidade de se tornar viável uma política de redistribuição de renda.

(...) sob a defesa da retomada do crescimento econômico, as esquerdas terminam por atribuir, ao processo de formação de alianças políticas, a alternativa principal para o enfrentamento da crise. No entanto, o caráter indiferenciado desse discurso sugere o pressuposto de que tal enfrentamento depende da formação de um projeto de natureza transclassista, como condição para retomar o crescimento econômico (MOTA, 1995, p. 100).

Em relação ao plano interno, observa-se a queda dos salários reais com a redução da participação destes na renda nacional, com o objetivo de direcionar para o grande capital parcela da renda maior que a parte atribuída aos rendimentos do trabalho. A reconcentração da renda nacional tem nas imensas taxas de desemprego a sua razão fundamental, isto porque os rendimentos do capital têm sido beneficiados por um sistema tributário regressivo que diminui os impostos sobre a produção e aplicação financeiras, e até não onera os setores mais lucrativos voltados para a exportação e para os segmentos de alta tecnologia.

Ao assumir os compromissos da dívida externa, e ainda, a garantia de acesso das empresas aos bens e serviços importados necessários à continuidade das atividades, esses compromissos

marcaram o ajuste externo que o Brasil vem se submetendo, visando à recomposição da relação entre dívida externa e exportação. Nesta área o governo obteve sucesso, visto que reduziu a dívida externa e obteve extraordinário saldo na conta de comércio de mercadorias (SOUZA FILHO et al, 2012).

Outra alternativa realizada pelo governo do PT, foi a de manter altas as taxas internas de juros para o combate à inflação, junto ao fato da preocupação em evitar a evasão de divisas que poderia acontecer se vigorassem aqui taxas de juros civilizadas. Esse arcabouço de fatores tem sido utilizado para justificar o aumento do superávit primário do orçamento público, paralisando recursos que poderiam ser destinados aos gastos sociais ou a investimentos em infra-estrutura. Em relação ao sistema tributário, este

não obedece ao princípio da equidade ou de capacidade contributiva compatível com a capacidade econômica dos seus cidadãos, o que acaba por onerar aqueles com menor nível de renda, exigindo deles um esforço tributário maior do que dos cidadãos mais ricos. Por esse aspecto, o sistema tributário brasileiro penaliza mais os contribuintes mais pobres, constituindo uma relação inversa entre os tributos pagos e o nível de renda deste cidadão (SOUZA FILHO et al, 2012, p. 20).

E ainda, como medida de gestão do governo Lula foi a tomada de empréstimos externos para o financiamento de programas que não necessitavam ser financiados por recursos estrangeiros, já que eram caracterizados como medidas paliativas e assistenciais, o que aumentou a dívida externa e ampliou a dependência econômica.

Conforme Figueiras e Gonçalves (2007), de modo geral, Lula efetivou o modelo marcado pelo padrão de distribuição de renda de imensa desigualdade, com pequenas taxas de crescimento e investimento, inserção internacional passiva e grande vulnerabilidade externa estrutural. O governo reafirmou e aprofundou a política econômica herdada no governo Cardoso e, sustentado no melhor desempenho conjuntural do setor externo, deu novo direcionamento ao modelo, legitimando-o politicamente e soldando mais fortemente os interesses das diversas frações de classes participantes do bloco de poder dominante.

Cabe ainda examinar as intenções dos governantes em relação à direção política, social e a orientação à economia do país, visto que a crise do capital está presente até os dias de hoje e é um grande entrave à efetivação dos direitos sociais. Logo, é preciso entender que o legado de direitos “conquistados nos últimos séculos, que hoje está sendo desmontado nos governos de orientação

neoliberal, em uma nítida regressão da cidadania que tende a ser reduzida às suas dimensões civil e política, erodindo a cidadania social” (IAMAMOTO, 2001, p. 25).

A linha de continuidade entre os governos Cardoso e Lula, também se expressou na área social. Nos dois governos, a política de assistência social³³ foi estruturada, sobretudo, a partir de programas focalizados de combate à pobreza, como determinado pelo Banco Mundial (FIGUEIRAS E GONÇALVES, 2007).

É importante afirmar que esta política social tem limites dados pelo modelo de desenvolvimento vigente e se articula funcionalmente a ele como uma espécie de contraface da política macroeconômica. Lembrando que os pilares da política econômica são os ajustes fiscais, baseados em enormes superávits primários e o estabelecimento de metas de inflação cada vez menores. Logo, verifica-se o caráter seletivo e restritivo da política social, que se expressa em programas focalizados de transferência de renda, de caráter assistencialista e clientelista, apesar dos discursos de não afirmação dessas características das políticas e tendo por objetivo atingir os segmentos extremamente pobres.

Na verdade, as políticas sociais compensatórias, com a implementação de programas assistencialistas de transferência de renda – cimento de um novo tipo de populismo, regressivo -, estão possibilitando a construção de uma nova base social de apoio ao governo Lula. Isto ocorre paralelamente ao descolamento desse governo em relação às suas bases sociais tradicionais (os segmentos de trabalhadores mais organizados e politizados), bem como a dificuldade em controlar politicamente esses trabalhadores (MARQUES E MENDES apud FIGUEIRAS E GONÇALVES, 2007, p. 112).

Enfim, com a eleição de Lula, ocorreu um fato novo na política brasileira, já que além da consolidação democrática da tomada do poder por sufrágio de um partido considerado de “esquerda” no Brasil, percebemos um tipo de condução econômica por parte do Estado, que contradiz ao direcionamento defendido pelo PT. É importante entender que a política econômica administrada durante o governo Lula operou em dois aspectos: manteve a política de combate à inflação empreendida desde a década de 1980, passando pelo governo FHC e a consolidação da estabilidade econômica.

Outra relação de continuidade as ações dos governos anteriores/ruptura destas mesmas ações, que ocorreu durante o primeiro mandato do governo petista, refere-se ao abandono de

³³ O reordenamento da Política de Assistência Social, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) será problematizado no item 2.3.3.1

posições radicalizadas anteriormente defendidas por membros do PT, fato que marcou a aproximação do partido com o centro político e em defesa do grande capital.

O que caracterizou a continuidade ao que havia sido feito anteriormente pelo governo Fernando Henrique, Lula inovou, em seu primeiro mandato, ao conciliar a isso as estratégias de transferência de renda e aquecimento interno da economia, como o Programa Bolsa Família (PBF)³⁴. Este fato aumentou o poder de compra da população de baixa renda, o que pode ser considerado uma ruptura ou mudança ao que fora instituído nos governos anteriores.

A partir destas análises e observando os governos que se seguiram, ou seja, do PT, apontaremos, brevemente, sobre as lutas sociais, pois o contexto atual é marcado pela desigualdade social, sendo que, mesmo os parcos direitos sociais conquistados, via lutas sociais, estão sendo paulatinamente retirados e/ou minimizados sob a implementação do neoliberalismo. Nessa sociabilidade do capital, regida pela exploração e opressão, muitos são os entraves colocados à luta por direitos da classe trabalhadora, e é sobre esse assunto que abordaremos no item seguinte, para na sequência verificarmos o reordenamento da política de assistência social e suas formas de atenção aos sujeitos sociais.

³⁴ De acordo com o MDS, o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que atende famílias pobres (renda mensal por pessoa entre R\$ 77,01 e R\$ 154) e extremamente pobres (renda mensal por pessoa de até R\$ 77). Ele possui vários tipos de benefícios, utilizados para compor a parcela mensal que os beneficiários recebem. Esses benefícios são baseados no perfil da família registrado no Cadastro Único. Entre as informações consideradas, estão: a renda mensal por pessoa, o número de integrantes, o total de crianças e adolescentes de até 17 anos, além da existência de gestantes. A regulamentação do Programa estabelece os seguintes tipos de benefícios:

- Benefício Básico: R\$ 77. Concedido apenas a famílias extremamente pobres (renda mensal por pessoa menor de até R\$ 77)

- Benefício Variável de 0 a 15 anos: R\$ 35. Concedido às famílias com crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade

- Benefício Variável à Gestante: R\$ 35. Concedido às famílias que tenham gestantes em sua composição. Pagamento de nove parcelas consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a gestação tenha sido identificada até o nono mês. A identificação da gravidez é realizada no Sistema Bolsa Família na Saúde. O Cadastro Único não permite identificar as gestantes.

- Benefício Variável Nutriz: R\$ 35. Concedido às famílias que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição. Pagamento de seis parcelas mensais consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a criança tenha sido identificada no Cadastro Único até o sexto mês de vida.

Observação: Os benefícios variáveis acima descritos são limitados a 5 (cinco) por família, mas todos os integrantes da família devem ser registrados no Cadastro Único.

- Benefício Variável Vinculado ao Adolescente: R\$ 42. Concedido a famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos – limitado a dois benefícios por família

- Benefício para Superação da Extrema Pobreza: calculado caso a caso. Transferido às famílias do Programa Bolsa Família que continuem em situação de extrema pobreza (renda mensal por pessoa de até R\$ 77), mesmo após o recebimento dos outros benefícios. Ele é calculado para garantir que as famílias ultrapassem o limite de renda da extrema pobreza.

2.3.2 As lutas sociais frente a uma dualidade: Renovação ou cooptação?

Conforme percebemos no decorrer deste estudo, as lutas sociais se fizeram necessárias para garantirem direitos a classe trabalhadora, porém, após os ganhos obtidos por meio dessas lutas, como a eleição do Presidente Lula de origem popular e emergente da classe trabalhadora, fez retroceder a efervescência do movimento, conservando a ordem vigente. Alguns elementos foram relevantes no ataque aos movimentos sociais, como a cooptação de importantes segmentos, a alienação e o conformismo a lógica perversa do capitalismo tem se mantido, e as lutas sociais mesmo que fragmentadas são importantes diante a constante ofensiva do sistema (GONÇALVES E FERREIRA, 2013).

De acordo com Mattos (2009), os conjuntos de mudanças nas relações de trabalho tiveram efeito negativo sobre a capacidade de mobilização da classe trabalhadora, porque em momentos de desemprego elevado, “o temor das dimensões da falta de emprego”, é um freio nas mobilizações sindicais. A remoção dos direitos conquistados em 1988 cria uma fração cada vez maior da classe trabalhadora com relações de trabalho informais ou, mesmo no chamado mercado informal, aprofunda-se as relações precárias, por meio de contratos temporários e terceirizações.

Estas características apontam uma alienação, que desmobiliza e fragmenta as lutas sociais, levando a classe trabalhadora a não se ver enquanto uma mesma classe (GONÇALVES E FERREIRA, 2013). Neste sentido, as modificações no mundo do trabalho vêm conformando sociabilidades, modo de organização e representação política na direção da fragmentação, despolitização e multiplicação de demandas de grupos de interesse corporativamente dispostos, ou seja, cada vez mais fechados em si mesmos (DURIGUETTO, 2005).

Os trabalhadores tendem a estar mais preocupados em manter individualmente seus direitos (especialmente o emprego) do que em envolverem-se e se dedicarem a lutas político-organizativas (sindicatos, partidos). Por outro lado, a descrença nos macro-projetos provoca expansão dos movimentos "culturalistas" (ecológicos, gays, comunitários etc.) que se organizam em torno de demandas e respostas geralmente pontuais e imediatas e que, por isso, conseguem maior adesão, aceitação e visibilidade (Idem, p. 7).

Com efeito, a fragmentação da coletividade é o mecanismo primordial para a conservação do sistema capitalista. Entretanto, não se deve ignorar que no governo Lula, houve algumas mudanças na implementação das políticas sociais que resultaram em pequenas melhoras para a

parte mais pobre da classe trabalhadora. Estas mudanças, como as políticas sociais compensatórias, exemplo o PBF, fazem parte dos mecanismos traçados pela burguesia para amenizar a crise. Seja por meio de políticas públicas de transferência de renda, de programas de combate a fome e de moradia, o que se observa é que a grande parte da população, que vivia em condições de extrema pobreza, tem conseguido ao menos se alimentar, o que gera de fato um enorme conformismo e uma falsa imagem de melhoria da qualidade de vida e acesso aos serviços (GONÇALVES E FERREIRA, 2013).

Na gestão de Lula, o que estamos apontando é que além das dificuldades de ampliação da luta em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, existe uma melhoria de vida das camadas sociais mais pauperizadas, o que as levam a um certo conformismo. Outro elemento que se apresenta neste quadro é a cooptação dos movimentos, que ao acreditarem no governo, se inserem em espaços institucionais, para que suas necessidades sejam minimamente atendidas. Porém, os movimentos perdem suas características reivindicatórias e se institucionalizam, respondendo aos interesses da ideologia dominante, por meio de apoios as suas práticas na luta por direitos (Idem).

Deste modo, a conjuntura política brasileira é, particularmente, difícil para os setores envolvidos com as lutas sociais, por tratar-se de um contexto de formação e consolidação de um governo que tem origem no movimento da classe trabalhadora, mas que seguiu não só mantendo e sustentando a lógica neoliberal, como, também, aprofundando muitos de seus aspectos. De outra forma, a atual conjuntura representa um grande desafio para a esquerda brasileira, dada a radical mudança de direção do PT. Para Duriguetto (2008, p. 56), o PT se “transformou em mais um partido com outro qualquer do jogo parlamentar-institucional brasileiro. E, como qualquer outro, em um partido que governa segundo os interesses das classes dominantes”.

Frente a este contexto, observamos que esse governo conseguiu conter o setor mobilizado da classe trabalhadora e as camadas mais pobres, para que desta forma, possam desenvolver, no âmbito político, medidas que não tem compromisso com os interesses desta classe. Neste governo ocorreu uma submissão ao capital, com grandes ataques aos direitos de cidadania da classe trabalhadora, para se conservar a hegemonia da burguesia. Neste aspecto, diante das lutas e reivindicações travadas, o que se teve foi um retrocesso, um atraso e destituição aos direitos conquistados.

É incontestável que os tempos atuais apontam para uma redução da vitabilidade dos movimentos das classes e camadas subalternas, “que se expressa na perda de ponderação de

movimentos sociais capazes de colocar em pauta algo mais que reivindicações pontuais e particularistas” (NETTO, 2004, p. 20-21).

Não obstante, com base no reconhecimento de algumas experiências organizativas no campo sindical e dos movimentos sociais, é pertinente destacar que a conjuntura atual não é marcada única e exclusivamente pelo refluxo e desaparecimento dos movimentos sociais. Conforme lembra Duriguetto (2008):

Em dissintonia com a trajetória cutista e petista, há movimentos, organizações e partidos orientados por um projeto classista que resistiram ao processo de cooptação, capitulação, passividade e conformismo. Como exemplos, temos, no campo sindical, os setores que romperam com a CUT e que fundaram, em 2004, a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e a Intersindical (Idem, p. 62).

A rearticulação dos movimentos sociais brasileiros e sua intensa pressão, mobilização e reivindicação com novas bandeiras e formas de luta, e o comprometimento em desvendar o desenvolvimento econômico, na direção de uma redistribuição de renda, é fundamental para a defesa e garantia de direitos da classe trabalhadora. E é sobretudo, imprescindível para a sobrevivência da classe subalterna.

Para os governos da Dilma Rousseff e os futuros, fica a expectativa de resultados melhores no desempenho da economia, com uma política econômica compatível com o desenvolvimento de políticas sociais universais. E ainda o apoio à participação e mobilização da sociedade civil organizada, que lutam para alcançar mudanças em suas vidas.

Um dos grandes desafios, hoje, postos para o projeto socialista é estabelecer vínculos e conexões entre as várias reivindicações, as diversas lutas sociais, assim como entre essas e o movimento operário, ou seja, vincular as diferentes lutas das organizações e dos movimentos dos trabalhadores a projetos contra-hegemonia, ou seja, a projetos que busquem construir uma visão integrada das necessidades, dos interesses, das reivindicações e das ações pratico-políticas advindas das lutas sociais, incorporando-as em um quadro mais abrangente e classista (Idem, p. 63-64).

A luta da classe trabalhadora historicamente representou uma forma de assegurar e consolidar direitos, contribuindo para importantes conquistas. Entretanto, as ações do Governo Lula causaram imobilismo em muitos setores da sociedade. Embora inúmeros desafios foram e são colocados, é imprescindível que a classe trabalhadora os enfrente, com a intencionalidade de continuarem resistindo e se mobilizando para que mais mudanças de cunho neoliberal não sejam

propagadas, mas sim, que propostas democráticas de ampliação de direitos sejam efetivadas e garantidas.

Em suma, a luta da classe trabalhadora deu-se historicamente, na sociedade capitalista, como forma de rebelar-se contra a exploração e opressão proveniente da classe dominante. Desse modo, a luta manifestou-se concretamente através de conflitos que ocorreram no âmbito da produção, inicialmente como ataques contra os próprios instrumentos de produção (MARX E ENGELS, 1998, p. 14). Mais tarde essas lutas se ampliam para diversos outros campos de interesses dos indivíduos – saúde, previdência, assistência social, entre outros – os quais veem suas condições de vida restringidas. Os trabalhadores somam, assim, suas lutas por melhores condições de trabalho com lutas por proteção social, via políticas sociais, as quais trataremos no próximo item, refletindo sobre os direcionamentos dados pelos governos do PT, com ênfase no reordenamento da política de assistência social e suas possibilidades de atenção para com a classe subalterna.

2.3.3. A política de assistência social no quadro geral das políticas sociais no governo PT: Continuidades e avanços

O presente item contribui com algumas reflexões sobre as políticas sociais, destacando o direcionamento dado a política de assistência social, pós anos 2002. As atuais políticas sociais, inclusive a política de assistência social, são resultados da combinação das políticas tradicionais, com direcionamento universal dado pela Constituição de 1988, juntamente com programas de transferência de renda para segmentos considerados pobres e vulneráveis.

Mesmo que em evidência um discurso de compromisso com os pobres e nos investimentos em políticas sociais, o governo Lula optou apenas pelo aumento de orçamento voltado para os programas de transferência de renda. A distribuição de renda, a geração de empregos e as políticas sociais tais como educação, saúde, habitação, não tiveram grandes alterações. Neste sentido, às políticas continuaram sendo de caráter emergencial, focalizada e seletiva com o enfoque na implementação do Programa Fome Zero, que com o passar do tempo foi reduzido ao PBF, principalmente nas áreas urbanas.

Assim, as políticas sociais no governo Lula não deixaram dúvidas de que foram implantadas mediante ao que já estava instituído. Em relação à seguridade social brasileira, pode-se afirmar que no âmbito da previdência, seguindo a tendência do governo FHC, continuaram a ser

empreendidas contra-reformas que reforçaram ainda mais a lógica do seguro. E conseguinte, continuaram a dificultar o acesso aos benefícios e incentivaram a privatização, assegurando ao mercado, a previdência privada como possibilidade de investimento rentável.

A política de saúde sofreu uma tendência continuada de desinvestimento e desrespeito aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Já a política de assistência social vem convivendo num misto de expansão complexa, configurando um instrumento de proteção de relevo na conformação da estrutura atual da proteção social brasileira.

Como assinalamos, a exemplo deste desenho da proteção social no Governo Lula, destacam-se as orientações do Banco Mundial seguida à risca com o empréstimo destinado a apoiar o programa de reformas do governo para a redução da fome e da pobreza no país. Dentre as orientações, a necessidade de profundas reformas (do Estado, da previdência, do mercado financeiro e de trabalho), a expansão da base de apoio do governo no Congresso, o atendimento aos mais pobres com a criação de uma rede de proteção social destinada para os denominados grupos vulneráveis, alimentam o processo de “assistencialização” das políticas sociais (MOTA, 2008).

De acordo com Mota (2008), a assistencialização diz respeito às tendências da seguridade social nos anos 1980 e 1990, em que de um lado há um processo de privatização da saúde e da previdência e, de outro, a expansão da assistência social. Portanto, trata-se de um processo que somente tem sentido do ponto de vista histórico, na dinâmica do capitalismo contemporâneo e na atual conjuntura brasileira, tendo em vista que a política de assistência social tem ganhado centralidade frente às políticas permanentes, e tem se tornado o principal mecanismo de enfrentamento da desigualdade social.

É preciso lembrar que como qualquer mecanismo de acesso ao processo de reprodução social, também o direito pode ser fetichizado e que, por isso, o estatuto da assistência como direito não pode se confundir com o papel que ela tem no campo do enfrentamento da questão social (Idem).

Este quadro mostra que se inicia uma ampliação da assistência social como uma política central na luta para combater a situação que se configurou após a adoção de medidas de cunho neoliberal no Brasil. Por este motivo, “se antes a centralidade da seguridade girava em torno da previdência, ela agora gira em torno da assistência, que assume a condição de uma política estruturadora e não como mediadora de acesso a outras políticas e a outros direitos, como é o caso do trabalho” (Idem, p. 138).

Sendo assim, o direito à assistência não nega a possibilidade desta política se constituir em um mito, ou seja, no principal mecanismo de enfrentamento da questão social. Logo, há uma nova forma de intervir sobre as refrações da questão social na sociedade brasileira, colocando-a enquanto instrumento dos programas e ações socioassistenciais de enfrentamento as mazelas sociais, segundo as determinações dos organismos financeiros internacionais.

O aspecto complexo da assistência social nessa conjuntura está nas condições em que sua expansão vem se realizando, “passando a assumir para uma parcela significativa da população a tarefa de ser a política de proteção social e não parte da política de proteção social” (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2006, p. 271). Outro eixo problemático que aparece nesta área corresponde à invisibilidade do trabalho como estratégia indispensável para enfrentar a realidade contemporânea, que tem no desemprego uma causa recorrente para o agravamento da miséria e pobreza a que estão submetidos tantos brasileiros. Ainda conforme Mota, Maranhão e Sitcovsky (2006),

a assistência social tende a assumir um papel na esfera da proteção social que termina por suprir necessidades que seriam do âmbito de outras políticas, como é o caso do trabalho. Um dos indícios desse movimento é o fato de que enquanto ocorre um processo de mercantilização da saúde e previdência, vinculados aos riscos do trabalho, há uma expansão da assistência social. Estas constatações parecem apontar para algo que não vem sendo posto no debate: a assistência social no século XXI está adquirindo a condição de mecanismo integrador em lugar do papel desempenhado pelo trabalho assalariado. Aqui o maior destaque fica por conta dos programas de transferência de renda e pela condição de política estruturadora que a PNAS tenderá assumir nos municípios brasileiros (Idem, p. 175).

Desta análise é importante ressaltar que não há incompatibilidade entre a assistência social e o trabalho, como não há com nenhum outro direito social, ao contrário, em um contexto em que o trabalho é superexplorado, subumano e insuficiente para garantir as condições básicas de sobrevivência, a ampliação de todas as formas de proteção é necessária, mesmo que a clareza do seu limite emancipatório também não deva ser desconsiderada.

O equívoco da tendência da assistência social, na atual conjuntura, não se refere a sua expansão, e sim ao caráter truncado da sua qualidade, vem acompanhada de graves retrocessos em outros campos da proteção social. E ainda a apropriação que dela se tem feito em favor da combinação de interesses antagônicos e de um projeto de nação que se inscreve no processo de

manutenção da hegemonia capitalista, enquanto arquiteta uma legitimidade social que oculta o conflito entre capital e trabalho.

Um aspecto singular da esfera dos direitos sociais na conjuntura do governo Lula, trata-se de uma tentativa conciliatória de atendimento ao desenvolvimento econômico e social, no rumo de um projeto “(neo) desenvolvimentista” que, sob o discurso de conciliação dos interesses das classes sociais, adquire legitimidade e inaugura um tempo de particularidades no campo da proteção social brasileira.

Cabe notar que o chamado “Novo desenvolvimentismo” ou “(neo) desenvolvimentismo” se estabelece, como novo modelo de desenvolvimento brasileiro, a partir do segundo mandato do presidente Lula, supostamente em contraposição ao ideário neoliberal. Mas a rigor, efetiva-se uma inflexão política econômica, ao manter o núcleo duro da política de ajuste e incorporar uma dimensão desenvolvimentista.

Gonçalves (2012) observa que o “novo desenvolvimentismo” é mais uma versão do liberalismo enraizado, que exprime o compromisso entre as diretrizes estratégicas do liberalismo e a intervenção do estado orientada para a estabilização macroeconômica. Trata-se do novo padrão brasileiro de inserção na economia mundializada, em meio à atual crise estrutural do “capitalismo flexível”.

O novo ciclo de reprodução do capital tem como referência o chamado “novo-desenvolvimentismo”, que, em tese, se estrutura em substituição ao neoliberalismo, assumindo uma nova versão do desenvolvimentismo, representada no padrão brasileiro de inserção no capitalismo financeirizado. No Brasil, durante o governo Lula, elementos deste novo modelo de orientação capitalista são evidenciados de forma mesclada à política neoliberal, forjando um modelo híbrido de desenvolvimento, ao conciliar diretrizes desenvolvimentistas e neoliberais.

Nos dias atuais, este modelo já está consolidado, operando com foco nos desenvolvimentos econômico e social. Com um véu de um “capitalismo humanizado”, o novo-desenvolvimentismo defende o crescimento econômico conectado e em equilíbrio com a expansão do social. Nessa perspectiva de expansão do social são privilegiados os programas de transferência de renda, objetivando o combate à pobreza e à desigualdade social. O assistencial ganha impulso e centralidade no âmbito das políticas sociais, que já vinham sofrendo um processo de privatização.

Portanto, as políticas compensatórias configuradas neste governo, destacadas no âmbito das políticas sociais, são reflexos deste novo ciclo de reordenamento do capital, que tem no Estado uma intervenção mais atuante na extrema pobreza. Sob a ótica de equilibrar crescimento econômico

e desenvolvimento social, o Brasil tem dado ênfase às políticas de transferência de renda e segue na sua trajetória em busca do desenvolvimento econômico, como país emergente que tem alcançado, nos últimos anos, patamares satisfatórios na economia mundializada.

Como afirmado, neste cenário de expansão dos programas de transferência de renda no país, o PBF é o principal mecanismo do governo Lula para combater a pobreza e a desigualdade social. Este programa é o resultado da unificação de bolsas e auxílios criados em governos anteriores, foi explorado simbolicamente ao reforçar o apelo populista do governo junto aos trabalhadores pobres e desorganizados. Nas palavras de Santos (2012),

não obstante sua ineficiência quando se considera a “questão social” de modo mais amplo, sem dúvida esse programa de transferência de renda é uma medida extremamente popular, que responde por boa parte dos níveis de aprovação dos governos Lula transferidos para a atual presidente³⁵ (Idem, p. 441).

O PBF não conseguiu fugir de uma abordagem compensatória e focalizada da pobreza, uma vez que consiste em uma transferência monetária aos segmentos mais pauperizados da população com um impacto muito limitado tanto pelos critérios de acesso quanto pelo valor das bolsas. Deste modo, constata-se que os maiores limites da política de assistência social pautada nos programas de transferência de renda, são:

o baixo montante das transferências monetárias a famílias vivendo em extrema pobreza; a fragmentação de programas de iniciativa municipal, estadual e federal; a não vigência destes programas com uma política macroeconômica de distribuição de riqueza socialmente produzida e de geração de emprego e renda faz com que esses programas cumpram uma função meramente compensatória (SOUZA FILHO et al, 2012, p. 28).

A concepção sobre as desigualdades, econômico e social, no governo Lula acompanha uma concepção hegemônica que atribui o problema da desigualdade no âmbito exclusivo (interno) da classe trabalhadora e suas diferenças, buscando explicação no âmbito das famílias e dos indivíduos.

Deste modo, o direcionamento político desconsidera as razões e os mecanismos estruturais mais profundos que reproduzem as desigualdades, deixando de fora qualquer reforma que afete a distribuição da propriedade fundiária, rural e urbana, bem como a estrutura e o funcionamento do sistema financeiro. A solução que se encontra são os programas sociais focalizados, uma vez que as

³⁵ A autora refere-se ao governo da atual presidente Dilma Rousseff, eleita pelo PT, após o fim do segundo mandato de Lula.

desigualdades sociais e a pobreza são cuidadosamente desvinculadas do modelo de desenvolvimento econômico implementado (FIGUEIRAS E GONÇALVES, 2007).

Da mesma maneira que ocorreu na gestão da política econômica, os governos de FHC e Lula mantiveram as direções institucionais do sistema de proteção social praticamente sem alteração ao longo dos últimos anos. Draibe (2002, p. 2) menciona que no Brasil reitera-se com “frequência o argumento de que os governos contemporâneos tornam-se, todos eles, prisioneiros do difícil dilema entre a nova política econômica e a política de proteção social, independente de suas orientações político-partidárias”.

Outro elemento importante para análise deste período é em relação ao crescimento dos empregos formais, devido ao processo de desindustrialização e reprimarização da economia (GONÇALVES apud SANTOS, 2012, p. 441) é ancorado, no setor terciário. Santos (2012) nota que desta situação decorre que a qualidade do emprego é cada vez mais precária e sua rotatividade é grande. Logo, este quadro é composto por trabalhadores mal remunerados, expostos a riscos no trabalho sem a devida proteção social e, principalmente, desorganizados, sem participação política e, contudo, sem identidade sindical.

Após verificarmos a configuração das políticas sociais, inclusive, da assistência social, que tem como chave analítica os programas de transferência de renda, no próximo item analisaremos o seu reordenamento na perspectiva do SUAS. Assim, é importante destacar que a alternativa da classe subalterna para garantir sua reprodução social é a busca constante pelos serviços da política de assistência social. Todavia, a nova PNAS/SUAS reforça no país inteiro o papel de legitimadora da ideologia Estatal, onde o cidadão usuário aceita os serviços socioassistenciais, como forma de amenizar os conflitos sociais, sem impactar a desigualdade social no país.

2.3.3.1. O reordenamento institucional da política de assistência social no Governo do PT: Algumas problematizações

Neste item vamos problematizar o reordenamento da política de assistência social no governo do PT, buscando compreender a sua configuração nesta conjuntura. Para tanto, é importante lembrar que a assistência social como parte do tripé da seguridade social em conjunto com a saúde e a previdência é concebida como direito do cidadão e dever do Estado. Mas vem

sofrendo tentativas de ruptura com o modelo constitucionalmente definido em 1988, devido ao quadro desfavorável a efetivação das políticas sociais universalistas, assim, a assistência social pós-LOAS (1993), encontra-se:

plena de ambiguidades e de profundos paradoxos. Pois se, por um lado, os avanços constitucionais apontam para o reconhecimento de direitos e permitem trazer para a esfera pública a questão da pobreza e da exclusão, transformando constitucionalmente essa política social em campo de exercício de participação política, por outro, a inserção do Estado brasileiro na contraditória dinâmica e impacto das políticas econômicas neoliberais, coloca em andamento processos articuladores, de desmontagem e retração de direitos e investimentos públicos no campo social, sob a forte pressão dos interesses financeiros internacionais (YAZBEK, 2004, p. 23-24).

No Governo Lula, como assinalado anteriormente, a assistência social vinculou-se primeiramente ao Programa Fome Zero, que diferentemente da sua implementação, traz uma proposta de segurança alimentar para o Brasil que tem como princípio a conjugação adequada entre as chamadas políticas estruturais e as intervenções de ordem emergencial.

Todavia, houve também a reformulação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a criação de um sistema único para operacionalizá-la. De fato, isto foi uma tentativa de se resgatar o que foi proposto pela Constituição Federal de 1988 e pela LOAS, que apontaram alterações dentro de um aspecto operacional da política de assistência no país cujo significado não foi pequeno.

Deste modo, em 2004, após um movimento de discussão nacional, foi aprovada uma nova PNAS na perspectiva de implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Conseqüentemente, em 2005, fez-se necessário a edição de uma Norma Operacional Básica que definisse as bases para a implantação desse Sistema.

Neste contexto, destacaram-se as Conferências Nacionais de Assistência Social, realizadas nos últimos anos, que deliberaram, avaliaram e propuseram novas bases de regulação da Política de Assistência Social, com o intuito de contribuir com a formação de competências de gestão, consensos e avanços da política.

No entanto, há a continuidade da lógica assistencialista que prioriza a política de assistência social restringida em programas de transferência de renda e desvinculada de outras políticas estruturais que venham de fato contribuir para a redução da desigualdade social. A articulação dos programas de segurança alimentar, de transferência de renda e de outros programas que estão incluídos na rede de serviços da política de assistência social com a redistribuição de

renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária, dentre outros, não ocorreram ou se ocorreram foram de forma muito residual.

O fato da assistência social se concretizar como política pública e garantir direitos se constituiu, sem dúvidas, em um avanço. Porém, essa política não deve se transformar no principal mecanismo de proteção social no Brasil, e sim ser uma política mediadora de acesso às demais políticas setoriais.

A consolidação da assistência social como política pública de seguridade social não garante necessariamente seu papel adequado enquanto uma política setorial dentro das contradições entre capital e trabalho. Ao adquirir o status de direito, a mesma também pode vir a ser apropriada pela ideologia burguesa como uma política fundamental ou estruturante no enfrentamento da questão social.

De modo geral, os aspectos importantes implementados no Governo Lula, como, o fim do programa Comunidade Solidária e a rearticulação do Conselho Nacional de Assistência Social; unificação dos programas de transferência de renda no denominado Bolsa Família, a centralização das ações no MDS; e a aprovação da PNAS (2004), com direcionamento a implementação do SUAS (SOUZA FILHO et al, 2012).

Para Sposati (2006), o SUAS instaura em todo território nacional um padrão de assistência social e inscreve essas atenções no campo público e no campo dos direitos humanos e sociais. O sistema,

(...) é uma racionalidade política que inscreve o campo de gestão da assistência social, uma das formas de proteção social não-contributiva, como responsabilidade do Estado a ser exercida pelos três entes federativos que compõe o poder público brasileiro. Nesse sentido, é uma forma pactuada que refere o processo de gestão da assistência social, antes de iniciativa isolada de cada ente federativo, a uma compreensão política unificada dos três entes federativos quanto ao seu conteúdo (serviços e benefícios) que competem a um órgão afiançar ao cidadão (Idem, p. 111-112).

Para tanto, o SUAS tem como objetivo regular e organizar os serviços socioassistenciais em todo território nacional, sendo uma inovação na gestão, no financiamento e nos procedimentos técnicos e tecnológicos. Seu grande desafio é a implantação de um modelo de gestão que organize, de fato, um Sistema em que todas estas ações, programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais se articulem, convergindo para a participação dos vários atores sociais que o compõem. E ainda, tendo como elementos constitutivos, dentre outros: gestão descentralizada e

intersetorial, participação popular e controle social, financiamento público, abordagem familiar, ações em rede sob o controle do Poder Público. Couto et al (2012) sinalizam que,

o Suas é, pois, uma realidade em movimento com ritmos e alcances heterogêneos. Sua implementação integra um processo dinâmico que se instala nos municípios e estados brasileiros, introduzindo deslocamentos e mudanças significativas nas referências conceituais, na estrutura organizativa e na lógica de gestão e controle público das ações na área (Idem, p. 115).

A transparência e a universalização do acesso aos programas, serviços e benefícios socioassistenciais, promovidas por esse modelo de gestão descentralizada e participativa, vem consolidar, definitivamente, a responsabilidade do Estado brasileiro no enfrentamento da pobreza e da desigualdade. Além de contar, de forma complementar, com a participação da sociedade civil organizada, através de movimentos sociais e entidades de assistência social.

Deste modo, no período sinalizado houve muitos avanços na área da assistência social, como a regulamentação da LOAS e a proposta de um sistema único - SUAS. Porém, essas normas legais e novos ordenamentos só ganham concretude, legitimidade e provocam mudanças no cotidiano quando assumidos pelo Estado e pela sociedade.

O momento presente aponta para uma mudança significativa na concepção da assistência social, um avanço que permite sua passagem do assistencialismo e de sua tradição de não política para o campo da política pública (YAZBEK, 2004). Observa-se ainda que o “novo” proposto pela PNAS (2004) surge da confrontação cotidiana com o “velho”, o antigo, o tradicional, ou seja, com o longo percurso patrimonialista de se compreender e de se fazer Assistência Social (COUTO et al, 2012).

Em busca de tais sistematizações, a PNAS articula o SUAS em eixos de inovação institucional na assistência social que se caracterizam pelos seguintes princípios: a matricialidade sócio-familiar; territorialização; descentralização político-administrativa; co-financiamento nas três esferas de governo; relação democrática entre governo e sociedade civil; controle social; qualificação dos recursos humanos; e os sistemas de gestão, monitoramento e avaliação.

A política de assistência social vem avançando muito rapidamente em sua regulação pelo Estado, na definição de seus parâmetros, padrões e prioridades. Resta o imenso desafio de operacionalizar os benefícios, serviços e projetos de acordo com os parâmetros, padrões e critérios do SUAS, sob a lógica da proteção social.

A PNAS (2004) classifica a proteção social como básica e especial, categorias a serem afiançadas pelos três entes federativos, no território brasileiro. A proteção social básica tem por objetivo prevenir situações de risco social, buscando prevenir situações e reforçar os vínculos sociais e comunitários. Este serviço se destina a população em situação de “vulnerabilidade social” decorrente de situações da vida em sociedade. As ações desencadeadas pela proteção social básica têm como elemento agregador fundamental o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), conhecido por ser a “porta de entrada” dos serviços e programas da atenção básica. A implantação dos CRAS leva em conta a territorialização do município, tendo em vista condições de vida, vulnerabilidade, potencialidade, que tem como referência o número de famílias referenciadas por território. A quantidade e as características operacionais do CRAS são definidas através do porte e particularidade social dos municípios.

A proteção social especial objetiva, por sua vez, o atendimento às famílias e/ou indivíduos mais vulneráveis ou expostos a “riscos” mais graves de rompimento do vínculo social e comunitário. As ações da proteção social especial se operacionalizam através dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que objetivam dar suporte e situações em que o convívio familiar e comunitário está ameaçado ou precisa ser rompido.

Ao eleger a matricialidade sócio-familiar enquanto eixo estruturante, a PNAS (2004) busca superar a focalização no indivíduo, garantindo a oferta de direitos sociais de acordo com as necessidades das famílias, assim como busca romper com o foco fragmentado sobre as suas demandas³⁶.

No que toca à territorialização da Assistência Social no âmbito do SUAS a Norma Operacional Básica (NOB- SUAS) entende-a enquanto movimento que busca a dinamização das potencialidades coletivas e comunitárias concebendo o território enquanto ator social. De acordo com a NOB – SUAS,

(...) trata-se de identificar os problemas concretos, as potencialidades e as soluções, a partir de recortes territoriais que identifiquem conjuntos populacionais em situações similares, e intervir através das políticas públicas, com o objetivo de alcançar resultados integrados e promover impacto positivo nas condições de vida (BRASIL, 2005, p. 44).

³⁶ No entanto esse eixo trás alguns desafios a política de assistência social, assunto que será discutido no próximo item.

Atuar neste enfoque territorial pressupõe apreender as características territoriais brasileiras em sua singularidade, características presentes no cotidiano dos usuários da assistência social que perpassam um mosaico de situações que revelam a negação de direitos e cidadania, dividindo a nossa sociedade em dois mundos: o mundo dos direitos e o mundo dos favores.

A descentralização político-administrativa se relaciona ao fato de que a implementação do SUAS se operacionaliza primordialmente no âmbito dos municípios, com responsabilidades e competências nas três esferas de governo, inclusive na questão do financiamento, ou seja, no cofinanciamento nas três esferas governamentais. Tendo em vista estas características, os direcionamentos empreendidos pelas políticas públicas devem superar o formalismo burocrático e o pragmatismo financeiro, ou seja, a mera adequação a exigências burocráticas de transferências de recursos, mas, avançando na efetivação ativa das políticas sociais em cada esfera de governo.

Outra importante inovação institucional engendrada na configuração do SUAS é a relação democrática entre governo e sociedade civil, assim como o controle social da assistência social através dos conselhos de direitos. A configuração de relações democráticas e do controle social busca romper com a cultura do patrimonialismo e da mediação do favor, uma vez que, os critérios de partilha e distribuição de recursos são pactuados através de critérios estabelecidos na Comissão Intergestora Tripartite (CIT). Essas comissões são formadas por representantes de gestores municipais, estaduais e federais da política de assistência social.

Neste item foi possível conhecer as mudanças ocorridas na política de assistência social a partir do seu reordenamento institucional, que se efetivou com a implementação do SUAS. Estas mudanças impactaram não só a gestão desta política, mas também a vida das famílias que recorrem à assistência social no atendimento de suas demandas sociais.

2.3.3.2. Família: Das determinações legais a sua configuração real

Uma das tendências atuais das políticas sociais em geral, e mais especificamente da assistência social, é o foco na família. Desse modo, a centralidade da família tem sido objeto de muitos debates, que traz à tona a discussão acerca do atendimento integral à família, almejando considerar a totalidade das relações e dinâmicas que perpassam a vida familiar. Por isso se faz necessário, através deste item, apontarmos de que família a política vem tratando como alvo de suas ações.

A família vem passando por grandes mudanças internas importantes em virtude do alto grau de transformações econômicas e sociais presenciadas nas últimas décadas (SARTORI, 2012). No Brasil, a mudança no marco legal se efetivou com a Constituição Federal de 1988, que também inovou no trato a família, uma vez que a assume como base da sociedade, cabendo ao Estado promover sua proteção. Para tanto, vamos nos aproximar deste debate refletindo o que foi designado pela legislação em confronto com a família real, em sua conformação e cotidiano, isto por meio das que compõem a presente pesquisa.

Segundo a PNAS (2004, p. 28), tendo como referência o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)³⁷, a concepção de família que rege esta política é a seguinte: “estamos diante de uma família, quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade”, logo percebe-se que se partem de uma visão ampliada de família. Reconhece também que “não existe família enquanto modelo idealizado, e sim família resultante de uma pluralidade de arranjos e rearranjos estabelecidos pelos integrantes dessa família”.

A primazia da atenção às famílias tem por perspectiva fazer avançar o caráter preventivo da proteção social, de modo a fortalecer laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros e indivíduos, para que suas capacidades sejam exploradas e suas necessidades atendidas, e também, para a concretização de direitos humanos e sociais. Todavia, o caráter preventivo desta proteção social é problemático, visto que mesmo trabalhando na perspectiva da prevenção, muitas vezes chegam famílias ao CRAS com demandas que envolvem direitos ameaçados, violados e até mesmo negados³⁸.

A família, dentro do SUAS, ganha destaque pois o sistema tem como eixo estruturante a matricialidade sócio-familiar, ou seja, o atendimento é com centralidade na família, pois é nela que se encontra as demandas dos sujeitos sociais. Entretanto, é importante refletir para não cairmos no erro de não compreender as condições objetivas e subjetivas, as quais as famílias possuem em suas

³⁷ Segundo o site do MDS, o PAIF é um trabalho de caráter continuado que visa a fortalecer a função de proteção das famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Dentre os objetivos desse serviço, destacam-se o fortalecimento da função protetiva da família; a prevenção da ruptura dos vínculos familiares e comunitários; a promoção de ganhos sociais e materiais às famílias; a promoção do acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais; e o apoio a famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares. Além disso, o PAIF é executado nos CRAS's.

³⁸ Devemos ressaltar que de acordo com a organização do SUAS, as famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.) devem ser atendidas nos CREAS's.

lutas diárias, que dificultam que exerçam o papel a elas designado por meio das legislações. E ainda, diante da matricialidade sócio-familiar, cabe-nos indagar sobre as objetivações presentes na atualidade para que a assistência social possa garantir a autonomia, sustentabilidade e o protagonismo familiar, questões essas que precisam ser discutidas cuidadosamente quando se tem a família como foco de atenção na proteção social.

De acordo com Teixeira (2010) a PNAS e SUAS ao adotarem o princípio da matricialidade sociofamiliar não conseguem superar a tendência familista da política social brasileira, em especial da assistência social. Isto porque se por um lado, o termo significa que a família é a matriz para concepção e implementação dos benefícios, programas e projetos, que em hipótese pode romper a fragmentação do atendimento, por outro, toma a família como instância primeira ou núcleo básico da proteção social aos seus membros, devendo ser apoiada para exercer em seu próprio domínio interno as funções de proteção social. Logo, continua-se a responsabilizar a família, em especial às mulheres, pelos cuidados e por outras tarefas de reprodução social.

Carloto e Mariano (2008) apontam que como resultado desta problemática, diante a política de assistência social, a família é identificada pela figura da mulher, e não pela do homem. E a mulher, por sua vez, é considerada com base nas funções maternas, o que fixa e essencializa o sujeito mulher, vinculando-o à maternidade. Por meio deste entendimento observa-se que a tendência é acirrar a desigualdade de gênero na política, em que reforçam visões conservadoras de que o lugar da mulher é com o trabalho doméstico/família-lar/cuidado com as crianças, e o do homem é no mercado de trabalho.

Sem dúvidas, a concepção de família na política de assistência social está mais ampla e abrangente, porém são mantidas as mesmas expectativas sobre o papel da família e suas responsabilidades enquanto um grupo de proteção e cuidados dos indivíduos, principalmente o papel da mulher-mãe como principal elemento provocador de mudanças, e tendo um papel ativo para a configuração e a formação de uma “boa família” (Idem).

A família é provedora de atenção dos seus membros e responsável pelo desenvolvimento de capacidades humanas, mas precisa de desvelo e cuidado. Considerando a diversidade das formações familiares contemporâneas, Mioto (1997) define-a como:

um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. (...) tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com estrutura social na qual esta inserido (Idem, p. 120).

Para Teixeira (2010) trata-se de uma visão ampliada e atual de família, posto que as pessoas que convivem com vínculo afetivo duradouro podem ser homem e mulher e seus filhos biológicos; mas também um casal do mesmo sexo, ou apenas a mulher com seus filhos legítimos ou adotados, e outra infinidade de arranjos. O que dá unidade a essa síntese de múltiplas determinações que permite usar o termo família, apesar da diversidade que a comporta, da pluralidade de formas, experiências e significados é o fato de esta ser o espaço privilegiado da história da humanidade, no qual aprendemos a ser e a conviver. Ou seja, ela é a matriz da identidade individual e social, portanto, geradora de formas comunitárias de vida e espaços de proteção primária aos seus membros.

No geral, podemos afirmar que a implantação do SUAS traz um significativo avanço para a concretização da Política Pública de Assistência Social, tanto pelo seu caráter organizativo, como também pela definição de atribuições nas três esferas de governo. Mas por outro lado, devemos refletir que a retomada da família, no campo das políticas públicas sem a garantia de uma rede de serviços públicos integral para atendê-las, acaba por responsabilizá-la por suas necessidades e, ainda, as penalizam por não conseguirem, via política de assistência social, a ascensão social. Neste sentido, é preciso verificar a necessidade de não só “compreender essas famílias com suas singularidades, mas com seu pertencimento a uma classe social” (COUTO et al, 2012, p. 79).

As ações de proteção e promoção da família foram perdidas e esquecidas no tempo, e é hora de retomá-las como prioridade da política social brasileira (CARVALHO, 1995). A trajetória histórica de atendimento à família foi pautada em ações fragmentadas, de apoio somente ao indivíduo, ações descontínuas que não contribuíram para a emancipação³⁹ dos sujeitos. Assim, assinala Teixeira (2010):

A centralidade na família e o trabalho social com famílias previsto no novo desenho da Política de Assistência Social podem significar avanço ou retrocesso, como o fechamento das análises e propostas de trabalho nos conflitos familiares, favorecendo o ocultamento das contradições da sociedade de classes, na medida em

³⁹ Montañó e Durigueto (2011, p. 130-131), com base nas seguintes obras de Marx: *A questão judaica* (Marx, s.d) e nos *Manuscritos econômicos e filosóficos* (Marx, 2001), referem que a *emancipação política* remete ao conjunto de direitos políticos e sociais que garantem um “liberdade” e uma “igualdade” formais dos direitos dos cidadãos – a liberdade e a igualdade perante a lei, portanto, meramente jurídicas. Desta forma, ela sem dúvida representa conquistas importantes no progresso de direitos e igualdades (formais) humanos, mas realiza-se no interior da ordem social comandada pelo capital, portanto, na manutenção de um sistema estruturalmente desigual. Emancipação política é compatível com o Modo de Produção Capitalista. Em relação a *emancipação humana*, os autores apontam que, para Marx ela exige a eliminação de toda forma de desigualdade, dominação e exploração, reunindo novamente o produtor com os meios para produzir; a *emancipação humana* ocorre, portanto, na necessária superação da ordem do capital para o comunismo.

que suas reflexões ficam restritas em análises da família nela mesma ou no território, dissociadas da realidade mais ampla, como também num trabalho psicossocial e educativo de caráter normativo e disciplinador, fundamentados em pressupostos sexistas dos papéis sociais e do poder deste de disciplinar, gerar socializações menos rebeldes, impor limites, controlar desvios diversos (Idem, p. 17-18).

É importante notar que a família ao longo do tempo tem sido alvo de debates das mais diversas áreas, sendo reconhecida sua relevância no âmbito da proteção social. Souza Filho et al (2012, p.37) afirmam que “para que se constitua uma política social que fortaleça a família, é necessário que se ofereça serviços sociais universais, em quantidade e qualidade, sistemáticos e continuados, que garantam direitos”.

Com efeito, entender a concepção de família é importante para aproximarmos ao objeto da presente dissertação. É necessário romper com a ideia de família ideal e ter a família real como alvo das políticas sociais, levando em consideração que na família é o lugar de afeto e também conflito; acertos e erros; entendimentos e desentendimentos; por isso é importante o olhar atento ao modo de ser da família e o reconhecimento das suas diversidades.

No próximo capítulo apresentaremos as famílias que compõe nossa pesquisa, conhecer a família real, ou seja, a família na sua formação, no seu modo de ser e viver, nas suas estratégias de enfrentamento das expressões da questão social é necessário para o aprimoramento das políticas sociais que as tem como objeto de intervenção. Este conhecimento será realizado por meio da análise de suas trajetórias na política de assistência social, sendo essas famílias atendidas no equipamento público de proteção social básica do SUAS, ou seja, no CRAS de Lima Duarte. Para tanto, vamos verificar as limitações, as contradições que perpassam na vida das famílias, e ainda, a sua inserção na sociedade de classes.

CAPÍTULO III – A TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A PESQUISA DE CAMPO

“O que transformou o mundo não foi a utopia. Foi a necessidade”.
José Saramago

A compreensão da política de assistência social na vida dos seus usuários é condição imprescindível em função da escassez de conhecimento e dados referentes a esta população, que recorrem à assistência social para satisfazer suas demandas históricas e socialmente produzidas, visto que “trata-se de uma população destituída de poder, trabalho, informação, direitos, oportunidades e esperanças” (YAZBEK, 2004, p. 22). Neste capítulo, vamos analisar as trajetórias das famílias assistidas pela política de assistência social, buscando conhecer o universo desses sujeitos sociais, e neste processo, verificar as implicações dessa política na vida dos seus usuários.

O caminho até aqui percorrido buscou uma aproximação com as categorias necessárias para o entendimento sobre a constituição e consolidação da política de assistência social no Brasil e os processos que atingiram e atingem diretamente a vida dos sujeitos sociais, frente a perversidade e barbaridade impostos pelo Modo de Produção Capitalista. Estes sujeitos são frequentemente subjugados por não conseguirem se reproduzir socialmente, no entanto, alguma ação pública deve ser realizada para atender esta classe, pois os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais (MARX E ENGELS, 1998).

Marx e Engels (1998) assinalam que

o primeiro ato histórico é a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, assim, a produção da própria vida material, sendo este fato um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos deve ser cumprida todos os dias e todas as horas para manter os homens vivos (Idem, p. 110).

Deste modo, nossa atenção se volta aos sujeitos assistidos pela política de assistência social, sendo esta uma política marcada pela fragmentação, com a completa ausência dos usuários no seu processo decisório, destinada a compensar carências e oferecer legitimidade a grupos no poder. Nas ações da política de assistência ao longo dos anos, observamos a presença de uma

cultura filantrópica que aliada ou concebida sob o signo do conservadorismo, influencia no planejamento e na administração das diversas instâncias nas quais essa política se elabora até chegar ao seu usuário.

Compreendemos ainda que há um frágil conhecimento e um conhecimento cheio de preconceitos da população usuária desta política, discriminatório, não só pelos seus hábitos de vida, pelas suas crenças, seus valores. É uma população que vive um conjunto muito grande de discriminações (YAZBEK, 2004).

Considerando a utilização do método que referência a construção desta dissertação, e sendo ele entendido como um instrumento de mediação entre o homem que quer conhecer e o objeto desconhecido, como uma parte do real a ser investigado, destacamos que a pesquisa tem como função confrontar o real no seu particular e do particular que se chega à totalidade. Assim, é do nosso objeto de pesquisa recortado na sua particularidade e investigado em suas peculiaridades que podemos chegar ao mais complexo, isto é, a totalidade da realidade, mesmo que esta sempre seja aproximada.

Para tanto, sob o método do materialismo dialético aventuramos em aproximar do objeto da pesquisa, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica, em que necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante é apreender a essência do objeto. Captar a realidade, deste modo, foi a difícil tarefa de conhecer e apreender o modo de ser, o cotidiano e as formas de enfrentamento dos obstáculos que vivenciam os entrevistados.

Reconhecer que os sujeitos históricos encarnam um processo social, expressam “visões de mundo”, emoções e experiências, implica redescobrir o cultural na dominação, como o homem do mundo subalterno se sente e considera sua subalternidade e, finalmente, como na tessitura das relações sociais mais amplas se constrói e reconstrói a identidade subalternizada e a representações da pobreza pelos que a vivem (YAZBEK, 2007, p. 74).

Para a construção das análises deste trabalho mostra-se fundamental ouvir para compreender, visto que a fala e as representações das classes subalternizadas são, em essência, “produto da posição que ocupam na estrutura social” (Idem, p. 74). Se aproximar desta realidade, a partir da construção social de cada um destes indivíduos e conhecer o ser social em sua individualidade e sociabilidade, foi a contribuição ímpar do processo de construção desta pesquisa.

Penetrar, ainda que introdutoriamente, na trajetória das famílias, conhecer o universo em que vivem e aí situando a mediação de serem famílias assistidas pela política de assistência social,

não é uma questão simples. Supõe ao contrário, “uma longa e penosa trajetória em que vão sendo constatadas novas e múltiplas faces de uma pobreza material e moral que buscamos compreender na teia constitutiva das relações sociais que caracterizam a sociedade brasileira contemporânea” (Idem, p. 66). Para isso, procuramos resgatar informações que dizem respeito a uma parcela da sociedade que não encontra espaço, para falar o que pensam sobre determinadas políticas, o que desejam, suas experiências, expectativas e anseios.

Como já assinalado, a pesquisa de campo deste trabalho é formada pela fala dos sujeitos. A metodologia adotada para realização da coleta deste material foi fundamentada nas trajetórias, pois esta modalidade de pesquisa nos coloca frente à visão dos próprios usuários. Deste modo, “as trajetórias são entendidas aqui como percursos” e envolvem, essencialmente, as trajetórias das famílias, e de cada membro que as compõem, na política de assistência social, configurando uma análise da família como um todo (DOMINGUES JÚNIOR, 2010).

As entrevistas foram realizadas nas residências das famílias selecionadas para participarem da pesquisa, a princípio tivemos um primeiro contato a fim de apresentar a proposta de estudo e verificar se estas famílias estariam dispostas a contribuir com este trabalho. A partir daí agendamos dias e horários em que as mesmas teriam disponibilidade, pois as entrevistas foram de longa duração, e relacionaram a assuntos pertinentes ao acesso e permanência dos indivíduos na política de assistência social⁴⁰. Ressaltamos que foi possível estabelecer com os entrevistados um vínculo de confiança sobre a presente pesquisa, o que nos permitiu um diálogo livre, espontâneo e ao mesmo tempo, reservado. Fizemos o uso de gravações e anotações para evitar a perda de informações.

Ainda sobre a parte metodológica, usamos como um “guia” o roteiro (ANEXO 1) composto de questões semiestruturadas, que foi o instrumento norteador da conversa. Este instrumento foi construído com perguntas abertas e amplas que foram importantes para introduzir os assuntos e provocar a fala dos sujeitos, ao mesmo tempo em que os deixava a vontade para responderem conforme suas necessidades e interesses.

⁴⁰ Cabe destacar que levamos em consideração para a análise das trajetórias as ações designadas de Assistência Social desenvolvida pela filantropia, por meio de ações pontuais, assistencialistas e de caráter voluntário, antes dela receber o status de política pública pela Constituição Federal de 1988, conforme expulsemos o seu histórico ao longo do presente trabalho. Por este motivo, no decorrer das análises, observaremos sujeitos que se inseriram na assistência social desde a infância, já que foram assistidos por ações emergentes e continuam até os dias de hoje passando por necessidades sociais que os levam a permanecer nos atendimentos públicos e privados (benemerência privada) da política de assistência social.

Deste modo, como apresentamos na introdução desta dissertação, na pesquisa de campo foram entrevistados 14 (catorze) sujeitos que compunham um total de 8 (oito) famílias⁴¹. As entrevistas foram realizadas durante os meses de outubro a dezembro de 2014. Para a seleção das famílias, a priori, foi disponibilizado pelo gestor municipal do PBF, uma listagem proveniente do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com a localização territorial das famílias em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda percapita de até R\$77,00.

Consequente, após selecionar os locais de maior concentração destas famílias no território, a pesquisa de campo contou com o auxílio da assistente social do CRAS e responsável pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), a qual contribuiu com o processo de escolha das famílias que participariam das entrevistas. Neste momento, levou-se em consideração o fato das famílias estarem sendo assistidas pelos serviços do CRAS (ANEXO 3), além disso, a heterogeneidade familiar, isto para obter diferentes formações familiares que vivenciam uma mesma condição, a de serem assistidas pela política de assistência social e ainda procuramos famílias que não possuíam vínculos afetivos, como de amizade e parentesco.

Cabe ressaltar ainda que os cadastros que obtivemos acesso no processo de seleção das famílias estavam no nome das mulheres, como responsável pelo núcleo familiar. Desta maneira, nossa referência para uma aproximação ao núcleo familiar e, consequente, para a realização das entrevistas, foi com as mulheres que compunham as famílias pesquisadas. Isto só não ocorreu em uma entrevista em que o usuário é do sexo masculino e vive sozinho. Para tanto, podemos deduzir como vimos anteriormente, que apesar da legislação vigente apontar para matricialidade sociofamiliar, ainda existe uma tendência de que as intervenções estatais sejam direcionadas à família, mas com centralidade na figura da mulher.

Neste capítulo os subalternos falam e para trazer estas falas organizamos da seguinte forma: primeiramente apresentamos o município de Lima Duarte, visto que o território, seu histórico e suas características influenciam na forma em que vivem os sujeitos sociais. Entendemos

⁴¹ A critério de esclarecimento, em relação ao número de usuários entrevistados, cabe informar que a nossa pretensão não foi a de realizar uma pesquisa de cunho quantitativo, e sim analisar as trajetórias dos usuários na política de assistência social, a partir do contato direto com estes sujeitos assistidos pelo CRAS do município de Lima Duarte. Dessa forma, procuramos por meio do contato com os sujeitos conhecer seu cotidiano, seus anseios, seus sonhos, dificuldades, dar vez e voz para a classe subalterna compartilharem outra face de suas experiências de vida. Juntamente com este fato, temos que ressaltar a questão do tempo para finalizar o Mestrado em Serviço Social, uma vez que este que já se prolongou para além do que planejamos.

ainda que o território é o espaço da diversidade de interesses, disputas, conflitos, mas também oportunidades, inovação e solidariedade. Em seguida apresentamos brevemente o perfil das famílias selecionadas e as suas trajetórias ao procurarem a política de assistência social para atendimento de suas demandas.

3.1. Histórico do local onde se gesta a política de assistência social: conhecendo o território em que vivem os sujeitos pesquisados

A presente pesquisa tem como campo/local de investigação o município de Lima Duarte (MG). O povoado de Lima Duarte é um dos mais antigos do Estado de Minas Gerais, existem referências que datam desde 1692. O município foi criado com a denominação de Nossa Senhora das Dores do Rio do Peixe, pela lei providencial número 991, de 27 de junho de 1859.

A Lei Provincial Mineira 2.804 de 3 de outubro de 1881, criou o Município de Rio do Peixe, hoje denominado Lima Duarte. Esta denominação Lima Duarte ocorreu em homenagem ao Dr. José Rodrigues de Lima Duarte, político de Barbacena, que na época era Ministro da Marinha e Senador do Império.

A inserção regional de Lima Duarte é na mesorregião da zona da mata, mais precisamente na divisa da Zona da Mata com o Sul de Minas, nas conclusões da Serra da Mantiqueira. No âmbito da Zona da Mata localiza-se na microrregião de Juiz de Fora. Tem uma área de 849,1 km² que compreendem as Serra de Ibitipoca, Serra de Lima Duarte e Serra Negra.

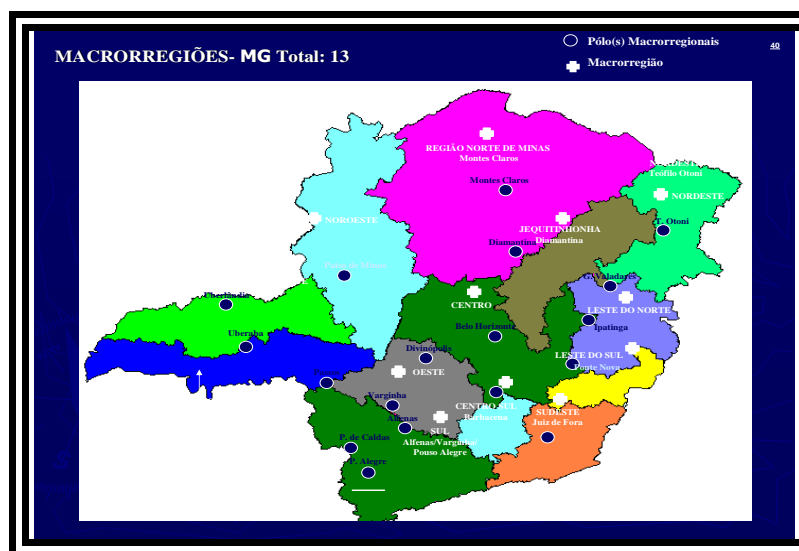
Ilustração 01 – Mapa de Localização da Cidade de Lima Duarte



Fonte: <http://www.limaduarte.com>

O município é constituído por quatro distritos: Distrito-Sede, Conceição de Ibitipoca, São José dos Lopes e São Domingos da Bocaina. E dos seguintes povoados: Orvalho, Manejo, Pirapetinga, Mogol, Rancharia, Monte Verde, Palmital, Souza, Retiro do Meio, Pinheiros, Perobas, Capitães, Capoeirão, Várzea do Brumado e Laranjeiras (CÂMARA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE, 2013).

Ilustração 02 – Macrorregiões



Fonte: <http://www.limaduarte.com>

A cidade de Lima Duarte possui uma população estimada de 16.786 habitantes (IBGE, 2014), sendo considerado um município de pequeno porte I⁴². A população é predominantemente rural e a principal atividade econômica é a agropecuária, porém atualmente o turismo tem tido papel relevante, devido as montanhas, cachoeiras, grutas, monumentos históricos presente no município.

Antes de conhecermos os indicadores sociais e a política de assistência social em Lima Duarte, vamos apresentar brevemente o histórico da Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP). Esta apresentação é necessária visto que, como verificaremos na pesquisa, a referida organização esta presente nas trajetórias dos sujeitos assistidos pela política de assistência social, através das ações que fundamentam a prática social dessa organização.

⁴² Segundo o IBGE são considerados municípios de pequeno porte I aqueles com população até vinte mil habitantes. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>.

3.1.1. A Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP)⁴³

A Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP) no Brasil é uma organização e um movimento católico internacional, fundada em Paris (França), no ano de 1833, por Antônio Frederico Ozanam e alguns companheiros. Tem como objetivo “esforçar, sob o influxo da justiça e da caridade, aliviar os sofrimentos do próximo, mediante o trabalho coordenado de seus membros (...). De caráter católico, está aberta a quantos desejam viver sua fé no amor e no serviço a seus irmãos”.

Conforme os documentos que obtivemos acesso, a coordenação do trabalho vicentino depende da organização de: grupos, chamados de Conferências. Essas Conferências são unidas entre si por meio de Conselhos Particulares, de âmbito local, que são vinculados a Conselhos Centrais. Na sequência hierárquica há os Conselhos Metropolitanos, de âmbito regional. Em nível nacional existe o Conselho Nacional do Brasil, com sede no Rio de Janeiro (RJ). Coordenando o trabalho em todo mundo está o Conselho Geral Internacional, em Paris, na França. Atualmente a SSVP está presente em 135 (cento e trinta e cinco) países, com um número aproximado de 500 mil membros.

A finalidade principal dessa organização é “promover a santificação de seus membros por meio da prática da caridade (...) prestar serviços aos que estiverem em dificuldades e levá-los a Deus sempre que possível”.

Em relação às Conferências Vicentinas, nos relatórios especificam que elas são formadas por um grupo de pessoas, de no máximo 15 (quinze) membros, reunindo-se uma vez por semana. Nesta reunião é realizado, “orações e repassada às notícias das sindicâncias (visitas feitas às famílias que pedem ajuda) e o relatório daquelas que foram socorridas”. Os chamados Conselhos Particulares são instituídos em determinadas áreas (bairros, vilas, povoados), sua principal atividade é de orientar e dar apoio as Conferências.

Em Lima Duarte a SSVP surgiu no intuito de dar abrigo a idosos que eram atendidos, primeiramente pela Conferência Nossa Senhora das Dores, fundada em 1903. Assim, um grupo de vicentinos planejou construir um espaço físico permanente para abrigar essas pessoas.

⁴³ Estas informações foram disponibilizadas pelos responsáveis do Conselho Central de Lima Duarte (SSVP), por meio dos relatórios elaborados pelos membros desse Conselho.

De acordo com os documentos, levando em consideração número elevado de pessoas com necessidades sociais básicas que havia no município e na região, os vicentinos viram-se “obrigados a redobrar suas atividades filantrópicas, tanto em organização como em serviços e, tendo em vista que dificilmente poder-se-ia prestar assistência a muitos necessitados doentes e idosos, em suas próprias residências”.

No município de Lima Duarte, conforme apontado tornou-se necessário à construção de um Asilo permanente, criado em 1938, e para coordenar e dirigir todos os trabalhos da SSVP a Conferência Nossa Senhora das Dores assumiu a personalidade jurídica, administrando todo o Patrimônio que a Entidade havia formado. Para coordenar o movimento das Conferências, em 09/05/1946, foi criado o Conselho Particular de Lima Duarte e da SSVP. Cabe destacar que o Conselho Metropolitano de Juiz de Fora da SSVP, é o órgão de direção e responsável pelo Movimento Vicentino em Lima Duarte e na região.

Após conhecer o histórico da SSVP e o fundamento que perpassa as ações dessa organização, vamos apresentar no próximo item os indicadores sociais e a configuração da política de assistência social no município pesquisado.

3.1.2. Os indicadores sociais e a política municipal de assistência social

Para atender o objetivo desse eixo, vamos apresentar alguns dados que possibilitam uma aproximação com a realidade social do Estado de Minas Gerais, esta análise é importante para compreendermos a situação do Estado o qual o município estudado pertence e, também, apontaremos os indicadores sociais de Lima Duarte (MG). Posteriormente, a reflexão será sobre a implementação da política de assistência social no âmbito do município.

Diversos sistemas de indicadores sociais foram e estão sendo desenvolvidos. Um indicador internacionalmente utilizado, que busca agregar outras dimensões além da renda, é o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que integra educação, longevidade e renda. No Brasil diversos municípios formularam adaptações e novos índices sociais para expressar o grau de desenvolvimento social e econômico de seus cidadãos.

Os municípios mineiros apresentam acentuadas divergências nos aspectos social, cultural, econômico e ambiental em regiões aparentemente homogêneas, em que há municípios de mesmo

porte, porém, com características diferenciadas. Estas características podem ser observadas por um conjunto de indicadores, desde os mais simples até os mais complexos que medem a qualidade de vida, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M).

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2013), o IDH-M de Lima Duarte é 0,710, sendo o ano de referência da análise 2010. O município está situado na faixa de desenvolvimento humano médio (IDHM entre 0,700 e 0,799), estando abaixo da média estadual que é de 0,731, ressalta-se que o IDH registrado em Minas Gerais está acima do índice geral do Brasil que é de 0,727. Porém, o IDH-M é um índice utilizado frequentemente para retratar o desenvolvimento humano, mas não contempla diretamente outras dimensões do desenvolvimento humano, como por exemplo, o grau de escolaridade da população adulta, sendo esta uma defasagem do índice, pois não abarca elementos capazes de garantir o acesso de um maior número de pessoas aos serviços públicos, inclusive os educativos, fato que contribui com a inserção precária no mercado de trabalho.

Para a presente pesquisa é necessário uma reflexão dos indicadores sociais do Estado de Minas Gerais e de Lima Duarte (MG), a fim de se aproximar e compreender a realidade social a ser problematizada. O Plano Brasil Sem Miséria foi lançado com o desafio de superar a extrema pobreza no país. O público definido como prioritário foi o dos brasileiros que, a despeito dos avanços sociais e econômicos do país nos últimos anos, continuavam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$ 77,00 por pessoa.

No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) ⁴⁴ utiliza as informações do Cadastro Único. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo *per capita*, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

Segundo o Boletim do MDS, o Estado de Minas Gerais, de acordo com os registros de dezembro de 2014 do Cadastro Único e com a folha de pagamento de janeiro de 2015 do Programa Bolsa Família, o estado tem: 2.932.673 famílias registradas no Cadastro Único, em 853 municípios e 1.139.962 famílias beneficiárias do Bolsa Família (19,85% da população do estado).

⁴⁴ Ressaltamos que todos os dados apresentados são provenientes de informações disponibilizadas pelo Governo Federal, através do boletim do MDS, disponíveis em: www.brasilsemmiseria.gov.br/estado e www.brasilsemmiseria.gov.br/municipio.

De junho de 2011 a novembro de 2014, o total de famílias em situação de extrema pobreza inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais e incluídas no Programa Bolsa Família foi de 104.543 famílias em todo o estado. Atualmente, todas as famílias que entram no programa superam a situação de extrema pobreza do ponto de vista da renda. Desde o lançamento do Brasil Sem Miséria, 1.391.286 pessoas saíram da extrema pobreza no estado, sendo:

Após reajustes do Brasil sem Miséria no Programa Bolsa Família (jun/2011)	173.473
Após o benefício Brasil Carinhoso 0-6 anos (jun/2012)	573.400
Após o benefício Brasil Carinhoso 7-15 anos (dez/2012)	483.155
Com o fechamento do hiato para todas as famílias (mar/2013)	161.258
TOTAL (desde jun/2011)	1.391.286

Mas ainda existem famílias extremamente pobres que não foram encontradas para inserção no Cadastro, o que impossibilita seu acesso a uma série de programas, entre eles o Bolsa Família, daí a necessidade de ações integradas de Busca Ativa. O papel do Estado nas rotinas de Busca Ativa e cadastramento consiste principalmente no apoio e estímulo aos municípios para a manutenção da boa cobertura e da qualidade das informações registradas no Cadastro Único.

Ainda de acordo com o Boletim, para fazer frente a um desafio com o tamanho e a abrangência territorial do Brasil Sem Miséria, focado no público mais vulnerável do país, foi necessário que o Plano tivesse como referência uma rede com as mesmas características: a rede do SUAS. Apontam que o sucesso do Brasil Sem Miséria requer o bom funcionamento do SUAS e uma atuação integrada entre as secretarias estadual e municipais de assistência social e as secretarias de trabalho, educação, saúde e outras que estejam envolvidas no Plano.

O fortalecimento da agenda da assistência social, em especial no que diz respeito à estruturação do SUAS, passa pelo reforço no seu financiamento. É por isso que o MDS disponibiliza recursos para a ampliação da rede e a qualificação de seus serviços. Em janeiro de 2015 o Estado tinha em seu território:

- 1.050 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) cofinanciados pelo MDS;

- 241 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) cofinanciados pelo MDS;
- 31 Centros de Referência Especializados de Assistência Social para População em Situação de Rua (Centros POP) cofinanciados pelo MDS;
- 2.175 vagas em Serviços de Acolhimento para População em Situação de Rua cofinanciadas pelo MDS.

De acordo com o Censo SUAS 2012, 39 municípios do estado ainda não têm CRAS. A partir deste panorama do Estado de Minas, consultamos o Boletim do MDS afim de caracterizar o município de Lima Duarte (MG), local de execução da pesquisa e território dos sujeitos da pesquisa.

Deste modo, de junho de 2011 a novembro de 2014, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 72 famílias que estavam em situação de extrema pobreza. Segundo o referido Boletim, todas as famílias que entram no programa superam a miséria.

Ainda de acordo com o Boletim do MDS, os registros de dezembro de 2014 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de janeiro de 2015 do Programa Bolsa Família, Lima Duarte (MG) conta com 2.859 famílias registradas no Cadastro Único e 982 famílias beneficiárias do Programa, o que representa 21,28 % da população do município.

Em janeiro de 2015, o município tinha 982 famílias no Programa Bolsa Família. Isso representa 73,89 % do total estimado de famílias do município com perfil de renda do programa (cobertura de 73,89 %). Foram transferidos R\$ 134.968,00 às famílias beneficiárias do Programa em janeiro de 2015. De junho de 2011 (início do Plano Brasil Sem Miséria) a janeiro de 2015, houve diminuição de 20,29 % no total de famílias beneficiárias.

No que diz respeito às condicionalidades do Programa Bolsa Família no município, 98,03 % das crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família têm acompanhamento de frequência escolar. A média nacional é de 92,03 %. Na área da saúde, o acompanhamento chega a 83,86 % das famílias com perfil, ou seja, aquelas com crianças de até 7 anos e/ou com gestantes. A média nacional é de 73,44 %, verifica-se, assim, que o município está acima da média.

No entanto, deve-se considerar que ao se permitir o acesso diferenciado do beneficiário a partir do quesito renda, o Programa, trabalha com a ideia de ter acesso ao benefício não por direito de cidadania, mas pela distinção de que um indivíduo será escolhido porque é no mínimo mais pobre do que o outro. Desse modo, ao trabalhar com medidas de focalização e condicionalidades, o

Programa acaba por não considerar noções de direito, cidadania e universalidade que uma política pública deve ter.

Nessa perspectiva, o problema dos Programas de Transferência de Renda com Condiionalidades, como é o caso do Programa Bolsa Família, é a falta de referência a direitos a todos os indivíduos sem distinção. Isso ocorre pelo fato do acesso ao Programa não ser garantido de forma incondicional. Em outros termos, é fato que o Bolsa Família não assegura o acesso ao benefício a todos os indivíduos, já que existe uma limitação da quantidade de famílias a serem beneficiadas em cada município. A partir do momento em que a quota do município for preenchida, fica impossibilitada a inserção de novas famílias, mesmo que sejam extremamente “vulneráveis” e, portanto, tenham o direito a receber o benefício.

De maneira geral em Lima Duarte, no ano de 2014, a soma de recursos transferidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) e pelo Bolsa Família (R\$ 5.496.235,44) representa 61,44 % do valor transferido pelo Fundo de Participação dos Municípios - FPM (R\$ 8.945.555,60).

De 2004 a 2014, a soma de recursos transferidos pelo Programa Bolsa Família teve aumento de 1.562,00 %. O que além de dar condição as famílias de acessarem os bens necessários a sua reprodução social, reflete no fluxo de renda do comércio local, o que contribui com a circulação financeira local e em menor escala gera espaço ocupacional de trabalho formal.

Em relação ao repasse de recurso da assistência social, transferência fundo a fundo, o total de recurso transferido para o município em 2014 foi o seguinte: IGD PBF R\$ 17.586,33; IGD SUAS R\$ 39.458,33; Proteção Social Básica R\$ 163.583,10 e Proteção Social Especial R\$ 28.666,07.

A gestão da política de assistência social no município é realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) que foi criada em 1997. Sendo ainda responsável pela coordenação da política municipal de assistência social. Desde 2005, Lima Duarte iniciou a implantação do SUAS, e está habilitado no nível de Gestão Básica. Ou seja, a responsabilidade do município é prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

A SMAS está vinculada a três Conselhos Municipais: o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS). Através desses conselhos busca-se garantir o espaço de participação efetiva dos representantes da sociedade civil organizada e governamental no controle social das referidas políticas públicas. Os Conselhos têm acompanhado a

implantação dos direitos socioassistenciais por meio da discussão e deliberação de propostas de ações voltadas à política municipal de assistência social e à política municipal dos direitos da criança e do adolescente. A SMAS também é vinculada ao Conselho Tutelar, oferecendo o suporte administrativo e técnico para o seu funcionamento, e ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que inclusive compartilha o mesmo espaço físico com esse equipamento público.

Em 2005, foi realizada a I Conferência Municipal de Assistência Social, que deliberou a implantação do CRAS como uma das metas prioritárias para o município. Em junho de 2007, realizou-se a II Conferência Municipal de Assistência Social que contou com ampla participação das principais lideranças locais, nessa Conferência, uma das principais metas foi a construção da sede própria para o CRAS. Sendo que a III, IV e V Conferências, foram realizadas respectivamente em 2009, 2011 e 2013.

O CRAS e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) foram criados pela Lei Municipal nº 1.340 de 05 de dezembro de 2006. Essa lei dispõe sobre as diretrizes e normas do CRAS e do PAIF, sendo que a efetiva implantação desse equipamento público e do programa foi concretizada em fevereiro de 2007. Em dezembro de 2009, foi inaugurada a sede própria do CRAS por meio de Convênio estabelecido com a Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social (SEDESE).

A celebração de Convênio estabelecida com o Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da SEDESE, em 2007, contemplou a Prefeitura de Lima Duarte com recurso para a construção do CRAS. A sede própria do CRAS está situada no centro da cidade, próximo dos territórios de vulnerabilidade social e da rede de serviços, facilitando o acesso da população urbana e rural.

Como já afirmado no decorrer deste estudo, segundo a PNAS (2004), o CRAS tem como princípio norteador a proteção social básica, operando por meio da atenção à família, seus membros e indivíduos em situação de “vulnerabilidade social” decorrentes da pobreza, ausência de renda, difícil acesso aos serviços públicos e/ou fragilização do convívio familiar.

Ao partir do entendimento de que o enfoque sobre vulnerabilidade social “está em pleno processo de construção teórica” (BUSSO, 2001, p.12), apontamentos acerca dessa categoria torna-se necessário devido a sua representação e importância nas determinações legais, principalmente da política de assistência social. Desde já, é importante salientar que este trabalho assume um posicionamento crítico em relação a esta categoria, visto que ela é restrita e sem um significado que realmente de conta de explicar a totalidade da situação social que se encontram os sujeitos

atendidos pela assistência social. Cabe apontar que tal categoria tem como fundamento uma visão que retira a questão do cerne da relação de classe, e trata das necessidades do sujeito como problema individual, com elementos que naturalizam a pobreza.

Na PNAS (2004) é possível identificar também a categoria risco social⁴⁵. Nesta perspectiva, enquanto por vulnerabilidade entende-se o conjunto de fatores que dispõe as famílias ao risco, por sua vez, o risco é quando o vínculo foi rompido, o direito violado. Pode-se assegurar que o risco social envolve uma situação mais grave que a vulnerabilidade e envolve o rompimento de direitos⁴⁶.

Sobre a categoria vulnerabilidade social é necessário ressaltar ainda que ela limita-se a uma análise sobre a aparência dos fenômenos, não discutindo apropriadamente a essência de sua produção. Na tentativa de se referir a grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seu direito à cidadania, a compreensão se dá em torno das fragilidades sociais como problemas individuais, o que nega a dimensão do conflito capital x trabalho e sua característica de ser decorrência ou expressão da questão social.

Segundo Arregui e Wanderley (2009) tal categoria tem como problemática a sua identificação com pobreza, não correlacionando-a com as desigualdades sociais e a má distribuição de renda, como ocorre no Brasil. Este fato retira o debate do âmbito das relações sociais específicas do modo de produção capitalista, tornando-o conservador, a fim de culpabilizar o sujeito pela sua situação de vida, e ainda, torna individuais demandas sociais que deveriam ser assumidas na esfera Estatal.

Na PNAS (2004) consta ainda que a família referenciada é alvo de metodologia que potencializa o fortalecimento do seu convívio, do desenvolvimento da sua qualidade de vida, da comunidade e no território onde vive, prevenindo situação de risco. Para tanto, procuramos conhecer as famílias referenciadas, no intuito de atender o objeto de estudo delimitado nesta dissertação. Precisamos dar voz e espaço para os usuários da política de assistência social e suas

⁴⁵ Como já assinalamos, de acordo com a PNAS (2004, p. 37) a proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. Estes serviços devem ser realizados pelos Centros de Referência Especial em Assistência Social (CREAS).

⁴⁶ O debate sobre essas categorias são provenientes da Escola Francesa, que é tributária do pensamento do seu fundador, E. Durkheim (IAMAMOTO, 2008).

famílias, visto que são pessoas que compõem a imensa maioria da população brasileira e que participam da produção social, sem serem beneficiadas pela riqueza por ela gerada.

A pesquisa da visibilidade aos sujeitos sociais que residem em lugares inabitáveis, ou melhor, em lugares onde o acesso as políticas sociais e aos bens sociais de maneira geral, são extremamente restritos e precários. Cabe lembrar que são espaços da sociedade contemporânea, que estruturada sob a ordem do capital, exige, de uma forma ou de outra, atitudes políticas, assumidas ou não, indo muito além de meras conclusões científicas comprometidas com a naturalização da propriedade privada ou, no máximo, com certo tipo de crítica resignada. Os incentivos, os recursos e as prioridades são cada vez mais determinados por interesses privados. Contrariar e se confrontar “às forças que aceitam ou reforçam as investidas do capital e a mercantilização das relações sociais” (CFESS, 2011, p. 1) é tarefa necessária para a consolidação da democracia e da liberdade.

Como a realidade está em constante transformação, aproximamos ao máximo dela, realizando a investigação e a análise apoiada na perspectiva crítica dialética. Partimos do princípio de que o conhecimento é aproximativo, visto que a realidade, em que está inserido o objeto do presente estudo, é dinâmica. Entende-se que esse conhecimento existe apenas porque existem sujeito e objeto, e segundo Marx (2004), existe uma interação dialética entre sujeito e objeto. Assim, a partir do próximo item, apresentaremos nossas análises acerca do objeto de pesquisa.

3.2. Perfil das famílias selecionadas para a pesquisa

Neste item o objetivo é conhecer o perfil dos sujeitos pesquisados, para analisarmos os elementos da vida social que contribuíram para a inserção destas famílias na política de assistência social, mais especificamente, a condição avaliada pelos sujeitos que os levaram a se tornarem usuários desta política.

Cabe destacar que as entrevistas nos ajudaram a tomar ciência da realidade destes sujeitos, marcada pela destituição e subalternidade em que as diferenças, as singularidades, as situações cotidianas, revelam fragmentos de um lugar social (YAZBEK, 2007).

Com efeito, o que há de semelhante entre as condições de vida destes sujeitos sociais é a experiência da pobreza, identidade construídas na carência (Idem). Para tanto, a seguir por meio de um quadro, apresentamos um breve perfil das famílias pesquisadas, levando em consideração as informações pessoais e os elementos que irão colaborar com o entendimento sobre suas trajetórias na política de assistência social.

INFORMAÇÕES PESSOAIS ⁴⁷							POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (A.S)			
Nome e Idade	Ano de nascimento	Origem (Zona)	Naturalidade	Escolaridade	Estado Civil	Composição Familiar	Tempo na A.S	Concepção de A.S	Atuais demandas na A.S	Acesso a A.S
Maria ⁴⁸ 39 anos	1976	Rural	Lima Duarte	Analfabeta	Divorciada	4 filhos	Desde a infância	Caridade	Benefício bolsa família, Reforma da casa, auxílio aluguel, cesta básica e pagamento de conta de luz.	Demand a espontânea
Joana 48 anos	1966	Rural	Lima Duarte	6ª série – ensino fundamental	Solteira	1 neta 1 sobrinha	2002	Favor e ajuda	Benefício bolsa família, Cesta básica, vale transporte, material de construção, orientações.	Demand a espontânea
Daiane 45 anos	1970	Rural	Lima Duarte	4ª série – Ensino Fundamental	Solteira	5 filhos	Desde a infância	Ajuda	Benefício bolsa família e materiais de construção.	Poder judiciário
Solange 38 anos	1977	Urbana	Juiz de Fora	4ª série – Ensino Fundamental	Divorciada	4 filhos	Desde a infância	Direito	Benefício bolsa família e projetos.	Demand a espontânea

⁴⁷ Para a organização destas informações, tomamos como modelo o quadro disponível na obra de: MOLJO, C.B. Mujeres en la sobrevivencia: construyendo con el trabajo social. Rosario, Argentina: Ed. Universidad Nacional de Rosario, 2001.

⁴⁸ Nesta dissertação adotamos pseudônimos para todos os participantes da pesquisa, visto que alguns deles solicitaram que não fossem identificados.

										ea
Jane 23 anos	1991	Rural	Lima Duarte	8ª série – Ensino Fundamental	União estável	Companhe iro 2 filhos	2008	Direito	Benefício bolsa família e projetos.	Demand a espontân ea
Luiz 58 anos	1957	Urbana	Lima Duarte	3ª série – Ensino Fundamental	Solteiro	Sozinho	2010	Ajuda e Caridade.	Benefício bolsa família, auxílio aluguel e orientações.	Demand a espontân ea
Rafaela 47 anos	1968	Rural	Olaria	Analfabeta	União estável	Companhe iro 2 filhos	2002	Favor	Benefício bolsa família e material de construção.	Profissio nais da saúde
Raimund a 36 anos	1978	Urbana	Juiz de Fora	1ª série – Ensino Fundamental	União estável	Companhe iro 4 filhos Seu Pai	Desde a infância	Favor e caridade	Benefício bolsa família e uma casa popular.	Demand a espontân ea

Após conhecer nossos entrevistados, destacamos que não temos a intenção de traçar um perfil do usuário com a finalidade de estabelecer um modelo de características afins. Até mesmo porque não seria possível visto a heterogeneidade, as particularidades e ainda as histórias de vida de cada um. Todavia, podemos trazer para o debate um determinante comum que perpassa o universo dos usuários da política de assistência social e que marca a condição desses sujeitos, o fato de comporem uma mesma classe: a classe subalterna. Assim, esta abordagem é necessária para uma aproximação ao universo dos sujeitos sociais da pesquisa, a fim de compreender os limites, as fragilidades e a força dos subalternos como característicos de sua própria condição de classe. Em nível introdutório, será importante penetrar neste mundo, constatando novas e múltiplas faces da situação de subalternidade dos usuários dos serviços sociais públicos.

Em um movimento de totalidade, procuramos reaver o debate das classes subalternas, a partir da inédita formulação gramsciana. Além do resgate conceitual, apontamos alguns elementos como subsídios à discussão das formas de subalternidade presente na realidade contemporânea e as possibilidades de fortalecimento das lutas de tal classe, principalmente, em períodos de grande desmobilização da participação popular.

De acordo com Gramsci (2002, p. 131), “para uma elite social, os elementos dos grupos subalternos têm sempre algo bárbaro ou patológico”. A classe subalterna não conhece a sua trajetória histórica e também não sabem como se construíram as forças hegemônicas que sedimentam ao longo dos anos o bloco histórico.

Os esforços dos subalternizados partiram especialmente de duas observações fundamentais, sendo a primeira "a história dos grupos subalternos é necessariamente desagregada e episódica" (Idem, p.135). Podemos dizer que nesse momento se insere um movimento de tensão, ao passo que a noção de subalterno em Gramsci se desloca para âmbitos mais concretos do que uma percepção imediata. E a segunda observação,

na atividade histórica destes grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso (Idem, p. 135).

A burguesia subordinou as classes através de seu domínio histórico, ideológico e coercitivo, e detém todos os monopólios sobre a vida social, seja no campo econômico com acumulação do capital e exploração do trabalho. No político no qual garante e legitima os seus

interesses, bem como consenso, a subordinação intelectual, cultural e moral, que implica na regulação da conduta da vida humana.

Segundo Gramsci (2002, p. 135) “os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação”. Verificamos em seu processo histórico, que na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta.

As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar “Estado”: sua história, portanto, está entrelaçada à sociedade civil, é uma função “desagregada” e descontínua da história da sociedade civil e, por este caminho, da história dos Estados ou grupos de Estados (Idem, p. 139-140).

O autor sugere, no estudo das classes subalternas, a observação de uma série de mediações, tais como suas relações com o “desenvolvimento das transformações econômicas”; sua “adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes”; as lutas travadas a fim de “influir sobre os programas dessas formações para impor reivindicações próprias”; a formação de “novos partidos dos grupos dominantes, para manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos”; a caracterização das reivindicações dos grupos subalternos e “as formas que afirmam a autonomia” (Idem, p. 140). Estas indicações, não têm por proposição um programa de estudos historiográfico, mas remetem à complexidade do pensamento gramsciano, em que as reflexões sobre a subalternidade aparecem dialeticamente interligadas com o Estado, a sociedade civil e a hegemonia.

Em suma, Gramsci (2002) aponta que a história dos grupos subalternos implica no desenvolvimento da história dos partidos, e de seu lugar no campo de disputa da sociedade civil. É através das funções de partido que esses grupos entram na disputa pela hegemonia, ou seja, é através dos seus partidos que podem se tornar Estado.

As classes subalternas podem compor um novo Estado, uma nova totalidade, precisamente a partir do momento em que negam a subalternidade e se emancipam. Destaca-se que o empenho do Estado e da classe dominante é submeter a autonomia e bloquear o eventual desenvolvimento do “espírito de cisão”, caminho para a negação da subalternidade, constituindo a hegemonia (Idem).

Vale apontar que a história da classe subalterna e a história da classe dirigente surgem como resultado da caracterização da relação de ambas com o Estado e entre si, ou seja, por meio da política. Esse critério permitiu Gramsci (2002) propor o componente histórico da hegemonia, isto é,

as origens do desregramento e da descontinuidade da história das classes subalternas, bem como do regramento e continuidade da história das classes dominantes.

Para complementar este debate é importante apresentar a interpretação da classe subalterna, a partir da visão de Yazbek (2007), que colabora com tal estudo e faz a reflexão desta classe a partir do seu acesso aos serviços socioassistenciais. Cabe lembrar que a autora também tem como respaldo teórico a formulação de Gramsci.

Yazbek (2007) tendo como objetivo estudar e analisar a pobreza brasileira, por meio da interlocução com a Assistência Social e seu significado na construção da identidade das classes subalternas, afirma que a categoria subalternidade foi escolhida para designar as classes em que se inserem os usuários das políticas sociais. Esta categoria diz respeito a falta de poder de mando, de poder de decisão, de poder de criação e de direção.

A subalternidade é uma concepção ampla na qual tanto inclui os trabalhadores, em que o trabalho não é suficiente para garantir seu próprio sustento e o de sua família, como os desempregados e demais grupos que não tem condições de obter meios para subsistência (Idem).

Temos aí uma imensa parcela da população, com grande diversidade de características e interesses, que vivem imersa na *esfera da necessidade*, esfera marcada pela pertinência às classes subalternas e que transforma a vida cotidiana, sobretudo, na luta pela sobrevivência (Idem, p. 70).

Ao reconhecer que os sujeitos históricos passam por um processo social, os quais expressam visões de mundo, sentimentos, emoções, conformismo, rebeldia e experiências, sugere redescobrir o cultural na dominação. Isto é, como o sujeito social do universo subalterno sente e considera sua situação de classe e, por fim, como na organização das relações sociais se estrutura e reestrutura a identidade subalternizada e as representações da pobreza pelos que a vivem (Idem).

Após este debate, devemos apontar que o momento atual evidencia uma fragilização das famílias que compõem a classe subalterna, isto no que diz respeito à sua estrutura, condições de vida e sobrevivência e no acesso aos bens sociais necessários a reprodução social.

Desde já apontamos que o desafio na construção de metodologias para o atendimento deste público é o de recolocar o cidadão e sua família não mais como objeto da intervenção social, mas sim como sujeito ativo e protagonista desta ação, com voz, vez e decisões sobre os encaminhamentos de suas próprias demandas, como ainda na implementação de estratégias e meios de exercício de cidadania (YAZBEK et al, 2013).

Para tanto, conhecer as famílias, as suas formas de resistência, conformação e as suas capacidades de enfrentarem as mazelas sociais que vivenciam, dá um sentido diferenciado sobre a política de assistência social.

Neste item analisaremos as trajetórias sociais das famílias assistidas pela política de assistência social, e por meio dos depoimentos recolhidos e organizados será possível a compreensão de realidades diversas. Destacamos que são universos sociais atingidos por acirradas expressões da questão social, a qual na cena contemporânea, regida pelo modo de produção capitalista em sua fase atual, mundializada e marcada pela financeirização da economia, impactam diretamente o modo de ser, viver e sobreviver da classe subalterna.

Os sujeitos que não tem o acesso aos bens sociais são frequentemente responsabilizados por sua situação, e como alternativa precisam mobilizar-se coletivamente e criar estratégias de enfrentamento a desigualdade, que em um país como o Brasil, fora edificada sob um sistema de injustiças e segregações sociais, jurídicas, políticas e econômicas. Deste modo, trabalhar as “condições de pobreza, na perspectiva de buscar o enfrentamento da questão social, pressupõe pensar que a população pobre deve ter protagonismo na construção do projeto de sociedade, e isso é extremamente revolucionário no Brasil” (Idem, p. 8). E é pensando nas estratégias de enfrentamento das expressões da questão social que atingem a classe subalterna, que vamos dar a vez para os assistidos pela política de assistência social contar suas trajetórias, expondo suas experiências de vida no contato com a referida política.

3.3. As trajetórias das famílias na política de assistência social

Para facilitar nossas análises, inicialmente estabelecemos uma comparação entre as diferentes famílias, observando as suas experiências no percurso pela política de assistência social. Nossa pesquisa foi realizada com a pessoa de referência do núcleo familiar estabelecido pelo CRAS, isto é, com as mulheres que compõe as famílias, e também, com seu conjugue, nos casos em que havia vínculos afetivos entre o casal, já que a maioria das famílias pesquisadas, em sua formação, contava apenas com as mulheres e seus filhos e/ou agregados. Além disso, estabelecemos que o filho ou agregado, acima de 15 anos e que tivessem participado de algum serviço, projeto e/ou programa no âmbito do CRAS (ANEXO 3), participariam da pesquisa, caso fosse do interesse dos mesmos, isto afim de compor o núcleo familiar como um todo e analisar a trajetória familiar.

Vamos iniciar as trajetórias pensando a vida das famílias antes e durante o percurso na assistência social, que ao longo dos anos passou e vem passando por modificações que impactam diretamente a vida de seus usuários. Como já afirmado, com base em Domingues Junior (2010), a partir das trajetórias, é possível compreender a situação do beneficiado e de sua família, antes, durante e depois da passagem pelos programas sociais. No entanto, desde já, cabe apontar que, no caso destas famílias que compõem a pesquisa, não teremos como qualificar o depois, ou seja, a passagem completa pela política, visto que são famílias que continuam sendo público alvo do trabalho desenvolvido pelo CRAS do município de Lima Duarte.

Cabe destacar que este fato já começa a nos responder algumas questões que motivaram a pesquisa, principalmente sobre os limites desta política, que sem se fortalecer com o sistema de proteção social como um todo, não tem possibilidade de por si só fazer com que seus usuários deixem de recorrer aos serviços, o que, como verificaremos nas trajetórias, se configura como uma dependência dos sujeitos a política de assistência social.

Portanto, com o objetivo de analisar as trajetórias das famílias usuárias da assistência social, abordando suas particularidades e, ao mesmo tempo, sua realidade social, o roteiro de perguntas (ANEXO 1) encaminhou algumas questões sobre as informações pessoais e familiares, e para compor as trajetórias foi encaminhado perguntas sobre a vida da família antes e durante as ações desenvolvidas pela política de assistência social. Este roteiro também incluiu questões chaves e específicas sobre o tema central da pesquisa: conhecer as experiências de vida na política de assistência social retratadas sob o olhar dos sujeitos sociais.

Desta forma, ordenamos as trajetórias sociais em três grupos:

- 1- Famílias que as trajetórias na assistência social iniciaram antes de 1985⁴⁹;
- 2- Famílias que as trajetórias na política de assistência social se iniciaram entre os anos 1985 a 2002;
- 3- Famílias que as trajetórias na política de assistência social iniciaram após anos 2002.

⁴⁹ Este recorte temporal se explica com base na estrutura da dissertação. Desta maneira, no primeiro e segundo capítulos tratamos de assuntos que colaboram para nos aproximarmos da trajetória histórica das políticas sociais, com destaque para assistência social e a luta dos sujeitos sociais. Logo, as trajetórias das famílias estão seguindo a mesma estrutura, para facilitar a realização das análises e atendermos ao objeto motivador da pesquisa.

1) Famílias que as trajetórias na assistência social iniciaram antes de 1985

Neste primeiro item, contamos com quatro casos: o de Maria, Daiane, Raimunda e Solange. Iniciando pela trajetória de Maria, nascida em 1976, natural de Lima Duarte, divorciada e mãe de 4 filhos.

Maria é analfabeta, lembra que não estudou porque precisava trabalhar para sobreviver e colaborar com sua família. Neste sentido, observamos que a adequação das ações dos indivíduos às suas condições de vida aponta para suas estratégias de sobrevivência.

“Eu trabalhava muito desde criança, meu pai colocava a gente para trabalhar e dá minha parte eu preferi ficar sem o estudo do que morrer de fome, né! Por que ele falava e ameaçava a gente, dizendo: - vocês escolhe ou estudo ou o trabalho, se vocês trabalha vai come, se estuda vai morre de fome! Então eu preferia trabalhar” (MARIA).

Durante sua infância, anos 1980, morava com seus pais e mais sete irmãos na zona rural do município de Lima Duarte, e todos trabalhavam em atividades no meio rural. Para Marchi (2013) o trabalho de crianças não é novidade histórica, sob seu ponto de vista o que ocorreu foi uma mudança na concepção sobre o que é “trabalho infantil”, estando esta mudança atrelada à própria concepção do que é ser criança. Neste sentido, se sempre tiveram crianças trabalhadoras, a ideia de “trabalho infantil” é bastante recente. As crianças das áreas rurais sempre participaram do trabalho agrícola das famílias e comunidades e as crianças pobres de áreas urbanas sempre foram induzidas a alguma forma de trabalho ou geração de renda.

Segundo Maria, ainda nesta época, sua família não recebia nenhum auxílio para os “ajudar” a suprir suas necessidades sociais básicas, mas quando vinham para cidade pediam “comida na rua”, já que passavam por muitas dificuldades, inclusive, a falta de alimentos. A primeira característica da assistência social, ainda nesta época em que não tinha o status de direito, é que suas ações se iniciam em “sistema relacionais comunitários (família, vizinhança, trabalho)”, sob o escopo da caridade, benemerência e da dádiva do favor (CASTEL, 1998 apud BOSCHETTI, 2003, p. 102).

Maria refere que seus pais sempre foram usuários de bebida alcoólica, o que fragilizava ainda mais a vida de sua família. De acordo com o site do Centro de Informação sobre álcool e

saúde⁵⁰, o consumo de álcool está ligado a diversas consequências para o indivíduo que o consome, além dos problemas com a saúde, os mais atingidos são aqueles que estão à sua volta. Uma das principais consequências aos usuários de bebida alcoólica é o problema no trabalho e com a família. E é este o caso que Maria relata, já que seus pais expostos a trabalhos mal remunerados e precários se apoiavam no consumo de bebida alcoólica para realizá-los⁵¹, no entanto, comprometiam o orçamento familiar com estes tipos de gastos, não provendo as necessidades sociais da família.

Em decorrência desta situação e da precária condição vivenciada por esta família na zona rural, Maria e seus irmãos se deslocaram para a zona urbana em busca de melhores condições de vida e à procura de emprego. Visto as dificuldades de suprirem suas necessidades sociais básicas, e também, devido à falta de incorporações a novas tecnologias para auxiliar a plantação, situações que contribuíram para que família não permanecesse na área rural, pois não tinham meios de se especializarem, sendo a consequência mais clara o êxodo rural.

Quando completou 15 anos de idade, em 1991, mudou-se para Juiz de Fora e foi morar com sua irmã, pois segundo a entrevistada estava muito difícil o trabalho na “roça”, não tinham equipamentos adequados, e a situação de sua família estava piorando, já que seus pais continuavam bebendo muito e já não conseguiam trabalhar com a atividade rural. Mas segundo Maria a situação não mudou, vivia em uma casa precária, faltava comida e passavam por muitas “dificuldades”. Afirma ainda que algum tempo depois conseguiu um trabalho informal, em que realizava a compressão de papelão, “ganhava muito pouco, mas já dava pra não passar fome” (MARIA).

Na narrativa de Maria, percebemos a sua submissão a qualquer tipo de trabalho e salário, a fim de prover renda e garantir sua sobrevivência, conformando, o que já tratamos nesta dissertação, a superpopulação relativa⁵². Estes trabalhadores os quais Marx (1985) chama de “supérfluo” para o capital, se inserem dentre aqueles disponíveis ao circuito do capital e são acionados sempre que esse precisar explorar.

A situação de Maria também é marcada pelas relações flexíveis de trabalho, que estabelecem uma nova relação entre a expansão do capital e a precarização do trabalho, que assimila novas e pretéritas formas de exploração, cuja conciliação caracteriza o fenômeno da

⁵⁰ <http://www.cisa.org.br/artigo/221/problemas-sociais-decorrentes-uso-alcool.php>.

⁵¹ Entendemos que o consumo de bebida alcoólica se dá por variados motivos e não apenas por causa principal das condições de trabalho, porém, no olhar da entrevistada essa foi à causa chave do consumo abuso do álcool na vida de seus pais.

⁵² Tratamos deste assunto no item 1.1 desta dissertação.

superexploração e permite o desvencilhamento de custos de reprodução da força de trabalho e um mascaramento da real dimensão da superpopulação relativa que vem sendo produzida crescentemente (SILVA, 2013).

Jaqueline (1999) é fruto do primeiro relacionamento de Maria, Tamara (2002) é fruto do segundo relacionamento, sendo João (2006) e Ana (2008) frutos do terceiro, todos os seus filhos são naturais de Juiz de Fora. Ao constituir sua família, Maria foi morar com Edvaldo (pai de João e Ana) e seus filhos, em um “barraco” na ocupação da BR 040, em Juiz de Fora.

Maria afirma que sempre recebeu doações de cestas básicas e agasalhos, mas afirma que era de pessoas voluntárias e participantes da Igreja. A usuária lembra que, por volta do ano de 2000, quando ainda morava no “barraco” na BR 040 recebeu a visita de uma assistente social da prefeitura de Juiz de Fora, que concedeu a famílias cestas básicas durante 2 meses.

Em 2003, Maria realizou sua inscrição e começou a receber o benefício do Programa Bolsa Família (PBF). Conforme já apontamos, a instituição dos programas de transferência de renda, em especial o PBF, representa uma forma de intervenção no social que apontam a diminuição da pobreza, sem alterar em absoluto a acumulação capitalista. O que configura ações que não passam do atendimento emergencial, pontual e paliativo, necessário no contexto capitalista para amenizar a pobreza, sem impactar os fundamentos que a gera⁵³.

Por volta de 2007, Maria mudou-se para Lima Duarte com sua família, isto porque o “barraco” em que moravam na BR 040 era muito precário e, segundo ela, por causa da situação desse “barraco” seus filhos estavam sempre doentes.

Deste modo, tendo algumas irmãs residindo em Lima Duarte preferiu retornar a cidade e tinha o objetivo de procurar trabalho. Ao chegar no município “invadiu” uma pequena casa, que segundo ela estava abandonada. A moradia também sinaliza a condição subalterna, com grande desconforto, precária e insalubre, e pertencia a um Senhor, que atualmente é morador de uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI). Além disso, a casa era dividida entre sua família e a família de Rosa, que morava com seus 2 filhos.

Neste ponto, nos chama a atenção a negação do direito à moradia que esta família vem sofrendo ao longo dos anos. A experiência de vida da família de Maria está marcada pela moradia precária e mesmo a falta dela, sendo um gravíssimo indicador de pobreza, já que impede uma qualidade de vida digna e saudável, além disso, restringe o acesso à cidadania.

⁵³ Tratamos desse assunto no item 2.3.3.

Os impactos destrutivos do sistema vão deixando marcas exteriores sobre a empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, a debilidade da saúde, o desconforto, a moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a ignorância, a fadiga, a resignação, são alguns sinais que anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados da sociedade (YAZBEK, 2007, p. 61).

Por meio dos moradores do bairro em que morava, Maria foi informada sobre o serviço público do município referente à política de assistência social e a usuária o reconhece como uma ação de atenção às suas necessidades básicas, nesse momento já aponta a existência do CRAS. Afirma que começou a receber “ajuda” de cesta básica, auxílio para tirar os documentos, orientações, entre outras coisas, e que depois que conheceu o serviço tinha muita facilidade de chegar até lá e fazer sua solicitação para atender às mazelas cotidianas da vida de sua família.

A usuária ao ser indagada da forma que vivia antes de ser assistida pela política de assistência social do município, afirma que:

“Antes de conhecer e saber da Assistência Social, do CRAS, a minha vida era muito difícil. Precisava das coisas e não tinha onde pedir, pedia na rua como quando eu era criança e vinha na cidade com a mãe e o pai. Também quando surgiu o CRAS foi difícil chegar lá, porque a gente chegava lá e ficava com vergonha e acabava mudando de assunto até chegar onde queria, a gente ficava com medo delas zanga com a gente, porque não sabia como era. Agora não, agora o pessoal já me conhece, elas sempre me acompanham, vem aqui em casa e fala o que precisar estamos lá pra ajudar você. Ai agora pra mim tá sendo uma maravilha, ajuda minha família no que tá precisando, até nas brigas. Lá eles tratam a gente muito bem” (MARIA).

Neste depoimento, Maria relembra que em sua vida as expressões da questão social deixaram marcas profundas de sofrimento. A experiência da pobreza vivenciada é apresentada através do seu cotidiano, em que mostra a realidade da pauperização. Durante a sua infância (anos 1980), podemos identificar o descaso do poder público frente às manifestações da questão social, para atenuar tais necessidades, tendo como estratégia de sobrevivência “pedir comida na rua”. Assim, a assistência social neste momento se realizava através da iniciativa privada, que movida pela solidariedade dos que tinham melhores condições econômicas realizavam doações para os considerados “necessitados”. Essas práticas individuais, voluntárias, filantrópicas e de benemerência marcaram a assistência social neste momento, contribuindo com a perpetuação da cultura do favor que perpassou as históricas relações sociais em nosso país.

Outro elemento que observamos é o constrangimento da usuária ao acessar o serviço, visto que ela relatou ter sentido “vergonha” ao comparecer no CRAS para levar suas demandas. Desse modo, através do sentimento descrito pela usuária apontamos um primeiro indício de que ela não percebe a política enquanto um direito de cidadania. Além disso, podemos verificar que suas demandas vão além de necessidades materiais, chegando a levar conflitos familiares para serem tratados e se possível resolvidos no âmbito do CRAS.

Quando a usuária se refere ao CRAS, observamos ainda a referência estabelecida entre ela e este equipamento público, isto é importante para que se efetive o acompanhamento familiar. Já que uma das funções do CRAS, previsto no reordenamento da PNAS (2004) é a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que normatizado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, a qual o descreve como:

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida (BRASIL, 2009, p. 30).

Contudo, o PAIF não se limita a um programa com periodicidade determinada, mas é um serviço continuado ou deveria ser. Sua função é contribuir para o fortalecimento dos vínculos no âmbito familiar a fim de fortalecer a família e cuidar para a não ocorrência de ruptura de vínculos entre os seus membros. O que precisa ser aprimorado com propostas mais sólidas, para que colabore com o fortalecimento da assistência social enquanto um direito social de cidadania e com o protagonismo dos sujeitos. Pois, mesmo Maria apontando para uma iniciativa do serviço em realizar os acompanhamentos familiares, podemos ressaltar que esses acompanhamentos são pontuais, desconectados do contexto histórico que a família apresenta no âmbito da política, com ações que reforçam a percepção da usuária de que está recebendo “ajuda” e não sendo atendida por um serviço continuado de fortalecimento da função protetiva da família, como objetiva o PAIF.

Dando sequência a trajetória de Maria, ela salienta que em 2010 se separou, diz que passou por muitos problemas no seu relacionamento com Edvaldo, pois ele não encontrava emprego e quando conseguiu, foi em uma banca de areia⁵⁴. Sendo visivelmente superexplorado, isto para além

⁵⁴ Tipo de trabalho, com grande empregabilidade para pessoas com baixa qualificação profissional no município. Esta atividade consiste em retirar do fundo do rio areias para realização de obras. Trata-se de uma atividade extremamente precária e insalubre. Antigamente tal atividade era realizada por meio de máquinas e bombas, no entanto, foi proibido visto que colocava em risco construções próximas a rios, como a de pontes, e também causava grande agressão a natureza.

dos direitos trabalhistas que não havia, pois, se tratava de um trabalho informal, mas, segundo a entrevistada, devido às condições de trabalho em que era submetido (entrar em rios de grande profundidade e com água muito fria, manusear ferramentas pesadas e perigosas e sem a devida proteção, entre outras) iniciou o uso constante de bebida alcoólica e de outras drogas para conseguir realiza essa atividade. Porém, isto se tornou um vício e ele não conseguia mais arcar com as despesas da casa e nem comprar alimentos, pois, o que recebia já estava comprometido com o pagamento das drogas que consumia. Devemos lembrar que, como assinalamos anteriormente, este fato também marcou a vida de Maria quando ela vivia com seus pais.

Assim, a experiência do uso abusivo de álcool e drogas também é uma marca da experiência de vida da Maria. Desde sua infância convive com pessoas que tem esta dependência, ou seja, com seus pais e depois com seu marido. O universo destes sujeitos é caracterizado por trajetórias de exploração, pobreza, opressão e resistência, observamos o crescimento do uso abusivo de álcool, droga, e de outros códigos que sinalizam a condição subalterna: o desconforto da moradia, as estratégias de sobrevivência frente ao desemprego, a debilidade da saúde, a ignorância, a fadiga, o sofrimento expresso nas falas, nos silêncios, nas expressões corporais, nas linguagens além dos discursos.

Por este motivo Edvaldo retornou para Juiz de Fora e Maria continuou em Lima Duarte com seus filhos. Alega que só conseguiu sobreviver e criar seus filhos porque já era beneficiada do programa Bolsa Família.

“Para mim está sendo maravilha [*o benefício do Bolsa Família*] e eu vivo completamente disso. O meu atual namorado me dá algum dinheiro pra me ajuda, mais eu preciso do Bolsa Família. Eu vivo dessa Bolsa Família. Até antes do Edvaldo ir embora eu precisei do Bolsa Família por causa de seus vícios, né, ele trabalhava e gastava tudo em droga, não colocava comida em casa! Agora se corta um dia, como acho que vai acontecer, eu fico muito satisfeita porque já me ajudou muito” (MARIA) [*grifos nossos*].

Na fala da usuária, observamos que seu entendimento sobre o bolsa família é que se trata de um programa que a qualquer momento vai ser extinto, no entanto, ela avalia como positivo o alcance que ele teve em sua vida. Neste depoimento também visualizamos, conforme assinalado no decorrer deste estudo, marcas reatualizadas das políticas sociais, que no passado sob os governos tecnocráticos e autoritários, deixava à maioria da população a margem das decisões

governamentais, tratando os direitos de cidadania como meras concessões⁵⁵, o que, na fala da usuária permanece enquanto marcas deste programa de transferência de renda.

Em 2012 a usuária teve a casa em que morava interditada pela Defesa Civil e a partir daí tornou-se beneficiária do auxílio aluguel. Além disso, continuou sendo beneficiada com outros auxílios eventuais, como a Cesta Básica e se inseriu nos projetos desenvolvido pelo CRAS (ANEXO 3).

Neste momento a família também passou a contar com uma rede de solidariedade desenvolvida pela Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP), por meio das Conferências que assistia o município de Lima Duarte, já que todo mês doa-os uma cesta básica. Observamos o âmbito privado dando o suporte, complementando, as ações que as políticas públicas por si só não tem condições de suprir. Não obstante, a problemática é quando há o estabelecimento de uma relação entre o público e o privado, onde o poder público transforma-se em mero repassador de recursos as instituições não governamentais, que assumem a execução direta dos serviços sócio-assistenciais.

Para a usuária, sua vida sempre foi de muita dificuldade e por isso avalia que os serviços públicos da assistência social foram e são importantes, principalmente, porque “ajuda no cuidado com os filhos”. Maria reconhece suas necessidades e ainda sua dependência a estes serviços, mas atualmente a sua preocupação central é com a reforma da casa: “Ainda não deu para sair dessa situação não, não tenho trabalho fixo, não tenho condição de nada. Eu só vou ter sossego quando arrumarem minha casa, ai eu até passo deixar de ir lá pedi as coisas...”.

Quando indagada sobre o que a política de assistência social representa em sua vida, ela afirma que:

“... representa um suporte para a vida. Eu acho muito bom esses serviços porque a gente tem um dinheirinho pra gente. Mas da minha parte eu não gostaria de ficar dependendo de aluguel não, quero minha casa arrumada (...). Mas esses serviços são bons porque se eu tivesse lá na casa antiga e se não fosse a Assistência Social a casa tinha caído e machucado as crianças. E nois não ia ter onde morar” (MARIA).

O Direito Humano à moradia é um direito fundamental, garantido constitucionalmente (CF/88), que precisa ser implementado através de políticas públicas habitacionais sólidas, como modo de amenizar as históricas diferenças sociais no país, garantindo o bem estar de todos e a preservação do meio ambiente. No entanto, verificamos que esta família tem o direito à moradia

⁵⁵ Tratamos desse assunto ao longo do item 1.2, no primeiro capítulo.

subjugados, além dos outros violados que foram contextualizado ao longo da trajetória, configurando a sua condição subalterna.

A usuária afirma ainda que consegue perceber mudança na assistência social ao longo do tempo, mas faz uma grande confusão entre a política educacional e a de assistência social, porém uma hipótese desta relação confusa, que pode ser proveniente das condicionalidades do PBF.

“Mudou muita coisa né. Mas precisava mudar ainda, conforme for em todo o país. Precisa de tempo integral para as crianças ficar o dia todo na escola para gente trabalha, ai a gente não precisa fica dependendo do Bolsa Família, e o bolsa família ficaria só com a questão de ir no posto leva as crianças pra pesar, né. Até porque Bolsa Família um dia acaba. Meu sonho é ter isso para gente colocar as crianças e poder trabalhar, num lugar bom e com os direitos garantidos” (MARIA).

É possível ainda observar nesta narrativa o valor do trabalho para Maria, já que ela tem a percepção que é por meio do trabalho que ela irá conseguir acessar os bens necessários a sobrevivência de sua família, sem depender dos programas sociais. No entanto, Maria é analfabeta, sem experiência no mercado de trabalho e pelas atuais exigências deste mercado, dificilmente ela conseguirá uma inserção para suprir definitivamente suas necessidades sociais básicas. Para tanto, ressaltamos a importância de outras políticas estarem articuladas com a assistência social, para que Maria ultrapasse sua condição subalterna na aquisição do atendimento de outras necessidades, como a educacional, para a partir daí garantir um trabalho que atenda aos seus anseios.

A concepção da usuária sobre a assistência social é que a política não contribui com a superação de suas necessidades básicas. Explica falando que “... é muito pouco e não ajudam a gente progredi, sai dessa situação” (MARIA). Sobre a sua experiência na assistência social ressalta que:

“o que mudou na minha vida foi o meu entendimento sobre as coisas. Consigo cria meus filhos e sei onde vou procurar por alguma coisa e mesmo quando preciso de orientação da saúde, escola, lá as assistente me dão. É bom saber que tem luga assim pra gente” (MARIA).

Outro elemento presente nesta narrativa é o papel do assistente social⁵⁶, com isso observamos a dimensão educativa no fazer profissional no âmbito da política de assistência social,

⁵⁶ De acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/ SUAS, a composição da equipe mínima de referência que trabalha no CRAS para a prestação de serviços e execução das ações no âmbito da Proteção Social Básica nos municípios é a seguinte: *Município de Pequeno Porte I – Até 2.500 famílias referenciadas: 2 técnicos de nível superior, sendo 1 assistente social e outro, preferencialmente, psicólogo; 2 técnicos de nível médio. No entanto, por meio desta pesquisa verificamos

que atuando na perspectiva da busca pela universalização e concretização dos direitos sociais e de uma nova sociabilidade pode torna-se uma intervenção emancipadora.

Maria percebe a assistência social como caridade, benesse, favor, nas palavras da usuária: “Acho que é uma caridade, eles fazer favor e quem tá lá no CRAS tem que ajuda a gente, porque se a gente não dependesse da assistência a gente não estava aqui, eles fazem caridade, de bom coração” (MARIA).

Para compor a trajetória da família, conversamos com sua filha, Jaqueline, nascida em 1999, estudante e cursa a 8ª série. Ressalta que tem 4 meses que estão residindo em outro bairro, isto porque tiveram a casa em que moravam interditada pela defesa civil, conforme Maria também relatou.

Jaqueline afirma não ter participado de nenhum programa ou projeto desenvolvido pelo CRAS, mas conhece bem a política de assistência social através da busca constante de sua mãe. Em seu entendimento sobre a assistência social, refere-se que:

“Eu avalio com um lado bom e um lado ruim. Porque às vezes minha mãe precisa de cesta né, eles falam assim que, pode ajudar sim, mas não todo mês, claro. Claro que não pode ser todo mês. Eu avalio isso um pouco bom” (JAQUELINE).

“A gente vai lá e tudo pra eles é não, não quer saber. Não que não quer saber e não toma atitude, não conversa com o prefeito pra tomar uma atitude. Isso que eu acho o lado ruim. O lado bom porque ajudar minha mãe a ganhar a cesta é o lado bom. Mas o lado ruim é que eles não, sei lá, não procuram o prefeito para arruma nossa casa e sempre tem esta desculpa de que ainda tem que fala com o prefeito” (JAQUELINE).

A figura do prefeito para resolver os assuntos pertinentes da demanda familiar direcionada a política de assistência social é recorrente na fala de Jaqueline. Neste sentido, não podemos esquecer que décadas de clientelismo consolidaram no país uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo nem a emancipação dos usuários das políticas sociais, e especialmente, da assistência social, em nossa sociedade. Ou seja, permanecem nas políticas de enfrentamento à

nos depoimentos da maioria dos usuários: Maria, Jaqueline, Daiane, Raimunda, Antônio, Rafaela, Joaquim, Joana e Jane, percebem o assistente social como o principal profissional no âmbito do CRAS, visto que nos seus depoimentos eles expõem seus vínculos com esses profissionais ao serem indagados sobre a avaliação que fazem dos serviços da política de assistência social em suas vidas. Conforme aponta Yazbek (2007, p. 150), o assistente social, embora desenvolva sua prática nas diversas políticas sociais, ao lado de outros profissionais, encontra nas políticas específicas de assistência social suas demandas mais expressivas. Além de agente privilegiado na operação de programas assistenciais, o assistente social é o profissional demandado para dar conta do mecanismo assistencial que permeia as políticas de corte social, fazendo frente a uma diversificada demanda de ações assistenciais.

pobreza brasileira concepções e práticas assistencialistas, clientelistas e patrimonialistas, além da ausência de parâmetros públicos no reconhecimento de seus direitos, reiterando a imensa fratura entre direitos e possibilidades efetivas de acesso às políticas sociais de modo geral (YAZBEK, 2010).

Outro elemento que nos chama a atenção, como já ressaltamos e que apareceu incisivamente no depoimento de Maria, é o problema habitacional que marcou e marca a vida da família. Estes usuários, a princípio, residiram em um “barraco” na ocupação da BR 040, posteriormente, ao mudarem para Lima Duarte “invadiram” uma casa, a qual no entendimento familiar a eles pertencem. E ainda de acordo com o entendimento familiar a política de assistência social, por meio dos serviços do CRAS, é a responsável por eles não estarem vivendo no lar que “possuem”.

Neste aspecto reafirmamos a necessidade da articulação com outras políticas para o atendimento das demandas desta família. Para tanto, seria preciso que o município contasse com uma Secretaria de Habitação, com o desenvolvimento de uma política habitacional eficiente para atender estas necessidades. No entanto, mesmo não havendo esta estrutura na administração pública, e portanto, sem meios da assistência social por si só, resolver os problemas habitacionais, lembrado por Maria e Jaqueline, devemos nos atentar com a forma como isso é passado para os sujeitos que são assistidos. É observado um certo desconforto dos usuários com a situação, visto que em suas percepções este tipo de ação, ainda mais em se tratando de um município de pequeno porte, reforça uma relação “pessoal”, íntima e de uma política eleitoreira. O que reitera, reforça e reproduz a sua condição subalterna. Com isso, destacamos que,

a gestão pública não pode consistir em um agrupamento de atividades desconectadas ou com propósitos tão genéricos e diversificados que não permitam a construção de referências e significados mais universais para todo o cidadão. Ela precisa ter claro sobre o que gera direito, quer seja para o cidadão aplicar a si mesmo, quer seja para conhecê-lo, aplicá-lo e exigí-lo para outro cidadão que desse direito necessite usufruir. Afinal, é o direito a quem dele necessitar (SPOSATI, 2007, p. 447).

Jaqueline ao refletir sobre a vida de sua família, assinala que gostaria que a política pública de assistência social, materializada no CRAS, tivesse surgido “a mais tempo”. Isto porque ela tem no CRAS um lugar que orienta as famílias a buscarem seus direitos, e sua mãe, por sua “falta de conhecimento”, muitas vezes não procurou os direitos dos seus filhos, como aponta a usuária ao lembrar que nem ela, nem nenhum de seus 3 irmãos não recebem a pensão alimentícia.

“Quando me arrumou, mesmo que não ficasse com o meu pai, mas corresse atrás da pensão de cada um de nós, dos meus irmãos. Isso que teria que ter mudado lá atrás, se tivesse o CRAS ia ser mais fácil de alguma informação ela ter disso. Ela não estudou, não sabe como fazer... Se isso pelo menos tivesse sido resolvido, aí a situação seria bem melhor hoje” (JAQUELINE).

Neste depoimento percebemos a importância do CRAS para as famílias referenciadas, verificamos a confiança que a usuária deposita a este equipamento público quando o assunto é assegurar os direitos. No entanto, o direito garantido por meio da política de assistência social é a realização dos direitos assistenciais, mas com a possibilidade da assistência social, por meio de um trabalho intersetorial com o Judiciário, que objetive concretizar a proteção integral, a família poderia ter sido orientada em relação ao direito que a eles foi negado. Cabe destacamos ainda que a relevância da proposta do trabalho intersetorial se justifica quando se observa a configuração fragmentada e desarticulada da política pública brasileira, a qual obstaculiza o atendimento das necessidades da população em sua integralidade (MIOTO E SCHUTZ, 2011).

Para Maria não há uma clareza que a pensão alimentícia constituiu um direito dos seus filhos, mas Jaqueline já consegue verificar que a falta de conhecimento da sua mãe fez com que a família não contasse com este benefício, e por este motivo, passam por grandes necessidades sociais, que em sua concepção com o recebimento das pensões, a condição de vida de sua família poderia ter sido diferente.

O que a situação descrita indica é que quando os relacionamentos de Maria romperam, ela não recorreu à justiça para legalizar as pensões, fato que pode ter sido motivado pela não compreensão da pensão alimentícia enquanto direito de seus filhos. Situação que subalterniza ainda mais a condição vivenciada por esta família, assim percebemos que é preciso não apenas atender as necessidades sociais, mas também contribuir para a luta por direitos, como estratégia capaz de romper, ou iniciar a ruptura, do círculo fechado da dominação e negação dos mesmos. A reivindicação dos direitos deve ser aberta a todos que dele puder usufruir, com isso avaliamos a necessidade de dar visibilidade aos interesses da classe subalterna, seja por meio da política de assistência social, ou por outros espaços que os mesmos percorrem.

O segundo caso deste tópico é da família de Daiane, nascida em 1970, solteira, mãe de 8 filhos, mas apenas 5 estão sob sua guarda, sendo eles: Edmundo (nascido em 1999), Carine (nascido em 2002), Amanda (nascido em 2004), Emanuel (nascido em 2009) e Joaquim (nascido em 2012). Destaca-se que 2 dos seus filhos moram em Juiz de Fora com o pai deles e 1 reside com a mãe de

Daiane. Ela teve 3 companheiros os quais são os pais de seus filhos, pelo seu depoimento notamos uma frágil e tensa relação com os seus ex-companheiros, que em sua concepção são ausentes e pouco se preocupam com seus filhos.

Estudou até a 4ª série do ensino fundamental, não deu continuidade ao estudo porque não gostava de frequentar a escola. Nunca trabalhou com carteira assinada e atualmente faz bicos realizando atividades domésticas em casa de família.

Ao recuperar suas lembranças, afirma que em sua vida sempre passou por muitas necessidades. Desde sua infância seus pais passavam por muitas dificuldades, pois tinha 6 filhos e moravam em uma casa de pau a pique e barro. Sensibilizados com a situação da sua família, a Conferência da SSVP foi a instituição que os assistiu e doavam mantimentos, leite, remédios e ainda ajudou-os a construir uma “casa de tijolos”.

Para Daiane, esta situação descrita se estendeu pelos anos 1980, seu pai era trabalhador rural, mas afirma que ele “ganhava muito pouco e não dava para nada”, por isso dependeram exclusivamente da Conferência dos Vicentinos.

Conforme discutimos no decorrer deste trabalho, enquanto ação do Estado a assistência social configurou-se, até os anos 1980, como uma ação paliativa, pontual, fragmentada, secundária e marginal. Era um campo de ação marcado por ações pobres, precárias, para a parcela da população a quem a sociedade capitalista nega os direitos mais elementares à sobrevivência⁵⁷.

Diante da forma como se caracterizou historicamente as ações públicas de enfrentamento à pobreza no Brasil, Yazbek (2007) chama atenção para o que considera de distorções nesta área:

seu apoio, muitas vezes, na matriz do favor, do apadrinhamento, do clientelismo e do mando, formas enraizadas na cultura política do país, sobretudo no trato com as classes subalternas (...); sua vinculação histórica com o trabalho filantrópico, voluntário e solidário dos homens em sua vida em sociedade (...); sua conformação burocratizada e inoperante, determinada pelo lugar que ocupa o social na política pública e pela escassez de recursos para a área (Idem, p. 51-52).

Por volta do ano de 1994, Daiane conheceu um de seus companheiros e foi morar com ele na zona rural do município. Neste momento reconhece a primeira iniciativa pública de assistência social, já que procurou o setor público local, o qual forneceu materiais para construir uma casa no terreno que pertencia ao seu companheiro. A entrevistada assegura que, a priori, conversou e

⁵⁷ Assunto tratado no item 2.1, segundo capítulo.

solicitou estes materiais ao chefe do executivo local e que após ele autorizar a liberação ela passou por uma assistente social a qual apenas fez o seu cadastro.

Este elemento que a usuária aponta nos chama a atenção, pois este fato colabora com o entendimento da assistência social ligada as ações que os governantes utilizam com fins clientelistas e eleitores para a obtenção de interesses particulares. Cabe lembrar que, numa prática assistencialista, o atendimento das necessidades da população dão grande visibilidade e votos aos políticos, já que apesar de serem atendidas através da receita pública, não possuem uma perspectiva de direito. E por serem os representantes políticos aqueles que fazem a mediação entre a população e o poder público, a sua imagem é reverenciada por um segmento específico da população, que se torna um reduto eleitoral do político, já que em troca dos supostos favores lhes concedem o voto.

Logo, ressaltamos a cultura política a qual a história da assistência social se assenta no Brasil, uma cultura baseada em ações pontuais, clientelista, como troca de favores, principalmente, em períodos eleitorais. Para Oliveira (2003) essa cultura tem sido capaz de legitimar a assistência social como ação emergencial e restrita aos exclusivamente pobres, carentes e desassistidos de sorte. A estas pessoas é direcionado o apoio moral da sociedade que, com o desejo de socorrê-los da miséria e da pobreza, acaba confirmando sua subalternidade e dependência a uma lógica perversa, desumana e legitimadora das desigualdades.

No final dos anos 1990, Daiane voltou a residir na zona urbana do município, visto que seu relacionamento não deu certo, neste momento, afirma que começou a receber o vale gás⁵⁸, diz que “era muito pouco dinheiro e quase não dava para nada”. Por isso, continuou sendo assistida pela Conferência SSVP com alimentação e com o aluguel da casa em que morava.

Conforme explicitamos ao longo deste estudo, o período de 1985 a 2002 é marcado pela não superação de problemas históricos no campo da assistência social como a fragmentação, ausência de direitos e recursos, a reintrodução do princípio da filantropia como organizador das ações, entre outros.

A usuária aponta que a partir dos anos de 2005 conseguiu ter acesso a outras ações da política pública de assistência social do município, sendo contemplada com uma casa do conjunto habitacional popular. E a partir de 2007, começou a ser beneficiada, com mais frequência, pelos demais serviços da política, como cestas básicas, documentação e iniciou sua participação nos projetos sociais. Além dessa mudança, ela aponta que:

⁵⁸ Este assunto foi discutido no item 2.2.1, segundo capítulo.

“[a política de assistência social] Mudou muito e melhorou para nos. Agora temos mais possibilidade de procurar, mais locais que ajuda a gente. O Brasil agora tem vez para os pobres e da oportunidades para nos é uma boa ajuda. Tem alimentação e o Bolsa Família que se não fosse essa ajudinha ia ser danado!” (DAIANE).

É interessante notar nesta narrativa, que o guichê estatal da assistência social transmuta na versão conservadora, o que é direito, é visto como ajuda ao pobre, pelos usos e costumes da cultura institucional brasileira, mesmo após a Constituição Federal de 1988, LOAS/1993 e PNAS/2004 (SPOSATI, 2007).

Sposati (2007) afirma que a assistência social é socialmente decodificada pelo que tem sido tradicionalmente, isto é, uma prática que pertence ao campo da ajuda, da caridade, da benemerência, da fraternidade, da filantropia, da solidariedade, ou pertencente ao campo do gesto, onde a colaboração do voluntariado social perante o mais fraco se destaca face ao compromisso de Estado com a proteção social pública a riscos e vulnerabilidades pessoais e sociais.

Deste modo, no olhar da usuária e devido também a sua experiência de vida, a política de assistência social:

“Eu penso que ajuda a melhorar a vida, principalmente dos meus filhos, os projetos orientam eles a ir na escola e ai eles vão ter um estudo melhor. Mas precisa melhorar esses projetos deveriam dá um servicinho, uns cursos pra essas meninas novas ai para irem aprendendo as coisas e dar um dinheiro para elas, que já serve para elas mesmo comprar as coisas, faz uns bico com o que aprenderam. Mas nem pra isso esses cursos servem. O dinheiro do bolsa família é pra pagar as continhas de casa e compra a comida, quando dá, né! Não dá para dar esse dinheiro para as crianças” (DAIANE).

“Agora com esta ajuda consigo compra as coisas, paga as continhas por causa do bolsa família, compro um alimento melhor, frutas para as crianças, compro moveis, como por exemplo uma cama que comprei porque tinha muitas crianças dormindo em uma cama só. E além disso sempre tem atendimento do CRAS e a cesta que muito ajuda” (DAIANE).

Em relação ao que foi colocado sobre o Programa de transferência de renda, isso nos adverte para observarmos que tais programas inserem os beneficiários no consumo de mercadorias. Neste contexto, a despeito destes programas de transferência de renda dá acesso a alguns bens básicos, resulta, na concepção dos seus usuários, em algumas mudanças significativas em sua vida cotidiana.

Silva (2013) corrobora com o entendimento de que a contrapartida da transferência de renda às classes trabalhadoras é favorável aos trabalhadores, principalmente em termos de um

complemento à escassez de renda oriunda do trabalho precário e, mais ainda, é funcional ao capital, tanto ideopolítica, quanto economicamente.

Neste sentido, o PBF atende aos anseios de seus beneficiários, colaborando com o consumo de bens sociais básicos. E ainda, quando se verifica o incremento desses programas à fatia do crescimento econômico brasileiro que escapa da apropriação do capital internacional e engrossa o Produto Interno Bruto (PIB) nacional não é pequeno, posto que são seus beneficiários quem consomem os produtos nacionais (Idem), impulsionando a economia do país.

Ainda nos chama atenção o fato de que apenas com a implantação do CRAS no município é que Daiane consegue perceber que poderia acessar os auxílios sem precisar primeiramente recorrer ao chefe do executivo municipal: “... de primeiro a gente não tinha onde pedir, depois tinha que ir lá e procurar o prefeito e um monte de gente lá. Agora não, agora tem o CRAS e se resolve tudo lá é muito melhor para gente” (DAIANE).

A usuária aponta que com a implantação do CRAS no município a política de assistência ficou mais acessível às pessoas que precisam de atendimento. Acreditamos que o CRAS, através dos serviços prestados a população, tem sido uma possibilidade de efetivação da assistência social enquanto uma política de direito, porém, com esta afirmação não estamos desconsiderando os limites que esta política, em conjunto com as outras políticas sociais, vem sofrendo com os rebatimentos da política econômica neoliberal.

Em relação a demanda atual da família, Daiane aponta que é por materiais de construção para fazer mais um quarto em sua casa. A casa de Daiane possui apenas dois quartos, porém não comporta o número de camas para ela e seus filhos, no período noturno alguns de seus filhos tem que dormir no chão da sala, para que a família consiga se acomodar no espaço físico da casa. No entanto, a usuária acredita que não será beneficiada com sua demanda: “Eles falaram que tem que esperar, que não tem verba agora é uma enrolada doida” (DAIANE).

Conforme já abordado neste trabalho, as políticas sociais, sob o comando e regência do capital fetiche e das políticas neoliberais, sofrem cortes drásticos tornando-se mais pulverizadas, seletivas e residuais⁵⁹. Deste modo, a população usuária da política de assistência social, em meio a poucos recursos que são direcionados a política, não conseguem o atendimento as suas demandas que não são consideradas emergenciais, todavia, Daiane avalia que a falta de atendimento a esta demanda a impossibilita de sonhar com uma vida mais digna.

⁵⁹ Tratamos desse assunto no item 2.2.1, segundo capítulo.

A usuária reconhece a política de assistência social como uma ação que colabora com o enfrentamento das necessidades sociais diárias vividas pela sua família, e ressalta que: “Ajuda sim, se não fosse a assistência o bicho ia pega mais! São muitas as dificuldades e se não tivesse o CRAS para ajuda as coisas iam ser complicadas” (DAIANE).

Como verificamos em nossas análises, a assistência social, tradicionalmente perpassada por valores elitistas e clientelistas, teve seu status de política pública reconhecida, o que instaurou os novos valores democráticos contidos na Constituição de 1988 e, mais tarde, na LOAS, mas não conseguiu desvencilhar-se de suas marcas reducionistas, compensatório e reiterador das desigualdades (OLIVEIRA, 2003). Logo, quando a usuária foi indagada sobre a forma que ela vê a política de assistência social ela recupera o ranço histórico o qual sustenta a política.

“Eles fala que é direito da gente, né [*refere-se a fala da assistente social que realiza o grupo socioeducativo de entrega de cesta básica*]! Mas para mim é uma ajuda para nossas vidas, boa ajuda, eles fazem favor quando mais precisamos. Já que, as vezes não nos dão as coisas, não acho que seja direito não, mas também não sei explica o porquê” (DAIANE). [*grifos nosso*]

Neste depoimento nos chama a atenção o fato da usuária ter sido orientada e informada que a política de assistência social é um direito, mas em sua fala inferi que não percebe desta forma. Para tanto, vamos comentar, brevemente, sobre a dimensão sócio-educativa da profissão do Assistente Social, pois mesmo não sendo nosso foco de análise é importante tratar já que esta questão surgiu na narrativa da usuária.

Yazbek (2000, p. 95) destaca que no processo de divisão social e técnica do trabalho coletivo, o Serviço Social insere-se, desde sua emergência, no interior dos equipamentos sócio-assistenciais existentes participando “tanto da criação de condições para a sobrevivência material das classes subalternas, como de uma ação sócio-educativa tencionada pela dinâmica contraditória dos interesses em confronto no espaço em que se movimenta”.

Desta forma, o Assistente Social participa junto com outros profissionais da implementação de políticas sócio-assistenciais no âmbito de organizações públicas e privadas, operando sob duas perspectivas: a prestação de serviços e a ação educativa - e política/ideológica (Idem).

Inserido neste contexto, o profissional, interfere nas relações sociais que fazem parte do cotidiano da população usuária (Idem). Esta interferência se dá particularmente pelo exercício da dimensão sócio-educativa, que tanto pode assumir um caráter de enquadramento disciplinador

destinado a moldar o usuário em sua inserção institucional e na vida social, como pode direcionar-se ao fortalecimento dos projetos e lutas das classes subalternizadas na sociedade.

Conforme salienta Yazbek (2000), as requisições colocadas pelas diferentes classes sociais em luta na sociedade capitalista exigem do Assistente Social, o desempenho de sua função educativa. Entretanto, as possibilidades de uma prática que busque a defesa e a conquista dos direitos sociais, a constituição da hegemonia das classes subalternas e a construção de uma nova sociedade supõem algum compromisso e competência do Assistente Social.

Enfim, devemos ressaltar para finalizar que as ações sócio-educativas realizadas pelos Assistentes Sociais com as famílias deveria ser um processo contínuo e permanente, no qual os usuários dos serviços tenham a possibilidade de construir uma consciência crítica sobre si mesmo e sobre a realidade para nela atuar de forma transformadora. Ou seja, um espaço onde ocorra a troca, a socialização e a democratização das informações, baseado, não apenas em num mero repasse de saberes e conhecimentos, mas se concretize um processo reflexivo.

Cabe destacar ainda que por meio dessa dimensão, as ações baseadas na “ajuda”, com um teor de benevolência e persuasão, ganha um caráter contestador da ordem vigente. Em que o profissional assume uma intervenção com caráter de emancipação das classes subalternas, cujo exercício profissional irá pautar-se numa ação educativa de

(...) construção de estratégias de mobilização, capacitação e organização das classes subalternas (...), visando a recuperação da unidade entre o pensar e o agir, na constituição de um novo homem, base e expressão de novas subjetividades e normas de conduta, isto é, de uma cultura contraposta à cultura dominante. (ABREU, 2002, p. 134).

O Assistente Social deve buscar, de maneira qualificada e competente por meio do exercício profissional, a garantia dos direitos civis, sociais e políticos dos usuários, a socialização de informações e, como intelectual da classe trabalhadora, contribuir por meio dos serviços prestados para construção de uma ordem societária sem dominação e exploração. Porém, por meio do depoimento de Daiane, verificamos que esta ação profissional precisa ser mais acessível e que se consiga estabelecer um diálogo mais adequado com as formas de conhecimento destes sujeitos, pois se assim não for, eles não darão credibilidade e não compreenderão as informações a eles repassadas, o que se tornará inevitável à luta por uma sociedade justa e igualitária.

A trajetória da família de Daiane é marcada por acirradas expressões da questão social e agravada diante do crescimento da pobreza e das desigualdades sociais que assolam o país, fato que

os colocam na dependência dos serviços oferecidos pela assistência e pela benevolência privada, a qual assiste Daiane deste sua infância.

Neste sentido, conforme aponta o CFESS (2013), é preciso lutar pela efetivação da política pública de assistência social, na perspectiva da sua afirmação como política social orientada por padrões de universalidade e de justiça social, capaz de devolver à dignidade, a autonomia, a liberdade dos seus usuários, abrindo possibilidades para que elas estejam em condições de existir enquanto cidadãos e para a incorporação de uma cultura de direitos pela sociedade civil. Por este caminho, o horizonte que a política de assistência social permite chegar talvez seja o da cidadania, sendo este um caminho em que o protagonista seja o seu usuário, para que eles por meio de suas necessidades se tornem conscientes e lutem por seus direitos.

Mesmo sendo este um horizonte limitado e incapaz de pôr fim aos mecanismos geradores da desigualdade na sociedade capitalista é preciso considerar o seu significado dentro de cada contexto histórico. E, conforme explicitamos nesta dissertação, na realidade brasileira, a conquista da cidadania pelas classes subalternas precisa ser o horizonte de um projeto de transformação desta sociedade, mesmo sabendo que não foi desta forma que a cidadania se constituiu neste país.

O terceiro caso estudado é da família de Raimunda, nascida em 1978, natural de Juiz de Fora, casada com Antônio e mãe de 4 filhos, sendo eles: Mauro (nascido em 2003), Cátia (nascida em 2009), Aline (nascida em 2011) e Antônio Filho (nascido em 2014). Provisoriamente compõe ainda a sua família o seu pai Sr. Dinho, nascido em 1932, que segundo a entrevistada ele estava sendo agredido e “roubado” por alguns vizinhos e para protegê-lo convidou-o para passar uns dias em sua casa, no momento da entrevista havia apenas uma semana que Sr. Dinho estava na casa de sua filha. De acordo com Yazbek (2007) a convivência com situações de extrema violência é um dos preços que muitas vezes os subalternos têm que pagar para morar. Violência que os submetem a situações de medo e tensão e que associa pobreza e criminalidade. E a violência da experiência da pobreza vai além da precariedade das condições materiais em que vivem os sujeitos sociais.

A trajetória de Raimunda no campo da assistência, como as demais já descritas neste tópico, começou em sua infância, visto que passava por necessidades sociais e neste momento encontrou “ajuda” na benemerência privada. A mãe de Raimunda teve 5 (cinco) filhos no primeiro casamento e no segundo teve apenas Raimunda, sendo ela a caçula dos filhos. Lembra que até aos 3 (três) anos de idade morou em Juiz de Fora, em um “barraco” cedido pela Conferência da SSVP que atuava na cidade, e também recebiam desta conferência roupas, cesta básica, leite e remédios.

Recorda-se que passava fome, frio e estava sempre com a saúde debilitada devido às péssimas condições da casa em que morava.

No início dos anos 1980 mudou-se com sua família para Lima Duarte, pois tinham parentes que residiam na cidade. Raimunda lembra que estudou até a 1ª série do ensino fundamental e desistiu dos estudos porque, sob ordem dos seus pais, ela só poderia ir à escola na companhia de seu irmão, nesta época ela afirmou estar com 8 (oito) anos e seu irmão com 14 (quatorze) anos. Porém, seu irmão já era usuário de bebida alcoólica, o que levou a parar de frequentar a escola, fato que fez com que Raimunda também abandonasse os estudos.

A usuária recorda que nesta época sua mãe pedia “comida na rua”, em comércios e nas casas de famílias, para poder alimentar seus 6 filhos. Afirma que era criança de colo e muita gente ficava com pena de vê-la “suja e chorando” de fome e, por isso, acabava fazendo doações a família. Segundo a entrevistada, pedir comida na rua era a única forma que seus pais encontraram de não “morrerem de fome”. Diz que ia para rua e batia de porta em porta em busca de um pouco de alimento, seu pai realizava bicos, mas o que recebia era muito pouco e não dava para arcar com as despesas da casa.

Corroborando com o entendimento de Carvalho (2006, p. 124), “a assistência social é uma velha prática, mas jovem política pública”. Logo, a prática da assistência remonta aos tempos antigos da humanidade e se expressa na solidariedade aos pobres, doentes, incapazes, fundando-se em princípios e normas morais de diversas sociedades antigas. Essa prática de ajuda ao próximo foi tomando forma ao longo do tempo numa compreensão de que os males sociais da Humanidade eram algo natural, que sempre existiram e continuariam existindo. A caridade e benemerência eram vistas como forma de transcender a vida terrena transitória e ajudava os doadores a garantir “seu lugar no céu”. Sem dúvidas, era esta concepção que movia as pessoas “doadoras” dos alimentos a esta família.

Raimunda recorda ainda que sua casa era de pau a pique e uma vez por causa de fortes chuvas, a casa foi destruída, mas rapidamente seu pai construiu outra, desta vez ao invés de capim ele utilizou lixos e materiais de construção que encontrava pelas ruas da cidade. Em um terreno inadequado para construir, sem nenhuma segurança, saneamento, em condições inabitáveis esta família permaneceu durante muito tempo, numa situação que reitera a subalternidade e a pauperização. De acordo com Yazbek (2007, p.119) “a moradia precária é uma das expressões observáveis da exclusão social. A dominação econômica e política realiza-se em múltiplas esferas do cotidiano e nesse sentido a forma de morar não é algo que se possa compreender nessa trama”.

A usuária reconhece ações públicas de assistência social em meados dos anos 1990, quando sua família recorreu ao setor público solicitando “ajuda” para construir uma “casa de tijolos”, relata que a princípio fez a solicitação ao chefe do executivo. Posteriormente, foi direcionada a assistente social a fim de realizar o cadastro. Cabe lembrar que este fato também foi relatado por Daiane e frente a estas experiências, podemos inferir que recorrer ao prefeito para o suprimento de alguma necessidade social básica, marcou a vida destas pessoas, caracterizou a assistência social neste momento como uma prática clientelista e assistencialista, e reforçou a subalternização que vivenciavam as famílias, pois para obterem acesso a tais auxílios deveriam estabelecer um contato pessoal com o prefeito⁶⁰.

Além disso, para a construção da casa a família contou com doações da sociedade civil, da Conferência da SSVP que atuava no município de Lima Duarte e de representantes da Igreja Católica. Como assinalado neste estudo, a participação da sociedade civil e das instituições não governamentais no atendimento das necessidades sociais básicas das famílias, podem ser explicado no fato de que na década de 1990 o “terceiro setor” passou a ganhar visibilidade, devido à redução do papel do Estado diante da questão social⁶¹. O chamado “terceiro setor” privilegia a mercantilização das políticas sociais, reafirmando a assistência social enquanto “ajuda solidária”, principalmente por meio da filantropia, em detrimento do atendimento a necessidades como direito, e investe na despolíticação e na cooptação das organizações e lutas das classes subalternas pela chamada responsabilidade social.

Em relação aos programas sociais, Raimunda aponta que no final dos anos 1990, suas irmãs que já tinham filhos, começaram a receber o Bolsa Escola, se recorda sobre o vale gás⁶² e diz

⁶⁰ Nestas ações designadas de assistência social, verificamos claramente o caráter clientelista, que foi discutido ao longo dessa dissertação, principalmente quando debatemos sobre a configuração da assistência social antes da Constituição de 1988, no início do II Capítulo.

Neste sentido, lembramos desde já que a cultura política da dádiva, do favor resistiu ao domínio das fazendas e engenhos coloniais, resistiu à abolição da escravatura, sendo uma forma típica do compromisso coronelista e que chegou até os dias atuais. Moljo (2007) afirma que essa forma de cultura é a “cultura atrasada”, que “é sobretudo porque seus valores não se adequavam aos ‘modernos’ (que irradiavam os grandes centros urbanos) e tinham uma forte presença de valores tradicionais ou arcaicos” (Idem, p. 23). É necessário notar que a ideologia do favor, da tutela e do clientelismo, se enquadrou politicamente na história econômica e social do país, inclusive na área da política social, que se apresentou como vantagem ou favor do que era um direito do cidadão. Esta concepção contribuiu para o desenvolvimento da noção frágil de cidadania, estabelecendo a dependência aos serviços paliativos empregados pelo Estado.

⁶¹ Assunto tratado no item 2.2.2, segundo capítulo.

⁶² Estes programas foram discutidos no item 2.2.1 da presente dissertação.

ter sido contemplada com tal benefício, no entanto, lembra que era muito pouco dinheiro e que “não dava para comprar quase nada”.

Conforme discutido no capítulo anterior, Boschetti (2003) destaca que uma das principais novidades do governo de FHC foi a criação do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) que inaugura “era das bolsas individualizadas”, segmentadas por faixa etária, focalizadas em situação de risco social e vinculadas a contrapartida de seus beneficiários.

A usuária consegue observar a estrutura segmentada do programa, o foco a população que vive na linha da extrema pobreza, com um caráter compensatório, isto é, transferindo renda sem mudar a realidade da pessoa beneficiada, portanto, não havendo a superação da pobreza, atuando para amenizar a desigualdade social.

Em 2002 Raimunda e Antônio foram morar juntos e constituíram sua família, a fim de conciliar moradia e trabalho, percorreram por diversas localidades do município de Lima Duarte, inclusive tentaram a vida na zona rural.

Reconhece o surgimento do CRAS a partir de 2007, isto com desenvolvimento dos projetos sociais. Destaca a princípio, os cursos profissionalizantes que participava com suas irmãs, mas afirma não ter seguido com as atividades e que frequentava mais para ocupar seu tempo.

No entendimento da usuária os cursos foram um “passa tempo”, no entanto, de acordo com o MDS, a proposta deles se sustenta no discurso da profissionalização. A partir deste depoimento observamos a ineficiência dos cursos no que diz respeito a sua operacionalização e propósito. Se bem que não vemos problema quando os cursos são usados como um “passa tempo” e como meio de distração, mas acreditamos que tendo como objetivo principal ser estratégia capaz de capacitar para empregar ou mesmo superar o desemprego, eles tornam-se ineficaz.

Outro elemento que podemos destacar e correlacionar em relação a questão dos cursos é que Raimunda avalia que não teve retorno financeiro, pois não conseguiu desenvolver nenhuma habilidade. Porém, ao retomar o depoimento de Daiane, observamos que a sua demanda é por cursos de geração de renda para que seus filhos possam participar e reverter em renda à família.

Este ponto assinala mais um limite da política de assistência social na operacionalização dos cursos, visto que há casos em que os usuários conseguem desenvolver um grau de aprendizado razoável de um ofício, que possibilite o sustento através de uma determinada atividade realizada por estes cursos, outros não conseguem adquirir nenhuma habilidade, e conseqüentemente nenhuma inserção no mercado de trabalho. Todavia, entendemos que não é unicamente pela assistência que

se resolverá a questão da qualificação profissional, da expansão de postos de trabalho, da elevação do grau de empregabilidade da população mais pobre e, no limite, da transferência de renda.

Para Raimunda o CRAS é um ótimo local, já que agora “tem um lugar certo de ir solicitar ajuda”. Neste depoimento devemos ressaltar o olhar da usuária sobre o CRAS, na medida que quando encontra neste espaço um local para solicitar “ajuda”, ela observa a continuidade das ações tradicionais e conservadoras baseadas no favor. Deste modo, ela perde a dimensão do direito que o reordenamento da política de assistência social na direção do SUAS aponta, inclusive, por meio da criação desse espaço de proteção social básica.

A usuária se recorda que perdeu seus documentos e foi por meio dos serviços oferecidos pelo CRAS que conseguiu tirar a 2ª via deles. Avalia como positivo a implantação desse equipamento público e afirma que é “um local muito acolhedor”. Podemos ressaltar que a PNAS (2004) trouxe mudanças significativas na vida dos seus usuários, no entanto, há que ser consolidado ainda formas de enfrentamento a pauperização, que realmente prime pelo atendimento de suas necessidades sociais básicas e proporcione o acesso aos direitos sociais que devem ser garantidos pelo Estado.

Raimunda salienta ainda que toda sua vida foi marcada por necessidades básicas e sempre precisou ter “ajuda” de outras pessoas, “na infância tinha ajuda na rua, hoje recebo ajuda das assistentes sociais lá no CRAS” (RAIMUNDA). Neste sentido, conforme aponta Yazbek (2007, p. 151) a usuária “interpenetra a assistência social e o assistente social”, pois este profissional é um intermediador na “relação usuário-instituição, usuário-programa, numa dinâmica contraditória em que cumprindo objetivos previstos no âmbito institucional, vem buscando a identificação com os interesses das classes subalternizadas com que trabalha”. Nas palavras da usuária: “É uma ajuda muito boa da assistência, eu sempre preciso de ajuda e vo lá. Assim, lá ajuda a gente e o melhor é quando a assistente atende e orienta a gente com as coisas que precisamos” (RAIMUNDA).

Ao comparar a forma que conseguia suprir suas necessidades sociais básicas na sua infância, em relação a estrutura da assistência social nos dias atuais, a usuária avalia grandes mudanças. Ressalta que uma dessas mudanças é o desenvolvimento dos projetos sociais para as crianças, que através das oficinas, promove o acesso aos meios informacionais, como a internet. Como visto, os serviços da Proteção Social Básica (PSB) estão voltados para o desenvolvimento da proteção proativa, o fortalecimento das relações familiares e comunitárias, a prevenção das situações de risco e de vulnerabilidade, e a ampliação de acesso à informação, direitos e serviços sociais (PNAS/2004). Podemos inferir que os serviços da PSB têm atuado na direção a qual foi

criado, fortalecendo a cidadania dos sujeitos assistidos, porém muito ainda há que ser feito para que os direitos sejam efetivamente concretizados e que o CRAS atue numa perspectiva de fato preventiva.

“Teve bastante mudança na assistência. Os projetos para as crianças foi uma boa mudança, porque o como um dia meu filho mais velho quando tava precisando de alguma coisa para estudar, por que assim, pobre não tem condição de dar computador pro filho da gente pra fazer um estudo, uma tarefa de casa. Ai ele ia no projeto e fazia, lá de onde frequentava ai ele fazia o trabalho da escola, fazia continha, essas coisas assim mais difícil que ele não sabia. O que tinha que fazer em computador e pobre não tem ele pegava e fazia lá no projeto. Isso ajudou ele muito na escola também” (RAIMUNDA).

“Outra mudança é pra orientar a gente as coisas, as muitas coisas que naquela época eu não tinha orientação de nada, naquela época não tinha assistência social. Por que se você quer saber o que ta acontecendo ai você vai lá no CRAS e você já fica sabendo, o que que tem, o que não tem e naquela época não tinha nada disso. Hoje não, hoje já mudou bem, hoje se a gente quer saber de algo a gente vai na assistência social e pergunta como é que faz, pra ver quem que deve procurar, ai a gente já fica sabendo, o que faz o que não faz. E onde consegui também” (RAIMUNDA).

Promover o acesso a informação aos usuários da assistência colabora com o rompimento de sua condição subalterna, podendo ainda se reverter em pressão popular em busca da melhoria da situação de suas vidas. Cabe destacar que a socialização da informação, a mobilização e organização popular, que tem como fundamento o reconhecimento e fortalecimento da classe trabalhadora como sujeito coletivo na luta pela ampliação dos direitos de responsabilidade estatal, torna-se uma estratégia importante para a ação coletiva dos movimentos sociais. Conforme visto nos capítulos que estrutura este trabalho, a garantia dos direitos de cidadania exigiu ao longo da história do país, e ainda exige mediações políticas que se materializaram em espaços sociais de lutas, movimentos sociais, sindicais e populares, sendo este um caminho a ser traçado em busca da efetivação de políticas públicas universais.

O entendimento de Raimunda sobre a política de assistência social é pela lógica tradicional, pois a reconhece como caridade e benesse, acredita que recebe os auxílios, já que é atendida por “moças boazinhas”, que estão sempre dispostas a ajudar. No olhar da usuária, está a visão da política como favor, conforme a cultura política que perpassa a assistência social e que discutimos ao recuperar a trajetória histórica da assistência social no Brasil.

Para compor a trajetória da família na política de assistência social, também foi entrevistado Antônio, que colaborou trazendo seu entendimento e vivencia sobre a política.

Antônio, nascido em 1982, é natural de Lima Duarte, estudou até a 4ª série do ensino fundamental, porque começou a trabalhar muito cedo na lavoura e por isso deixou os estudos.

O entrevistado lembra que em sua vida só esteve no mercado de trabalho formal durante um ano e dois meses, após ser demitido não encontrou outro trabalho nestas condições, por isso, desde então ele está no mercado informal intercalando atividades rurais e de pedreiro. Sua renda atual é menos da metade do salário mínimo, e está comprometida com o pagamento do aluguel da casa em que mora com sua família.

Conforme apontamos ao longo deste estudo, as históricas lutas pela cidadania tiveram como eixo fundamental o direito ao trabalho, direito esse negado, sistematicamente, pela ordem capitalista global, apoiada atualmente, pela ideologia neoliberal. Sabemos que a junção “globalização/neoliberalismo” e as mudanças na natureza do trabalho, colaboram com o crescimento da população pauperizada.

Antônio reconheceu o serviço público da assistência social no município na década de 1990, visto que seu tio precisou de algumas telhas e recorreu a prefeitura. O entrevistado afirma não saber com quem seu tio conversou, mas que posteriormente ele foi encaminhado para uma assistente social a qual realizou o cadastro. Como observado também nos depoimentos anteriores, de Daiane e Raimunda, este período marcou fortemente o direcionamento assistencialista e clientelista do setor público para com a assistência social, reforçando a cultura política que perpassa a assistência social ao longo de sua história e vinculando-a a ações de interesse pessoal.

Após constituir sua própria família, foi o momento em que Antônio entende que se tornou usuário da política pública de assistência social. Observa que precisa desta assistência para “ajudar seus filhos”, porém, deixa claro que não é ele quem faz as solicitações.

“Igualzinho eu falo com a Raimunda, a Raimunda que tem esse acesso lá e quase que eu não vo lá. Ai tem aquelas coisas lá que faz joinha, eu falo pra ela ir, ai é como se ela tivesse retribuindo a ajuda que eles nos dá. Agora ela não retribui ai eu fico com vergonha de ter um acesso lá e eles falar: você não vem em uma reunião, né” (ANTÔNIO).

“A gente precisa do que recebe lá, mas se a gente cruza os braços vamo morre de fome, ai como ela fica mais dentro de casa ela que vai lá, mas ela tem que se mostrar pra frente. E através do atendimento lá eles pergunta pra ela: - que o rapaz ta fazendo? Quando to sem serviço se eu for no atendimento, vão acha que to de braço cruzado só pedindo, prefiro fica dentro de casa, mas não de braços cruzados, arrumando algo” (ANTÔNIO).

Percebemos que persiste na visão do sujeito a compreensão de que a família é o lócus de atuação da mulher e o mercado de trabalho o lócus de atuação do homem (TEIXEIRA, 2010), mesmo estando homens e mulheres presentes em ambos os espaços. Ao problematizar a matricidade sócio-familiar no âmbito do SUAS, este princípio toma a família como elemento central da política, mas dirigem-se preferencialmente às mulheres, como fundamentamos ao confrontar a concepção de família por meio das leis e as famílias reais, as quais estamos conhecendo por meio de suas trajetórias na assistência social.

Nesse sentido, encontramos explicações vazias para a adesão das mulheres e ausência dos homens, sempre de modo a reforçar as responsabilidades delas com o cuidado da família e das crianças, em especial. Podemos destacar o modo como uma concepção idealizada em torno das divisões dos papéis sexuais orienta a conduta das pessoas e é introduzida em uma política social. Como resultado, perante a política de assistência social, a família é identificada pela figura da mulher e não pela do homem, o que reflete diretamente na concepção dos usuários sobre a assistência social.

Assim, Antônio se sente constrangido em procurar a política de assistência social, visto que tem receio de pensarem que ele está “atoa”, transparece que o usuário se envergonha da sua situação de desemprego, sendo este fato um reforço a sua condição subalterna. Segundo a PNAS (2004) a realidade brasileira nos mostra que existem famílias com as mais diversas situações socioeconômicas e que em suas vidas perpassam várias expressões da questão social, que se agravam justamente nas parcelas da população em que há maiores índices de desemprego e de baixa renda dos adultos, precisando ser assistido por este serviço público para garantir o atendimento de suas necessidades básicas.

Antônio relata que apoia sua esposa quando recorre ao CRAS para receber as cestas básicas, e destaca que o benefício é muito importante para a família. Em sua concepção o CRAS é um lugar bom para ter conselhos, orientações e para conseguir a cesta. E como os outros entrevistados, o usuário alega que a Política de Assistência Social é uma forma de caridade aos pobres, não observando mudanças na política.

Como discutido ao longo do estudo, no olhar deste usuário está a marca histórica da política, ações benevolentes e caridosas de ajuda ao próximo, ligada à filantropia, que se vinculou, por muito tempo, as práticas religiosas, ações paternalistas e interesses políticos, sendo até mesmo confundida com estas ações. Esta inclusão da assistência social no rol de políticas públicas de proteção social é marcada por tensões, que orientam a trajetória histórica na passagem da prática

caridosa para o seu reconhecimento como política pública, de direito do cidadão e de dever do Estado, o que ainda é incompreensível na perspectiva de seus usuários.

O quarto caso deste tópico é da família de Solange, nascida em 1977, natural de Juiz de Fora, divorciada, mãe de 5 filhos, no entanto, reside com 4, sendo eles: Jussara (nascida em 1999), Alison (nascida em 2001), Luana (nascida em 2003) e Romário (nascido em 2006). Amanda, filha mais velha de Solange reside em Juiz de Fora (MG).

Há aproximadamente 9 anos que Solange e sua família residem em Lima Duarte, no entanto, eles irão compor as famílias deste item, pois a usuária tem uma trajetória de vida marcada pela busca de garantia de sobrevivência, lutando por qualidade de vida e atendimento às necessidades sociais.

Desde já cabe destacar que a vida desta família é marcada por migrações internas, pois percorreram por diversos locais em busca de trabalho, em um movimento de deslocamento de cidades de grande porte para cidade de pequeno porte, com a intenção de trabalhar com atividades rurais.

Solange estudou até a 4ª série do ensino fundamental, alega que fazia muita “bagunça” na escola e era muito “namoradeira”, sendo esses os motivos que levaram seus pais a tira-la do ensino escolar.

Como apontamos, Amanda reside em Juiz de Fora é operadora de caixa de um supermercado. De acordo com Solange, sua filha conseguiu este emprego, pois se qualificou ao participar dos projetos e fazer os cursos ofertados pelo CRAS no município de Lima Duarte.

Como já dito, no CRAS se insere o PAIF, tendo como uma de suas matrizes a atenção de todos os membros da família (mulher, idoso, jovem, criança e adolescente). Por meio deste programa é ofertados projetos sociais e cursos profissionalizantes, este último, como mencionamos, tem o objetivo de “preparar” e/ou “qualificar” a população usuária dos serviços do CRAS, no enfrentamento da pobreza e desemprego.

Neste sentido é importante esclarecer que a profissionalização não é papel do CRAS, nem muito menos, é o que propõe os princípios e diretrizes da PNAS (2004). O discurso da empregabilidade pode ter dois vieses analíticos, que são contraditórios: ou ele de fato quer fazer frente ao desemprego e a pobreza, ou fazer desta situação uma estratégia funcional a reprodução e acumulação do capital. Sendo esta última alternativa a mais evidente, visto que estes cursos, quando inserem algum usuário no mercado formal de trabalho, isto se efetiva de uma maneira precária, com

violação dos direitos, com explícita superexploração da força de trabalho, beneficiando, sobretudo, o grande capital.

Solange lembra que desde sua infância, nos anos 1980, sua família precisou de “ajuda para poder comer”, seu pai trabalhava no mercado informal e não conseguia arcar com as despesas da casa. Assim, eles recebiam leite e cesta básica dos Vicentinos (Conferência SSVP) de Juiz de Fora.

Ainda nessa época, ela morava com seus pais em uma ocupação no Parque da Lajinha (Juiz de Fora), alega que as famílias eram abrigadas neste local, mas com uma mudança de governo, o prefeito da época ordenou que todos os moradores deixassem a ocupação. A entrevistada narra que este foi o momento mais triste de sua vida, pois as famílias não tinham para onde ir, e por isso resistiam em não sair do local. No entanto, o prefeito enviou até a ocupação máquinas escavadeiras que entravam e derrubavam os “barracos” para que as pessoas pudessem sair mais rápido, por este motivo, a família de Solange foi morar na casa de seu avô em outro bairro desta mesma cidade.

Em 1995 Solange se casou e foi residir em Conselheiro Lafaiete (MG), pois seu marido era natural desta cidade e foram trabalhar para um fazendeiro da região. Neste momento, segundo a usuária, eles comiam o que plantavam, e por isso não passavam fome, mas ressalta que passavam por muitas “dificuldades” para poder arcar com as despesas de sua casa, mesmo recebendo “ajuda” de seu patrão.

No final dos anos 1990, Solange realizou a inscrição para ser beneficiada com o vale gás, mas não chegou a ser contemplada com o benefício. Cabe lembrar que tal benefício foi criado para compensar famílias pobres dos efeitos da retirada de subsídio ao gás de cozinha, tratava-se de um valor da transferência monetária muito baixo para produzir impacto efetivo na redução da pobreza, servindo apenas para reprodução da pobreza num dado patamar, como já mencionamos.

Por volta de 2004 seu patrão comprou uma fazenda, no município de Lima Duarte, por este motivo a família se mudou para o município, a princípio, para continuarem trabalhando na atividade rural.

Através do depoimento da entrevistada, percebemos que mesmo frente às longas e exaustivas jornadas de trabalho, envoltas por condições de existência extremamente precárias, para não dizer a ausência delas, pela injustiça salarial, às vozes silenciadas do peso que a atividade rural expõe seus trabalhadores, frente a essa e outras questões concretas para o trabalhador rural, esta era a única alternativa que eles tinham de sobreviver.

Em 2007 o patrão de Solange vendeu a fazenda e dispensou os serviços que ela e seu esposo prestavam a ele. Com uma gratificação que seu patrão havia lhe dado, ela deu entrada para

realizar a compra de uma casa, afirma que gostou de Lima Duarte e por isso resolveu ficar na cidade.

A partir daí refere-se que precisou ser assistidas pela política pública de assistência social, pois não conseguiu outro emprego, além disso, ressalta que tinha muitos filhos pequenos para cuidar, mesmo seu esposo realizando “bicos”, o dinheiro era pouco. Foi o momento em que conseguiu ser beneficiada pelo Programa Bolsa Família.

Na casa própria da família, eles residiram por 8 anos, porém sua estrutura estava em péssimas condições e acabou sendo interditada pela defesa civil. Neste momento, Solange já não estava mais casada e foi morar com seus filhos de aluguel. Cabe destacar que a família foi contemplada com o auxílio eventual de aluguel (ANEXO 3) liberado por meio do CRAS. Contudo, a usuária afirma que surgiu uma pessoa com interesse em comprar a casa que estava danificada, lembra ainda que esta pessoa tinha condições financeiras para realizar a reforma que precisava. Com o dinheiro que recebeu desta venda, deu entrada em outra casa e que só conseguiu pagar as parcelas dessa nova casa com o recurso recebido pelo Bolsa Família.

“Eu comecei a ser usuária do CRAS assim que eu vim morar aqui em Lima Duarte, há uns 9 anos atrás. A casa que eu moro eu agradeço ao Bolsa Família porque se eu não tivesse ele eu não teria como pagar a prestação da casa. E através de lá eu já consegui compra aqui e tudo com o dinheiro do Bolsa Família. Já precisei de cesta básica e lá no CRAS eles arrumaram o documento da minha menina” (SOLANGE).

Não podemos deixar de apontar que mesmo sendo através do recurso do programa de transferência de renda do Governo Federal, que esta família conseguiu manter em dia a prestação de sua casa própria, a casa em que moram como ocorreu na casa antiga da família, apresenta uma estrutura antiga, rachaduras e em pouco tempo será necessário uma reforma para que a casa não seja interditada pela defesa civil. Reforma que certamente a família não terá condições de arcar, assim, o programa, pelo ínfimo recurso repassado as famílias, possibilita um acesso precário aos bens necessários para viver, o que em pouco tempo colocará a família em situação de risco e insegurança.

Esta usuária da política de assistência social é membro do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), salienta que sua atuação é no sentido levar as demandas da sua comunidade para ser discutido no Conselho, e se possível resolvido.

Sem dúvidas, a criação dos conselhos de assistência social após a aprovação da LOAS significou um salto histórico na construção democrática dessa área, possibilitando que Estado e sociedade civil debatessem suas posições e propostas, selassem acordos e tomassem decisões conjuntas em espaços públicos de discussão e deliberação. Portanto, embora ainda existam recuos e contradições, os avanços em termos do controle social são inegáveis, repercutindo decisivamente na formulação e execução da política de assistência social.

Não obstante, as condições às quais estão submetidos os usuários da política de assistência social, ultrapassam a situação de pobreza, caracterizada por vulnerabilidades que os levam a uma situação de subalternidade, que conseqüentemente interfere na qualidade de sua participação consciente na luta de garantia de seus direitos (YAZBEK, 2001).

Para compor a trajetória e dar voz a nova geração dessa família assistida pela política de assistência social, ouvimos também sua filha, Jussara, nascida em 1999. Jussara não conseguiu acompanhar o sistema escolar, visto que tem grandes dificuldades de aprendizado, e por isso estuda no Centro de Educação Continuada (Cesec), fazendo atualmente de 5ª a 8ª série do ensino fundamental.

Jussara alega que além da sua dificuldade de aprendizado é uma menina tímida, não conseguiu se socializar na escola, não fez amigos e isto também foi um dos motivos que a fizeram mudar de escola. No entanto, após sua passagem pelo projeto social do CRAS, sua vida mudou para melhor.

“...eu participei do projeto Jovem Ação e gostei muito, eu mudei muito com esse projeto, aprendi a lidar com as pessoas, fiz amigos e perdi um pouco a timidez” (JUSSARA).

“Pra mim depois que participei dos projetos muita coisa mudou, antes eu não podia chegar perto de ninguém e brigava com todo mundo e até batia no pessoal, depois do projeto eu vi que isso não era certo e que eu fiz muita amizade e agora sei conviver melhor com as pessoas” (JUSSARA).

Neste contexto, observamos que o tipo de socialização que Jussara não conseguiu ter por meio da Política de Educação, na convivência com a rotina escolar, ela encontrou nos projetos desenvolvidos pela política de assistência social. Isto pode ser explicado pela natureza diferenciada destas duas políticas, assim, observamos ser importante a atuação socializadora da assistência social, numa perspectiva de fortalecer a convivência social e comunitária. Ainda em relação a política de assistência social, a usuária destaca que:

“Acho que ajuda a gente no que precisamos, tenho muitos irmãos e se não fosse esses benefícios não sei como a mãe faria. Todo mês vem conta pra pagar e o Bolsa Família, por exemplo, ajuda a mãe a conseguir pagar as contas, pagar a prestação da casa. Ela não trabalha e sem trabalho é difícil arrumar dinheiro” (JUSSARA).

Nesta narrativa percebemos que Jussara nota que o trabalho é um eixo central de atendimento das necessidades sociais básicas, e que com ausência dele, a assistência social torna-se o meio de satisfação das necessidades.

Conforme inferimos em nossas análises, o surgimento das políticas sociais se fundamentou com vista aos merecedores, decorrente do seu trabalho, eram privilegiados com os serviços e benefícios, enquanto os não merecedores ficam a mercê das práticas assistenciais, que criam condicionalidades e critérios de acesso para os comprovadamente pobres. Com isso, percebemos a relação contraditória de atração e rejeição que se estabelece entre trabalho e assistência podem ser identificadas, neste momento histórico de resposta do Estado as reivindicações dos trabalhadores.

Desta maneira, na impossibilidade de garantir trabalho para todos, o capital, por meio do Estado, responde de maneira instrumental a questão social, através de ações compensatórias ou de atividades com inserção precarizada. Antes, as ações assistenciais eram restritas aos impossibilitados de prover seu sustento por questões de velhice, deficiências, dentre outras. Hoje os desempregados e os trabalhadores do mercado informal e formal, são os novos beneficiários destas políticas, que impõem novas condicionalidades de acesso aos benefícios.

Neste item analisamos as trajetórias das famílias, que com a vida marcada pela experiência da pauperização, precisaram tornar-se usuárias da assistência social. E ainda, iniciamos uma aproximação com a nova geração destas famílias que também estão inseridas na política. Podemos inferir que na visão dos usuários, houve poucas mudanças na política de assistência social no município, ao longo dos anos.

Observamos que nos anos anteriores a 1985 aqueles que precisavam de assistência recorriam as ruas em busca de doações, contando com a solidariedade das pessoas. Destacamos ainda o papel importante realizado pela Conferência da SSVP, que por meio de suas obras de caridade, foi e continua sendo uma referência destas famílias. Para tanto, estes casos evidenciam a trajetória histórica de como a assistência social foi tratada ao longo da história do nosso país, a qual foi esboçada ao longo da dissertação.

No período de 1985 a 2002, verificamos que a demanda que perpassou a maioria das famílias, e que está presente até os dias de hoje, é em relação a material para construção ou melhoria habitacional, e o modus operante comum foi à passagem desta demanda, a princípio, ao

chefe do executivo municipal. Como discutido, nos anos 1990 a assistência social se dá plena de ambiguidades e paradoxos (YAZBEK, 2004), mesmo com o status de política pública assegurado pela Constituição de 1988 e LOAS (1993), o setor público a assume, mas com ações clientelistas, com fins caritativos e eleitoreiros que marcaram a assistência social no Brasil. É visível nas trajetórias o atendimento focalizado, seletivo e fragmentado, característicos da política neoliberal adotadas no país, sendo o Estado, uma espécie de “pronto-socorro social”, nos termos de Netto (1999).

Após os anos 2002 e posteriormente a promulgação da PNAS (2004), os sujeitos sociais entrevistados percebem a criação do CRAS e em suas avaliações os serviços da política de assistência social ficaram mais acessíveis. Nas entrevistas eles destacaram como positivo o fato de ter um lugar próprio para levar suas demandas, visto que antes passavam por diversos setores da prefeitura para realizarem suas solicitações, e muitas vezes, não tinham retorno das demandas que apresentavam. E ainda os projetos sociais desenvolvidos foram apontados como um grande diferencial na estrutura da política.

No entanto, observamos também que mesmo com os avanços obtidos com o reordenamento da política de assistência social, a partir de 2004, o olhar dos sujeitos é que há uma continuidade da lógica assistencialista. Isto pode ser verificado também, nos direcionamentos políticos do momento, que priorizam a política de assistência social restringida aos programas de transferência de renda e desvinculada de outras políticas estruturais que contribuam de fato com a redução da desigualdade social.

2) Famílias que as trajetórias na política de assistência social iniciaram entre os anos 1985 a 2002

O primeiro caso deste tópico refere-se a família de Rafaela, nascida em 1968, natural da cidade de Olaria (MG)⁶³, mãe de 6 filhos. O estado civil de Rafaela é viúva, no entanto, há três anos vive com Joaquim, nascido em 1969, natural de Santos Dumont (MG), trabalha como ajudante de caminhão e tem carteira assinada. A família é composta pelo seu companheiro e seus filhos: Mateus (nascido em 2000) e Aparecida (nascida em 2004). Reside de aluguel, porém em Lima Duarte

⁶³ De acordo com o IGBE (2014) a população estimada do município de Olaria (MG) é de 1.935, com uma área de unidade territorial de 178, 242 Km². Este município fica localizado a 15 km da cidade de Lima Duarte.

construiu uma casa, onde criou seus filhos. Ela tem 3 (três) filhas que já se casaram e um que mora sozinho na casa própria da entrevistada, e ele é usuário de álcool e outras drogas.

Rafaela é analfabeta, afirma que morou na zona rural, em um lugar que não havia escola, além disso, lembra que em sua época não havia transporte e sua família não tinha condições de leva-la para frequentar o sistema escolar.

Em relação ao seu percurso no mercado de trabalho, Rafaela conta que trabalhou como doméstica, mas atualmente é trabalhadora rural, realiza esta atividade alguns finais de semana em uma fazenda situada na divisa do município de Lima Duarte e Olaria, no entanto, sempre esteve no mercado informal de trabalho.

A entrevistada relata que até 1982 residia com uma tia em uma fazenda situada na cidade de Olaria, já que perdeu sua mãe muito cedo, seu pai foi morar no município de Lima Duarte. Assim que sua tia faleceu, Rafaela com 14 anos de idade foi morar com o pai. Salienta que na sua infância nunca foi preciso de nenhum tipo de “ajuda” para suprir suas necessidades básicas, isto porque ela morava na “roça”, trabalhou desde criança plantando e também criando animais. Se recorda que foi uma época difícil, pois não havia serviços básicos, como atendimento de saúde, escola e transporte.

Casou-se por volta de 1986, não se recorda ao certo em qual ano, mas afirma que foi nesta época que ela começou a precisar de auxílios para sua família, e encontrou “ajuda” na Igreja Católica, através dos serviços da pastoral, e na Conferência da SSVP, os quais entregavam para a família cestas básicas mensais, remédios, dinheiro para pagar conta de luz e o leite.

Neste momento, verificamos a atuação da benemerência privada, em que a assistência social é entendida como um dever moral por meio de ações de caráter caritativo, emergenciais, fragmentadas e assumidas por entidades religiosas, comunitárias, dentre outras, conforme observamos neste estudo.

Até 2002 Rafaela não aponta nenhuma mudança nas formas de atendimento de suas necessidades básicas, mas lembrou de que neste ano recebeu o benefício do vale gás, destaca que era pouco dinheiro e, as vezes, “nem o gás era possível comprar”. A partir de então verificamos que começou a ser usuária do serviço público da política de assistência social, não perdendo seu vínculo com a benemerência privada. Apenas a critério de curiosidade vale lembrar que este benefício era a transferência de R\$ 7,50 por mês, cujo repasse era realizado a cada dois meses (SILVA, YABEK E GIOVANNI, 2012), tratando-se de um programa extremamente focalizado e que não assegurava o acesso a outras necessidades sociais da família.

Como já inferimos neste trabalho, estes programas de transferência de renda mínima, em termos de abrangência na Política Social Brasileira, passam a ser considerado eixo central de uma rede nacional de proteção social implantada no país (Idem).

Na recordação de Rafaela, desta época, está a mudança realizada pelos programas de renda mínima para a unificação no Programa Bolsa Família, que é importante “pra paga as contas da casa e pra compra roupa e material escolar para as crianças, um mês compra para um, no outro mês para outro” (RAFAELA). Segundo Silva, Yazbek e Giovanni (2012) sob a justificativa de ampliação de recursos, elevação do valor monetário do benefício e melhor atendimento, a proposta de unificação dos programas de renda mínima, o Programa Bolsa Família, foi aprovado em 2003, no governo do presidente Lula⁶⁴. Verificamos que a mudança na estrutura destes benefícios impactou a vida da usuária, que a partir de então consegue arcar com as despesas de casa e ainda fazer compras de materiais de primeira necessidade para seus filhos.

No decorrer de 2007 o marido de Rafaela ficou muito doente e não conseguia mais trabalhar. Rafaela tinha que ficar em casa cuidando de seu esposo, 3 (três) filhas já haviam se casado e possuíam suas próprias famílias, e um outro filho teve sua dependência com o álcool agravada. Ela aponta que nesta época foi difícil superar os problemas da sua família. Relata que uma funcionária da área da saúde, após conhecer a situação de seu esposo, orientou a usuária a procurar o CRAS para solicitar o Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS). Após este encaminhamento a família conseguiu receber tal benefício, mas pouco tempo depois o esposo da usuária faleceu, não podendo mais contar com este recurso, a família continuou sendo assistida pelos serviços do CRAS, vindo a receber o auxílio funeral e cestas básicas (ANEXO 3).

Desde 2012 é companheira de Joaquim, o qual foi residir com ela e seus filhos na casa que possui, mas com o agravamento da situação de saúde de um de seus filhos, com o aumento do consumo de bebida e outras drogas e devido também a situação precária da casa, que já não comportava sua família, o companheiro de Rafaela resolveu alugar outra casa.

Cabe lembrar que Rafaela afirmou ter sido beneficiada, através dos serviços disponibilizados no CRAS, com materiais para reforma de sua casa. No entanto, alega que foi possível consertar pouca coisa, pois foi informada pela assistente social que não tinha muito recurso para fazer a reforma que sua casa precisava, porém, os problemas não foram sanados.

Como afirmamos nos casos anteriores, além da reinteração a condição subalterna da família, verificamos o direcionamento das políticas sociais no quadro das políticas neoliberais, com

⁶⁴ Tratamos desse assunto no item 2.3.3, segundo capítulo.

atenção as ações emergenciais, focalizadas e com restrição de recursos ao atendimento das necessidades sociais. Neste sentido, observamos que a política de assistência social ao invés de cumprir seu papel de proteção, atua resolvendo os problemas pontuais, que ao longo prazo irá retornar como novas demandas.

A usuária avalia mudanças positivas na política de assistência social, em sua narrativa percebemos que ela consegue fazer esta avaliação pensando na situação de suas filhas, que já construíram suas famílias e também são usuárias da política de assistência.

“Porque sempre eu vejo, quando eu vou, todo mês, sempre tem uma família lá que eles estão atendendo, dando cesta, né. Tem a reunião deles. Então, quer dizer que já melhorou bastante. Já tem alguma coisa. Aqueles que precisam mesmo, ai sabe que todo mês tem ali, vai lá. E ainda minhas filhas sempre são atendidas lá, elas tem o que precisam, isso ajuda muito elas com a família delas” (RAFAELA).

Deste modo, nesta família também percebemos a questão geracional na política de assistência social, visto que Rafaela, suas filhas e seus netos, são assistidos pela política:

“*[pensando sobre os projetos e programas do CRAS direcionados para criança e adolescente]* É, isso pra eles é importante. Porque é um momento que eles já num fica na rua, é o momento que eles tá lá. Já tira da rua. Em vez de tá na rua eles tá lá, ocupando com aquelas coisa, que faz. Aí nesse ponto eu acho bom (RAFAELA) *[grifos nossos]*.”

A rua para Rafaela é o lugar em que seus filhos e netos estão expostos a vários tipos de perigo, como a criminalidade, violência, além de serem induzidos ao consumo de álcool e outras drogas. Afirma que as ações que o CRAS desenvolve para as crianças e adolescentes previnem estas situações, pois ocupam o tempo deles com ações lúdicas, própria para a faixa etária que estão vivendo.

Em relação aos serviços da política de assistência social, a usuária alega que atualmente sua demanda é por material de construção para reformar a sua casa própria, afim de comportar toda sua família. Ela ressalta a necessidade de voltar a morar perto de seu filho, pois precisa acompanhá-lo no tratamento que realiza no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do município.

Conversamos também com Joaquim, nascido em 1969, estudou até a 4ª série do ensino fundamental, diz que parou de estudar para trabalhar e ajudar sua irmã, que engravidou muito cedo e não tinha mais ninguém além dele. Durante muitos anos trabalhou na área rural, mas há

aproximadamente 3 anos conseguiu se inserir no mercado de trabalho formal é ajudante de caminhão em uma empresa no município de Lima Duarte.

Aqui percebemos novamente a histórica relação trabalho e assistência social. Conforme ressaltamos nesta dissertação, até 1988 aqueles que não tinham trabalho e/ou era considerado inapto para, deveria ser atendido pela estrutura da assistência social formada pela benevolência privada e por algumas ações públicas pontuais.

Todavia, com a estrutura do trabalho baseada na superexploração da força de trabalho vivenciada pela classe trabalhadora, isto não perdendo de vista o processo de flexibilização, precarização, terceirização, etc, que agem diretamente na base do trabalho na sociedade capitalista, esta dicotomia entre trabalho e assistência social já não prevalece. De acordo com Silva (2013),

as atuais relações flexíveis de trabalho estabelecem uma nova relação, orgânica e reacionária, entre a expansão do capital e a espoliação do trabalho, que assimila novas e pretéritas formas de exploração, cuja inusitada conciliação caracteriza o fenômeno da superexploração e permite, também, o desvencilhamento de custos de reprodução da força de trabalho e um mascaramento da real dimensão da superpopulação relativa que vem sendo produzida crescentemente (Idem, p. 90).

A partir dessa narrativa, podemos destacar um movimento novo que diferencia os tradicionais usuários da assistência. Como assinalamos no primeiro capítulo dessa dissertação, a assistência social foi historicamente direcionada a população que não conseguiam inserção no mercado de trabalho, ficando a mercê da caridade. No entanto, por meio do que expôs Joaquim apontamos que a novidade é que o atual público alvo da política de assistência social compõe-se, inclusive, de trabalhadores que estão inseridos no mercado formal de trabalho, e que além do que conseguem através do trabalho, precisam desta proteção social pública para o atendimento de suas necessidades sociais básicas.

Há seis anos, Joaquim escolheu Lima Duarte para morar, foi convidado a trabalhar em uma fazenda situada zona rural do município, e posteriormente conheceu Rafaela e preferiu permanecer na cidade. É usuário de bebida alcoólica e adquiriu esta dependência desde adolescente, “a bebia é uma vivência que adquiri pelos trabalho que já tive, passava frio bebia e já esquentava, tava com fome bebia que passava a fome, sentia calor bebia e refrescava” (JOAQUIM).

Como observamos, o trabalho com os usuários de bebida alcoólica e outras drogas é um grande desafio da política de assistência, mas este é um público real dos serviços da política e que precisam ser assistidos para além de suas necessidades sociais emergenciais, como provimento de auxílios eventuais (ANEXO 3). Para tanto, reforçamos a importância do trabalho intersetorial, da

política de assistência com outras políticas públicas, no atendimento de demandas dos sujeitos que os fortaleçam em suas fragilidades e colabore com a construção de vínculos familiares e comunitários mais sólidos.

Segundo Joaquim sua vida sempre foi muito sofrida, já que trabalha desde os 9 anos de idade, lembra que morava em um internato para crianças e adolescentes e neste lugar realizava trabalho pesado, como o de capinar, varrer, lavar pátios, entre outros. Esta relação trabalho/sofrimento evidencia o significado que na maioria das vezes o trabalho assume para os trabalhadores pobres e subalternizados (YAZBEK, 2007), já que é inserido desde a infância na vida destas pessoas, com grande precariedade e instabilidade.

Seu contato na política de assistência social é por meio de Rafaela, alega que nunca ficou sabendo da existência desta política até conhecer sua companheira. No entanto, para ele, de nada resolve a política de assistência social e tem esta avaliação pela situação da casa própria de Rafaela. “Mas o CRAS tá ajudando em quê? Arruma a casa não dá. A cesta básica não tem. O marido dela não deixou dinheiro nenhum (JOAQUIM)”.

A situação da moradia é uma questão que incomoda muito Joaquim, pois Rafaela tem casa própria, mas segundo ele a casa não está em condições de moradia, as telhas estão quebradas, há rachadura nas paredes, além de ser situado próximo a uma passagem de esgoto. Para o entrevistado, a demanda atual da família é por material de construção para realizar a reformar da casa, e diz que tem anos que Rafaela tem feito esta solicitação, mas não consegue ser beneficiada. Ainda segundo Joaquim, a assistente social do CRAS afirmou que a família já foi beneficiada e que tem muitas outras famílias esperando, mas em sua concepção, com o que receberam não foi possível “tampar uma rachadura que a casa possui”, não resolvendo o problema da família.

“O CRAS ajuda pessoa que não precisa. O CRAS tem muita pessoa que o CRAS ajuda e não precisa e ela [*referindo-se a Rafaela*] precisa e o CRAS não ajuda ela, não entendo isso, não sei como pode acontecer isso, como existe injustiça nesse mundo” (JOAQUIM). [*grifos nossos*]

Joaquim aponta que recorreu ao CRAS para se cadastrar no Programa Bolsa Família, mas não conseguiu receber nada, e por causa disso “não gostaria mais de ir lá fazer qualquer solicitação”. Não entendeu porque não conseguiu ser beneficiado e reitera que: “Ir lá é coisa dela fazer [*sua companheira*] só ela que eles [*os profissionais do CRAS*] entendem, isso porque ela é boba todo mundo passa ela pra trás mais fácil, eu sou homem ninguém mete a cara” (JOAQUIM) [*grifos nossos*].

Neste depoimento nos chama a atenção a visão do usuário sobre a política de assistência social, que vai de encontro a visão de Antônio (esposo de Raimunda), visto que eles demonstram um claro entendimento da política como uma ação dirigida para as mulheres. Como apontamos ao discutir os princípios da política, a matricialidade sociofamiliar não consegue superar a tendência familista da política social brasileira, em especial da assistência social (TEIXEIRA, 2010).

Neste sentido é de extrema importância trabalhar a família como um todo em sua heterogeneidade e diversidade de formação, facilitando os benefícios para todo o núcleo familiar. No entanto, a forma com que o trabalho está sendo realizado, tem acirrado questões da desigualdade de gênero, o que tem causado conflito no âmbito familiar, visto que quando algum benefício é negado, existe uma culpabilização da mulher, já que o acesso a assistência social é de sua responsabilidade.

Concordamos com Teixeira (2010) que a constituição de sujeitos de direitos se dá no processo de compreensão das determinações sociais de suas condições de vida, material e afetiva; no reconhecimento da força do coletivo; e nas possibilidades concretas de acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. Por isso a importância de reavaliar a organização da política de assistência social e direcioná-la para todo o grupo familiar com uma perspectiva mais ampla de socialização, fortalecimento de vínculos, não reforçando relações conservadoras que tem embates explícitos nas relações familiares da população subalterna.

O segundo caso deste tópico é de Joana, nascida em 1966, natural de Lima Duarte, residente na zona rural. Sua família é composta por sua neta, Paola (nascida em 2005) e sua sobrinha Tatiane (nascida em 1993). Estudou até a 6ª série do ensino fundamental e desistiu porque “não gostava de estudar”.

Ainda quando criança Joana se mudou para Resende (RJ), isto ocorreu porque seu pai arrumou um trabalho e levou toda a família, recorda-se que sua família tinha uma “vida confortável”. Nos anos 1980, fruto de um relacionamento, que ela denominou como “rápido”, teve dois filhos, mas sempre foi mãe solteira, residindo na companhia de seus pais.

Por volta de 1996 a família retornou a Lima Duarte, isto porque o pai de Joana ficou doente e era complicado para eles saírem de Resende (RJ) e leva-lo para fazer o tratamento de saúde na cidade do Rio de Janeiro, sendo mais viável voltarem a residir em Lima Duarte e realizar o tratamento em Juiz de Fora. Porém, depois de 7 meses seu pai faleceu, fato que levou Joana a se inserir no mercado de trabalho, para arcar com as despesas de sua família.

Até 2002, Joana e sua família não passava por muita dificuldade financeira, ela trabalhava (alguns anos no mercado formal, mas por fim conseguiu apenas bicos) e arcava com as despesas de sua família. No entanto, neste mesmo ano, Joana adoeceu, teve depressão, entre outros problemas de saúde que preferiu não relatar, e como estava no mercado informal de trabalho não foi beneficiada pelos auxílios previdenciários.

Foi a partir deste momento que Joana recorreu ao serviço da política de assistência social do município tornando-se usuária, a princípio com a solicitação de cesta básica. Relata que não teve dificuldade em acessar o auxílio e que fez isso diretamente no setor da assistência social da prefeitura.

Sabemos que o pressuposto legal da assistência social enquanto política pública, não iria significar como não significou, a superação da concepção conservadora e uso histórico da assistência social no campo do assistencialismo, clientelismo e benemerência eleitoreira. Mas comparando com o acesso dos usuários anteriores, observamos nesta época uma certa adequação dos serviços, em que as demandas dos usuários já não precisavam mais passar, diretamente, pelo chefe do executivo.

A filha de Joana teve dois filhos, uma dessas crianças é especial, a menina Paola. Segundo os relatos de Joana, sua filha não tinha os cuidados necessários com a menina, além disso, o pai de Paola é alcoólatra tem muitas crises e não aceita a sua condição especial. Por este motivo, Dna. Edneia (mãe de Joana, uma senhora de aproximadamente 85 anos) pegou Paola para morar com ela e cuidar. No entanto, Dna Edneia é muito idosa e não tem condições de ficar com a bisneta, por isso, atualmente Joana cuida de sua neta.

Joana salienta que esta situação ocorreu por volta de 2008, momento em que já observa o surgimento do CRAS no município, de acordo com ela, com uma estrutura diferenciada, organizada, bem diferente do local em que foi atendida pela primeira vez pela assistente social na prefeitura. Desde então, para colaborar com o tratamento de Paola, Joana começou a receber da política de assistência social auxílio de vale transporte, posteriormente, foi beneficiada também com materiais de construção para concluir a obra de sua casa e cesta básica.

A usuária afirma que sempre teve um bom acesso na política de assistência social do município e na maioria das vezes teve sua demanda atendida. Para ela, do primeiro acesso até hoje o que mudou foi o local, visto que atualmente os serviços são realizados na sede própria do CRAS e antes os atendimentos aconteciam em uma pequena sala da prefeitura.

Apesar de Joana não perceber mudanças na política de assistência social ao longo do tempo, ela observa a criação do CRAS como uma inovação e em sua concepção, este centro impactou diretamente a vida das famílias que dependem da assistência social no acolhimento de suas demandas.

Vale ressaltar também que Joana avalia a política de assistência social apenas pelos benefícios que recebe, em momento algum se refere aos projetos e programas desenvolvidos no âmbito desta política. Como informado anteriormente, a usuária reside na zona rural do município e a sua falta de conhecimento sobre os projetos realizados pode ser devido a distância em que mora em relação ao CRAS, não tendo possibilidade de participar dos projetos desenvolvidos (ANEXO 3).

Considerar a territorialização como um dos eixos estruturantes das ações e serviços oferecidos no CRAS não significa apenas conhecer o espaço geográfico que circunda o CRAS, trata-se de compreender que é um local de inúmeras e distintas vivências e conquistas. É um espaço onde se manifesta as relações familiares e comunitárias e, portanto, identifica os sujeitos que ali estão inseridos.

O território expressa ainda os determinantes sociais que incidem sobre a sociedade, as expressões da questão social que afetam as famílias, bem como, as potencialidades dos sujeitos no enfrentamento às adversidades e conflitos que surgem. Por isso a importância dos serviços do CRAS chegarem a estas famílias, e isso não só por meio dos auxílios materiais, mas também da realização de ações e projetos que colaborem com a identidade das famílias ao território e que seja meios do fortalecimento familiar e comunitário, previsto no reordenamento da política de assistência social.

Outra situação que Joana vivencia e que se apoia na assistência social é em relação ao seu filho mais velho que é usuário de bebida alcoólica e outras drogas. Seu filho reside em Juiz de Fora, mas está sempre em contato com Joana que procura insistentemente por tratamento para ele e recorre aos serviços do CRAS para obter “ajuda” nesta situação, mas segundo ela, nada é feito.

Este é um ponto que precisa ser analisado, visto que tal situação surgiu nas narrativas de Maria, Raimunda, Rafaela, Joaquim e também no de Joana, como uma experiência que fragiliza as relações familiares. Observamos que a presença de usuários que possuem algum comprometimento mental, seja por questões psíquicas ou pelo uso abusivo de álcool e outras drogas, buscam atenção na assistência social.

Para a PNAS (2004) entre os usuários que compõem seu público alvo estão presentes os que possuem “desvantagem pessoal resultante de deficiência” e ainda os que usam substâncias

psicoativas, isso significa que as pessoas que tem a saúde mental comprometida, também são usuários da política de assistência social. Joana, afirma que recorreu a esta política em busca de alguma “ajuda”, mas não identifica nenhuma ação específica para atuar neste caso. Neste sentido, verificamos outro limite da política de assistência social, que é atuar sobre situações que ultrapassam as questões emergenciais e materiais, no intuito de intervir em questões que estão afetando diretamente a vida das famílias usuárias dos serviços, como é o caso do alcoolismo presente em muitas narrativas.

A avaliação de Joana sobre o CRAS, é que:

“É muito bom o CRAS. Porque se não fosse a ajuda deles, do pessoal do CRAS sabe, eu não sei o que seria de mim não. Eu tava passando muito aperto mesmo, sem jeito de trabalhar, sem ganha nada. Depois que eu parei de trabalhar tudo ficou difícil, só o CRAS pra me ajuda” (JOANA).

Como já visto neste estudo, a política de assistência social ganha centralidade no processo de reprodução social, tida como a política estruturadora que conduz a integração entre os indivíduos, não mais como mediação para outras políticas e outros direitos, como é o caso da saúde, habitação, trabalho, entre outras. A política de assistência ao ser considerada a política de proteção social⁶⁵, dissimula a referência do trabalho, em prol da renda como forma de acesso ao consumo.

Para Joana a política de assistência social é uma “ajuda” que dão para as famílias que passam por algum “problema que a pessoa tem e não consegue resolver” (JOANA). Nesta narrativa é possível inferir que há um entendimento da questão social como culpa daquele que não consegue por si só sanar alguma dificuldade social, e não do sistema que se apresenta com formas desiguais, o que sem dúvidas é imperceptível aos sujeitos sociais. Para tanto, devemos ressaltar que as políticas sociais só terão sentido quando funcionarem para a satisfação das necessidades sociais e não das necessidades do capital, fortalecendo a ideia de superação do modo de produção capitalista, em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Neste item analisamos as trajetórias das famílias de Rafaela e Joana, que se tornaram usuárias da assistência social no período de 1985 a 2002. A trajetória de Rafaela foi marcada pela ação da Igreja e da Conferência da SSVP, que foram as instituições que assistiram e ainda assistem a família, com doações de cestas básicas. Começou a ser usuária da política pública de assistência social no início dos anos 2002, sendo beneficiada pelo vale gás, entendendo como um programa restrito e que pouco ajudava com as despesas familiares. Posteriormente, reconhece a criação do

⁶⁵ Tratamos desse assunto no item 2.3.3, segundo capítulo.

CRAS, mas reforça que a política de assistência é mais importante para suas filhas, que já tem famílias e são assistidas, do que para ela, pois relata que não tem sido contemplada no atendimento de suas demandas.

Logo, no contexto econômico atual marcado por forte precarização do mercado de trabalho, o recurso destinado a assistência social passa a atender uma crescente diversificação de sujeitos sociais que vivem a experiência da pobreza. Por meio destas narrativas estamos verificando gerações familiares que estão dependendo da assistência para o atendimento das necessidades materiais e sociais. Assim, estas famílias passam invariavelmente pelo processo cada vez mais acentuado de barbárie social, que os levam a se tornarem dependentes dos serviços sociais públicos e privados.

Em relação a trajetória de Joana, observamos que ela recorreu em uma momento que o setor público estava iniciando a estruturação da política pública de assistência social em nível municipal. A usuária não avalia muitas mudanças com a implantação do CRAS, mas afirma a importância de receber os auxílios, principalmente, para conseguir cuidar de sua neta. Seu olhar sobre a política de assistência social revela a história que se assenta esta política em nosso país, a de ser uma prática de favor, ajuda e caridade.

3) Famílias que as trajetórias na política de assistência social iniciaram após anos 2002

O primeiro caso deste tópico é da família de Jane, nascida em 1991, natural de Lima Duarte, mãe de Adriano (nascido em 2008) e Rodrigo (nascido em 2014), casada com Fernando (nascido em 1984). Estudou até a 8ª série, refere-se que não concluiu os estudos porque se casou e teve seus filhos, o que a impossibilitou de se dedicar as atividades escolares.

Proveniente de uma família que trabalhava em atividades rurais, Jane relata que após seu nascimento seus pais foram morar em Juiz de Fora para “tentar a vida”, já que em sua concepção “emprego e condições de vida dignas são mais fáceis em cidades maiores”. No entanto, Jane ficou residindo em Lima Duarte com seus parentes.

Recorda-se que na sua infância havia uma creche e um posto de saúde no bairro em que morava, sua família contava com estes locais para receberem materiais de primeira necessidade, “na creche tinha a alimentação para as crianças e no posto de saúde era fornecido o leite em pó” (JANE).

Em 2002 Jane foi morar em Juiz de Fora com seus pais, residindo na cidade até a metade do ano de 2008, posteriormente, retornou para o município de Lima Duarte, onde se casou e fixou sua residência. Sua experiência é no mercado de trabalho informal, através do serviço doméstico, porém, desde que engravidou do seu primeiro filho não exerceu mais este trabalho.

Segundo a entrevistada, ela começou a ser usuária da política pública de assistência social a partir do momento em que formou sua própria família. Pondera que após acessar a política de assistência, nunca mais deixou de precisar a recorrer aos serviços, já foi beneficiada pelos auxílios eventuais (ANEXO 3) e participa dos projetos desenvolvidos pelo CRAS no bairro em que reside.

Conforme a PNAS (2004) explicita, a assistência social como política de proteção social visa a garantir a todos que dela necessitam e sem contribuição prévia a provisão a esta proteção. A proteção social de assistência social ocupa-se das vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana. Em suas ações, produz aquisições materiais, sociais, socioeducativas para suprir as necessidades de reprodução social de vida individual e familiar dos cidadãos e desenvolver suas capacidades e talentos para a convivência social, protagonismo e autonomia.

No entanto, Jane aponta que é muito complicado ser beneficiária dos programas sociais, visto que responder todo o questionário do CadÚnico, levar a documentação exigida e até receber o cartão do bolsa família, “demora quase um ano para tudo se resolver” (JANE). Mas entende que para o bem estar de sua família, receber o benefício monetário da assistência social é indispensável e conseguiu-lo foi uma “benção de Deus”, sendo bastante apreciado pela usuária, pois por meio do seu relato observamos que se tratava de algo inesperado. Jane relata ainda que o recurso que recebe por meio do Bolsa Família ajuda a manter as contas da casa e dá para “comprar algumas coisas” para seus filhos.

Entendemos que o CadÚnico é um importante instrumento não só no estabelecimento de critérios e acessos aos programas sociais, mas também na possibilidade oferecida para conhecer a realidade das famílias que vivem no município. Nele estão evidentes as principais demandas dos usuários da política de assistência, além de poder ser utilizado como estratégia de construção de ações que possam ser interligadas com as demais políticas públicas.

Para compor a trajetória familiar na política de assistência social, conversamos ainda com Fernando, natural de Lima Duarte, estudou até a 4ª série do ensino fundamental.

Eu tinha que trabalhar né... Aí eu fui embora daqui na época, morar em Valadares [*distrito de Juiz de Fora*] com o meu pai. Aí chegou lá eu tinha que trabalhar e estudar! Fui por causa do trabalho e parei de estudar. Eu mesmo quis, na época meu pai não queria deixar eu parar de estudar pra trabalhar não. Aí eu estudei à noite, fui estudando a noite, fui estudando e trabalhando de dia. Até o dia que uma menina lá me fez uma raiva eu falei, ó, você vai ver só, eu não preciso desse trem mais não. Aí não voltei até hoje (FERNANDO) [*grifos nossos*].

Sobre sua situação no mercado de trabalho há 5 meses ele encontra-se desempregado, no entanto, afirma que trabalhou muitos anos no mercado formal, sendo servente de pedreiro empregado na construção civil.

Ao recuperar suas lembranças dos anos 1990, salienta que morava com sua avó na zona rural do município de Lima Duarte, para ele sua família sempre passou por muitas necessidades, porém, nunca tiveram nenhuma “ajuda”, pois mesmo nas dificuldades, usavam da terra para obter seus alimentos.

Este fato é comum ao que ocorreu com Maria, Rafaela e Elisângela, que mesmo passando por dificuldades no campo, contavam com uma pequena propriedade, em que produziam o alimento para suas famílias atendendo as suas necessidades sociais básicas.

O trabalho na área rural foi tratado de forma desigual ao se comparar com as condições de trabalho urbano. Como já apontamos, a cidadania e o acesso aos direitos sociais no Brasil foram restritos, os desempregados contavam com a caridade das instituições filantrópicas e o acesso às políticas sociais durante muitos anos era proporcionado apenas aos trabalhadores urbanos, encontrando-se em posição desprivilegiada os trabalhadores rurais (SANTOS, 1987)⁶⁶.

Conforme observado ao longo da formação sócio-histórica do país, as medidas regulatórias, inclusive, dos direitos sociais, criaram um clima favorável ao deslocamento dos trabalhadores rurais para os centros urbanos, em busca de melhores condições de vida. Assim, podemos inferir que as condições de vida e trabalho na área rural, para estas famílias, foram desprovidas de assistência pública, caracterizando-os como pré-cidadãos (SANTOS, 1987).

Nos depoimentos verificamos ainda que os sujeitos que tem como experiência de vida o trabalho rural são os que possuem a menor escolaridade, no caso de Maria e Rafaela, elas são analfabetas. Neste sentido, relata os atores que a vida no campo é muito dura, sofrida e precária, sendo incompatível com a realização de qualquer outra atividade, já que o desgaste físico é muito grande.

⁶⁶ Esse assunto foi tratado no item 1.2, primeiro capítulo.

O que marcou a vida de Fernando, na política pública de assistência social, foi após sua união com Jane. O casal foi morar em uma casa cedida pelo pai de Jane, mas com um telhado muito danificado. Como Fernando trabalhava, conseguiu comprar as telhas e recorreu ao CRAS para solicitar a madeira da base do telhado, que não daria para a família adquirir. Posteriormente, foram assistidos com outros auxílios, mas que não sabia dizer ao certo, já que é “Jane quem fez as solicitações e é ela que vai lá no CRAS, eu nem vou lá” (FERNANDO).

Conforme já discutido no decorrer deste trabalho, com base nos depoimentos de Antônio e Joaquim, Fernando também expõe a “responsabilidade” da mulher com a solicitação dos auxílios no âmbito da política de assistência. Como inferimos, esta situação é conflitiva no âmbito familiar, acirra a questão da desigualdade de gênero e a centralidade, termo que a PNAS (2004) adota, não é na família, mas uma centralidade na mulher-mãe⁶⁷.

Para finalizar a trajetória da família de Jane, ressaltamos que tanto Jane quanto Fernando apontaram que entendem a política de assistência social como um direito, no entanto, percebemos uma certa confusão quando eles tentam expor suas explicações:

“é um direito na medida do qual eles pode atender. Não adianta eu querer chegar lá, to precisando de mais material e tem que ser pra estes dias. Não, eu acho que... Eu não sou diferente de ninguém né. Lá tem uma lista, igual tem outras pessoas na frente, qual que tem mais pessoa que ta precisando e não tem dinheiro pra comprar as coisas pra todo mundo. Então eu acho assim que... Um direito na medida do alcance deles, né. Que eles também não pode querer nos dá de vez enquanto... Direito na medida do alcance deles. Acho que a gente também tem que saber respeitar as demais pessoas que estão na frente. Igual, eu já to correndo atrás de uma vaga pro meu filho na creche, e tem mais pessoas na minha frente, então se sair a vaga né. É tudo no respeito, na educação. Respeito e educação. Não é nada de falta de educação que esse tipo de coisa a gente não chega em lugar nenhum. Mas ainda tem hora que é estressante, mas fazer o que” (JANE).

“É direito e o direito é obrigação deles né. A gente fala como obrigação deles e não da gente. Não é nossa obrigação, eles la que tem que da estas coisas pra gente, a gente precisa ter essas vantagem. É bom a gente ter essa postura, então eles tem que ajuda, dar as coisas... (...). Igual acontece aqui, Se tem uma pessoa que tá doente, precisando de comprar e não tem condição de comprar um remédio, ou fazer alguma coisa, é direito da gente é ir lá ajudar. Essa é a obrigação da gente. Então é uma coisa deles, da prefeitura, eles tem obrigação sim de - ó, vamos ver quem tá precisando mais e vamos ajudar quem tá precisando, eles são pobres, precisa de muita ajuda e favor nosso!” (FERNANDO).

⁶⁷ Assunto discutido no item 2.3.3.2, segundo capítulo.

A noção de direito não está clara para estes usuários, quando tentaram expor suas opiniões, percebemos um entendimento que está mais próximo da assistência social como um favor do que direito de cidadania. Na fala de Jane, podemos inferir que ela observa a política de assistência pela lógica neoliberal, com grande seletividade, focalização e restrições de recursos orçamentários para as políticas sociais, como de fato ocorre.

Ainda nos chama a atenção o seu depoimento sobre questão das vagas nas creches municipais, o cadastramento para este acesso ocorrem no CRAS, sobre o argumento de que os usuários da assistência social têm maior necessidade do acesso gratuito à educação infantil. Ao analisar esta situação, assinalamos uma questão contraditória que perpassa este discurso, já que a educação é um direito de todos (CF/88), logo, a inclusão a um nível de educação não deveria passar pela política de assistência social que se destina à “quem dela necessitar” (LOAS/93). A ideia de privilegiar famílias que estejam passando por maiores “vulnerabilidades sociais” seria uma justificativa aceitável se de fato essas famílias fossem incluídas, mas pela narrativa de Jane, verificamos que elas estão enfrentando filas de espera para acessar a creche.

Para Fernando a política de assistência social é um direito, mas sua narrativa está carregada de elementos que recuperam a cultura política da dádiva, com valores tradicionais, como vantagem ao que é direito do cidadão, conforme as marcas históricas arraigadas nas políticas sociais no Brasil, que foram analisadas no decorrer deste trabalho. Por meio destas narrativas, constatamos que a concepção de assistência social que está presente no entendimento popular e, sobretudo, de seus próprios usuários, é que se trata de uma ação caritativa.

Outro caso deste tópico é referente a trajetória do Sr. Luiz, nascido em 1957, solteiro, natural de Lima Duarte, estudou até a 3ª série do ensino fundamental. Sr. Luiz desde criança residia com sua “mãe adotiva”, ou melhor, uma senhora que o pegou para cuidar em acordo comum com a sua família biológica.

Segundo Sr. Luiz, enquanto sua mãe adotiva era viva, ele tinha boas condições de vida, em suas palavras “tinha uma vida tranquila”. Desconhece qualquer serviço designado de assistência social, tanto pelo setor público, quanto por instituições da sociedade civil.

Não obstante, a sua “mãe adotiva” faleceu por volta de 1987 e logo após seu falecimento, os familiares dela solicitaram que Sr. Luiz desocupasse a residência em que morava. Ele afirma que não resistiu ao “despejo”, pois entendeu que realmente a casa não o pertencia.

A partir deste momento, foi trabalhar como ajudante de caminhão, viajou por muitos lugares. Posteriormente, lembra que durante algum tempo (não soube dizer ao certo), residiu em

Volta Redonda (RJ), onde realizava bicos em uma oficina mecânica e pernoitava em um dos cômodos deste estabelecimento.

Por volta de 1992, retornou a Lima Duarte, assinala que a vida na cidade grande era muito complicada e ele não conseguiu se adaptar. No entanto, no município ele já não tinha mais contato com ninguém e para ele “a alternativa foi morar nas ruas da cidade” (SR. LUIZ), onde dormiu de praça em praça, no cemitério, nas escadarias da Igreja, debaixo de marquises e dentro da carcaça de um carro, nesta última situação relatou ter passado mais tempo. Por meio desta experiência de vida, passou muita fome e frio e para suprir suas necessidades fisiológicas começou a beber, pois “a bebida tirava a minha fome e também meu o frio e era o que me ajudava a sobreviver” (SR. LUIZ).

Este ponto nos chama a atenção, conforme já problematizamos, em meio a uma sociedade marcada pela desigualdade social e supervalorização do capital em detrimento do respeito aos direitos inalienáveis do ser humano⁶⁸, a vida em situação de rua pode ser considerada como uma das mais dramáticas manifestações da questão social. Além da situação de extrema “vulnerabilidade social”, esta situação expõe o sujeito a sofrer atos de violência que expressam a barbárie que está presente na sociedade brasileira.

De acordo com a narrativa do Sr. Luiz, ele passou aproximadamente 20 anos em situação de rua, sem o apoio do poder público local e de nenhuma instituição que pudesse assegurar uma proteção e amenizar sua situação. No entanto, neste período ressalta que conseguiu sobreviver a estes intemperes da vida com a “ajuda” de uma moradora da cidade, a qual sensibilizada com sua situação solicitava que ele realizasse algumas atividades em troca de refeições diárias e até mesmo pernoites no porão de sua casa. Com esta pessoa, Sr. Luiz criou vínculos de amizade e confiança, já que como ele mesmo aponta “todo mundo fechou os olhos com a minha situação, igual fazem com os cachorros que aparecem jogados na rua, pisam, maltratam e jogam bombinha, desse jeito que fui tratado” (SR. LUIZ).

Podemos inferir que a realidade do morador de rua põe em evidência o caráter destrutivo do sistema capitalista que cria esta situação de extrema pobreza e ao mesmo tempo provoca não só atos de crueldade, como também estigma a situação vivenciada por uma pessoa que ocupa um espaço público, já que não goza do direito de um espaço privado de moradia. Por isso, entendemos que este fenômeno social denuncia de forma incontestável as desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se desenvolvem a partir da relação capital x trabalho, a qual revela

⁶⁸ Assunto discutido no item 1.1, primeiro capítulo.

a contradição do modelo econômico, que produz riqueza e extrema pobreza com a mesma intensidade, conforme fundamentamos no primeiro capítulo desta dissertação.

Como produto deste sistema o morador de rua se encontra alijado da vida produtiva, tem uma trajetória conturbada, marcada por preconceitos, problemas familiares, os quais, muitas vezes e como vimos no caso do Sr. Luiz, foi a situação que o conduziu à rua, e ainda pela falta de acesso às condições mínimas necessárias para sua sobrevivência.

Observamos neste caso a completa ausência de qualquer ação de assistência social, nem mesmo a benemerência privada, realizada por meio das instituições, com atendimentos baseados na imediatividade conseguiu amenizar a experiência de vida na rua vivenciada por Sr. Luiz. Experiência está marcada pela sua invisibilidade, a qual sem dúvidas deixou nele marcas profundas e sofridas, afirma ainda que “parecia que eu fazia parte da paisagem da cidade, ninguém via ou não queria vê eu vivendo ali nas ruas” (SR. LUIZ).

Sr. Luiz ressalta que foi somente por volta de 2010 que conseguiu acessar a política pública de assistência social, isto porque a pessoa que o “ajudava”, teve problemas pessoais que a impossibilitou de continuar se responsabilizando pelos cuidados com ele. Assim, procuraram o CRAS do município a fim de tirá-lo da situação de rua.

Cabe lembrarmos, que uma importante característica que constitui a gestão territorial do CRAS é a busca ativa, que deverá buscar dados e informações acerca do território que possibilitam um conhecimento profundo da realidade local e direcionem a tomada de decisão e planejamento e a identificação de situações de vulnerabilidade e risco vivenciada pelos sujeitos (BRASIL, 2009, p. 23).

No entanto, ainda encontramos casos como o do Sr. Luiz, que a busca ativa não tem funcionalidade. Conforme já assinalamos ao conhecer a gestão do SUAS no Estado de Minas Gerais, o Boletim do MDS ressalta a busca ativa como um limite da política de assistência social. Neste documento, é reconhecido que ainda existem famílias “extremamente pobres que não foram encontradas para inserção no Cadastro, o que impossibilita seu acesso a uma série de programas, entre eles o Bolsa Família, daí a necessidade de ações integradas e do fortalecimento da Busca Ativa” (MDS, 2014).

Mas refletindo sobre a situação do Sr. Luiz, acreditamos que a busca ativa não funcionou por outro motivo, já que encontrado com certeza ele foi. Antes de qualquer coisa, é importante ressaltar que o morador em situação de rua não deve ser considerado apenas responsabilidade da assistência social, dada a heterogeneidade de demandas que compõem o sujeito. Mas, neste caso

específico, entendemos que os obstáculos se deram devido a fragilidade da política de assistência social, em nível de proteção social básica, que não conta com uma rede sócioassistencial e um trabalho intersetorial com as outras políticas sociais, que em conjunto atuariam no atendimento das necessidades sociais do usuário.

Após a inserção do usuário na política de assistência social, ele foi beneficiado com o Programa Bolsa Família e o auxílio aluguel. Contudo, precisa da articulação da política de assistência social, com uma política habitacional, para não voltar a condição de morador de rua, e da atenção especial da política de saúde, pois decorrente dos seus vícios e sua exposição a diversas situações vividas na rua, tem a saúde frágil, o que é agravado pela dependência do álcool.

As trajetórias das famílias que compuseram este item nos trouxessem questões complexas a serem refletidas. Conhecemos usuários que precisariam estar sendo assistidos pela política de assistência social a muito mais tempo do que a época em que conseguiram sua inserção. São vidas marcadas por necessidades sociais básicas, sendo visível em seus relatos a fragilidade da política ao longo dos anos, que deixaram grandes traumas em suas vidas. Sem dúvidas, observamos uma institucionalização dos serviços da assistência, que apareceram nos depoimentos através do surgimento do CRAS, mas muito ainda precisa ser feito para que a PNAS (2004) se afirme enquanto uma política que junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades sócio territoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à sociedade e assegurar os direitos sociais.

Enfim, de modo geral, como verificamos nas trajetórias, os usuários da política de assistência social não são seres isolados, ao contrário, eles estão conectados a um conjunto de fatores que o configuram uma determinada forma de ser, pensar e agir. O percurso histórico destes sujeitos está impregnado de circunstâncias que favorecem o caráter de subordinação, predominantemente, na estreita relação que possuem com a política de assistência social.

Atentamos ainda para a diversidade de demandas e ofertas, o SUAS desenha um cenário heterogêneo da realidade vivida pelos usuários da assistência social. “A fragmentação das demandas em um mosaico pulverizado de serviços e ações acaba por fragmentar a própria identidade dos usuários” (YAZBEK, 1996, p. 169). Assim, observamos que a demanda recorrente destas famílias a política de assistência social está na questão do acesso a habitação e/ou melhoria de suas casas, sendo este uma necessidade que perpassou as narrativas e que precisa ser canalizado em ações públicas que atendam esta realidade.

A ausência de “rosto” e a voz “calada” dos usuários em meio a espaços pulverizados, era, até então, um fator que dificultava a identificação desses sujeitos. A instalação do CRAS possibilitou abrir um espaço de acesso em que o usuário da assistência social pode, finalmente, se mostrar e ser ouvido, abrindo caminhos para construir novas formas de expressão social e, quem sabe, politização de seu cotidiano. Por meio deste estudo foi possível identificar melhor quem são estes usuários, suas necessidades sociais e, até mesmo, observar suas demandas para além das apresentadas de forma imediata.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“(...) *Gente quer comer*
Gente que ser feliz
Gente quer respirar ar pelo nariz (...)
Gente lavando roupa, amassando pão
Gente pobre arrancando a vida, com a mão
No coração da mata gente quer, prosseguir
Quer durar, quer crescer, gente quer luzir (...)
Gente é pra brilhar, não pra morrer de fome (...)”

Caetano Veloso

O caminho trilhado junto aos sujeitos assistidos pela política de assistência social possibilitou conhecer e reconhecer uma infinidade de aspectos que, em determinados momentos, se expressaram como limites e retrocessos no que se refere a própria política. Em outros, esses fatores se configuraram enquanto alternativas de possibilidades e superações das necessidades sociais básicas destes sujeitos.

De qualquer forma, foi uma aproximação extremamente enriquecedora que abriu perspectivas para uma abordagem diferenciada, direcionada à população usuária da política de assistência social. De início, foi feita a opção de conduzir nossas análises para uma realidade pouco estudada. Ou seja, perceber “o outro lado”, compreendendo a configuração da política, mas sobretudo, as suas implicações na vida dos sujeitos. Isto captando a essência e não somente a aparência, buscando apreender o movimento histórico não apenas em sua temporalidade cronológica de passado, presente e futuro, mas também na realidade de seus significados constitutivos, isto é, no seu movimento que oferece possibilidades de transformação para algo melhor ao que está posto.

Isto exige uma predisposição para mudar o foco de observação e ser capaz de olhar longe na tentativa de alcançar a totalidade do cenário que se desenha. A lógica de raciocínio exercida foi a de tentar analisar a trajetória dos usuários na política da assistência social. Para isso levamos em consideração a vida, o cotidiano e as formas de enfrentamento destes sujeitos às diversas expressões da questão social que perpassam por suas vidas cotidianamente.

Na análise das trajetórias dos sujeitos e suas famílias foi confirmado que o percurso histórico dos usuários da assistência social é impregnado de característica que favorece seu caráter de subalterno. Esta afirmativa remete ao entendimento da sociedade capitalista contemporânea na qual prima a lógica neoliberal do mercado sobre as reais necessidades humanas, concentrando riquezas e poder político, reduzindo as decisões ao âmbito da administração da pobreza e não a sua superação.

Nesta pesquisa, de expectador os usuários da assistência social passaram a ser os principais sujeitos. Os depoimentos dos entrevistados em seu conjunto nos levaram a algumas análises importante. Em relação ao perfil dos entrevistados, observamos que das 14 pessoas entrevistadas, todos tem baixo grau de instrução escolar, porém, as 2 adolescentes entrevistadas ainda estão frequentando o sistema escolar. Concordamos com Sartori (2012) quando aponta que este dado é muito revelador quando se pensa na possibilidade de mudanças das condições socioeconômicas dessas famílias. Pois, com a baixa escolarização, tal quadro se acirra com a atual situação do mercado de trabalho que tem mais exigências em relação a qualificação profissional, mercado este que se configura extremamente afunilado e discriminatório.

Como salientamos, o Brasil se mostrou um país agrário, que passou pelo processo de urbanização, graças ao movimento de industrialização existente no mundo e mesmo assim não perdeu sua riqueza natural e a capacidade do povo em criar alternativas de resistências frente às políticas seletivas. Mesmo diante do sistema capitalista em vigor, que ao mesmo tempo em que avança no desenvolvimento de novas forças e formas de produção, capaz de construir novas riquezas, favorece um processo de subordinação das necessidades humanas a condições de vida precárias, submetendo o trabalhador a um processo de empobrecimento.

Das famílias pesquisadas, 5 (cinco) delas são de origem rural, nascidos e criados no campo, mas no decorrer de suas vidas passaram por diversas situações em que as expressões da questão social tornaram-se dolorosas e sofridas, o que fizeram com que eles deixassem o trabalho no meio rural com um discurso que buscariam por melhores condições de vida na cidade. Na situação rural, predominam as relações de dominação e subordinação sob o comando do capitalismo tardio brasileiro, que produzem a questão social do campo e é marcada pelo acesso desigual à terra. Na presente pesquisa percebemos que proveniente da experiência da vida no meio rural, encontramos os sujeitos e seus familiares com a saúde fragilizada, analfabetos ou com baixo grau de instrução, e com a vida, inclusive a infância, marcada pelo trabalho pesado, precário e perigoso.

Estas marcas aparecerem em suas narrativas, visto que residentes na zona rural tiveram a infância trajada pela realização de algum tipo de trabalho. A justificativa dos sujeitos eram que precisavam trabalhar para contribuir com o suprimento das necessidades familiares, assim sendo, para eles a experiência da pobreza é considerada o principal motor do fenômeno do trabalho infantil em suas vidas.

Neste contexto é necessário apontarmos que de acordo com a Organização Internacional do trabalho (OIT)⁶⁹, no Brasil houve uma significativa redução do trabalho infantil entre os anos de 1992 e 2011, com base nos dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), do IBGE. Segundo esta organização, no início da década de 1990 o trabalho infantil atingia 8.312.391 crianças e, em 2011, este número caiu para 3.518.000, uma redução de 56%. Além disso, apontam a agricultura como o setor de maior concentração do problema, confirmando o que verificamos na pesquisa.

Para os entrevistados, o trabalho é uma forma de lutar para sobreviver, é a oportunidade de buscar por melhores condições de vida e acesso aos bens e serviços essenciais a vida humana. Percebemos também nas narrativas que o que é de direito da classe subalterna, pouco é executado, já que são desrespeitados a todo o momento em razão das relações de força e poder que permeiam a sociedade. Neste sentido, o sujeito vai perdendo sua essência, sua subjetividade, alienando ao mundo do trabalho, se dando por inteiro ao capitalismo e aos seus meios de exploração, que os deixam refém das várias expressões da questão social.

Do total dos entrevistados apenas 5 pessoas já passaram pelo mercado de trabalho formal, mas com uma característica em comum, permaneceram por um pequeno período de tempo. Atualmente um usuário é empregado com vínculo formal de trabalho, mas não acredita que esta seja a melhor forma de trabalhar, visto que em algumas situações da sua vida, ao ter sua carteira assinada, não recebeu seus direitos ao deixar o emprego. Afirma ter sido “enganado” pelos patrões que falavam que haviam feito o “acerto” com ele, no entanto, não realizavam o pagamento. Além disso, adverte que sempre trabalhou com atividades intensas e precárias, realizava hora extra sem o pagamento por tal jornada adicional de trabalho, características estas que nos remete ao que entendemos por superexploração da força de trabalho.

Cabe destacar que os demais usuários que já passaram pelo mercado formal e aqueles que tiveram experiências apenas no mercado informal de trabalho, ressaltam estas mesmas características do trabalho por eles realizados. Deste modo, a superexploração não aparece no Brasil

⁶⁹ Dados retirados do site da OIT: www.oitbrasil.org.br/

apenas em determinados momentos para casos isolados ou para categorias específicas, e sim de forma generalizada e permanente, como uma marca estrutural de um país dependente.

As consequências da superexploração para a classe trabalhadora brasileira são avassaladoras, degradantes e sofridas. A pobreza generalizada e a miséria seguem sendo marcas estruturais do Brasil. Podemos inferir que, além da situação apresentada por nossos entrevistados, a situação se grava quando verificamos milhares de trabalhadores, que hoje compõem o público alvo dos serviços da política de assistência social, que vivem e trabalham em condições similares à escravidão.

A superexploração designa com propriedade a condição dos usuários da política assistência social. Como percebemos ao percorrer as trajetórias destes sujeitos, a experiência no mercado de trabalho (informal e/ou formal) não os proporciona o acesso dos bens sociais para atenderem as suas necessidades sociais básicas e de suas famílias. Com isso, observamos que o processo de pauperização no país, está vinculado a própria dinâmica do trabalho formal, visto que o salário destes trabalhadores não viabiliza a reprodução de sua força de trabalho, agravando as condições de pobreza. Esta situação faz com que estes sujeitos busquem e, em uma perspectiva mais ampla, se tornem dependentes da política de assistência social, inclusive do carro chefe desta política, do Programa Bolsa Família.

Nesse sentido, lembremos que os atuais beneficiários dos programas de transferência de renda são, também, trabalhadores aptos, subocupados, com escassos rendimentos per capital familiar, remanescentes da superpopulação relativa ampliada pela ofensiva dos anos 1990. Através daquela ofensiva, o desemprego estrutural, a reversão de direitos sociais e trabalhistas e a privatização dos bens e serviços públicos; o aumento da dívida pública interna e externa; inflação, perdas salariais e quebra dos laços de solidariedade e das estratégias e do poder de barganha dos trabalhadores etc., enfim, novos processos de “expropriações secundárias” forjaram, a ferro e fogo, o perfil adequado de trabalhadores para atender às atuais necessidades do capital de superexploração do trabalho (SILVA, 2013, p. 101-102).

Assim, é fundamental não subestimar as implicações do direcionamento da política de assistência social dos últimos anos, com destaque para o PBF. Conforme expusemos na pesquisa, de uma parte, o programa é capaz de surtir efeitos positivos no processo de reprodução de parcela da força de trabalho desempregada, superexplorada ou sujeita a condições precárias de trabalho, garantindo algum acesso ao consumo, e proporcionando a recomposição da superpopulação relativa necessária à ampliação da extração da mais-valia. Por outro lado, são fortemente inscritas no bojo

da construção de um projeto e de uma cultura formadora da hegemonia das classes dirigentes (JÚNIOR E LEITE, 2014).

De acordo com a PNAS (2004) a assistência social deve trazer a autonomia e o protagonismo familiar, mas as reais condições para que isto ocorra são adversas. A produção e reprodução da dependência a assistência social é uma realidade difícil de ser superada. A base da emancipação familiar, ainda que necessária e de fundamental importância, não pode estar somente em uma política que busca garantir o atendimento às necessidades básicas.

Ainda nos chamou a atenção ao longo das trajetórias familiares analisadas, que os sujeitos tornam-se dependentes da assistência social, tendo em vista que o contexto macro societário não é favorável ao rompimento da (re) produção da pobreza e das desigualdades sociais. O princípio que trata sobre a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica (LOAS/93) jamais foi respeitado no país. Além da dependência das famílias é nítida a presença das suas gerações futuras recorrendo a política de assistência social para o atendimento das suas necessidades sociais básicas, configurando um atrelamento dos meios de sobrevivência dos sujeitos a busca constante a política de assistência social.

Com isso, concluímos que o lugar em que a sociedade contemporânea coloca os usuários da assistência social revela uma crise de cidadania, que tem grandes e profundas dificuldades de reconhecer as pessoas em situação de pobreza como cidadãos. Neste sentido, apesar das contradições que envolvem a política de assistência, devemos destacar que LOAS, PNAS e o SUAS apontam uma compreensão dessas pessoas como sujeitos de direito. Mas somente considerá-los sujeitos de direitos não basta, é necessário que, ao se tornarem gradualmente sujeitos de direitos, incluindo-se o direito de lutar por esses direitos, os usuários possam envolver-se em ações coletivas com vistas à construção de uma nova sociabilidade, mais igualitária, mais solidária e mais democrática. Para tanto, as lutas sociais precisam desvincular das ações políticas partidárias e assumirem um posicionamento em favor da classe subalterna.

Em todas as narrativas os sujeitos entrevistados apresentaram dificuldades de compreender o que é a política de assistência social e o SUAS, no entanto, observam a implantação do CRAS como algo positivo. Em 9 (nove) entrevistas surgiram os projetos e programas com crianças, adolescentes e idosos, como o ponto positivo do CRAS, e também, sendo a principal mudança na política.

No entanto, a concepção dos sujeitos sobre a política de assistência social está no campo da caridade, benesse, favor e ajuda, esta última palavra foi a que mais se fez presente nas definições

dos entrevistados. Até aqueles que diziam entender a assistência social como direito, no decorrer de suas narrativas, explicitaram a concepção da assistência no campo da não política. Por este motivo, avaliamos que é importante e necessário desmistificar a ideia, largamente difundida em nossa sociedade, de que assistência à população carente de bens e serviços deve pautar-se na concepção de caridade, a qual é utilizada por diferentes atores sociais, inclusive, está no entendimento dos seus usuários.

Com base nesta observação, consideramos que a consolidação de um novo modelo para a política de assistência social depende da superação de antigas práticas e concepções. Depende, sobretudo, de como os prestadores de serviços e seus usuários percebem a assistência, se é na perspectiva do direito ou se ainda mesclam a antiga prática caritativa, como inferimos na pesquisa.

A “exclusão”, essência da subalternidade, se expressa pela alienação dos usuários por sua cidadania, não reconhecendo e entendendo do que isso se trata.

Isso significa que, apesar dos inegáveis avanços, permanecem na Assistência Social brasileira, concepções e práticas assistencialistas, clientelistas, primeiro damistas e patrimonialistas. Décadas de clientelismo consolidaram neste país uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo nem a emancipação dos usuários das Políticas Sociais e especialmente da Assistência Social aos mais pobres em nossa sociedade (YAZBEK, 2008, p.3).

Acreditamos que na construção de estratégias e planejamento do trabalho com as famílias assistidas pela assistência social, o desafio é o de recolocar o cidadão e sua família não mais como objeto da intervenção social, mas como sujeito ativo e co-protagonista, com voz, vez e poder de decisão nos encaminhamentos de suas demandas, bem como na implementação de oportunidades de exercício de cidadania (YAZBEK et al, 2012).

Conforme Yazbek et al (2012) a garantia da proteção social como possibilidade de ampliação de direitos pode levar à superação de relações paternalistas, com ganhos de autonomia e protagonismo, acesso a benefícios e serviços, desenvolvimento e capacitação, condições de convívio e socialização, de acordo com as possibilidades de concretização de projetos pessoais e sociais. Para tanto,

esta perspectiva se realiza, ainda, pelo signo da participação social, levando a que se incorporem cidadãos e suas famílias à esfera pública, investidos de representação sociopolítica e poder decisório, por meio de fomento à auto-organização, a partir de interesses e aspirações coletivos, radicalizando a democratização dos modelos institucionais e de exercício da função pública (Idem, p. 197).

Sobre o SUAS, é importante destacar que este sistema não deve ser o destino da caminhada dos seus usuários, mas sim deve ser apenas uma “parada” que revigora forças para seguir viagem longa. O destino é a emancipação e o protagonismo, que significa aquisição de autonomia. Para isso, nessa caminhada, é preciso saber guiar a condução do controle social democrático, pois, sem ele, é provável que o usuário se eternize na “parada” do SUAS na condição de subalterno.

É no campo de uma cidadania que exige o “direito a ter direitos” que se coloca a importância da assistência social como política pública no Brasil. Num país em que o sistema de proteção social é frágil, em que a cidadania foi um privilégio para os incluídos no mercado de trabalho, a defesa da política de assistência social, na perspectiva da justiça social, da redistributividade e da cidadania assume uma dimensão estratégica, no sentido de ampliar a capacidade das classes subalternas de alterar o já dado e construir novas possibilidades para a conquista de políticas sociais universalizantes, do seu reconhecimento enquanto sujeitos de direitos.

Ao alcançar o universo dos sujeitos da nossa pesquisa, podemos constatar que na “obscuridade de suas experiências, eles nos revelam pontos de vista sobre a vida nos limites da sobrevivência. E aqui está o novo desta pesquisa: os pobres, os desorganizados, os miseráveis falam, pensam, negam e aceitam sua condição” (YAZBEK, 2007, p. 165-166). Manifesta uma condição oculta na reprodução de sua subalternidade, a resistência, que é visível na luta de cada dia contra a pobreza e a privação que perpassam suas trajetórias.

Para concluirmos nossas análises, ainda é necessário retomar alguns pontos importantes que foram problematizados na estrutura dessa dissertação. A experiência de aprofundarmos no conhecimento dos usuários da política de assistência social, entendendo a constituição da superpopulação relativa, investigando as expressões da questão social que atingem com tanta barbárie e fragiliza a vida da classe subalterna, foi de grande valia para podermos aproximar do nosso objeto de pesquisa. O resgate da formação sócio-histórica do Brasil nos revelou o controle da classe dominante sobre a classe subalterna. Como inferimos esta última classe foi historicamente eliminada das decisões do Estado, bem como esteve a margem aos interesses privados dos chefes políticos, sofrendo a repressão aos seus movimentos, este tipo de ação se tornou a forma de intervenção habitualmente praticada pela classe dominante e que perdurou por muito tempo em nosso país.

E ainda neste cenário compreender a condição dos usuários da assistência social, em que os sujeitos ao ingressarem o mercado de trabalho (informal e/ou formal), tem sua força de trabalho

violada, não conseguindo se manter e atender as suas necessidades sociais básicas e de suas famílias. Com isso, ressaltamos novamente que o processo de pauperização no país, está vinculado a própria dinâmica do trabalho, visto que o salário destes trabalhadores não viabiliza a reprodução de sua força de trabalho, o que se equivale a condição de pobreza e pauperização que sofrem estes sujeitos. Assim, na vida desta população trabalho e pobreza são fenômenos equivalentes, processo que induz os sujeitos a buscarem e, inclusive, se tornarem dependentes da assistência social.

A partir disso, apontamos a formação das políticas sociais, com ênfase na política de assistência social, destacando ainda as lutas sociais, que é o instrumento poderoso de acesso aos direitos de cidadania pela classe subalterna. Toda esta análise foi importante para verificarmos a conformação do reordenamento da assistência social, nos moldes do SUAS. No entanto, até chegar neste Sistema, foi percorrido um longo caminho de luta e confronto político.

Por fim, a análise das trajetórias sociais nos possibilitou conhecer a política de assistência social sob o olhar dos sujeitos sociais. Por meio dessa metodologia compreendemos as fragilidades, limites e a falta de direcionamento político com que a assistência social se constituiu e a forma com que ela vem assistindo da classe subalterna. O patrimonialismo, que discutimos e tão presente na constituição das relações sociais no nosso país está presente até os dias de hoje. E é um tipo de ação que não combina com a efetivação do SUAS, que é um sistema que almeja o atendimento das necessidades sociais, não apenas pelo reconhecimento dos necessitados e sim das reais necessidades que os sujeitos passam, cujo o fundamento está no sistema capitalista que prioriza o lucro, a extração de mais valia ao ser humano.

A benemerência privada ainda está muito presente na vida dos usuários da política de assistência social, a questão que se coloca como desafio atual é a possibilidade de parceria entre o público e o privado, ou seja, a formação de vínculo entre estas organizações e o poder público estatal para o fomento e execução de atividades de interesse público, sujeitas ao controle social. Mais uma vez na história sócio-política brasileira há uma tentativa de transferir serviços sociais de responsabilidade do Estado para a iniciativa privada.

As instituições que apareceram no decorrer da pesquisa e que foram apontadas pelos sujeitos como a única possibilidade do acesso ao suprimento de suas necessidades, tiveram e tem um papel significativo na ação social para com a classe subalterna do município. No entanto, por não terem mérito de sua ação como de assistência social, reiteram a cultura clientelística e da tutela ao invés da concepção do direito social que é de responsabilidade estatal, o que coloca o sujeito

frente ao grande paradoxo e contradição da política, em que no olhar deles o que prevalece são as ações de benemerência, caridade, favor, ajuda, que movem as instituições.

Em relação as demandas dos sujeitos, podemos inferir que elas são atendidas de forma fragmentada, pontual, seletiva, o que impossibilita os mesmos a criarem meios de saírem da condição de assistidos. A implicação da política de assistência na vida desses usuários é clara, como já destacamos, atende algumas demandas emergenciais que são vitais para a sobrevivência dos mesmos, mas os tornam dependentes de uma política que, historicamente versada por meio da cultura política clientelística e da tutela, ocasionam marcas que são um entreve na luta por uma outra definição da assistência, prevista pelo SUAS, o qual traz uma concepção do direito fundamentado numa política pública, universal, descentralizada e participativa.

Portanto, é possível perceber nas demandas explicitadas na pesquisa o ranço de um pensamento assistencial e imediatista pautado na resolução imediata de determinada necessidade. Quando os usuários buscam a política de assistência social com demandas também clientelistas, uma vez que serão satisfeitas somente para alguns, deixam de perceber a política social como um processo de formulação, execução e consolidação de direitos e serviços que devem ser permanentes e universais, como afirma Boschetti (2009).

Em caráter conclusivo, podemos afirmar que, a partir das análises das trajetórias na assistência social, observamos que nossos entrevistados ao vivenciarem a experiência das condições de vida da classe subalterna, envolvem-se em um círculo vicioso de reprodução da pobreza, o qual não conseguem mais sair. A pesquisa apontou que este círculo abrange, principalmente, a experiência com o trabalho infantil, a questão da moradia precária, do alcoolismo e a miséria, que são elementos comuns à vida dessas famílias. Neste sentido, o círculo vicioso da pobreza é movido por uma constelação circular de forças, que tendem a agir e a reagir independentemente, que por sua vez colocam estes usuários em constante estado de pobreza e subalternidade.

Para observarmos mudanças nas trajetórias dos usuários da política de assistência social na intenção destas trajetórias direcionarem a emancipação da condição de assistidos, precisamos materializar o SUAS, na perspectiva de fortalecer coletivamente as demandas que atendam às necessidades sociais dos sujeitos. Para isso, como um dos caminhos possíveis, temos um poderoso mecanismo de transformação: as lutas sociais, os movimentos sociais e populares, pois a ação coletiva nos dá a possibilidade de promovermos mudanças que vão além da aparência, atingindo a essência dos fenômenos sociais até chegarmos à transformação da realidade social da nossa sociedade e, sobretudo, na vida dos sujeitos. A luta é árdua e seus passos são lentos, mas é a

alternativa possível de ultrapassarmos a opressão que sistema capitalista tem submetido o ser humano.

Para tanto, devemos reconhecer que a luta dos subalternos ocorreu de maneira diferenciada ao longo dos últimos anos, ganhando características próprias de acordo com os condicionamentos sociais de cada momento em que estas lutas se expressaram. Assim, tanto a experiência organizativa desta classe, quanto as decisões institucionais e públicas, estão social e politicamente determinadas.

Não obstante, para Marx (2011),

ao contrário das revoluções burguesas, as revoluções proletárias (...) não são feitas de ímpetos momentâneos, mas critica-se, interroga-se e interrompe-se constantemente na sua própria marcha, voltam ao que parecia terminado, para começar de novo (...) parece que apenas derrubam seu adversário para que este tire da terra novas forças (...) retrocedem perante a indeterminada enormidade de seus fins, até que se cria uma situação que se torna impossível qualquer retrocesso (Idem, p. 25).

Ressaltamos que nesse percurso Marx (2011) referia-se às revoluções proletárias do século XIX, no entanto, isso não nos impede de atualizar suas indicações, pois, segundo o autor, o essencial para transformar a sociedade vigente é a capacidade de luta e a paciência histórica.

Os resultados obtidos com a presente dissertação de mestrado mostraram-se relevantes e necessários para conhecer a dinâmica e complexa realidade social que alimenta e é alimentada pelo fenômeno em causa. Ainda é imprescindível para aprimorar o trabalho realizado na área da política de assistência social, direcionar as políticas sociais frente aos novos desafios da contemporaneidade tornando-as mais próximas da realidade dos seus usuários e suas famílias. Os resultados servem também como base de dados e fonte de informação aos outros municípios de pequeno porte e, principalmente, para buscar provocar novas pesquisas e debates acadêmicos que se tenham os sujeitos assistidos pelas políticas sociais como foco de atenção, na perspectiva de que estas políticas cumpram o seu papel, materialize o que é proposto em seus textos legais e chegue a toda à população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marina Maciel. Perfis pedagógicos da organização da cultura e a institucionalização do Serviço Social – demarcações do princípio educativo da prática do Assistente Social. In: ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 83-161.

ALMEIDA, N. L. T. e ALENCAR, M. M. T. Transformações estruturais e desemprego no capitalismo contemporâneo. In: SERRA, R (org.). **Trabalho e Reprodução: enfoques e abordagens**, PETRES-FSS/UERJ, Cortez Ed., SP, 2001.

AMARAL, M.S. e CARCANHOLO, M.D. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M.S. (orgs). **Padrão de reprodução do Capital**. São Paulo. Boitempo, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora**. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. Uma breve radiografia das lutas sindicais no Brasil recente e alguns de seus principais desafios. In: INÁCIO, J.R. (Org.). **Sindicalismo no Brasil: os primeiros 100 anos?** Belo Horizonte: Crisálida, 2007. p. 288 – 306.

ARREGUI, C. C; WANDERLEY. **A vulnerabilidade social é atributo da pobreza?**. In: Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 97, 2009.

BEHRING, E. BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007.
_____. **Brasil em contra – reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, I. S. Avaliação de Políticas, Programas e Projetos Sociais. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Fundamentos de Política Social. In: **Abordagens da Política Social e da Cidadania, no Módulo 3 – Política Social – do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais – Capacitação em Serviço Social e Política Social**. CFESS e ABEPSS, 2000. Disponível em http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf. Acesso em 02 de janeiro de 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, nov. 2004.

_____. **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais**. Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília: MDS/CNAS, 2009.

_____. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOBRH/SUAS**. Brasília: MDS, 2009.

BUSSO, Gustavo. **La vulnerabilidad social y las políticas sociales a inicios del siglo XXI.** Santiago de Chile: Cepal, 2001. [Paper apresentado no seminário Internacional sobre as Diferentes Expressões da Vulnerabilidade Social na América Latina e Caribe, Santiago de Chile, 2000].

CARLOTO, C. M.; MARIANO, M. A família e o foco nas Mulheres na Política de Assistência Social. In: *Sociedade em Debate*, Pelotas, 2008. Disponível em: <http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/377/334>. Acessado em 16 de maio de 2015.

CARVALHO, A. M. P. **A luta por direitos e a afirmação das políticas sociais no Brasil Contemporâneo.** Revista de Ciências Sociais, v. 39, n. 1, 2008. Disponível em http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v39n1/rcs_v39n1a2.pdf. Acessado em 10 de março de 2015.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org). **A Família Contemporânea em Debate.** 2 ed. São Paulo: EDUC-Cortez, 1995.

_____. Assistência Social: reflexões sobre a política e sua regulamentação. In: **Revista Serviço Social e Sociedade.** Ano XXVII, n. 87. São Paulo: Cortez, 2006.

CFESS. **Trabalhar na Assistência Social em defesa dos direitos da Seguridade Social.** Brasília/DF, 2011.

_____. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.** Brasília/DF, 2013.

COHN, M. G. **500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONG's e terceiro setor.** Rev. Mediações, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000. Disponível em: <file:///C:/Users/Admin/Desktop/COHN,%202000%20mov.%20sociais.pdf>. Acessado em 9 de março de 2015.

COUTINHO, C. N, **Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo.** São Paulo: Cortez, 2008.

COUTO, B. R, **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?.** São Paulo: Cortez, 2010.

_____; YAZBEK, M. C; SILVA, M. O. S; RAICHELIS, R. (Orgs). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Questão Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais: elementos essenciais no debate da assistência social. In: **Caderno I Assistência Social: Sistema Municipal e Gestão Local do CRAS, Curitiba – PR, 2006.** Disponível em <http://www.constitucional.mp.pr.gov.br/docs/assistencia/publ05.pdf>. Acessado em 03 de agosto de 2013.

DOMINGUES JÚNIOR, P. L. **Programas de trabalho e renda: uma nova forma de análise.** São Paulo, Olho d'Água, 2010.

DRAIBE, Sônia. **Brasil: a proteção social após 20 anos de experimentação reformista. Com ciência: revista eletrônica de jornalismo científico.** Dossiê políticas públicas, n. 36, outubro de 2002. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp10.htm>>. Acesso em: 10 de maio de 2013.

DURIGUETTO, M. L. **As lutas sociais no contexto da crise e reestruturação do capital. II jornada internacional de políticas públicas.** UFMA, São Luís - Maranhã, 2005. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Maria_L%C3%BAcia_Duriguett_o328.pdf. Acesso em 22 de março de 2015.

_____. **Ofensiva Capitalista, despolitização e politização dos conflitos de classe.** In: Revista Temporalis, ano VIII, n. 16, 2008.

FALEIROS, V. P. **Estratégias em Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1999.

FIGUEIRAS, L. - GONÇALVES, R. **A economia política do governo Lula.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FLEURY, S. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, vol. 5. – Caderno 25 – Às Margens da História (história dos grupos sociais subalternos); Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho, Co-edição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira; Rio de Janeiro; Ed. Civilização Brasileira, 2002.

GONÇALVES, R. **Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado.** Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 112, p.637-671, 2012.

GONÇALVES, E. F. M; FERREIRA, G. G. **As lutas sociais no Brasil: da ditadura ao governo Lula. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina**, 2013. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v3_em%EDlia_e_grabrielle_GV.pdf. Acesso em: 22 de março de 2015.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1989.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetichado: capital financeiro, trabalho e “questão social”.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. A questão social no capitalismo. In: **Temporalis Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, ano II, nº 3, jan-jun de 2001, Brasília, ABEPSS, Graflina, 2001.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. e CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** 19 ed, São Paulo: Ed. Cortez, 2006.

IANNI, O. **O Pensamento social no Brasil**. São Paulo: EDUSC, 2004.

JUNIOR, A.A.S, LEITE, S.S. A assistência social no processo de restauração da dominação burguesa no Brasil. In: **Revista Política Pública**, v. 18, São Luiz, 2014. Disponível em file:///C:/Users/Admin/Downloads/A_ASSIST%C3%80ANCIA_SOCIAL_NO_PROCESSO_DE_RESTAURA%C3%87%C3%83O_DA_DOMINA%C3%87%C3%83O_BURGUESA_NO_BRASIL.pdf. Acessado em 31 de maio de 2015.

LAURELL, A. C. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, A. C. (org). **Estado e políticas no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995.

MATTOS, M.B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Movimento Sindical brasileiro: o desafio da reorganização. In: DURIGUETTO, M. L (orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

MARANHÃO, César Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: **O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009, PP. 93-129.

MARCHI, R.C. Trabalho infantil: representações sociais de sua instituição em Blumenau/SC. In: **Educar em Revista**. N. 47, Curitiba: Editora UFPR, 2013.

MARINI, R. M. Dialética da dependência, 1973. In: TRASPADINI, R. e STEDILE, J.P. (orgs). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo. Expressão Popular, 2011.

MARTINS, C. E. O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade. In: Almeida Filho, N. (org). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: Ipea, 2013.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I, v. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Capítulo XIII, Livro III, v. IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Capítulo XXIII, t.I, v. II. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.

_____. **Mercadoria e moeda**. In: Capital. São Paulo. Editora: Conrad Editora do Brasil, 2004.

_____. E ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Família e Serviço Social – Contribuições para o debate**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo. Ano XVIII, n. 55, 1997.

_____. E SCHUTZ, F. **Intersetorialidade na Política Social: reflexões a partir do exercício profissional dos assistentes sociais**. In: Congresso “O direito a saúde e a proteção social em faixas de fronteiras: Um balanço do debate acadêmico no sul da América do Sul. Pelotas, 2011. Disponível em: <http://www.ucpel.tche.br/mps/diprosul/docs/trabalhos/28.pdf>. Acesso em 16 de maio de 2015.

MOLJO, Carina Berta. **Cultura Política e Serviço Social**. Libertas. Revista do Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Juiz de Fora. v. 1, n. 2, jun 2007. Disponível em www.revistalivertas.ufjf.br. Acesso em 20 de abril de 2013.

_____. **Mujeres en la sobrevivencia: construyendo con el trabajo social**. Rosário, Argentina: Ed. Universidad Nacional de Rosário, 2001.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, A. E. Questão Social, Pobreza e Serviço Social: em defesa da perspectiva crítica. In: **O Avesso dos direitos: Amazônia e nordeste em questão**. Recife: UFPE, 2012, p. 25-40.

_____. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____.; MARANHÃO, C. H.; SITCOVSKY, M. **O Sistema Único de Assistência Social e a formação profissional**. In: **Serviço social e sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 87, 2006.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da questão social**. In: Temporalis/Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3. Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. Edição 11. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. e BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Capitalismo e barbárie contemporânea**. Argumentum, Vitória (ES), v. 4, n. 1, p. 202 – 222, jan./jun. 2012.

_____. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da Nação – Balanço do governo FCH**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2005.

_____. **A conjuntura brasileira: O Serviço Social posto à prova.** In: Revista Serviço Social e Sociedade, Ano XXIV, n. 79, setembro de 2004.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, H. M. J. **Cultura política e assistência social: uma análise das orientações de gestores estaduais.** São Paulo, Cortez, 2003a.

OLIVEIRA, I. M. **Cultura política, direitos e política social.** In: BOSCHETTI, I. BEHRING, E. R (Orgs). **Política Social no Capitalismo tendências contemporâneas.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Assistência Social após LOAS em Natal, a trajetória de uma política social entre o direito e a cultura do atraso.** Programa de estudos pós-graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, 2005.

OSORIO, J. Fundamentos da superexploração. In: Almeida Filho, N. (org). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini.** Brasília: Ipea, 2013.

PAOLI, M. C. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: **Pós graduação em Antropologia social.** Museu nacional UFRJ, comunicação 7. Rio de Janeiro, 1982, p. 17/65. Disponível em: http://www.museunacional.ufrj.br/ppgas/comunicacao_%20PPGAS/C7.pdf. Acesso em 18 de dezembro de 2014.

_____.; SADER, Eder e TELLES, Vera Silva. **Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico.** Revista Brasileira de História, Vol. 3, no. 6, 1983, pp. 1291-49.

_____. **Movimentos sociais, Cidadania, Espaço Público: Perspectivas para os anos 90.** Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 33, USP, São Paulo, 1991. Disponível em <http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/33/Maria%20Celia%20Paoli%20%20Movimentos%20Sociais,%20Cidadania,%20Espaco%20Publico.pdf>. Acessado em 9 de março de 2015.

PASTORINI, A e GALIZIA, S. **A redefinição do padrão de proteção social brasileiro.** Revista Praia Vermelha. Rio de Janeiro, nº 14 – 15, 2007, p. 72 – 103.

PAULA, A. P. P. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PEREIRA, Potyara. **Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania.** Revista Temporalis. Brasília, Graflin, nº 3- jan-junho de 2001, p. 51 a 61.

PONTES, R. N. **Concepções de pobreza dos atores sociais na política de assistência social no período FHC.** Revista Katálise, v. 13, n. 2, Florianópolis: 2010.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia.** São Paulo: Brasilienses, 1965.

RAICHELIS, R. Democratizar a gestão das políticas sociais – Um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. In: **Desafios da gestão democrática das políticas sociais**, Módulo 03. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília, CFESS, ABEPSS, CEAD/NED-UNB, 2000. Disponível em http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-4.pdf. Acessado em 04 de janeiro de 2015.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1979-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALLUM JR, Brasílio. **O Brasil sob Cardoso – neoliberalismo e desenvolvimentismo**. Tempo Social; Ver. Sociol. São Paulo: USP, out. 1999. p. 23-47.

SANTOS, W.G. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SANTOS, J. S. **Particularidades da questão social no Brasil: mediações para seu debate na era Lula da Silva**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, v. 111, p. 430-449, 2012.

SARTORI, E. **Família e Proteção Social. Todos sob o mesmo teto**. Ed Papel Social, 2012.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar**. Ao vencedor, as batatas. 4 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992. Disponível em <http://www.culturabrasil.pro.br/schwarz.htm>. Acesso em 10 de abril de 2014.

SELLTIZ, Claire et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SILVA e SILVA, M. O., YAZBEK, M. C., GIOVANNI, G. di. **A política Social Brasileira no Século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda**. – São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, S.S.S. Contradições da Assistência Social no governo “neodesenvolvimentista” e suas funcionalidades ao capital. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 113, jan/mar, Ed. Cortez, São Paulo, 2013.

SOTO, S. F. **El concepto de pobreza en la teoría marxista**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XXIV, nº 73, março 2003.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. **Apontamentos sobre o materialismo dialético**. Libertas, v.2, n.2 jul/dez/2002 – v.3, n.1 e n. 2 jan/dez/2003. Juiz de Fora: UFJF/FSS, 2003, p.115/130.

_____. Política Social no Brasil: Notas críticas a partir da teoria marxista da dependência. In: FREIRE, S.M. (org). **Expressões socioculturais da crise do capital e seus rebatimentos na garantia dos direitos sociais no serviço social**. Belo Horizonte: CRESS-MG, 2014.

_____. & OLIVEIRA, E. A. Gestão do SUAS em Juiz de Fora: análise da estrutura burocrática. In: **Sistema Único de Assistência Social, Organizações da Sociedade Civil e Serviço Social:**

uma análise da realidade de Juiz de Fora/ MOLJO, C. B. & DURIGETTO, M. L. (organizadoras). Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

_____. et al, Política de Assistência Social no contexto neoliberal: desafios da implementação do SUAS. In: **Sistema Único de Assistência Social, Organizações da Sociedade Civil e Serviço social: uma análise da realidade de Juiz de Fora /** MOLJO, C., DURIGUETTO, M. (org.) – Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

SPOSATI, A. **O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social.** In: Revista Serviço Social & Sociedade, ano XXVII, nº 87, p. 96-122, setembro de 2006.

_____. Assistência Social: de ação individual a direito social. In: **Revista Brasileira do Direito Constitucional – RBDC**, n. 10 – jul./dez. 2007. Disponível em: http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza_Sposati.pdf. Acessado em 01 de maio de 2015.

VIANNA, M. L. W. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: Estratégias de bem-estar e políticas públicas.** Rio de Janeiro: Revan: UCAM, IUPERJ, 1998.

VIEIRA, E. **As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos.** In: Serviço Social & Sociedade. Nº 53, São Paulo: Cortez, 1997.

YAZBEK, M. C. Estado e políticas sociais. In: **Revista Praia Vermelha** nº 18, Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, 2008.

_____. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** In: Revista Serviço Social & Sociedade, número 110, p. 288-322, São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Classes Subalternas e Assistência Social.** 7ª ed. – São Paulo, 2007.

_____. **Sistema de Proteção Social Brasileiro: Modelo, Dilemas e Desafios.** Conferência proferida no Seminário Internacional do BPC. Brasília, novembro de 2010. Disponível em <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/eventos/assistencia-social/seminario-internacional-bpc/sobre-o-evento/apresentacoes>. Acesso em: 08 de maio de 2013.

_____. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil.** In: Revista Temporalis, nº 3. ABEPSS, Brasília, 2001. p. 33-40.

_____. **As ambiguidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS.** In: Revista Serviço Social & Sociedade, ano XXV, nº 77, p. 11-29, mar. 2004.

_____. Et al. O Sistema Único de Assistência Social em São Paulo e Minas Gerais: desafios e perspectivas de uma realidade em movimento. In: Couto, B. R. et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Tendências da Política de Assistência Social.** In: Revista Serviço Social e Saúde, V. 3, n. 3. Campinas, 2004.

_____. **O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. Capacitação em serviço social e política social.** Módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Brasília: UnB, 2000.

WEBER, M. (2003) “Os três tipos puros de dominação legítima”. In: COHN, G. (org) **Weber** (ed. *Grandes Cientistas Sociais*), pp. 128-141.

Sites visitados:

www.camarald.mg.gov.br

www.ibge.gov.br

www.brasilsemmiseria.gov.br/municipios

www.brasilsemmiseria.gov.br/estado

www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013

www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios


www.limaduarte.com

www.mte.gov.br

www.oitbrasil.org.br

ANEXOS

ANEXO 1

 <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA</p>
<p>ROTEIRO DE PESQUISA PARA IDENTIFICAÇÃO FAMILIAR E ANÁLISE DE TRAJETÓRIAS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</p>
<p>Entrevistadora: Paula Ap. do Nascimento Vieira</p> <p>Data: _____</p>

Identificação e dados familiar:

1) Nome: _____

2) Endereço: _____

Bairro: _____ Telefone: _____

3) Quanto tempo reside neste endereço? _____ E no bairro? _____

4) Já residiu em outros bairros ou localidades do município? () sim () não. Quais?

• Apontar os principais motivos que levaram a família a residir no bairro (moradia atual):

5) Naturalidade: _____

• Caso o entrevistado seja natural de outra cidade, identificar os principais motivos que levaram a mudar para Lima Duarte:

6) Data de nascimento: _____ Sexo: feminino () Masculino ()

7) Escolaridade: _____ Data de conclusão: _____

- Caso não seja alfabetizado ou não tenha concluído o ensino fundamental, verificar os principais motivos que o levaram a desistir do ensino escolar:

8) Profissão atual: _____

- Vínculo de trabalho: _____
- Forma de inserção: _____
- Profissões anteriores (colocar também o ano em que exerceu as antigas atividades profissionais):

9) Renda: _____ Algum membro da família possui outro benefício, a não ser o do Programa Bolsa Família: () BPC () Aposentadoria () Auxílio-doença () Pensão () Pensão Alimentícia.

10) Composição familiar

- QUANTAS PESSOAS MORAM NO DOMICÍLIO? |__|__|
- SE FOR O CASO, QUANTAS FAMÍLIAS MORAM NESTE DOMICÍLIO? |__|

Nº	Nome	Data Nascimento	Naturalidade	Escol ⁷⁰ .	Parent ⁷¹ .	Ocupação
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						

⁷⁰ Escolaridade.

⁷¹ Parentesco.

- Perfil do grupo familiar

Faixa etária	Quantidade de pessoas	Ocupação	Passagem pela Assistência Social
Pessoas de 0 a 6 anos			
Pessoas de 7 a 14 anos			
Pessoas de 15 a 29 anos			
Pessoas de 30 a 59 anos			
Pessoas de 60 a 64 anos			
Pessoas de 65 anos ou mais			
Total de pessoas na família			

11) Situação Habitacional

|__|

- 1 Casa
- 2 Apartamento
- 3 Quarto ou cômodo

- LOCALIZAÇÃO DO DOMICÍLIO:

|__| Área Urbana |__| Área Rural

|__|

- 1 Condomínio de casas, apartamentos ou casas de vila
- 2 Favelas ou áreas invadidas ou ocupadas
- 3 Casa de cômodos ou cortiços
- 4 Construção isolada

- EXISTE CALÇADA EM FRENTE AO DOMICÍLIO?

|__|

1 Sim

2 Não

• TIPO DE RUA ONDE SE LOCALIZA O DOMICÍLIO:

|__|

1 Asfaltada

2 Paralelepípedos

3 Terra batida ou sem pavimentação

4 Outro tipo

• CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO DOMICÍLIO:

|__|

1 Alugado

2 Próprio em aquisição

3 Próprio já pago

4 Cedido por empregador

5 Cedido outra forma

6 Outra condição

• QUANTOS CÔMODOS EXISTEM NO DOMICÍLIO (inclusive banheiros e cozinha)?

|__||__|

RETROSPECTIVA

12) Em relação a situação do nosso país (do Brasil), quais são suas lembranças até 1985? De que maneira estes acontecimentos influenciaram a sua vida?

13) Ainda nesta época, que tipo de serviço público procurava e como era esse atendimento? E em relação a Assistência Social, que tipo de ação você reconhecia como de assistência?

14) Em relação a situação do nosso país (do Brasil), quais são suas lembranças dos anos até de 2002? De que maneira estes acontecimentos influenciaram a sua vida?

15) Ainda nesta época, que tipo de serviço público procurava e como era esse atendimento? E em relação a Assistência Social, que tipo de ação dessa política você se recorda?

16) Em relação a situação do nosso país (do Brasil), quais são as suas lembrança a partir de 2002? De que maneira estes acontecimentos influenciaram sua vida?

17) Ainda nesta época, que tipo de serviço público procurava e como era esse atendimento? E em relação a Assistência Social, que tipo de ação dessa política você se recorda?

CONCEITOS

18) O que é a pobreza?

19) O que é mais importante para sua vida (enumerar em ordem de prioridade):

() trabalho. Qual tipo: () formal () informal. Por que? _____

() renda;

() ter acesso ao mercado de trabalho;

() Ser beneficiário de programas de transferência renda;

- () Ser beneficiário de outros serviços da Assistência Social. Quais? _____
- () Capacitação profissional para inserção no mercado de trabalho.

INTERFACE:

SUJEITO X ASSISTÊNCIA: O TRAÇADO DAS TRAJETÓRIAS

20) Conte-nos a sua experiência de vida, ao ser um usuário da Política de Assistência Social (tentar trazer nessa lembrança os anos e as questões que marcaram a sua vida).

21) O que você pensa sobre a sua experiência de vida no contato com a Política de Assistência Social? (Sempre foi de muita necessidade ou teve algum momento que não foi necessário ser assistido pelos serviços da Assistência).

22) O que você pensa sobre esses serviços da Política de Assistência Social que está recebendo?

23) Qual a importância da Política de Assistência Social na sua vida e de sua família?

24) Como era a sua vida e da família antes de ser assistida pela Política de Assistência Social do município?

25) Em que ano foi o primeiro atendimento ao serviço de Política de Assistência Social do município? E qual era a demanda e/ou necessidade?

-
-
-
- Recuperar estas lembranças na vida de seus familiares, quando e como a Mãe, pai, avó, avô, etc. recorreram aos serviços da Assistência, e quais as principais demandas.

26) De que forma a família (ou membro da família) acessou a Unidade de Assistência Social para o primeiro atendimento?

- Por demanda espontânea
 Em decorrência de Busca Ativa realizada por algum profissional
 Em decorrência de encaminhamento realizado por outros serviços.

Qual: _____

- Em decorrência de encaminhamento realizado pela área de Saúde
 Em decorrência de encaminhamento realizado pela área de Educação
 Em decorrência de encaminhamento realizado outras políticas setoriais
 Em decorrência de encaminhamento realizado pelo Conselho Tutelar
 Em decorrência de encaminhamento realizado pelo Poder Judiciário
 Em decorrência de encaminhamento realizado pelo Sistema de Garantia de Direitos (Defensoria Pública, Ministério Público, Delegacias)
 Outros encaminhamentos.

27) Quais os tipos de serviços você e sua família já foram assistidos pela Política de Assistência Social do município? (Elencar o ano e os tipos de serviços que a família foi contemplada).

28) Qual é a demanda e/ou necessidade **atual** da família ao procurar os serviços da Assistência Social? Elencar as principais demandas.

29) Elencar os serviços, programas e/ou projetos que você e sua família participam **atualmente** dentro da Política de Assistência Social do município?

30) Ao longo desses anos, você avalia alguma mudança na Política de Assistência Social?

() Sim () Não. Em caso afirmativo, elencar as principais mudanças.

31) Qual a importância das mudanças da Política de Assistência Social, ou seja, da implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para a sua vida e de sua familiar?

32) Houve mudança com a implantação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município? Elencar as principais mudanças.

33) A família possui parentes que residam próximo ao seu local de moradia e que constituam rede de apoio e solidariedade?

Sim Não

34) A família possui vizinhos e/ou amigos que constituam rede de apoio e solidariedade?

Sim Não

35) A família, ou algum de seus membros, participa de grupos religiosos, comunitários ou outros grupos/instituições que constituam rede de apoio e solidariedade?

Sim Não. Caso afirmativo, anotar as informações que sejam relevantes:

36) A família, ou algum de seus membros, participa de movimentos sociais, sindicatos, organizações comunitárias, Conselhos ou quaisquer outras ações ou instituições voltadas para organização política e defesa de interesses coletivos?

Sim Não. Caso afirmativo, anotar as informações que sejam relevantes.

37) A família reconhece a Política de Assistência Social como uma ação que contribui para a superação ou enfrentamento dos seus problemas e dificuldades?

Sim Parcialmente Não

Porque? _____

38) O que mudou na vida da família após a passagem pela Política Assistência Social? Citar as principais mudanças.

39) De forma geral, como você vê a Política de Assistência Social, como direito ou benesse? Por que?

40) Se você pudesse mudar algo na sua vida, o que você mudaria?

41) Gostaria de falar mais alguma coisa?

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

ANEXO 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento visa solicitar sua participação na Pesquisa referente a Dissertação de Mestrado de Paula Ap. do Nascimento Vieira, que tem como objetivo analisar a trajetória das famílias assistidas pela política de assistência social, buscando conhecer o universo desses sujeitos sociais e neste processo verificar as implicações da política de assistência social na vida desses usuários. Por intermédio deste Termo são-lhes garantidos os seguintes direitos: (1) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa; (2) sigilo absoluto sobre nomes, apelidos, datas de nascimento, local de trabalho, bem como quaisquer outras informações que possam levar à identificação pessoal; (3) ampla possibilidade de negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social; (4) opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; (5) desistir, a qualquer tempo, de participar da Pesquisa.

“Declaro estar ciente das informações constantes neste ‘Termo de Consentimento Livre e Esclarecido’, e entender que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na Pesquisa. Poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta Pesquisa; recusar a dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa, solicitar a não inclusão em documentos de quaisquer informações que já tenha fornecido e desistir, a qualquer momento, de participar da Pesquisa. Fico ciente também de que as discussões ocorridas durante as entrevistas serão gravadas e, posteriormente, os dados serão analisados e divulgados. Uma cópia deste termo permanecerá arquivada com o Pesquisador do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.”

Lima Duarte, ____ de _____ de 2014.

Participante: _____

RG: _____

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

ANEXO 3 – SERVIÇOS E AÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA OFERTADOS PELO CRAS DO MUNICÍPIO DE LIMA DUARTE⁷²:

- **Serviço de Proteção e Atendimento à Família - PAIF e suas principais ações:**

- ✓ Escuta, acolhimento, acompanhamento e encaminhamentos a rede socioassistencial ou as demais políticas públicas;
- ✓ Orientação e acompanhamento para concessão de benefícios eventuais; emergenciais e do Benefício de Prestação Continuada (LOAS/BPC);
- ✓ Acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família;
- ✓ Orientações e encaminhamentos para Benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;
- ✓ Visitas domiciliares e busca ativa;
- ✓ Grupo Socioeducativo InterAção;
- ✓ Ações comunitárias;
- ✓ Articulação e fortalecimento da rede socioassistencial;
- ✓ Reuniões quinzenais sobre discussões de casos com o Conselho Tutelar e com o Núcleo de Apoio ao Educando – NAE, para acompanhamento das famílias;
- ✓ Reuniões quinzenais da equipe técnica do CRAS/PAIF;
- ✓ Reunião bimestral com os funcionários da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS e do CRAS;
- ✓ Vigilância Social com a produção e sistematização de informações;
- ✓ Acompanhamento dos programas, projetos e serviços socioassistenciais;
- ✓ Inserção dos indivíduos em serviços socioeducativos e de convivência;
- ✓ Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias e encaminhamento das famílias para demais serviços socioassistenciais e de outras políticas.

⁷² Informações retiradas no trabalho final do curso de especialização da UFJF – Elaborado pela atual coordenadora do CRAS do Município de Lima Duarte, Simone Moreira.

- **Benefícios eventuais**: todos regulamentados em Lei e referenciados ao Conselho de Municipal de Assistência Social e acompanhados pela equipe do PAIF. Tais benefícios são:
 - ✓ **Auxílio natalidade**: Constitui-se em uma prestação temporária, pago em pecúnia, em parcela única, com a finalidade de reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro familiar. É realizado um grupo socioeducativo com as gestantes que receberão este benefício.
 - ✓ **Auxílio funeral**: Constitui-se em uma prestação temporária, pago em pecúnia, em parcela única, com a finalidade de reduzir vulnerabilidade provocada por falecimento de membro familiar.
 - ✓ **Cesta Básica**: Constitui-se em uma prestação temporária, em bens de consumo, em parcela única, com a finalidade de reduzir vulnerabilidade social, tendo como prioridade aqueles que se encontram com incapacidade para o trabalho e que estejam em situação de risco social. É realizado um grupo socioeducativo (Grupo InterAção) com as famílias que receberão este benefício.
 - ✓ **Auxílio Aluguel**: Constitui-se em uma prestação temporária, pago em pecúnia para reduzir vulnerabilidade social.
 - ✓ **Auxílio frete/mudança de endereço**: Constitui-se em uma prestação temporária, pago em pecúnia, em parcela única, podendo ser municipal ou intermunicipal.

- **Setor de Habitação**: encontra-se integrado ao PAIF, sendo que os atendimentos sociais ocorrem no espaço físico do CRAS, bem como são utilizados outros equipamentos desta instituição para dar suporte ao trabalho desenvolvido por este setor. Há uma parceria entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos para melhor atender as famílias. Com relação a este trabalho, ele é subdividido em: solicitação de casa popular, solicitação de terreno para construir, apoio para construção em terreno próprio e melhoria habitacional (reforma e/ou ampliação).

Com relação à demanda da habitação há todo um trabalho de acompanhamento destas famílias desde o recebimento do material até o acabamento da obra, sendo que muitas das vezes a demanda da habitação não se apresenta sozinha, existe sempre alguma outra refração da questão social embutida. Cabe destacar que no ano de 2014 foram atendidas 62 famílias.

- **Programa Bolsa Família (PBF)**: este é um programa de transferência direta de renda do Governo Federal que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Ao Município cabe prover ferramentas para que os usuários cumpram suas condicionalidades (frequência escolar, acompanhamento na área da saúde e na área da assistência social), como também para que elas atualizem o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico. As atualizações cadastrais são realizadas diariamente no CRAS pela equipe técnica.

Com relação a mais um benefício de transferência de renda, **o BPC**, 430 (quatrocentos e trinta) pessoas (dezembro de 2014), recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC, no valor de um salário mínimo, sendo que destes 107 (cento e sete) recebem BPC ao idoso e 323 (trezentos e vinte) de pessoas com deficiência.

- **Equipe Volante do CRAS**: é um programa do Plano Brasil Sem Miséria do Governo Federal e possui como objetivo realizar busca ativa em localidades afastadas e que, por este motivo tem dificuldades em frequentar e participar das atividades desenvolvidas na sede do CRAS.

A equipe é composta por uma psicóloga, uma assistente social e um motorista que buscam levar as atividades desenvolvidas pelo CRAS até as localidades rurais, com vistas a atingir a equidade de atendimento entre a população urbana e rural. Objetiva ainda, localizar famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e a partir de atendimentos individuais ou em grupos, apreender as suas demandas encaminhá-las a rede socioassistencial ou a outras políticas públicas.

Estas são algumas das atividades desenvolvidas pela Equipe Volante:

- ✓ Escuta acolhimento e acompanhamento psicossocial das famílias às demandas de proteção social;
- ✓ Orientação e encaminhamento para o BPC e benefícios da Previdência Social;
- ✓ Concessão de Benefícios Eventuais e Emergenciais;
- ✓ Visitas domiciliares e busca ativa;
- ✓ Grupos socioeducativos;
- ✓ Isenção para aquisição de documentação civil;
- ✓ Serviços de informação para a defesa de direitos sociais;
- ✓ Encaminhamentos para serviços socioassistenciais;
- ✓ Palestras;

- ✓ Identificação de situações de vulnerabilidade e risco social, e oferta dos serviços ou encaminhamento para outros serviços, conforme necessidades;
- ✓ Reportar ao coordenador do CRAS as necessidades locais relativas ao SUAS, e de articulação intersetorial;
- ✓ Parceria com a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural);
- ✓ Participação em reuniões periódicas com a equipe de referência do CRAS, organizadas pelo coordenador, tanto para planejamento quanto para avaliação dos resultados;
- ✓ Registro de informações sobre atendimento;
- ✓ Inserção de informação sobre interrupção da suspensão da repercussão do benefício do Programa Bolsa Família, sempre que julgar pertinente Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família - SICON, entre outras.

- **Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos:** são organizados em torno do PAIF. O referenciamento dos serviços socioassistenciais da proteção social básica ao CRAS possibilita a organização e hierarquização da rede socioassistencial no território, cumprindo a diretriz de descentralização da Política de Assistência Social.

Em Lima Duarte é desenvolvido de forma direta pelo CRAS o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV das faixas etárias de 0 a 06 anos (Projeto Ser Criança), 07 a 14 anos (Projeto Crescer), 15 a 17 anos (Jovem em Ação) e Idosos (Viva a Vida).

- O **Projeto Ser Criança** teve início em 2009, tem por objetivo afiançar a segurança de convívio familiar e comunitário, de desenvolvimento da autonomia e promover o fortalecimento de vínculos entre crianças de 0 a 06 anos e suas famílias. Por se tratar de um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos complementar e articulado ao PAIF, seus objetivos dialogam e se complementam.

A equipe é formada por uma técnica de referência do CRAS, uma orientadora social, duas orientadoras de atividades lúdicas que direcionam as atividades para promover o desenvolvimento integral das crianças através de ações sócio-educativas e de apoio à família, com atividades lúdicas, artísticas e esportivas que contribuem para o desenvolvimento de competências e habilidades, ampliação do universo cultural e convivência em grupo na perspectiva de inclusão social, visando

garantir a proteção social básica, o fortalecimento dos laços familiares e a interação entre a criança e os demais membros da família e da comunidade.

Tal projeto é realizado uma vez por semana por uma hora e meia, sendo que na primeira meia hora criança e mãe participam juntas das atividades objetivando o convívio. Logo após, as mães ficam com a psicóloga discutindo assuntos relevantes ao processo de desenvolvimento da criança ou até mesmo assuntos da vida cotidiana familiar e as crianças permanecem com as orientadoras que desenvolvem atividades lúdicas.

- O “**Projeto Crescer**” é um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 07 a 14 anos, que visa prevenir a ruptura dos vínculos familiares de crianças e adolescentes, promovendo o acesso e usufruto de direitos, contribuindo na melhoria da qualidade de vida dos mesmos. Assim como, incentivar a permanência na escola e desenvolver formas de prevenção e enfrentamento ao uso de crack e outras drogas, além de trabalhar com a educação ambiental visando uma mudança sociocultural.

As atividades são realizadas em dias úteis, e quando necessário aos sábados, com frequência seqüenciada, duas vezes por semana, em turnos de até 02 horas diárias por uma orientadora social e uma educadora física. O projeto é realizado nos bairros Centro, Vila Cruzeiro, Poço da Pedra e Manejo com duas turmas em cada localidade totalizando 160 vagas distribuídas em 08 turmas. Hoje neste projeto temos 106 atendidos. Tendo como atividades realizadas:

- ✓ Oficina Socioeducativa;
- ✓ Oficinas Culturais e de Esporte e Lazer;
- ✓ Oficina de Jogos de Tabuleiros;
- ✓ Oficina de Inclusão Digital;
- ✓ Oficina de Educação Ambiental;
- ✓ Campeonato;
- ✓ Reunião de Pais, dentre outras.

- O SCFV de 15 a 17 anos, “**Projeto Jovem em Ação**”, antigo ProJovem, visa prevenir a institucionalização e a segregação de adolescentes e jovens, oportunizando o acesso às informações sobre direitos e participação cidadã. Tal serviço se organiza por meio do trabalho em grupos ou coletivos e, pretende deste modo ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolvendo o

sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária.

O Projeto é realizado com duas turmas, sendo uma da zona rural e uma da zona urbana, tendo cada uma em torno de 20 adolescentes que prevê uma carga horária semanal de 12 horas semanais. As atividades são realizadas em dias úteis ou finais de semana, em turnos de até três horas conforme planejamento prévio, incluindo atividades extras.

As atividades desenvolvidas acontecem através das oficinas sócio-educativas com temas relevantes a faixa etária. Este serviço visa estimular a capacidade comunicativa, inclusão digital de modo a orientar o jovem para a sua escolha profissional, bem como realizar ações com foco na convivência social por meio da arte, cultura, esporte e lazer, valorizando a pluralidade, singularidade da condição do indivíduo.

- Outro projeto desenvolvido no CRAS é o **Projeto Jovem Cidadão** que até o ano de 2011 foi voltado para adolescentes que se encontram na faixa etária de 15 a 17 anos e pertencentes a classes sociais com restritas oportunidades, que trabalham em instituições parceiras como aprendizes. Contudo, a partir de 2012, atendendo as determinações do Ministério do Trabalho os adolescentes exercem as atividades com estagiários recebendo uma bolsa no valor de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais). As atividades são desenvolvidas conforme a Lei nº. 11.788, DE 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

- O projeto “**Cuidar de mim – Cuidar de nós**” pretende trabalhar com os jovens numa perspectiva educativa abordando temas que eles consideram como suas vulnerabilidades atuais. Drogas, sexo, violência, mercado de trabalho, mídia e outros, são alguns dos temas a serem abordados durante as atividades como sendo associados às vulnerabilidades juvenis. Diante da constatação dessas vulnerabilidades, o objetivo do projeto é construir juntamente com os jovens medidas de proteção e prevenção de riscos dentro dos temas abordados.

O mesmo possui como público prioritário os adolescentes inscritos no Jovem em Ação e no Projeto Jovem Cidadão. As atividades são desenvolvidas por meio de 10 oficinas que buscam sempre a participação e a interação dos participantes com os temas abordados. O uso de tecnologias, material áudio-visual, internet, jornais, revistas, músicas e outros recursos são

importantes na dinâmica de tais oficinas, tanto como fomentadores dos trabalhos quanto como produtos resultantes dos mesmos.

- O **Projeto Viva a Vida** é um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos. O mesmo tem como foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e no convívio comunitário, além de atuar na prevenção de situações de risco social. São desenvolvidas atividades físicas, de lazer, coral, hidroginástica, dentre outras. As atividades acontecem nas seguintes localidades: Centro, Orvalho, Três Porteiras, Batatal, Poço da Pedra e Vila Cruzeiro.

Cabe destacar que este projeto é diversificado no que se refere à faixa etária, ou seja, não atende apenas idosos, ressaltando que este é o público prioritário. Porém, tal fato não causa empecilho algum para seu desenvolvimento. Atualmente temos 159 pessoas frequentes.